

2016

REFLEXÕES

Livro XXII

Introdução



Mais um livro terminado. Este já é o de número 22. Nesta compilação, trato de um tema que está ocorrendo neste momento: as eleições nos EUA, com a vitória de um demagogo chamado Donald Trump.

Além disso, compilei artigos publicados no jornal O Estado de S. Paulo pelo professor Leandro Karnal, que tratam de diversos assuntos.

No mais, são assuntos importantes, muitos sobre a economia política e os erros desta filosofia aqui no Brasil. ●

Luiz Alberto Banci

luiz.banci@hotmail.com.br

banciblog.wordpress.com

novembro de 2016

Índice

- 7- Por que a concorrência é louvada nos esportes e condenada no mercado?- **Douglas French**
- 15- O socialismo, mesmo em sua versão democrática, gera uma inigualável destruição ambiental- **Diversos autores**
- 23- Liberdade econômica, um excelente remédio para a pobreza: o caso de Botsuana- **Guilherme Nery**
- 29- Uma humilde defesa da liberdade e da não intromissão de políticos e burocratas em nossas vidas- **Steve Horwitz**
- 35- As fragorosas incoerências de quem se diz socialista e progressista- **Lawrence W. Reed**
- 40- Efeito Pokémon: histórias de quem está atrás do Pikachu- **Bruno Abbud**
- 46- Discursos de fé: por que escândalos não abalam a reputação de políticos evangélicos?- **Sarah Posner**
- 52- O "nós" é uma falácia- **Jim Fedako**
- 57- Repetindo algumas lições básicas de economia – que, inexplicavelmente, seguem sendo ignoradas- **Henry Hazlitt**
- 63- Como a Justiça do Trabalho aumenta a desigualdade no Brasil- **Geanluca Lorenzon**
- 71- Deixem o mercado cuidar disso! – você sabe o que essa frase realmente significa?- **Donald Boudreaux**
- 76- Como bem ilustra a Venezuela, os defensores do socialismo desconhecem uma lei básica da economia- **Jeffrey Tucker**
- 82- De Kant à Favela do Cantão: madrugadas na Biblioteca Mário de Andrade, a única a abrir 24 horas no Brasil- **Vitor Hugo Brandalise**

REFLEXÕES XXII

- 88- Educar não é adestrar- **Leandro Karnal**
- 91- Porque era ele, porque era eu- **Leandro Karnal**
- 94- As corujas invisíveis do crepúsculo- **Leandro Karnal**
- 97- O historiador como juiz- **Leandro Karnal**
- 100- Gentileza gera gentileza- **Leandro Karnal**
- 103- Os medíocres fascistas e democratas- **Leandro Karnal**
- 106- Pães e livros- **Leandro Karnal**
- 109- Universidades e sociedade- **Leandro Karnal**
- 112- Presenteando gregos e troianos- **Leandro Karnal**
- 115- Palavras da terra e do ar- **Leandro Karnal**
- 118- Marias latinas- **Leandro Karnal**
- 121- As rondas ostensivas da patrulha ideológica- **Leandro Karnal**
- 124- Trumpillary vai à luta- **Leandro Karnal**
- 129- O fim de uma era olímpica: "Do ponto de vista financeiro, nunca vale a pena", diz economista francês- **Jean-Pascal Gayant**
- 134- A fé de nossos pais- **The Economist**
- 139- Há exatos 25 anos presenciei o fim do regime soviético- **Richard Ebeling**
- 149- Bizarrice europeia: taxas de juros negativas restringem empréstimos e afetam bancos e empresas- **Diversos autores**
- 155- Questão de lógica: aumento salarial imposto por governo e sindicatos não pode estimular a economia- **Diversos autores**
- 159- Quanto mais o keynesianismo fracassa, mais ele é ressuscitado sob novas promessas de prosperidade- **Diversos autores**

REFLEXÕES XXII

166- Vivemos em uma economia planejada pelo governo e poucos se dão conta disso- **Lew Rockwell**

174- O socialismo clássico já foi rejeitado; o inimigo agora é outro- **Diversos autores**

181- É a política, estúpido! A ciência prova o que suspeitávamos: a política pode emburrecer as pessoas- **Rodrigo Burgarelli**

187- Os economistas austríacos contra o *mainstream* econômico no Brasil de Temer- **Fernando Ulrich**

197- Risco de extinção- **Philipp Schiemer**

202- O lado ruim de esquecer- **Daniel Sarmento**

205- Contra a felicidade- **The Economist**

209- Voto inconsciente: o que o brasileiro leva em conta para decidir seu candidato a prefeito?- **Rodrigo Burgarelli**

215- Viva o voto, abaixo a urna- **David van Reybrouck**

221- A trilha sonora do universo: 'Sons que tocam desde o Big Bang, e hoje podemos gravar', diz física- **Janna Levin**

228- Os dilemas éticos do novo livro de Gay Talese, sobre dono de hotel que espiona sexo dos hóspedes- **Eugenio Bucci**

234- Cidades em guerra: como o 'urbanismo militar' está mudando o desenho urbano das metrópoles- **Stephen Graham**

240- Trump e os limites da democracia- **Andrew Sullivan**

264- Ao vencedor, as fraturas: 'EUA vivem o pior momento político desde a Guerra Civil', diz historiador- **Douglas Brinkley**

270- Uma radiografia de Trump e Clinton: dois estatistas irresponsáveis; dois desastres deploráveis- **Juan Ramón Rallo**

REFLEXÕES XXII

278- Potências em luta: a pior crise entre Rússia e Ocidente desde a Guerra Fria- **Mark Galeotti**

287- A teoria do valor-trabalho ainda assombra a humanidade e segue causando estragos- **Steve Horwitz**

294- Deu errado- **J.R. Guzzo**

297- A reforma das reformas- **José Fucs**

302- O desafio de cortar na carne- **José Fucs**

308- A saída é apertar o cinto- **José Fucs**

315- A batalha contra os privilégios- **José Fucs**

321- A flexibilização do trabalho- **José Fucs**

332- A luta contra a burocracia- **José Fucs**

340- A língua das ruas: o impacto dos protestos de 2013 a 2016 nas eleições e na política brasileira- **Eugênio Bucci**

347- O concorrente de Santos-Dumont- **Luciana Garbin**

352- Até quando durará a reserva de mercado usufruída pela OAB?- **Diversos autores**

358- Jamais entraria para a política, diz Sérgio Moro- **Sérgio Moro**

LUIZ BIANCI

Por que a concorrência é louvada nos esportes e condenada no mercado?

Douglas French



Por que as pessoas adoram ver competições na arena dos esportes – seja nos campos, nas quadras, na pista de atletismo, na piscina ou na quadra de tênis –, mas temem e desprezam a competição na arena do mercado?

A analogia entre os esportes olímpicos e a concorrência inerente a um livre mercado é muito próxima, bem mais próxima do que muitas pessoas são capazes de perceber. Não obstante, ao mesmo tempo em que festejamos a competição acirrada no âmbito esportivo, fazemos de tudo para tentar bani-la do âmbito empreendedorial.

Considere que, nos últimos dias, milhões de pessoas não desgrudaram os olhos de suas televisões, seus computadores, *iPhones* e demais apetrechos eletrônicos, ansiosas que estavam para acompanhar as façanhas e proezas individuais de atletas de todo o mundo nos Jogos Olímpicos. As pessoas normalmente são mais viciadas em acompanhar esportes de equipes, como futebol, basquete, vôlei, futebol americano e beisebol, mas, a cada quatro anos, somos também levados a acompanhar os dramas proporcionados pelas competições individuais.

São vários os que roem suas unhas e furam o acolchoamento do sofá torcendo nervosamente para seus atletas favoritos ou simplesmente ansiosos para ver feitos heroicos. Será que haverá outra quebra de recordes na natação? Haverá um novo homem mais rápido do mundo no



REFLEXÕES XXII

atletismo? O melhor do mundo no tênis conseguirá manter sua fama? A ginástica artística trará surpresas?

No entanto, as mesmas pessoas que torcem e vibram com a dominância de um atleta na natação e no atletismo condenam e lamentam a dominância de uma empresa no livre mercado. Por quê?

A competição e os grandes- A competição nos esportes é cada vez mais acirrada. Um atleta só consegue manter sua hegemonia se ele estiver se aprimorando continuamente e se esforçando crescentemente. O mesmo raciocínio vale para o mercado. Uma determinada empresa que opera em um arranjo de livre concorrência, seja ela grande ou pequena, só conseguirá manter sua hegemonia (no caso, sua "fatia de mercado") caso ela constantemente melhore seus serviços ou continuamente reduza os preços que pagamos por seus serviços. Ou faça ambos.

A principal alegação dos anticapitalistas neste quesito é a que sustenta que uma empresa ao se tornar muito grande e passar a dominar uma ampla fatia do mercado é algo extremamente perigoso, pois ela, por ser grande, irá praticar preços predatórios para eliminar a concorrência e, logo em seguida, com a concorrência já eliminada, ela voltará a subir os preços e, com isso, jogar os consumidores na miséria. Não apenas isso nunca aconteceu na prática, como também a própria teoria explica que isso seria completamente insustentável, para não dizer irracional do ponto de vista empreendedorial.

Apenas imagine: você é o gerente de uma grande empresa e quer destruir a empresa concorrente reduzindo seus preços para um valor menor do que os custos de produção. Ao fazer isso, você começa a operar no vermelho. Ao operar no vermelho, por definição, você está destruindo o capital da sua empresa; você está, na melhor das hipóteses, queimando reservas que poderiam ser utilizadas para investimentos futuros.

Pois bem. Após vários meses no vermelho, você finalmente consegue quebrar o concorrente. Qual a situação agora? Você de fato está sozinho no mercado, porém bastante descapitalizado, sem

REFLEXÕES XXII

capacidade de fazer novos investimentos. A sua intenção é voltar a subir os preços para tentar recuperar os lucros de antes. Só que, ao subir os preços, você estará automaticamente convidando novos concorrentes para o mercado, que poderão vender a preços menores. Pior ainda: estes novos concorrentes poderão perfeitamente estar mais bem capitalizados, de modo que é você quem agora correrá o risco de ser expulso do mercado. Seus concorrentes poderão vender a preços mais baixos e sem ter prejuízos, ao passo que você terá necessariamente de vender a preços altos apenas para recuperar seus lucros.

Ou seja, ao expulsar um concorrente do mercado, você debilitou sua empresa a tal ponto, que inevitavelmente se tornou a próxima vítima da mesma prática que você aplicou sobre os outros.

E é exatamente por isso que tal prática não é observada no mundo real. Ela é totalmente ignara. Um empreendedor que incorrer em tal prática destruirá o capital de sua empresa, correndo o risco de quebrá-la completamente. Um sujeito com esta "sabedoria" não duraria um dia no livre mercado.

Por outro lado, tal prática pode sim ser muito viável em um mercado totalmente regulado e protegido pelo governo, no qual não existe liberdade de entrada para a concorrência. Mas aí, neste caso, obviamente não temos uma falha de mercado, mas sim protecionismo estatal. Em um mercado assim, no qual o que vale é a amizade com políticos, qualquer incapaz prospera.

Adicionalmente, vale enfatizar que o sucesso é por si só algo que estimula e atrai mais concorrência. Assim como Michael Phelps ao se tornar um gigante inspirou jovens nadadores que hoje são seus concorrentes, o sucesso de empresas como Walmart inspirou o surgimento da Amazon e de vários outros estabelecimentos especializados em vender a preços baixos, inclusive a próxima megaloja da sua cidade ou a simples butique da esquina, as quais ainda não existem, mas passarão a existir caso o governo permita.

Em seu livro *Liberalismo – Segundo a tradição clássica*, Ludwig von Mises explicou o que ocorreria caso a concorrência desaparecesse. "Não haveria novos progressos no sistema de

REFLEXÕES XXII

produção." Não haveria novos aperfeiçoamentos. Sim, isso faria com que ninguém mais tivesse de se esforçar e nem se preocupar com nada, mas a que custo? Mises afirma que a produção cairia, pois não mais haveria nenhuma relação entre esforço e recompensa.

Que tal raciocínio seja válido para os esportes é algo que ninguém duvida. Mas é igualmente válido para a economia, exatamente como Mises explicou.

Os benefícios e os obstáculos- A beleza de uma concorrência de livre mercado é que, nela, os reais vencedores são os consumidores. Todos nós somos beneficiados pela capacidade de uma empresa conseguir fornecer bens e serviços de maneira cada vez mais eficiente e a preços reais cada vez menores. Da mesma forma, os fãs de esportes se beneficiam ao verem desempenhos cada vez mais exímios dos atletas. Com o esporte, ganhamos benefícios psicológicos; com o mercado, ganhamos bens e serviços cada vez melhores a preços reais cada vez menores.

De modo oposto, o maior escândalo das Olimpíadas de Londres foi a desclassificação das equipes de badminton da Coreia do Sul, da China e da Indonésia por não terem competido. Fãs e jogadores se sentiram ultrajados quando estas equipes perderam propositalmente algumas partidas na tentativa de garantir rivais mais fáceis nas fases eliminatórias. Não competir não é uma opção.

Nos esportes, assim como no mercado, a paz é preferível à guerra. A sensação de "jogo justo" tem de estar onipresente. Os mais ferozes e aguerridos adversários se abraçam após a competição, o vencedor e o perdedor se congratulam mutuamente pelo bom jogo. A maneira mais garantida de se vencer nos esportes e nos negócios é por meio do treinamento e da disciplina. Nenhum competidor quer realmente ferir e prejudicar seu oponente; todos querem ser vistos como ganhadores limpos, que venceram por seus próprios méritos.

Já o governo, por outro lado, está constantemente quebrando regras, escolhendo favoritos e incorrendo em violência contra aqueles que não estão em sua lista de favoritos. Se no esporte o favorecimento se dá por meio de arbitragens corruptas, em um

REFLEXÕES XXII

mercado sob intervenção estatal o favorecimento se dá por meio de regulamentações que privilegiam alguns poucos e punem outros vários. Ao passo que, no esporte, o atleta que vencer por meios ilícitos é punido, em um mercado regulado o governo consegue fazer com que seus empresários e empresas favoritos não apenas se mantenham ativos, como também enriqueçam continuamente.

As regulamentações criadas pelo Estado sempre foram uma ferramenta utilizada por grandes empresas para suprimir a concorrência de empresas menores e menos politicamente poderosas. As regulamentações criam barreiras que impedem que novos concorrentes entrem no mercado e desafiem as grandes empresas já estabelecidas. Quanto mais um empreendedor tem de lidar com regulamentações e reguladores, menos tempo ele tem para se dedicar a criar maneiras de aprimorar seus produtos, cortar seus custos e preços, e criar novos produtos. As regulamentações estatais desestimulam o genuíno empreendimento e a genuína criação de riqueza, ao mesmo tempo em que impõem incomensuráveis custos (em tempo e dinheiro) às empresas.

Por exemplo, todo o setor de utilidades públicas – como telefonia, energia elétrica, saneamento, TV a cabo e transportes –, fortemente regulado pelo Estado, nada mais é do que um cartel monopolista formado exclusivamente por empresas escolhidas pelo governo. Os preços dos serviços são controlados pelo governo e a concorrência com novas empresas desafiantes é legalmente proibida. Um privilégio que nos esportes não seria tolerado é, em uma economia regulada, tornado plenamente aceitável pelo governo.

Já em uma sociedade genuinamente capitalista, a concorrência pode vir de absolutamente qualquer lugar. Ninguém se importa com a pobreza na qual um determinado empreendedor cresceu, qual escola ele frequentou, ou até mesmo se ele chegou a frequentar alguma escola. É o seu desempenho no mercado o que conta. No capitalismo *laissez-faire*, não há nenhum sistema de castas. Há apenas a preocupação em se criar valor para os consumidores. Ninguém compra um produto só por causa da árvore genealógica do vendedor. É o mercado – isto é, a livre escolha de consumo das pessoas –, e não o governo, quem decide

REFLEXÕES XXII

quem será rico e quem será pobre, baseando-se exclusivamente na capacidade e na qualidade dos bens e serviços ofertados. Como e onde estes eleitos foram criados é algo que não importa.

Da mesma maneira, os juízes olímpicos não se comovem – e nem poder se comover – com o histórico dos atletas. Pouco importa se eles cresceram em famílias pobres, se passaram por grandes dificuldades, se os pais são separados ou se algum deles está financeiramente quebrado. Na competição esportiva, somente a habilidade, a concentração, a disciplina e o desempenho contam.

Isso é exatamente o oposto de como funcionam o governo, suas leis e suas regulamentações. Em um mercado regulado pelo Estado, só vence quem tem bons contatos na burocracia, quem conhece pessoas poderosas e quem tem influência política suficiente para fazer o governo erigir barreiras à entrada de novos concorrentes. Sem um sistema de livre concorrência determinando quem é mais produtivo e quem se sobressai, os preços dos bens e serviços se tornam altos e sua qualidade, precária. Os derrotados são os consumidores.

Nas Olimpíadas, o cronômetro e a fita métrica determinam o sucesso e o fracasso. Por exemplo, apesar de estar à época com a avançada idade de 39 anos, o búlgaro Jordan Jovtchev competiu acirradamente contra homens com a metade da sua idade nas Olimpíadas de Londres em 2012. Ele até mesmo conseguiu a prata nas argolas. O mesmo ocorre naqueles setores onde o mercado é relativamente livre. Empresas velhas estão constantemente sendo desafiadas pelo surgimento de novos concorrentes. Não há regras de senioridade no mercado. Empresas antigas utilizam sua experiência e malícia para concorrer contra as ideias novas e exuberantes das mais jovens.

Nos esportes, sabemos que os grandes competidores são aqueles que observam meticulosamente e aprendem com os outros. Eles emulam tudo aquilo que é bem-sucedido e evitam tudo aquilo que se comprovou falho. É isso é para o bem de todos. Todo mundo se beneficia porque tal postura faz com que tudo e todos se tornem mais excelentes. Não apenas sabemos que as coisas funcionam

REFLEXÕES XXII

assim, como defendemos que seja assim. Por outro lado, no comércio, há leis estatais que proíbem pessoas de analisarem e copiarem o comportamento de outros. Quando o *Android* observa e copia do *iPhone*, o governo diz que ele está roubando ideias.

Embora esta competição de mercado enriqueça os consumidores, os anticapitalistas e os políticos se referem a ela em termos derogatórios como "ímpiedosa", "cruel", "lei da selva", "cão-comerção" e "sobrevivência do mais forte". Mas por que seria algo violento ou incivilizado competir pela preferência das pessoas? Sempre que políticos atribuem tais adjetivos ao mercado é porque eles querem criar barreiras para excluir a concorrência e privilegiar seus empresários favoritos. Afinal, a concorrência reduz as margens de lucro. Descansar sobre seus louros não é uma opção quando se tem de competir continuamente. E não é todo mundo que quer viver com esta constante preocupação.

Da mesma maneira, atletas que foram campeões mundiais no ano passado não podem simplesmente enviar pelo correio seus desempenhos do ano passado. Eles têm de fazer tudo de novo, e provavelmente terão de fazer ainda melhor desta vez se quiserem vencer. O mercado funciona da mesma maneira. A tecnologia do ano passado já não concorre com a mesma eficiência este ano. As pessoas podem até falar que têm nostalgia dos bons e velhos tempos, mas elas querem que seus produtos e serviços estejam constantemente atualizados.

É assim que a sociedade progride. Em vez de pedir ao governo que coloque obstáculos à concorrência, estipulando salários e determinando preços, tarifas e afins, todos nós deveríamos encorajar e até mesmo vibrar com a concorrência amigável do mercado.

Conclusão- Todo atleta das Olimpíadas está em melhor situação por ter treinado ao extremo, se sacrificado e ter dado o melhor de si. Quando as empresas, por sua vez, são forçadas a concorrer, elas também irão procurar aperfeiçoar seus produtos e serviços diariamente, sempre querendo ganhar novos clientes. É a concorrência o que faz dos consumidores os campeões finais.

REFLEXÕES XXII

O que nos leva à pergunta final: por que as pessoas adoram a concorrência nos esportes, mas têm medo dela no mundo do comércio? A resposta é aquele problema que sempre assombrou a história da humanidade: ignorância econômica. E apenas o estudo sério e sincero de como realmente funciona a economia pode nos fazer perceber o elo explícito entre esportes e comércio – bem como ver os erros daqueles que celebram o primeiro e demonizam o último.

Não há nenhuma "lei da selva" nas Olimpíadas. E nem em uma sociedade genuinamente livre. ●

Douglas French: diretor do Ludwig von Mises Institute do Canadá. Já foi o presidente do Mises Institute americano, editor sênior do Laissez Faire Club, e autor do livro *Early Speculative Bubbles & Increases in the Money Supply*. Doutorou-se em economia na Universidade de Las Vegas sob a orientação de Murray Rothbard e tendo Hans-Hermann Hoppe em sua banca de avaliação. Artigo publicado no dia 7 de agosto de 2016

O socialismo, mesmo em sua versão democrática, gera uma inigualável destruição ambiental

Diversos Autores



A América Latina está, mais uma vez, demonstrando ao mundo o veneno social que é o "socialismo democrático", aquela ideologia em pleno vigor na Venezuela e que, inexplicavelmente, possui cada vez mais adeptos entre os jovens dos países desenvolvidos. (O socialista confesso Bernie Sanders conseguiu arrebatado mais de 13 milhões de votos nas primárias do Partido Democrata).

O socialismo – seja ele democrático ou ditatorial – não é destrutivo apenas para a economia de um país, como a história nos mostrou repetidas vezes ao longo do século XX; ele também é inclemente para com a ecologia.

O socialismo e a ecologia- Após o colapso mundial do socialismo no final da década de 1980 e início da de 1990, o Ocidente teve a oportunidade de testemunhar abertamente, pela primeira vez na história, como era tratada a natureza sob um sistema socialista que havia banido por décadas a busca pelo lucro. Em uma só palavra, era uma catástrofe, como descrito em detalhes em vários livros com títulos como Ecocídio na URSS.

Nesse livro, os autores Murray Feshbach e Alfred Friendly, Jr. fornecem um estudo aprofundado a respeito do "ecocídio" ocorrido na URSS. Abaixo, uma lista de alguns dos problemas mais proeminentes apresentados nessa e em



REFLEXÕES XXII

outras fontes:

A poluição extrema do Lago Baikal, o mais antigo, o mais profundo e o até então mais limpo corpo de água doce do mundo. A poluição foi causada por fábricas de papel e por outras indústrias soviéticas que despejavam resíduos não tratados no lago.

O quase desaparecimento do outrora vasto mar de Aral, que secou devido ao desvio de sua água para irrigação, deixando para trás um deserto de sal envenenado por agroquímicos.

O desastre nuclear de Chernobyl em 1986, o pior do mundo, causado não apenas por erros de operação, mas também por um projeto negligente que não especificou nenhum recipiente de contenção em caso de acidente. O acidente nuclear que até então era considerado o pior do mundo àquela época também havia ocorrido na União Soviética: a explosão de um tanque de armazenamento de resíduos sólidos no complexo de armas nucleares de Mayak, em 1957, o que dispersou de 50 a 100 toneladas de resíduos altamente radioativos, contaminando um imenso território a leste dos Urais.

Desastrosos incêndios em regiões de turfas nos arredores de Moscou, um legado de projetos soviéticos mal planejados e mal implantados que tinham o objetivo de drenar os pântanos locais.

Enormes emissões de gases poluentes em decorrência de uma forte dependência de carvão e de uma matriz energética muito menos eficiente do que as das economias capitalistas.

Elevados níveis de poluição do ar nas grandes cidades, causados por fábricas próximas a áreas povoadas e que operavam com um mínimo ou nenhum controle de poluição.

Práticas agrícolas e florestais destrutivas, levando a uma erosão generalizada e à destruição de habitats.

O mundo também descobriu que os países socialistas da URSS, durante várias décadas, despejavam esgoto não tratado diretamente em seus rios, lagos e córregos. O Rio Volga, na Rússia, era tão poluído que barcos do governo carregavam sinais alertando contra

REFLEXÕES XXII

jogar cigarros na água por medo de que os fortes resíduos químicos contidos na água pegassem fogo. As fábricas não tinham absolutamente nenhum tipo de controle de poluição. Cardumes encontrados mortos eram algo rotineiro. A Academia de Ciências da Polônia relatou que, já no início da década de 1990, um terço dos poloneses vivia em áreas classificadas como "desastre ecológico".

Ainda em 1990, os ambientalistas ocidentais noticiaram que cerca de 40% dos cidadãos soviéticos viviam em áreas onde a poluição do ar excedia de três a quatro vezes o limite máximo permitido. O saneamento era primitivo. E, onde existia – por exemplo em Moscou – não funcionava adequadamente. Metade de todo o lixo sanitário da capital não era tratado.

Em Leningrado, quase metade de todas as crianças tinham doenças intestinais em decorrência de beberem água contaminada daquilo que um dia já havia sido o abastecimento mais puro da Europa.

A candidatura ao prêmio de local mais poluído do mundo é um dos trágicos legados da União Soviética. Hoje banhado de concreto, o lago Karachai nos montes Urais tornou-se o lixão radioativo de uma das maiores fábricas soviéticas de armamento nuclear. De 1951 a 1968, o despejo de resíduos nucleares enxugou o lago para um terço do seu tamanho original. Ao ser dispersada pelo vento, a poeira radioativa do Lago Karachai contaminou os arredores envenenando cerca de meio milhão de pessoas. Por isso, decidiu-se cobrir o lago com 10 mil blocos de concreto oco.

Quando Boris Yeltsin permitiu a presença de cientistas ocidentais no local, no início da década de 1990, noticiou-se que o nível radioativo nas margens do lago ainda era de 600 röntgens por hora, o suficiente para matar um turista desavisado em trinta minutos.

Já a China, a outra grande economia socialista do mundo, também tem a sua longa lista de pecados ambientais. Em grande parte devido ao uso intensivo de carvão, o país assumiu recentemente a liderança mundial nas emissões de gases causadores de efeito estufa, apesar de ter uma economia cujo tamanho absoluto é metade da economia dos Estados Unidos.

Em termos de qualidade do ar, a China tem 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo. A poluição da água é um desastre nacional generalizado. A liderança chinesa na produção de metais raros foi alcançada em grande parte devido à mineração ilegal, o que causou uma intensa poluição gerada por metais pesados e um consequente desastre na saúde pública local. Uma crescente porcentagem de poluentes, do mercúrio à fuligem, que está sendo observada na costa oeste dos Estados Unidos tem suas origens na China.

Socialismo versus capitalismo na ecologia- A velha teoria de que a busca pelo lucro em uma economia sem intervenções estatais é a raiz de toda a poluição foi destruída pelos próprios países socialistas.

A primeira razão pela qual o socialismo é mais propenso a desenvolver políticas prejudiciais ao ambiente é que os incentivos econômicos não funcionam sob uma economia socialista. Em uma sociedade genuinamente capitalista, em que há respeito à propriedade privada, não apenas as empresas poluidoras têm de pagar por eventuais danos à propriedade privada de terceiros, como também as externalidades são plenamente incorporadas aos preços de mercado. Se o preço da gasolina na bomba refletir integralmente os custos de oportunidade da poluição e o esgotamento de recursos, então os motoristas, independentemente da sensibilidade ambiental de cada um deles, serão forçados a pensar sobre a possibilidade de dirigir menos ou até mesmo de comprar um veículo mais eficiente. O mesmo princípio se aplica a usuários de energia industrial, sejam eles fabricantes de plásticos, agricultores, ou usinas nucleares.

Já sob o socialismo, os incentivos econômicos para se combater a poluição não funcionam. Os gestores das indústrias não apenas são insensíveis a incentivos econômicos para a proteção do meio ambiente, como também são insensíveis a todo e qualquer tipo de incentivo econômico. O sistema soviético, por exemplo, não apenas incentivava a depredação ambiental, como também era esbanjador e gerava desperdícios em todos os sentidos possíveis. Ele desperdiçava trabalho, capital, energia, recursos naturais, cimento, aço, carvão, tratores, fertilizantes, madeira, água – desperdiçava tudo. Por quê? Porque não havia busca pelo lucro.

REFLEXÕES XXII

O segundo motivo pelo qual o socialismo tende a ser mais poluidor do que um genuíno capitalismo está relacionado às atitudes sociais que surgem quando não há direitos de propriedade. Onde há direitos de propriedade bem definidos, sempre haverá um proprietário que resistirá à transgressão, seja ela feita por pessoas a pé ou por produtos químicos nocivos jogados no ar. Sim, é verdade que o sistema judiciário não funciona perfeitamente. Muitas vezes, os proprietários não conseguem proteger adequadamente os seus direitos. Mas os direitos existem. Se não estão sendo impingidos, isso é culpa do Estado, que detém o monopólio do sistema judiciário. Adicionalmente, quando a noção de propriedade privada se torna generalizada, ocorrendo até mesmo sobre minúsculos pedaços de terra, o respeito aos direitos de propriedade de terceiros também se torna difuso – embora, infelizmente, não de forma universal.

Adicionalmente, sob o capitalismo, entidades ambientais podem utilizar os mecanismos de propriedade privada para proteger habitats críticos. Por fim, a propriedade privada dos meios de comunicação pode sustentar uma voz independente para mídias alternativas, que podem então divulgar suas causas ambientais. Até os ecossocialistas desfrutam da proteção da propriedade privada em seus *sites* e suas conferências.

Já em um sistema socialista, os produtores detêm o total controle das alavancas do poder político. Na condição de empresas estatais, eles não são apenas meros lobistas; eles são parte integrante da estrutura do governo. Na URSS, por exemplo, todo o sistema de incentivos da economia soviética, desde o Politburo até o gerente de uma fábrica local, estava focado em apenas uma coisa: alcançar as inatingíveis metas de produção do Plano Quinquenal. O ambiente sempre era a vítima.

Portanto, ao contrário de países capitalistas que respeitam a propriedade privada – e que, por isso, responsabilizam judicialmente os responsáveis pelos danos que causam a terceiros –, nos países socialistas, os políticos responsáveis pela poluição causada pelas indústrias nacionalizadas ou pela poluição sofrida por rios, lagos e lagoas (que são de propriedade do governo) têm pouca

ou nenhuma responsabilidade sobre o ocorrido.

A propriedade estatal dos recursos naturais significa, com efeito, que ninguém é dono de nada; e se ninguém é dono de nada, então todos esses recursos serão explorados, abusados e utilizados em excesso. A ausência de direitos de propriedade e de um sólido e independente sistema judiciário é uma receita para o desastre ecológico.

Quando um horrível acidente causou uma letal explosão em uma plataforma de petróleo no Golfo do México, a British Petroleum, uma empresa privada, imediatamente criou um fundo de US\$ 20 bilhões, que a empresa sabia que teria de utilizar para pagar pelos estragos. Em contraste, quando o governo do México provoca desastres ambientais e humanos muito piores no Golfo do México, ele rotineiramente nada faz, alegando "imunidade soberana".

Desde 2015, a Pemex, a empresa petrolífera estatal do país, causou três catastróficas explosões em suas plataformas de petróleo, resultando em várias mortes, em muitos feridos, e em severas poluições do ar e do oceano. O governo mexicano, incredivelmente, alegou que não houve derramamento do petróleo, o que rapidamente foi desmentido por imagens de satélite mostrando uma mancha de óleo de quase 5 quilômetros de extensão.

As Olimpíadas do Rio- A cobertura televisiva das Olimpíadas 2016 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, já está mostrando os horrendos problemas de poluição daquele país, governado por mais de 13 anos pelos "socialistas democráticos" do Partido dos Trabalhadores, que orgulhosamente proclama ser o "socialismo revolucionário" a ideologia que o define. Além de criar uma das piores pobreza no mundo, o governo brasileiro também conseguiu transformar as outrora belas praias do país em fétidos esgotos.

Um artigo publicado no dia 2 de agosto no jornal britânico The Daily Mail relatou as conclusões de um estudo sobre a poluição no Rio de Janeiro às vésperas das Olimpíadas. Eis uma amostra do que foi relatado:

REFLEXÕES XXII

Os atletas foram alertados a não colocarem suas cabeças dentro da água.

Os níveis virais na Baía de Guanabara, onde ocorre a prova de triatlo, estão 1,7 milhão de vezes acima do limite aceitável nos EUA e na Europa.

O lixo boiando sobre algumas regiões da baía é tão volumoso que você não consegue ver a água; ratos vivem e se procriam sobre o lixo flutuante.

Um cadáver boiando e um braço decepado foram recentemente vistos na Baía de Guanabara.

Há níveis extremamente elevados de vírus na areia das praias.

O nível viral na Marina da Glória, onde ocorrerão as provas de vela, está vários milhares de vezes acima do limite máximo tolerado nos EUA.

"Línguas negras de águas fétidas de esgoto" são "comuns" na "elegante" praia de Ipanema.

Vastas ilhas formadas por lodo de esgoto são avistadas durante a maré baixa, despejadas ali por prédios residenciais.

Vários rios estão "da cor preto-alcatrão" por causa da poluição.

Tais tipos de pesadelos ecológicos também já se tornaram comum em outra vitrine latino-americana do "socialismo democrático": a Venezuela vivencia hoje um maciço desflorestamento, e seu Lago Maracaíbo está sendo poluído a uma taxa de 38.000 litros de esgoto por segundo, despejado diretamente nele por dois milhões de residências ao redor do lago. Mais de 800 empresas, praticamente todas elas ligadas à estatal petrolífera PDVSA, têm permissão do governo para despejar resíduos industriais no lago.

Já o enorme Lago Valencia também está "maciçamente poluído", com relatos de que a PDVSA já encheu mais de 15.000 poços de armazenamento de petróleo com uma borra contaminada oriunda do petróleo explorado nas adjacências. Essa borra inevitavelmente irá contaminar o lençol aquífero.

REFLEXÕES XXII

Uma lição que todos os defensores do "socialismo democrático" – principalmente os adolescentes sonhadores – devem aprender é que o socialismo, democrático ou ditatorial, não apenas destrói seu futuro econômico (especialmente dos adolescentes), como também inflige danos irreparáveis ao ambiente no qual vivem.

O socialismo, sempre e em todos os lugares, é um desastre econômico e ambiental. ●

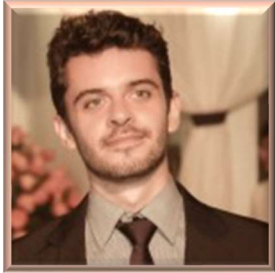
Thomas DiLorenzo: professor de economia no Loyola College, em Maryland e membro do corpo docente sênior do Mises Institute. É o autor dos livros *The Real Lincoln*, *Lincoln Unmasked*, *How Capitalism Saved America: The Untold History of Our Country, From the Pilgrims to the Present*, *Organized Crime: The Unvarnished Truth About Government* e, mais recentemente, *The Problem with Socialism*.

Edwin Dolan: economista e Ph.D. pela Universidade de Yale. De 1990 a 2001, lecionou em Moscou, onde ele e sua mulher fundaram o American Institute of Business and Economics (AIBEC), um programa de MBA independente e sem fins lucrativos. Desde 2001, ele já lecionou em várias universidades da Europa, como Budapeste, Praga e Riga. É autor do livro *TANSTAAFL, the Economic Strategy for Environmental Crisis*.

Artigo publicado no dia 8 de agosto de 2016

Liberdade econômica, um excelente remédio para a pobreza: o caso de Botsuana

Guilherme Nery



Entre as Cataratas Victoria e o rio Limpopo, 813 km de fronteira separam Botsuana e Zimbábue, dois países que compartilham geografia, mas quase nada de história. Embora tenham seu território em boa medida atravessado por planícies, não tenham saída para o mar, tenham sido colonizados pelos britânicos, tenham composição étnica semelhante e, sendo subsaarianos, eram pobres no momento de sua independência (ambas na segunda metade do século XX), a trajetória de ambos dificilmente poderia ser mais díspar.

Enquanto atravessar a fronteira para zimbabuanos do século XXI pode significar vida ou morte, nem sempre foi assim. No ano da independência de Botsuana, 1966, o Zimbábue (então Rodésia do Sul), tinha a mesma renda *per capita* do país vizinho (em dólares de 2005, a diferença dos dois era de mero US\$ 0,01). Quase meio século depois, em 2014, a renda do Zimbábue caiu (!) 5%, de US\$ 467 para US\$ 458, enquanto a de Botsuana cresceu treze vezes: de US\$ 468 saltou para US\$ 7.096. Nos últimos 25 anos, quase 1,5 milhão de pessoas deixaram o Zimbábue (10% da população atual). No mesmo período, Botsuana recebeu mais de 100 mil imigrantes (de 4% a 5% da população atual).

Por que um lado da fronteira é mais próspero que outro? Por que ao sul da fronteira se ganha mais, há trabalho, há maior escolaridade e a AIDS é cada vez mais eficientemente combatida? Por que



REFLEXÕES XXII

em Botsuana o dinheiro é confiável enquanto no Zimbábue ele perdeu tanto seu valor até sair de circulação? Por que as mulheres têm mais oportunidade em Botsuana que no Zimbábue? Nada disso foi ao acaso, por sorte e, principalmente, não foi protagonizado pelo Estado – ainda que ele conserve papel algo relevante na economia botsuanesa.

O Zimbábue consiste num raro e infeliz fenômeno de crescimento econômico: três, quatro décadas após a independência, regrediu. O padrão de vida de um zimbabuano em 2014 era ligeiramente pior do que de seus pais e avós trinta e cinco anos antes. Por outro lado, Botsuana, ao menos até hoje, é o que se pode chamar de caso de sucesso; restam vários desafios, mas é incontestemente sua guinada, em meio século, de terceiro PIB *per capita* mais baixo para o sexto mais alto da África.

Poder pode, só não pode todo o poder- O nonagenário Robert Mugabe, comandante do Zimbábue (seja primeiro-ministro, presidente) sempre vence com mais de 90% as eleições – as quais não têm calendário regular. Autodeclarado comunista, Mugabe tem apreço por milícias, por estatizar propriedade privada e por zeros. Possivelmente o chefe de Estado mais aficionado em zeros do mundo, condenou seu país à pior hiperinflação desde a húngara nos anos 1950, chegando ao extremo de abandonar oficialmente a moeda nacional em 2009.

Na fronteira sul, a história é diferente. A democracia mais ininterruptamente longa do continente, Botsuana conta com eleições regulares, acreditadas e alternância no governo e ausência de culto à personalidade. Não há descontentamento social mobilizado – o país possui saldo positivo de migração líquida – e é um dos poucos no continente que não contém, em sua história, governo militar ou guerra civil. Em plena África subsaariana.

Quanto custa?- Caso alguém queira abrir um negócio no Zimbábue, vai ter de esperar três meses, em média – um pouco



REFLEXÕES XXII

menos que a espera média no Brasil, aliás – e isso vai custar o equivalente ao trabalho de aproximadamente 400 dias (ou 112% da renda *per capita*). Por outro lado, em Botsuana, onde os processos podem ser mais ágeis, o trâmite leva 48 dias e custa o equivalente a 0,7% da renda *per capita*. Mesmo considerando que a renda *per capita* em Botsuana é de 13 a 14 vezes superior, traduzamos esses percentuais: em dólares de 2005, custa dez vezes mais abrir um negócio no Zimbábue: US\$ 513 contra U\$ 49,66.

Em termos de liberdade econômica – ou seja, o quanto o ambiente institucional pesa (ou melhor, deixa de fazê-lo) sobre as expectativas dos agentes econômicos –, em toda a África continental, Botsuana é o país mais livre. Adivinhem a posição do Zimbábue. Pois é, último lugar dentre os 46 (de 54) países avaliados no continente.

Enquanto em Botsuana a tarifa aduaneira média é 0,5%, no Zimbábue é superior a 14% (no Brasil, beira os 8%). Enquanto Botsuana fomenta e permite investimentos estrangeiros, o Zimbábue é protecionista. Para alguns, Mugabe poderia ser considerado herói por não abrir o país aos estrangeiros, ao “capital internacional”. Só que talvez ele não seja um herói para a população que enfrenta desemprego formal superior a 90% – uma população que foge do país em dezenas de milhares, ano após ano.

Nos trilhos da história, o sucesso botsuanês e o fracasso zimbabuano são claros como a luz do meio-dia. Enquanto a propriedade privada foi organizada, fomentada e facilitada para o botsuanês comum, a mesma foi confiscada dos zimbabuano médio. Se o Zimbábue é o terceiro pior país do mundo (dentre os 144 pesquisados pelo Fórum Econômico Mundial) para se registrar propriedade, Botsuana está entre o top 5 da África nesse quesito – na realidade, Botsuana possui o 13º melhor “ambiente macroeconômico” mundial, segundo o mesmo *ranking*. Para tal, contribui governo pouco endividado e alta taxa de poupança (a 12ª do mundo, em % do PIB). A do Zimbábue? Bem... O intervencionismo do governo, que lhe confere nota mínima em diversos *rankings*, trouxe o país a infelizes taxas de poupança negativas, ficando ao final do *ranking* (penúltimo).

Enquanto a violenta estatização das terras no Zimbábue levou apenas a desemprego e escassez, a propriedade privada tem sido bem protegida em Botsuana, onde o Estado se posiciona como bom garantidor de contratos e fomentador de investimento estrangeiro.

Sobre investimento estrangeiro, aliás, nota-se o quase absoluto fechamento zimbabuano ao setor externo, seja objetivamente, por meio de entraves não tarifários tragicômicos, ou indiretamente, por meio de taxações e burocracias desestimulantes (além, claro, do caótico e inseguríssimo ambiente macroeconômico local). Já do lado botsuanês, embora haja foco na extração de diamante e a indústria local seja preponderantemente voltada à mineração, o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial chamam a atenção para a bancarização local, destacando até mesmo o crescimento do mercado de capitais no país – embora tímido se comparado a economias mais maduras, é um avanço monumental em relação a economias em frangalhos como países da região como Moçambique, Maláui, República Democrática do Congo e o próprio Zimbábue.

Competitividade importa – e exporta- A disparidade é tamanha que um parágrafo de exemplo pode fazer as vezes de dois de teoria. O planejamento central e monopólio estatal de diversos braços da economia, sem sequer um mínimo de concessões razoáveis, gera falta de integração entre áreas geográficas, setores econômicos – entre pessoas e produtos. Um mesmo produto, já importado e desembaraçado na aduana, pode ter o frete dezoito vezes maior no Zimbábue do que em Botsuana, segundo relatório do Banco Mundial.

Em que pese a exposição ao erro de utilizarmos um exemplo bastante pontual – no relatório, a entidade faz tal comparação com peças automotivas importadas –, não podemos nos esquecer de que ambos os países não têm portos marítimos, por exemplo. Botsuana, inclusive, tem a interligação de seu território prejudicada por um dos maiores pântanos do mundo, o delta do rio Okavango; mesmo assim, uma iniciativa mais livre e menos controlada resulta em preços mais baixos – e, de arremate, em infraestrutura melhor: Botsuana está 40 posições acima do Zimbábue no *ranking* do Fórum Econômico Mundial.

REFLEXÕES XXII

Voltando nosso olhar para o cenário geral, o comércio dos dois países expõe, mais uma vez o abismo entre a trajetória das duas economias: com população sete vezes maior, o Zimbábue exporta três vezes menos que Botsuana; as importações seguem proporção semelhante. O fluxo comercial (soma de exportações e importações) *per capita* de Botsuana é US\$ 7.156, contra US\$ 576 no Zimbábue.

A figura se torna ainda mais contrastante quando comparamos os parceiros comerciais: enquanto Botsuana busca diversificar suas parcerias – sem, contudo, negligenciar o comércio com países vizinhos –, o Zimbábue é substancialmente dependente da região. Mais de 50% das exportações de Botsuana são voltadas para países não africanos (a saber, Bélgica, Índia e Israel), enquanto mais de 90% das exportações zimbabuanas não saem da região da África austral. O fluxo comercial com a principal economia da região, a África do Sul, corresponde a 48% de todo o comércio exterior zimbabuano, contra 36% de Botsuana. Sobre o padrão desse comércio, mais de 50% do que o Zimbábue importa são bens de consumo (contra 36% de Botsuana). Por fim, enquanto o Zimbábue ostenta saldo negativo no Balanço de Pagamentos de mais de US\$ 3 bi, Botsuana apresenta saldo quase “neutro”, positivo em US\$ 23 mi.

A principal mensagem desses números é expor em que determinadas trajetórias de crescimento projetam os países. É indissociável o papel negativo do governo zimbabuano em atravancar o crescimento do país e é digno de nota o papel facilitador de um governo como o botsuanês que, mesmo mantendo propriedade de setores chamados “estratégicos”, consegue alçar seu país ao posto de polo de atração de investimentos e importante *player* comercial regional.

Educação acessível- No mundo, a taxa média da população matriculada em ensino superior saltou de 12% em 1980 para 32% em 2014. Novamente, verificamos contraste entre o estatizante Zimbábue e a livre Botsuana: em 1980, 1% dos zimbabuanos tinha acesso ao ensino superior e em 2014 esse número ainda não atingira 6%, enquanto no mesmo período em Botsuana o salto foi de 2% para 28%.

REFLEXÕES XXII

Mão de obra mais qualificada significa potencial proporcionalmente maior para deslocar a trajetória de crescimento acima de forma sustentável. Não há – e perdoem-me o clichê – crescimento sustentado sem ensino de qualidade, e, por conseguinte, formação de profissionais preparados e competitivos.

Diagnóstico- Não é à toa que ao sul da fronteira haja melhores condições socioeconômicas. Governo mais transparente, com alternância e eleições regulares; atividade produtiva privada incentivada, encorajada e vista como principal motor da economia; ambiente social com desafios endereçados e metas difíceis (em nível termos mundiais) sendo perseguidas, como no caso de infecção por HIV (do pico recorde de 29,1% em 2001, Botsuana reduziu a taxa de infecção para 25,2% em 2014), mas também sucessos notáveis, como; ambiente macroeconômico estabilizado, atrativo e pujante, aproveitando as vantagens locais sem perder o foco na diversificação; tudo isso contribui para que o país – qualquer que seja – guie rumo a uma trajetória positiva sustentada, com reflexos benéficos para as gerações posteriores. Todavia, vale a nota de que, não tomados os remédios, o paciente adoecerá e demorará ainda mais tempo – no caso, uma ou mais décadas ou mesmo gerações – para se recuperar. ●

Guilherme Nery: graduando em Ciências Econômicas (ESALQ/USP) e bacharel em Negócios Internacionais (UNIMEP).

Artigo publicado em 8 de agosto de 2016

Uma humilde defesa da liberdade e da não intromissão de políticos e burocratas em nossas vidas

Steve Horwitz

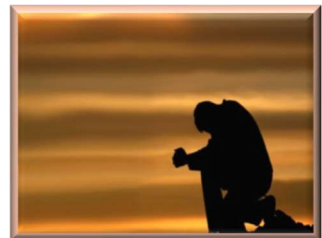


Uma das reações mais comuns à afirmação de que se deve permitir que as pessoas vivessem suas vidas livres de qualquer interferência política é que muitas pessoas simplesmente não são sábias e sensatas o bastante para gerenciar suas próprias vidas.

Assim, por exemplo, as pessoas não podem ser livres para poupar como quiserem para sua aposentadoria – devendo o Estado confiscar mensalmente uma parte da sua renda para poupar para elas – porque não são sábias e sensatas o bastante para isso.

Igualmente, as pessoas não podem ser livres para educar seus filhos como quiserem (devendo o Estado estar no controle da educação), para escolher os tipos de planos de saúde que quiserem (devendo o Estado regular pesadamente este setor), para consumir o que quiserem (devendo o Estado proibir e encarecer várias coisas), para comprar do estrangeiro os produtos que quiserem (devendo o Estado dificultar e encarecer as importações), para escolher os provedores de internet e de telefonia celular que quiserem (devendo o Estado restringir o acesso das empresas mundiais ao mercado nacional), ou mesmo para proteger sua família (devendo o Estado proibir o acesso de pais de família a armas, mesmo as mais simples).

Não apenas as pessoas não podem ser livres para decidir sobre isso, como também devem ser obrigadas a pagar



REFLEXÕES XXII

por tudo isso por meio da extração compulsória de uma fatia de sua renda.

De novo: os defensores de todo esse intervencionismo estatal alegam que as pessoas não podem ter tamanha liberdade porque não são sábias e sensatas o bastante para isso, devendo, portanto, delegar poderes a políticos e burocratas. Para agravar a situação, várias pessoas do outro lado do debate (nós, libertários) afirmam que as pessoas deveriam ter toda essa liberdade exatamente porque são sábias e espertas o bastante para lidar com tudo isso.

Ambos os lados estão errados em suas justificativas.

Começemos com um ponto que talvez seja óbvio: se os humanos não são sábios o bastante para gerir suas próprias vidas, por que deveríamos crer que existam humanos sábios o bastante para gerir a vida dos outros? O que garantiria, por exemplo, que iremos eleger um pequeno número de pessoas genuinamente sábias e sensatas o bastante para gerir não apenas suas próprias vidas como também as nossas vidas?

E o que iria garantir que elas sejam sábias e sensatas o bastante para saber o que é bom não só para elas, mas também para todo o resto? Tais pessoas teriam de ser sobre-humanas. Logo, o argumento de que "as pessoas não são sábias o bastante, e por isso têm de ser controladas por pessoas sábias" pode ser imediatamente revertido contra seus defensores.

Mas também há problemas com o argumento de que "as pessoas são sábias o bastante para cuidar de si próprias". Trata-se de uma questão empírica saber quão sábias e sensatas as pessoas são em geral, e se elas realmente são boas em tomar decisões. Evidências experimentais da psicologia e da economia comportamental sugerem que a maioria das pessoas está muito distante da perfeita racionalidade do *Homo economicus*. Mesmo que fosse verdade que somos sábios e sensatos o bastante para gerir nossas vidas, isso por acaso também não implicaria que somos sábios e sensatos o bastante para gerir a vida dos outros?

Historicamente, o argumento em prol do socialismo e de outras

REFLEXÕES XXII

formas menos abrangentes de intervenção estatal sempre teve como premissa fortes alegações sobre a racionalidade humana. Se somos sábios e sensatos o bastante para controlar a natureza, então certamente podemos fazer o mesmo com a sociedade.

A arrogância fatal- Tais argumentos frequentemente foram feitos em termos de querer o melhor para a sociedade, e com a sincera crença de que seria possível melhorar as condições de vida daqueles que estão em pior situação ao se colocar mais poder de decisão nas mãos do governo.

No entanto, tamanha confiança nos poderes da razão – aquilo que Hayek chamou de "a arrogância fatal" – pode se degenerar (como de fato sempre acontece) na busca pelo poder apenas para se ter poder. E isso ocorre tão logo todas as tentativas de se fazer um planejamento social racional fracassam. Ou então pode também desandar em tentativas ainda mais desumanas de controle social, como a eugenia.

Superestimar a racionalidade humana é uma fórmula que sempre acaba levando alguns humanos a exercerem controle sobre outros humanos em uma escala que nenhum ser humano está capacitado. Portanto, se os humanos não são tão bons assim em tomar decisões, inclusive e especialmente aqueles com poderes políticos, então qual exatamente é o argumento em defesa da liberdade, dado que não podemos dizer que as pessoas são muito capacitadas para gerir suas próprias vidas?

Podemos fazer uma distinção entre duas afirmações:

"Sou muito sábio e sensato; logo, sou capaz de gerir minha própria vida perfeitamente."

E

"Não sei de tudo e nem sempre sou sensato, mas ninguém sabe mais do que eu sobre como melhor gerir minha própria vida".

A primeira representa uma declaração absoluta sobre a racionalidade humana. Já a segunda é uma alegação bem mais modesta, que diz que, em relação aos outros, sou mais capacitado

para tomar as melhores decisões para mim.

Mas esta segunda afirmação ainda ignora aqueles fatores essenciais que justificam permitir que até mesmo pessoas irracionais e insensatas gerenciassem suas próprias vidas: se os seres humanos possuem as corretas instituições econômicas, políticas e sociais, eles são capazes de observar o comportamento uns dos outros e de determinar quais tipos de comportamento "funcionam" e quais não. E eles podem imitar as escolhas daqueles que são bem-sucedidos.

Processos sociais são processos de aprendizagem, e todos nós nos tornamos melhores em nossas vidas ao imitarmos as bem-sucedidas inovações de terceiros. Processos evolucionários biológicos e sociais requerem algum processo por meio do qual a inovação ocorre, alguma maneira de determinar quais dessas inovações são benéficas, e então algum modo de imitar ou duplicar aquela inovação dos outros. Esses processos de inovação e imitação são a fonte do progresso tanto no mundo natural quanto no mundo social.

A evolução biológica, obviamente, possui todas essas três. A inovação ocorre por meio da mutação genética. Mutações que permitem que um gene ou um animal ou um grupo sobreviva são então transmitidas à geração seguinte. A sobrevivência é o padrão do sucesso. E a transmissão da mutação por meio da reprodução é o ato de imitação.

O mercado como um processo de aprendizagem- Vemos esse mesmo processo em ação no mercado. Empreendedores surgem com uma ideia nova; essa é a parte da inovação. O sistema de lucros e prejuízos sinaliza ao mercado se esse empreendedor teve sucesso ou fracasso em criar valor para terceiros. Se ele tiver tido lucro, outros produtores respondem a esses sinais de lucro entrando neste mercado e produzindo um bem similar. Esse é o processo de imitação e aprendizado econômico.

Em ambos os processos, o progresso é definido em termos de aprendizado, e esse aprendizado ocorre ao sermos capazes de identificar as inovações bem-sucedidas de terceiros e saber uma maneira de imitá-los. O que constitui o progresso é ser mais bem

REFLEXÕES XXII

capacitado para a sobrevivência (na evolução biológica) ou para criar valor para terceiros (no mercado). Daí a frase espirituosa de que o progresso social ocorre quando "as ideias fazem sexo". Um processo similar ocorre na cultura, em que inovações podem ser reconhecidas e imitadas – esse, aliás, é o conceito original do termo "meme".

Individualmente, podemos não saber muito; mas, conjuntamente, com as instituições corretas, podemos aprender uns com os outros e, coletivamente, saber muito. Igualmente, você pode ser a pessoa mais esperta da sua cidade, mas todas as pessoas da sua cidade, quando somadas, são infinitamente mais espertas que você.

A justificativa para a liberdade humana, portanto, não é que somos tão sábios e sensatos a ponto de sermos capazes de gerir nossas próprias vidas perfeitamente bem, mas sim que não somos tão sábios e sensatos individualmente, e que a única maneira de nos tornarmos mais sábios e sensatos é aprendendo uns com os outros. Tal aprendizado requer liberdade para inovar e liberdade para imitar. E deve envolver algum tipo de processo confiável que seja um indicador de sucesso. Nenhum de nós sabe o bastante para gerir nossas próprias vidas impecavelmente, e nem muito menos para gerir as dos outros. E é exatamente por isso que precisamos de liberdade – principalmente liberdade econômica – para experimentar, acertar, errar, ser bem-sucedido, fracassar e imitar os outros para aprimorar.

O argumento em prol da liberdade não parte da premissa de que os indivíduos são altamente racionais e capazes de sempre tomar as decisões ótimas. Ao contrário, ele parte da humilde crença que reconhece que temos limites reais à nossa racionalidade. E é essa humildade a base para o argumento em prol da liberdade: a única maneira de progredirmos é deixando as pessoas livres para inovar e imitar, criando e aprimorando instituições que forneçam a informação e os incentivos necessários para mensurar o sucesso e motivar a imitação.

É exatamente isso que o livre mercado e a liberdade social fornecem. Não somos sábios e sensatos o bastante para criar tal

REFLEXÕES XXII

sociedade numa prancheta, mas podemos facilmente ceder àquele orgulho arrogante capaz de destruir toda a ordem que faz a liberdade funcionar mesmo em meio a toda e limitada racionalidade que caracteriza os mais avançados ocupantes do planeta terra.

O argumento em prol da liberdade é aquilo que aprendemos uns com os outros, e não aquilo que cada um de nós sabe. ●

Steve Horwitz: professor de economia na St. Lawrence University e autor do livro *Microfoundations and Macroeconomics: An Austrian Perspective*.

Artigo publicado no dia 9 de agosto de 2016

As fragorosas incoerências de quem se diz socialista e progressista

Lawrence W. Reed



Qual o problema com socialistas progressistas? Só para ficar no básico: eles prometem a paz e a harmonia (quando não estão incitando a inveja e o roubo), mas entregam revolta e conflito. Eles gostam de jogar uma classe contra a outra. Eles prosperam com o discurso do vitimismo e do coitadismo. Eles desprezam a responsabilidade individual e a delegam a um amorfo "coletivo". Eles estimulam o

pensamento grupal e a mentalidade de manada. Eles abolem a individualidade e esvaziam os humanos de sua humanidade.

Os socialistas oferecem favores, subsídios e segurança econômica, nenhum dos quais pode ser mantido, tampouco gerar os resultados pretendidos. E, tão logo essas políticas se revelam um fracasso retumbante, eles despreocupadamente ignoram suas consequências como se nada tivessem a ver com isso.

Eles dão mais valor a palavras bonitas e a declarações de boas intenções do que às reais consequências e realidades de seus atos. Eles estão em constante guerra com a natureza humana. Eles são o equivalente intelectual daquele traficante de drogas que tenta criar dependência e impor um paternalismo sobre os outros. Eles parecem adorar a burocracia por sua própria natureza, pois se opõem a todas as ideias voltadas para reduzi-la.

Como bem disse Ludwig von Mises, ainda em 1944, em seu livro *Burocracia*:

Os proponentes do socialismo chamam a si próprios de progressistas, mas defendem um sistema que se caracteriza pelo mais



REFLEXÕES XXII

rígido imobilismo, pela mais estrita manutenção da rotina, e por uma resistência a todo e qualquer tipo de avanço e de aumento da eficiência.

Eles gostam de se dizer liberais, mas defendem medidas que aniquilam a liberdade individual. Eles se dizem democratas, mas anseiam por uma ditadura (desde que estejam no comando). Eles se dizem revolucionários, mas querem tornar o governo onipotente. Eles prometem as bênçãos do Jardim do Éden, mas planejam transformar o mundo em um gigantesco DETRAN, todos os indivíduos meros balconistas seguindo ordens do burocrata do alto escalão.

Que utopia sedutora! Que causa mais nobre pela qual lutar!

Os socialistas progressistas defendem a concentração do poder nas mãos de pessoas cujo caráter faz delas as mais suscetíveis à corrupção. Eles defendem a espoliação das pessoas "para o seu próprio bem". Seus esquemas sempre são compulsórios, nunca voluntários. Eles têm desdém pelas mais elementares lições de economia e de história porque juram que, se da próxima vez tentarem com mais afinco, tudo será diferente.

Um alerta aos "socialistas bem intencionados": governo grande atrai gente de caráter abominável. Um dos mais negligenciados argumentos contra o "socialismo democrático" – um que os socialistas progressistas mais ignoram – é aquele que enfatiza a inevitável conexão entre governo grande e caráter abominável.

Os socialistas progressistas mais sonhadores dizem que irão eleger e formar um governo virtuoso, um governo formado por homens e mulheres, negros e brancos, gays, heterossexuais e transgêneros honestos, humildes, sábios, sensatos, independentes, responsáveis, incorruptíveis, respeitosos e com uma visão voltada para o futuro do país. Tal raciocínio mostra como os socialistas progressistas são profundamente contraditórios. Eis o ponto principal: quanto maior e mais poderoso se torna o governo, menores são as chances de ele atrair pessoas com essas virtudes.

Vocês "socialistas democráticos" ainda não perceberam quão baixas e asquerosas as campanhas políticas se tornaram? Mentiras

REFLEXÕES XXII

cabeludas e distorções gritantes já se tornaram uma característica corriqueira da política atual. Óbvio: o prêmio almejado por essa gente é o poder de mandar em nossas vidas e a licença para controlar um orçamento trilionário, comprando favores com o dinheiro dos outros e ganhando agrados. A consequência inevitável disso é a deterioração do caráter de quem está em busca desse prêmio.

Por que uma pessoa genuinamente boa e bem-intencionada iria querer se sujeitar a essa imundície? Pessoas genuinamente boas querem é manter distância desse esgoto, deixando o campo aberto para todos os tipos de demagogos desprezíveis. A menos que você goste de chafurdar na lama com os porcos, você simplesmente irá querer distância dessa gente.

Se um "socialista progressista e democrático" diz querer entrar no governo para adotar medidas mais socialistas, então sabemos qual o seu real caráter.

Lord Acton, famosamente disse, há mais de um século, que "*o poder corrompe, e o poder total corrompe totalmente*". Embora ele tenha acertado na mosca, ainda cabe um acréscimo: "*O poder atrai os corruptos*".

Se você, socialista democrático e progressista, defendeu essa monstruosa expansão do governo federal nas últimas décadas, ou possui uma lista de coisas que gostaria que o governo fizesse, pois acredite que ele ainda não fez o bastante, você não tem direito de sair por aí parolando sobre como a política está fétida e sobre como seria bom se tivéssemos políticos bons e honestos. Você é parte do problema. Um governo agigantado, que se intromete em tudo e que detém amplos poderes regulatórios sobre a sociedade e a economia, como você defende, é, por sua própria e inevitável natureza, sujo e desonesto. Esse é o tipo de gente que ele irá atrair. E é isso que o poder concentrado sempre gera.

É uma ingenuidade – comprovada empiricamente pela história – acreditar que pessoas boas e honestas irão permanecer boas e honestas se elas detiverem o poder de gerenciar e redistribuir um orçamento trilionário anualmente, regulando cada aspecto da nossa

REFLEXÕES XXII

vida e da economia. Esse tipo de poder vai transformar um santo em pecador em um curtíssimo espaço de tempo. Quanto mais o governo cresce, mais pessoas sem caráter ele atrai. Quanto mais as regulamentações e os poderes do Estado se expandem, mais a liberdade do indivíduo honesto encolhe em prol do crescimento dos escroques. Apenas pense adiante e tente imaginar como será o futuro caso o governo federal continue crescendo a este ritmo, como defendem os socialistas progressistas. Daqui a algumas décadas, quando ele estiver controlando 50, 60 ou mesmo 70% da renda nacional, ele estará repleto de tipos arrogantes, manipuladores, de fala bonita, mas de caráter desprezível. Não serão pessoas sábias e sensatas o bastante para perceber que não são sábias e sensatas o bastante para controlar nossas vidas e regular a economia. E então, quando finalmente vocês perceberem que colocaram os piores dentre nós no controle de uma máquina espoliadora gigantesca, será tarde demais.

O poder atrai pessoas ruins e pessoas ruins não saem de cena sem causar estragos.

Governo grande, com grandes poderes, atrai gente sem caráter. Socialistas progressistas, que são os mais incansáveis defensores desse arranjo, parecem simplesmente não entender isso.

Conclusão- Ao contrário do que dizem os socialistas progressistas, a escolha entre capitalismo e socialismo não é uma mera escolha entre sistemas alternativos de organização social, uma preferência a ser dada a um sistema em relação a outro. Essa alternativa não existe.

Como disse Mises em **Ação Humana**:

O socialismo não pode ser realizado porque está além dos poderes do homem instaurá-lo como um sistema social. A escolha é entre o capitalismo e o caos.

Um homem que escolher entre beber um copo de leite e um copo com cianureto de potássio não escolherá entre duas bebidas: estará escolhendo entre a vida e a morte. Uma sociedade que escolher entre capitalismo e socialismo não fará uma escolha entre dois

REFLEXÕES XXII

sistemas sociais: estará escolhendo entre a cooperação social e a desintegração da sociedade.

O socialismo não é uma alternativa ao capitalismo; é uma alternativa na qual os homens não viveriam como seres humanos. A tarefa da economia é demonstrar esse fato, assim como a tarefa da biologia e da química é mostrar que o cianureto de potássio não é uma bebida, mas um veneno mortal. ●

Lawrence W. Reed: presidente da Foundation for Economic Education
Artigo publicado no dia 11 de agosto de 2016

Efeito Pokémon: histórias de quem está atrás do Pikachu

Bruno Abbud



A manifestação que não era política, o carro que parou no meio da avenida movimentada, o hospital invadido por adolescentes, o dragão que cuspiu fogo no altar da catedral e outras histórias de quem saiu por aí atrás de um Pikachu ou de outras criaturas virtuais

Era sexta-feira, o agente Alberto, da CET, foi acionado pela central para checar o número de manifestantes que começavam a se aglomerar no vão do Masp, na Avenida Paulista. Pelas câmeras de segurança, o posto de controle havia identificado uma movimentação suspeita no local. No Masp, os manifestantes somavam 80. Do outro lado da avenida, contudo, eram mais de 150 pessoas. Alberto pensou que fosse o povo do “Fora, Temer”. Depois percebeu que, ali, ninguém queria saber de política. Estavam todos caçando pokémons. “A calçada estava tomada”, contou Alberto. “Liguei para a central e disse: ‘não é manifestação, é pokémon’.”

Dois dias antes, o jogo Pokémon Go tinha sido lançado no Brasil. E já era febre. Desde o início do mês, o trecho que se estende da entrada do parque Trianon até a esquina da Rua Peixoto Gomide com a Paulista se transformara em pokéstop (se você ainda não sabe o que é isso está mais por fora que asa de Zubat). Tudo bem, vou facilitar: um pokéstop nada mais é do que um ponto de encontro de jogadores que aparecem para coletar itens do jogo. Na Avenida Rebouças, por exemplo, existem ao menos 14 pokéstops. Foi lá que, na mesma sexta-feira, outro marronzinho flagrou um motorista incógnito que parou o carro no meio da avenida, desceu e passou a erguer o celular na direção do



REFLEXÕES XXII

além. O homem conseguiu escapar antes que o agente anotasse sua placa. No dia seguinte, o vendedor Edson de Souza, que trabalha na Loja Marisa da Paulista, estava prestes a realizar mais uma venda, mas foi interrompido por quatro jovens que invadiram o espaço das araras para caçar um Butterfree. “Levei um susto”, disse ele. “Falaram que o bicho estava bem nos meus pés, a cliente ficou constrangida, quase perdi a venda.” A coisa estava começando a desandar.

Às 21 horas da última terça, quase 200 jogadores se postavam na frente da loja, que fica bem onde está o pokéstop da Peixoto Gomide, um dos mais procurados da cidade. Eles se reuniam em grupo, alguns permaneciam solitários, nenhum desgrudava os olhos do celular. “O jogo deixou as pessoas mais abertas ao diálogo”, disse a estudante Patrícia Pierri, de 22 anos. Não demorou 30 segundos e lá estava ela, capturando novos amigos.

De repente, um ser surgiu no meio da multidão. Não, não era um pokémon, e sim o motorista de ônibus Eduardo Mateus, que está faturando na Paulista. Ele aproveitou o *frisson* para vender carregadores (carregados!) de bateria de celular. Cada um custa R\$ 15. Em três horas, havia vendido dezoito aparelhos. “Eu vim jogar e percebi que tinha um monte de gente indo embora porque a bateria estava acabando”, explicou. “Aí tive essa ideia.”

O mecânico Sérgio Carvalho, de 28 anos, que à noite faz bico de entregador de pizzas, também teve uma luz. Resolveu levar gente na garupa para caçar pokémons. Carvalho anunciou o serviço em um fórum na internet: três quilômetros por cinco reais, sete por dez, doze por catorze, mais dois reais por parada. Capturou o primeiro interessado dois dias depois. “Em dez quilômetros passo por 30 pokéstops e pegou 20 pokémons”, disse. “Como em São Paulo não pode andar a mais que 60 quilômetros por hora, fica fácil.”

Na hamburgueria Stunt Burger, no Morumbi, quem encaçapar um Pikachu ganha uma porção de batatas. Além disso, todo dia, às 22 horas, os proprietários espalham o Lure Module – uma espécie de incenso virtual que atrai pokémons – no pokéstop que fica na frente do estabelecimento. “Aumentou o público, principalmente a

REFLEXÕES XXII

molecada”, contou Donato Galvez, de 53 anos, o proprietário. Ele planeja a criação de um novo lanche cujo pão imita uma pokébola. O guitarrista Fernando Loko, de 26 anos, que se apresenta na Paulista, passou a encaixar nomes de pokémon nos refrões de suas músicas. Também pediu para a mãe confeccionar uma fantasia do Pikachu. Não deu outra: o “Pikachu da Paulista” passou a capturar muito mais moedas. “Tô com essa roupa há quatro dias. As pessoas olham o Pikachu e plum”, disse, fazendo um gesto de lançar dinheiro para dentro da capa vazia.

Até os pets sentiram a febre Pokémon. A estudante Gabriela Ackel, de 20 anos, que antes do jogo passeava com seu labrador só durante o tempo do cachorro concluir suas necessidades, agora estende a marcha em busca de pokémons – sorte do cão. Ela tem encontrado muitos ovos virtuais, e cada ovo, dependendo do tipo, só gera um pokémon se o jogador se deslocar fisicamente por dois, cinco ou dez quilômetros – quanto mais longe, mais raro será o recém-nascido. “Comecei a andar muito mais”, disse.



Para o psicólogo Bruno Costa, doutor em Análise do Comportamento pela PUC-SP, o jogo é terapêutico. “É incrível como pode ser difícil tirar um jovem de casa”, disse. “Uma das queixas mais recorrentes é sobre o fulano que não sai de casa porque só quer saber de computador. Tenho um jovem com queixa aguda de isolamento social e, por causa do jogo, começou a sair mais. Esta semana mesmo todos me relataram que saíram com amigos para caçar pokémons. Olha o poder que isso tem!” Segundo ele, casos graves de pacientes com síndrome de Asperger, por exemplo, têm sido tratados com Pokémon Go. “Para jogar é preciso negociar, pegar táxi, *uber*, ônibus, coisas que nunca faziam. Estão aprendendo a lidar com dinheiro, aprendendo o caminho de casa. Se o uso for saudável, vejo muita vantagem”, disse. Um paciente seu, contudo, teve uma crise porque a internet caiu no dia do lançamento do jogo no Brasil.

A panaceia pokémon também produz seus efeitos colaterais. Em

REFLEXÕES XXII

San Francisco, nos Estados Unidos, um jovem foi baleado e morreu enquanto integrava uma multidão de caçadores de pokémon. Ninguém viu o assassino porque ninguém olhou para o assassino. Só para tela do celular. Em San Diego, Califórnia, dois jogadores caíram de um penhasco. Em Wyoming, uma mulher que explorava um lago à procura de pokémons aquáticos encontrou um cadáver boiando. O mesmo aconteceu na Califórnia e em Singapura. Na ala de Engenharia do Mackenzie, “tem muita gente matando aula”, de acordo com o universitário João Vitor Paiva, 22, que apertava seu *smartphone* na Paulista.



Na última semana, a atendente Regiane França, de 17 anos, que trabalha no Rei do Mate da Paulista, presenciou mais cenas de ladrões capturando telefones alheios. “Tá tendo muito roubo, muito roubo”, disse. “O ladrão passa de bike, agarra o celular e vai embora”. A PM assina embaixo. “Ainda não temos estatísticas, pois o jogo é recente, mas já identificamos situações que devem elevar a quantidade de roubos na capital”, avisou o major Emerson Massera. Fora os acidentes. “Já flagramos pessoas atravessando ruas sem notar os veículos, motoristas jogando enquanto dirigem e também muitos tropeços. Nossos programas de policiamento já foram reorientados, considerando esse fenômeno.” A delegada Victória Lobo Guimarães, titular do 78º DP, nos Jardins, que cuida da área da Paulista, informou que, até a última quarta-feira, só uma vítima que teve o telefone roubado enquanto caçava pokémons havia aparecido para registrar ocorrência. “Você já jogou?”, perguntou a delegada. “Eu peguei dois no meu quarto!” Um investigador que não quis se identificar avisou que já tem ladrão usando incenso pokémon para atrair vítimas. O Metrô diz que até agora não registrou nenhuma ocorrência grave envolvendo o jogo, mas a advogada Karoline Ramos, 24, jura que viu um pokémon nos trilhos da estação Bresser – já pensou o perigo? A SPTrans também não anotou nada anormal, embora um cobrador de ônibus tenha relatado à reportagem a aparição de “zumbis” caçando pokémons na faixa de ônibus. A reportagem não capturou nenhuma resposta

oficial da CET.

Caçando fiéis. Na semana passada, a Arquidiocese de São Paulo viu no jogo uma chance de angariar fiéis. “Antes de jogar, dê uma olhada na igreja”, dizia a campanha no Facebook, que até a última sexta-feira tinha 6.800 curtidas e 8.371 compartilhamentos. “Tínhamos dois caminhos: proibir os jovens ou acolhê-los e fazer do jogo um meio de evangelizar”, afirmou Luiz Eduardo Baronto, cura da Catedral da Sé. “A gente sabe que quem vier aqui caçar pokémon pode não ser uma pessoa de fé, mas podemos suscitar nela o desejo de rezar.” Só não vale na hora da missa. “Ninguém vai expulsar ninguém”, disse Baronto, que orientou os seguranças para serem gentis com os jogadores. Pois bem, na tarde da última quarta-feira, os fiéis e os seguranças não viram, mas um Charmander (pokémon raro) insistia em cuspir fogo no altar enquanto o padre rezava sua missa. “Eu li que pokémon é coisa do diabo”, disse um segurança da catedral.

A falta de noção, bem, essa continua à solta. Na quinta-feira, o Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba, teve de acionar seus seguranças para retirar caçadores de pokémon na área de emergência pediátrica do SUS, onde foi “instalado” um ginásio Pokémon. Numa carta endereçada a John Hanke, CEO da Niantic Labs, empresa responsável pelo aplicativo, a direção do hospital pediu encarecidamente a retirada do ginásio das dependências do hospital.

A Escola da Vila, no Butantã, emitiu uma circular avisando os pais sobre os perigos do jogo. “As crianças estavam hipnotizadas”, disse Clarice Camargo, orientadora da escola. “Alguns invadiram os espaço dos alunos de três anos, quase atropelaram os pequenos para caçar pokémon.” Na escola Waldorf Rudolf Steiner, cuja proposta pedagógica recomenda contato com meios eletrônicos só a partir dos 12 anos, um ginásio Pokémon apareceu no pátio. A escola também contactou a Niantic para se livrar do ginásio. “Está atrapalhando a concentração das crianças”, afirmou a pedagoga Karla Neves. A empresa respondeu que vai analisar o caso.

Nos cartórios de registro civil nos arredores da Avenida Paulista,

REFLEXÕES XXII

como o que existe na Rua Frei Caneca, por exemplo, até agora ninguém registrou um filho com nome de Pokémon (como já aconteceu nos Estados Unidos). “Até agora”, frisou uma funcionária. ●

Bruno Abbud: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de agosto de 2016

LUIZ BIANCHI

Discursos de fé: por que escândalos não abalam a reputação de políticos evangélicos?

Sarah Posner



O encontro entre pastores evangélicos e a política é uma invenção americana – que pegou bem no Brasil. Com retórica moralista, a bancada evangélica tem quase 40% dos assentos do Congresso. O que a experiência da direita cristã dos Estados Unidos ensina sobre o Brasil de Eduardo Cunha, Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, expoentes do conservadorismo no País? A jornalista investigativa americana Sarah Posner, especialista na relação entre política e religião, explica o poder de atração desse grupo e por que escândalos financeiros e sexuais não abalam sua reputação

A confluência de pastores evangélicos com a política na era pós-televisão é uma exportação norte-americana. É também um casamento notadamente oficiado pelo Partido Republicano, desde o governo de Richard Nixon, na década de 1970. As igrejas evangélicas não detêm o monopólio dos escândalos, como fica claro por décadas de denúncias sobre pedofilia na Igreja Católica, afinal tratadas com maior transparência pelo Papa Francisco.

Mas o tele-evangelismo produziu uma forma de varejo religioso que frequentemente ocorre fora de denominações protestantes tradicionais, e atrai um tipo de charlatanismo que convive com a democracia norte-americana de maneira intrigante. A jornalista investigativa Sarah Posner é uma das maiores conhecedoras da direita evangélica nos Estados Unidos. Ela é autora do livro *God's Profits: Faith, Fraud, and the Republican Crusade for Values Voters* (Lucros de Deus: Fé, Fraude e a Cruzada Republicana pelos Eleitores de Valores Morais), uma exposição da aliança republicana com tele-evangelistas corruptos que exploram os chamados *value*

voters, eleitores cujo voto é motivado por questões como aborto e homossexualismo.

Posner tem analisado esta mais incomum das campanhas presidenciais e narrado o racha que ocorre entre os evangélicos tradicionais e os que dão apoio maciço a Donald Trump. O apelo de Trump para um nicho demográfico – trabalhadores brancos de indústrias em declínio, com pouca educação, cada vez mais excluídos pela economia globalizada, se completa com sua mensagem: “Restaurar a América” (e a brancura) a um período de glória e dominação. É a volta a um paraíso que, tanto esses eleitores, como os fiéis de certos tele-evangelistas, nunca conheceram.

Quando procurei a autora Sarah Posner para conversar com o Aliás, ela soltou uma exclamação sobre este dado: 38% do Congresso brasileiro são constituídos por políticos evangélicos, um crescimento extraordinário se levarmos em conta que não passavam de 9% no começo do milênio. O censo do IBGE, em 2010, apontou que 22,4% dos brasileiros se declaravam evangélicos e 65% da população se declarava católica. Como explicar esse peso político desproporcional da chamada bancada da Bíblia? Na conversa com Sarah Posner, ela oferece uma análise da situação norte-americana que ajuda a explicar. Os indignados – os que são contra a legalização do aborto, por exemplo – se mobilizam mais para se organizar e ir às urnas, especialmente num país onde o voto não é obrigatório. Quando uma sociedade se liberaliza e se torna mais secular, o zelo religioso tende a se tornar mais vocal. Uma década antes de a Suprema Corte Americana confirmar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, grupos religiosos conseguiram passar leis definindo o casamento como instituição entre um homem e uma mulher em 13 estados – uma discussão que vemos hoje no Brasil, com o estatuto da família defendido massivamente pela frente parlamentar evangélica.

Como a emergência de moralistas políticos vai marcar o Brasil dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Marco Feliciano (PSC-SP)? E como a experiência da direita cristã, agora desafiada pela evolução demográfica de um país cada vez mais diverso como os Estados Unidos, pode jogar luz sobre o momento brasileiro? No

século XVIII, o filósofo alemão Immanuel Kant, em seu ensaio clássico “Paz Perpétua” expressou confiança no político moral. Mas o moralista político, escreveu, forja a moralidade de forma a moldá-la para obter vantagens. A seguir, a conversa com Sarah Posner.

O que marcou a emergência recente da direita cristã nos Estados Unidos?

O fenômeno não é tão recente como pensam. O fim da segregação racial nas escolas e a proibição de oração e bíblias em escolas públicas foram catalisadores da insatisfação de brancos cristãos. Lembro também que, durante a Guerra Fria, a direita religiosa foi ativa na luta anticomunista. Mas, com a decisão da Suprema Corte, em 1973, que legalizou o aborto, a direita cristã se aliou de maneira mais organizada ao Partido Republicano. A eleição de Ronald Reagan, em 1980, marca o primeiro engajamento maciço dos evangélicos em uma campanha presidencial. Agora temos o marco da passagem do casamento entre pessoas do mesmo sexo, na Suprema Corte. Eles não esperavam isso, especialmente após ter obtido vitórias, na eleição de 2004, passando leis estaduais contra o casamento *gay*. Como estão reagindo? Cerram fileiras em torno da “liberdade de religião”. É um *slogan* que se refere à liberdade de religião garantida pela Constituição, mas quer promover a ideia de que, se um comerciante cristão não quiser atender encomendas para um casamento *gay*, poderia fazê-lo porque estaria exercendo seu direito, acima da lei civil. Mesmo sabendo que vão se tornando minoria, querem demarcar território para seu conservadorismo.

Por que escândalos financeiros e de natureza sexual não parecem abalar a reputação dos tele-evangelistas?

É uma subcultura com veia autoritária. O pastor foi ungido para falar em nome de Deus. Ele é o mensageiro da verdade. Quem se coloca contra o pastor é acusado de estar contra Deus ou seu apóstolo. E críticas que vêm de fora são caracterizadas como coisa do demônio, inclusive as que partem da mídia. É um mundo binário, do bem contra o mal, e os fiéis se veem no papel de combater o mal. Sabemos que há temor de denunciar líderes de uma igreja. Entrevistei vários ex-membros de igrejas que descrevem o

mesmo tipo de intimidação, seja para denunciar uma falcatura financeira ou um malfeito sexual. Mas note também que há circulação de fiéis entre as igrejas. Como quem vai às compras eles podem trocar de pastor, em busca de uma mensagem que melhor lhes convém.

O seu trabalho expôs a demagogia de pastores de igrejas que não têm denominação protestante tradicional, pregadoras do ‘evangelho da prosperidade’. Por que continuam impunes?

Eles convencem os fiéis de que o dízimo é prova de sua devoção a Deus. Há tanta gente em dificuldades financeiras que continua a doar, enquanto vê seus pastores em carros de luxo, em mansões milionárias. A reação frequente é achar que o pastor fez algo certo. Quando reclamam, ouvem críticas à força de sua fé, e que é preciso doar mais para ter “retorno” no investimento. Conversei com uma mulher da igreja do controverso pastor John Hagee. Trato dele no livro. A igreja disse a ela que sua obrigação era pagar o dízimo antes de pagar o aluguel. É o que evangélicos chamam de “primeiros frutos”, a obrigação primordial é com a igreja.

Seu livro narrou casos de exploração de fiéis com perfil bem escolarizado. Como se deixam enganar?

A psicologia desta dinâmica é complicada. Nos povos que valorizam sucesso material, a atração pela teologia da prosperidade é maior, pela sensação de certeza que ela traz. A TV é um instrumento forte de propagação. Redes cristãs como a Trinity e a Christian Broadcasting Network têm público internacional e são imitadas no exterior. O público vê um estilo de vida afluente, celebridades e diz: não é ganância, é a vontade de Deus. Mesmo na Igreja Católica, não vejo disposição da Conferência Nacional dos Bispos para promover frugalidade como prega o Papa Francisco. Sabemos de bispos com estilo de vida muito abastado. Em 2014, tivemos uma explosão de indignação com o arcebispo de



Newark, que usou US\$ 500 mil da igreja para transformar sua casa de fim de semana numa mansão.

Os escândalos de pedofilia na Igreja Católica vê o fim da impunidade garantida. Como evangélicos lidam com seus escândalos sexuais?

Eles apareceram em várias igrejas, especialmente sem denominação protestante tradicional, inclusive nas suas escolas. E o jornalismo investigativo está expondo os casos, como no escândalo da Bob Jones University. É uma escola fundamentalista cristã, que lidou com denúncias de estupro e abusos durante décadas acusando as vítimas de ser responsáveis pelos ataques que denunciavam. Há essa cultura de culpar vítimas e proteger homens no poder. Mas a cultura de proteger poderosos não é exclusiva de igrejas. Veja o escândalo atual com o fundador da Fox News, agora demitido, Roger Ailes, o executivo mais influente da mídia conservadora. Ele é acusado de assédio por mais de 20 mulheres. Várias pessoas em posições de poder vieram em sua defesa.

Donald Trump já defendeu o aborto, quase não menciona religião e tem passado notório de farras em Nova York. Seu perfil é o oposto do eleitor que seleciona o candidato por uma plataforma moral. Mesmo assim, mais de dois terços dos evangélicos brancos parecem dispostos a votar em Trump. Como explicar este apoio?

A surpresa não é menor entre quem acompanha os evangélicos. Quando perguntamos a eles como podem apoiar Trump, se contorcem em explicações que se resumem assim: está tudo errado com o país. Não dá para ter só batalhas em questões como aborto ou homossexualismo. Os Estados Unidos precisam de um homem forte que vai libertá-los do caminho do liberalismo ideológico e moral e do secularismo. Ele fala contra muçulmanos, é atraente porque ressalta essa história do choque de civilizações. E a maneira como ele ataca o politicamente correto agrada demais, especialmente a evangélicos. Entenda que atacar o politicamente correto, neste caso, é linguagem em código para atacar feministas, movimentos negros como o Black Lives Matter, que denuncia a violência policial contra

REFLEXÕES XXII

negros. Estamos vendo maior flutuação nas pesquisas. No momento, o eleitorado evangélico branco é crucial para Trump. Há décadas, os republicanos que chegaram à Casa Branca não têm recebido menos do que 70% do apoio destes eleitores. Trump depende deles. ●

Sarah Posner: is an American journalist and author. She is a contributing writer for Religion Dispatches, writing on the intersections of religion and politics. She is the author of *God's Profits: Faith, Fraud, and the Republican Crusade for Values Voters*, and has written for *The American Prospect*, *The Guardian*, *The Nation*, *Salon*, *AlterNet*, *the Atlantic*, *The Washington Spectator*, *The Daily Beast*, and *The Washington Post*.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de agosto de 2016

O "nós" é uma falácia

Jim Fedako



Quando assistimos à Olimpíada, temos a tendência a torcer de acordo com as nacionalidades. Torcemos para os atletas de nosso país contra os do resto do mundo.

Embora não haja nada errado com esse tipo de diversão, o conceito do indivíduo nunca deve ser perdido em meio ao ideal coletivista – a crença de que os membros do coletivo (a nação, nesse exemplo) são robôs sem personalidade dedicados a servir ao todo.

Antes de continuar, deixe-me introduzir um termo matemático que irá ajudar a expor a falácia do coletivo: o fractal. Resumidamente, um fractal é uma forma geométrica que pode ser dividida em partes que são, cada uma, tão complexas quanto o formato original da figura. Ou seja: após essa divisão, cada parte terá sempre o mesmo formato da figura original.

Considere uma árvore: os principais galhos são tão complexos quanto a árvore em si. Em essência, o galho é "uma cópia em escala reduzida do todo". Um galho plantado no chão seria indistinguível de uma árvore. Iterativamente, os galhos dos galhos são eles próprios cópias em escala reduzida da árvore, e assim por diante.

Adicionalmente, considere imagens geradas por computador que tenham qualidades fractais. Nesse caso, desenha-se uma estrutura complexa que aparentemente possui bordas irregulares, conquanto bem definidas. Uma análise mais detalhada de uma borda vai revelar uma estrutura que é tão complexa quanto a imagem original. Mantendo-se esse procedimento iterativamente, uma



REFLEXÕES XXII

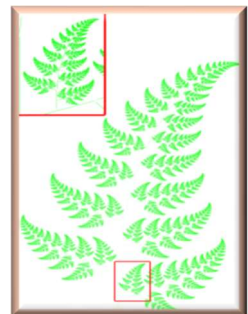
análise mais detalhada da borda dessa borda irá revelar novas e igualmente complexas estruturas, *ad infinitum*. A ideia básica é que cada observação revela uma nova complexidade e singularidade. Essencialmente, quanto mais conhecemos, menos sabemos.

Agora voltemos nossa atenção para a estrutura da sociedade. A topologia da sociedade possui qualidades fractais. Partindo-se de um ponto de vista global, tendemos a ver os países como agregados homogêneos. Pressupomos que cada país possui certos atributos que automaticamente se reproduzem em todos os seus habitantes – existem chineses, existem americanos, existem indianos, existem russos e existem brasileiros.

De acordo com essa visão, o cidadão **a** do país **x** nada mais é do que uma personificação ideal das características agregadas que são atribuídas a **x**. Imediatamente alegamos saber tudo sobre **a** simplesmente porque sabemos que **a** é um cidadão de **x**. "Eles agem dessa forma porque ele é francês e ela é russa". Essa é uma maneira perigosa e excessivamente simplista de classificar homens e mulheres que agem, como veremos.

Agora, vamos aplicar o conceito de fractais e centrar nossa atenção apenas no país **x**. Olhando-se exclusivamente para **x**, percebemos variações dentre suas várias regiões. Em vez de um grupo homogêneo, descobrimos uma complexidade que é similar à complexidade observada em relação aos outros países do mundo. Pegando-se os Estados Unidos como exemplo, é possível perceber diferenças entre os residentes de Ohio e os da Califórnia, por exemplo. Repentinamente, o americano que até então víamos como um ser homogêneo passa a ser o agregado de vários agrupamentos singulares.

Seríamos arrojados ao ponto de criar o tipo ideal do nativo de Ohio? É óbvio que não, uma vez que uma análise mais detalhada de Ohio vai revelar variações dentro do estado que são



REFLEXÕES XXII

tão complexas quanto aquelas entre os estados.

À medida que vamos aprofundando essa análise iterativa, acabamos por chegar ao pior dos agregados: a comunidade. Escolhi a comunidade porque ela é o conceito que permite que todas as análises mais amplas tenham significado.

Todas as ideias coletivistas começam pela comunidade. Desde os primeiros dias no jardim de infância, as escolas martelam o conceito de comunidade na mente das crianças. As escolas instruem as crianças a se verem a si próprias como componentes similares e indistinguíveis de suas comunidades, independente de se a comunidade é a escola, um distrito escolar, o bairro ou alguma outra agregação.

Com esse fim, as escolas se definem a si próprias como "comunidades de aprendizes" – não como uma comunidade de indivíduos, mas como uma comunidade cujos membros anônimos esforçam-se pelo bem coletivo.

Questões que afetam uma comunidade afetam cada membro (ou criança) igualmente. As crianças devem agir de maneira que deixem orgulhosas suas escolas. Elas são encorajadas a propor projetos comunitários e são obrigadas a se voluntariar para serviços comunitários. A mensagem implícita é a de que morrer – de modo figurado, nesse caso – pelo coletivo é o destino a ser aspirado durante a vida. Como disse Mises,

Para os adeptos do universalismo e do coletivismo, o indivíduo, ao sujeitar-se ao código ético vigente, não o faz em benefício direto de seus interesses particulares; ao contrário, ele está abstendo-se de realizar seus próprios objetivos em benefício dos desígnios da Divindade ou da comunidade.

Entretanto, a comunidade sempre é mal definida. Seria a sua comunidade a sua vizinhança ou uma das várias e sobrepostas subdivisões políticas? Ou a sua comunidade é formada por aqueles cuja companhia você aprecia?

Quem pretende iniciar o estudo da ação humana a partir de entidades coletivas esbarra num obstáculo insuperável, qual seja, o

REFLEXÕES XXII

fato de que um indivíduo pode pertencer ao mesmo tempo, e na realidade pertence – com exceção das tribos mais primitivas –, a várias entidades coletivas. Os problemas suscitados pela coexistência de um grande número de entidades sociais e seus antagonismos recíprocos só podem ser resolvidos pelo individualismo metodológico.

Uma vez que a ideia de comunidade cria raízes, as crianças passam a ter dificuldades em se ver como qualquer outra coisa que não seja parte do coletivo. Lamentavelmente, isso vai seguir na criança por toda a sua vida adulta. Assuntos tributários, por exemplo, são propostos para o bem da comunidade. E os bons membros da comunidade devem sempre apoiar as finalidades coletivas.

Portanto, partindo-se da ideia de comunidade coletiva, é fácil ampliar o escopo de atuação (ou tirar o *zoom*, se preferir) e incorporar maiores horizontes, até que, finalmente, a nação coletiva e o seu governo são abordados. Se você deve se sacrificar para ser um membro de sua comunidade local, você também deve se sacrificar para ser um membro da sua nação, independentemente de suas políticas e ações.

Se a sociedade, ou o Estado, é uma entidade dotada de vontade e intenção e de todas as outras qualidades que lhe são atribuídas pela doutrina coletivista, então é simplesmente absurdo confrontar as aspirações triviais do pobre indivíduo com os majestosos desígnios da sociedade e do Estado.

Entretanto, homens e mulheres dotados da capacidade de agir não são abelhas que trabalham para o bem da colmeia. Quando humanos são controlados pela autoridade central, eles não mais estão agindo; eles estão reagindo. E, como Mises demonstrou há muito tempo, humanos que reagem aos comandos do ditador não estão construindo uma colmeia; eles estão simplesmente consumindo o mel remanescente – o capital – e esperando passivamente períodos inevitavelmente mais difíceis à frente.

Porém mesmo a comunidade é em si um agregado de vários agrupamentos singulares. Uma análise mais detalhada vai revelar a existência de famílias. E mesmo as famílias são o produto de várias

REFLEXÕES XXII

entidades singulares: homens, mulheres e crianças que agem individualmente. É essa complexidade – a complexidade essencial do indivíduo – que explica por que discutir política e assuntos familiares entre membros de família é algo tão delicado. Ela também explica por que assistir a um jogo de futebol é mais seguro do que conversar informalmente à mesa durante uma tarde de reunião familiar. Mas é essa complexidade que permite o crescimento da divisão do trabalho, que faz aprimorar e prosperar as economias.

Há duas visões da estrutura da sociedade. Há a visão coletivista, que falsamente cria agregações características e pressupõe que todos os membros são personificações ideais dessas características agregadas. E há a visão austríaca, que enxerga apenas o indivíduo e não tenta criar qualquer tipo de agregação.

Todas as variantes de credos coletivistas estão unidas na sua implacável hostilidade às instituições políticas fundamentais do sistema liberal: respeito à propriedade privada, tolerância para com as opiniões divergentes, liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa, igualdade de todos perante a lei.

O coletivista mancha a face do indivíduo, fazendo com que o caminho para os maléficos "ismos" do nosso mundo seja relativamente fácil e desejável. Os austríacos, por outro lado, veem o indivíduo independentemente da geopolítica em voga, e é o foco no indivíduo que leva cada vez mais à liberdade.

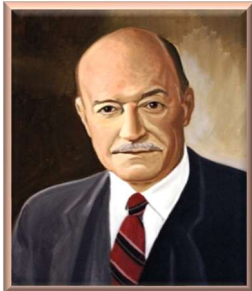
Torça para seu atleta ou equipe favoritos. E alegre-se com os fractais que são seus vizinhos, amigos e colegas. Não os perca em uma neblina coletiva. ●

Jim Fedako : analista de negócios e pai de sete crianças que ele próprio educou em casa.

Artigo publicado no dia 14 de agosto de 2016

Repetindo algumas lições básicas de economia – que, inexplicavelmente, seguem sendo ignoradas

Henry Hazlitt



N. do E.: o artigo a seguir foi acrescido de temas econômicos com o intuito de torná-lo mais próximo da realidade brasileira

Entender de economia é saber reconhecer as consequências secundárias e nem sempre perceptíveis de uma política econômica. Entender de economia é entender as consequências gerais de tudo.

A economia é a ciência que examina os efeitos de alguma política proposta ou existente, não apenas em relação a algum interesse especial, em curto prazo, mas também em relação ao interesse geral, em longo prazo.

Entendendo que a economia é a ciência que examina consequências, então, por definição, assim como a lógica e a matemática, a economia é a ciência que reconhece implicações inevitáveis.

Podemos ilustrar esse ponto por meio de uma elementar equação algébrica. Suponha que alguém diga que, se x é igual a 5, então $x + y = 12$. A "solução" dessa equação é que y é igual a 7. A equação não faz essa asserção diretamente, mas, inevitavelmente, indica isso.

O que é verdadeiro nessa equação elementar é também verdadeiro para as mais complicadas e abstrusas¹ equações que se encontram na



¹ **Obstruso**: difícil de compreender; intrincado, obscuro.

matemática. A resposta encontra-se na própria enunciação do problema. Ela tem de, é verdade, ser "calculada". O resultado pode às vezes chegar ao homem que resolve a equação como uma formidável surpresa. Pode ser ainda que ele tenha a sensação de estar descobrindo alguma coisa inteiramente nova, sensação semelhante a de "algum observador dos céus quando um novo planeta lhe surge à vista". Sua sensação de descoberta talvez seja justificada pelas consequências teóricas ou práticas da solução. Contudo, sua solução já se continha na formulação do problema. Apenas não fora reconhecida imediatamente, pois a matemática nos lembra que implicações inevitáveis não são, necessariamente, implicações óbvias.

Tudo isso é igualmente verdadeiro no que concerne à economia. A esse respeito, poderíamos também comparar a economia à engenharia. Quando um engenheiro tem um problema, ele deve em primeiro lugar determinar todos os fatos que com ele se relacionam. Se ele projeta uma ponte, para ligar dois pontos, ele deve primeiro conhecer a distância exata entre esses dois pontos, bem como sua precisa natureza topográfica, a carga máxima que a ponte estará destinada a suportar, a força de tensão e compressão do aço com que a ponte será construída e as vibrações e tensões a que será submetida. Boa parte dessas pesquisas factuais já foi feita por outros.

Seus antecessores também já resolveram equações matemáticas complicadas pelas quais, conhecendo a resistência dos materiais e a tensão a que estes estão sujeitos, puderam determinar diâmetro, forma, número e estrutura das torres, cabos e vigas da ponte.

Igualmente, aquele economista a quem foi proposto um problema prático deve conhecer os fatos essenciais desse problema e as deduções válidas a serem tiradas desses fatos. O aspecto dedutivo da economia não é menos importante que o factual. Pode-se, sobre ele, dizer aquilo que George Santayana disse sobre a lógica (e que poderia, igualmente, ter dito sobre a matemática): "Ela investiga a radiação da verdade", de modo que "quando se sabe que um termo de um sistema lógico descreve um fato, todo o sistema ligado a esse termo torna-se, por assim dizer, incandescente".

REFLEXÕES XXII

Ora, poucas são as pessoas que reconhecem as necessárias implicações das declarações sobre economia que constantemente estão fazendo. Quando dizem que o governo deve estimular o crédito para salvar a economia, estão na realidade dizendo que a maneira de salvar a economia é aumentando o endividamento das pessoas. Crédito e dívida são nomes distintos para a mesma coisa, vista de lados opostos.

Quando dizem que o caminho para a prosperidade é aumentar os gastos do governo, estão na realidade dizendo que o governo deve ou tributar mais as pessoas ou incorrer em déficits ou imprimir dinheiro. A tributação retira renda (logo, capacidade de consumo e investimento) das pessoas e empresas. Déficits significam que pessoas e empresas estão emprestando para o governo, em vez de utilizarem esse dinheiro na própria economia. Significa também que os bancos, em vez de financiarem investimentos produtivos, estão financiando a folha de pagamento do governo. E significa também que haverá aumento de impostos no futuro para que o governo possa arcar com o serviço dessa dívida.

E, por fim, a mera impressão de dinheiro gera inflação de preços, fato que significa que as pessoas perdem poder de compra e as empresas ficam sem dinheiro suficiente para bancar os custos dos investimentos. Portanto, aumentar os gastos do governo gera o contrário de prosperidade.

Quando dizem que o governo deve proteger a indústria nacional por meio de tarifas de importação, estão na realidade dizendo que o grande empresariado do país deve ser protegido das escolhas voluntárias dos consumidores, que agora ficam proibidos de comprar bens estrangeiros e acabam sendo obrigados a comprar bens nacionais mais caros e de menor qualidade deste baronato nacional. Proteção à indústria nacional significa criar uma reserva de mercado para grandes empresários e, com isso, garantir artificialmente seus lucros, à custa do bem-estar do povo, especialmente dos mais pobres, que agora estão proibidos de adquirir bens estrangeiros baratos e de qualidade.

Quando dizem que o governo deve estimular a indústria nacional

REFLEXÕES XXII

por meio de subsídios ou empréstimos subsidiados pelo governo, estão na realidade dizendo que o grande empresariado deve receber dinheiro de impostos do povo e, com isso, levar vantagem sobre os concorrentes menores.

Quando dizem que o câmbio deve ser desvalorizado para estimular as exportações e frear as importações, estão na realidade dizendo que o poder de compra da moeda deve ser reduzido e a população deve ter seu bem-estar afetado apenas para garantir os lucros do grande empresariado nacional.

Quando dizem que as exportações devem ser aumentadas e as importações devem ser restringidas, estão na realidade dizendo que a quantidade de produtos à disposição da população nacional deve ser duplamente reduzida – gerando, no mínimo, mais carestia.

Quando dizem que as empresas devem ser controladas por agências reguladoras, estão na realidade dizendo que essas empresas devem operar dentro de um cartel protegido pelo Estado, com preços garantidos e sem liberdade de entrada para potenciais concorrentes.

Quando dizem que os agricultores devem ter os preços de seus produtos elevados por programas de compras governamentais, estão na realidade dizendo que toda a população do país deve ter sua comida encarecida.

Quando dizem que todos têm direito a saúde, educação e transporte gratuitos estão na realidade dizendo que toda a população deve dar mais dinheiro para burocratas do governo, os quais irão repassar esse dinheiro (retendo para si uma fatia) para outras pessoas, as quais irão então prover esses serviços de acordo com critérios especificados por burocratas e políticos, e não pelos consumidores.

Quando dizem que os salários – principalmente o salário mínimo – devem ser aumentados por decreto, estão na realidade dizendo que o segredo para a prosperidade econômica é aumentar os custos de produção.

Quando dizem que as empresas devem utilizar mais conteúdo nacional em seus produtos, estão na realidade dizendo que os fornecedores desse conteúdo nacional têm direito a uma reserva de

REFLEXÕES XXII

mercado, podendo assim elevar seus preços e reduzir a qualidade de seus produtos despreocupadamente.

Quando dizem que um pouco mais de inflação gera mais crescimento econômico, estão na realidade dizendo que uma perda mais acentuada do poder de compra da moeda e uma maior incerteza quanto aos custos futuros estimulam mais empreendedores a fazerem investimentos produtivos em longo prazo.

Quando dizem que um pouco mais de inflação gera mais consumo e emprego, estão na realidade dizendo que um aumento no custo de vida estimula as pessoas a contratarem mais serviços (como empregadas domésticas) e a irem mais vezes aos *shopping centers*.

Quando dizem que mais gastos do governo estimulam o empreendedorismo, estão na realidade dizendo que a contratação de mais burocratas e a criação de mais burocracia, mais leis e mais regulamentações incentivam a produção e levam a mais geração de riqueza.

Conclusão- Para se fazer uma verdadeira análise econômica, ambas as faces da moeda devem ser consideradas, de modo que todas as implicações de uma proposta sejam devidamente entendidas e estudadas. E isso raramente é feito.

A análise dos exemplos acima nos mostra, incidentalmente, outra lição: quando estudamos os efeitos de várias propostas, não apenas sobre determinados grupos e em curto prazo, mas sobre todos os grupos e em longo prazo, as conclusões a que chegamos correspondem às do senso comum. Não ocorreria à pessoa alguma dizer que é economicamente estimulante ter vitrinas quebradas e cidades destruídas; que criar projetos públicos inúteis é uma boa maneira de gastar o dinheiro do povo; que as máquinas, que aumentam a produção e economizam o esforço humano, devem ser temidas; que obstruir a produção e o consumo aumenta a riqueza; que a nação se torna mais rica quando sua moeda perde poder de compra; que a prosperidade aumenta quando o comércio com os outros países é restringido; que poupar é algo prejudicial e que o consumismo e o endividamento trazem prosperidade.

REFLEXÕES XXII

"O que é prudência na conduta de toda família em particular" – disse o bom senso de Adam Smith em resposta aos sofistas de seu tempo – "difícilmente pode ser loucura na de um grande reino." Homens menores, entretanto, perdem-se em complicações. Não reexaminam seus raciocínios mesmo quando emergem com conclusões que se evidenciam absurdas.

Dependendo de suas próprias crenças, o leitor pode ou não aceitar o aforismo de Bacon, segundo o qual *"uma pequena filosofia inclina o espírito do homem para o ateísmo, ao passo que a profundidade na filosofia conduz seu espírito para a religião"*. É verdade, no entanto, que uma pequena noção de economia pode, facilmente, conduzir a conclusões paradoxais e ridículas que acabamos de expor, ao passo que a profundidade nessa noção fará com que o homem retorne ao bom senso.

A profundidade na economia está em procurar todas as consequências de uma política, em vez de apenas dirigir o olhar para as que são imediatamente visíveis. ●

Henry Hazlitt: (1894-1993) foi um dos membros fundadores do Mises Institute. Ele foi um filósofo libertário, economista e jornalista do *The Wall Street Journal*, *The New York Times*, *Newsweek* e *The American Mercury*, entre outras publicações. Ele é mais conhecido pelo seu livro *Economia em uma Única Lição*.
Artigo publicado no dia 16 de agosto de 2016

Como a Justiça do Trabalho aumenta a desigualdade no Brasil

Geanluca Lorenzon



A Justiça do Trabalho brasileira, que compartilha fortes semelhanças com tribunais de exceção, deu um passo adiante para declarar isso de forma explícita: os juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) divulgaram nesta segunda-feira passada uma declaração atestando que a Justiça do Trabalho é um "poderoso instrumento de distribuição de renda".

Em outras palavras, eles estão agora abertamente confessando que aplicam uma regra que não existe no ordenamento jurídico, que é inconstitucional, e que corrobora o caráter de exceção de sua "justiça".

A concentração de renda, em si mesma, não é algo ruim. O mais irônico, contudo, é que é possível, por meio das ciências econômicas, afirmar que a Justiça do Trabalho funciona como uma instituição que atua fortemente em prol da concentração geral de renda na sociedade brasileira.

Como já está comprovado, o governo é um dos maiores, se não o maior, causadores da concentração de renda do país. Porém, mesmo assim, o tribunal que visa a "distribuir riquezas" age fortemente no sentido contrário. Essa conclusão pode ser retirada a partir de cinco premissas abaixo.

Premissa 1: redução do incentivo para contratar-

É visível a insegurança jurídica gerada pela Justiça do Trabalho. Em todos os campos do espectro ideológico, essa afirmação é aceita como quase universal. Seja para um portal de visão esquerdista,



REFLEXÕES XXII

para comentaristas independentes, para advogados corporativos, ou para entidades do comércio, a Justiça do Trabalho é indiscutivelmente uma panaceia de incerteza e riscos para as empresas. Bizarramente, os bancos são considerados "clientes" do Tribunal Superior do Trabalho. Até o doutrinador de extrema-esquerda, Lenio Streck, já reconheceu o sofrimento que advogados passam perante os juízes na seara trabalhista.

As consequências dessa incerteza serão analisadas em todas as premissas abaixo. Nesta premissa especificamente, veremos como a insegurança jurídica causa um forte desincentivo para que um empregador contrate novos empregados.

Quando uma empresa calcula o impacto de uma contratação sobre o seu orçamento, quanto maior a incerteza dos eventuais custos que um contratado trará para o orçamento geral, maiores serão os desincentivos para o empregador contratar. Consequentemente, o empregador irá preferir redirecionar seus ativos disponíveis para investimentos mais seguros.

Em termos mais filosóficos, pode-se dizer que a Justiça do Trabalho acaba gerando a posição menos desejável entre as disponíveis para o indivíduo empreendedor. Assim, o incentivo é que ele invista seu capital disponível em outras formas mais seguras de retorno, uma vez que toda ação tem o objetivo de colocar o indivíduo em uma posição mais confortável do que no momento anterior. Contratar um empregado, portanto, torna-se a opção mais arriscada (e menos confortável).

A concentração de renda desse risco criado vem tanto do aumento do desemprego, causado pela diminuição na contratação causa, como também pelo fato de que o empregador vai manter seus ativos investidos em áreas com menos recursos humanos. Será preferível, por exemplo, que o empregador mantenha sua empresa com menos funcionários e invista em rendimentos externos – como no mercado financeiro ou em títulos públicos – em vez de expandir seu negócio. Altos executivos do HSBC sugeriram explicitamente que as incertezas causadas pela Justiça do Trabalho levaram o banco a sair do país. Ironicamente, a Justiça do Trabalho acaba desincentivando

a própria geração de emprego, concentrando renda na mão dos empregadores.

Premissa 2: incerteza jurídica gera diminuição na oferta de salários e de tempo de contrato- Outra área em que a incerteza gera poderosos desincentivos para a ação contratual é na negociação salarial e no tempo do contrato do emprego.

A lógica é a mesma da premissa anterior, mas aplicada ao momento em que o empregador finalmente efetua uma contratação. Nesse sentido, quanto maior o salário que ele oferece, maior o risco de um futuro revés financeiramente negativo criado pela insegurança da Justiça do Trabalho.

Com efeito, quanto maior o salário, maiores serão os potenciais valores de indenização a serem pleiteados e a serem julgados pelos "justiceiros sociais" da Justiça do Trabalho. Maior a possibilidade de um juiz forçar uma "redistribuição de renda".

Assim, surgem incentivos para que o salário oferecido seja o menor possível. Da mesma forma, quanto mais longo o contrato de trabalho, maior a possibilidade de risco total (*liability*). Dado o prazo de prescrição de 5 anos na seara trabalhista, quanto mais se aproxima desse tempo, mais aumenta o risco de perdas financeiras por uma eventual ação trabalhista. Isso pode explicar por que o Brasil tem uma das maiores taxas de rotatividade empregatícia no mundo, ainda que a qualidade geral da mão de obra brasileira seja baixíssima comparada com a dos demais países, pior inclusive que Paraguai e Bolívia.

Logo, com incentivos para salários baixos e contratos curtos (independentemente da produtividade do empregado), claramente a renda acaba concentrada – novamente – na mão do empregador.

Mais uma consequência econômica gerada pelos juízes trabalhistas brasileiros.

Premissa 3: desacertos financeiros pós-contratos de trabalho- No momento do encerramento de um contrato de trabalho, o empregador possui muitos incentivos para não fechar um acordo simples e rápido com o empregado, a fim de dirimir

REFLEXÕES XXII

quaisquer vencimentos pendentes ou indenizações cabíveis (por mais injustas que elas possam ser).

Em vez de fechar um acordo extrajudicial, o empregador tem incentivos para aguardar uma demanda trabalhista, uma vez que a incerteza jurídica significa que ele não tem como saber (de forma alguma) com certeza os valores devidos, especialmente se existe algum assunto contencioso. A insegurança de não saber o que será devido ao final de pendenga gera uma passividade entre as partes.

Não só isso prejudica o empregador, que não consegue planejar com precisão seu negócio, como também mantém um montante que poderia já ser do empregado há mais tempo na mão de seu empregador. Como um bom seguidor da Escola Austríaca sabe, ter o dinheiro no momento zero (agora) é mais valioso do que ter essa mesma quantia em qualquer momento futuro. O empregado sai perdendo.

O resultado? Mais "concentração de renda" causada pela Justiça do Trabalho na mão do "explorador" empregador.

Premissa 4: incerteza jurídica pressiona gastos elevados com custos de transação- De acordo com Ronald Coase, como apontado pelo autor austríaco Israel Kirzner, custos de transação são os gastos associados a tudo aquilo que envolve a passagem de um serviço ou bem em produção para entidades com interfaces separadas.

No caso do contrato trabalhista, os custos de transações acabam sendo majorados pela incerteza jurídica, gerando a necessidade de investimento pesado, por parte dos empregadores, em um setor estratégico que não apenas não produz riqueza, como ainda a absorve de forma geral: estamos falando do próprio setor jurídico.

Em vez de investir na sua empresa de forma a aumentar a produção, a produtividade ou até mesmo expandir os recursos humanos, o empresário se vê forçado a gastar substancialmente com advogados – isso quando não tem de estabelecer um setor jurídico próprio para lidar com as excessivas e imprevisíveis demandas trabalhistas.

Não é por acaso que o advogado brasileiro acaba virando um

REFLEXÕES XXII

burocrata privado em vez de um exímio argumentador, como em países de diferentes tradições legais.

Não só os gastos acabam sendo focados demasiadamente em departamentos jurídicos, como todo o esforço para a diminuição de riscos por meio da advocacia preventiva acaba se esfacelando, uma vez que a insegurança da Justiça do Trabalho não permite que seja montada uma estratégia legal que evite a ocorrência de contenciosos.

Todo contrato de trabalho será sempre um ato jurídico arriscado para o empregador, não importa o quão preparado ou "blindado" esteja o contrato.

A concentração de renda decorre então de maneira direta por meio de um reforço da primeira premissa, na medida em que a expansão na contratação recebe desincentivos, e de forma indireta por meio da alocação de recursos para gastos com custos de transação (advogados, Ministério Público do Trabalho, custas legais, etc.). Em decorrência disso, investimentos que aumentariam a produtividade e produziram mais riqueza para a sociedade acabam não sendo feitos. Como não foram feitos, ninguém – exceto um economista treinado – consegue perceber a oportunidade perdida.

Como bem explicou o economista Frédéric Bastiat, para que possamos realmente entender as consequências de uma política, temos de considerar tanto "aquilo que é visto como aquilo que não é visto". Segundo ele:

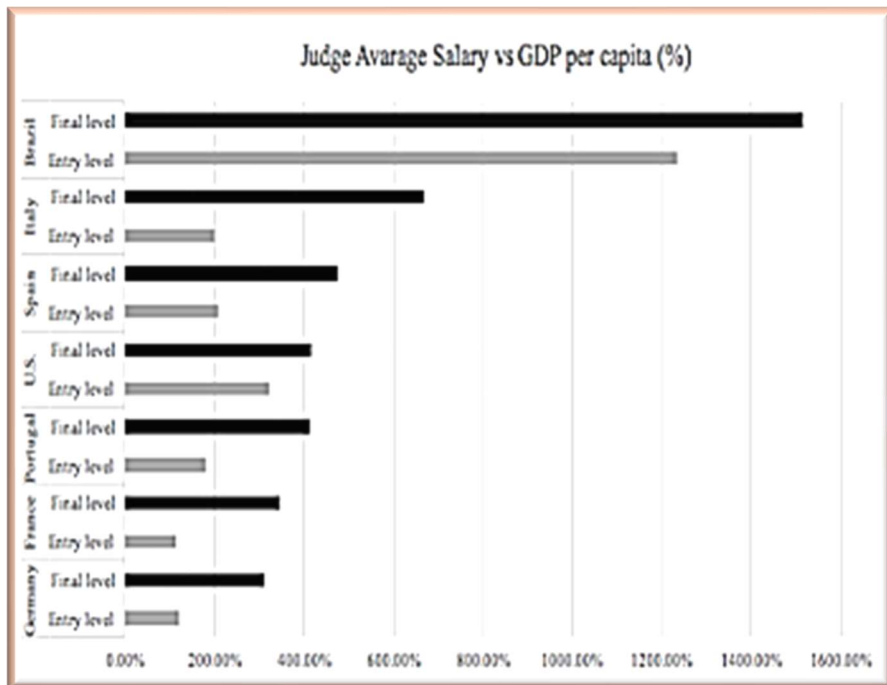
Na esfera econômica, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei não geram somente um efeito, mas uma série de efeitos. Dentre esses, só o primeiro efeito é imediato. Manifesta-se simultaneamente com a sua causa. É visível. Os outros só aparecem depois e não são visíveis. Podemos dar por felizes se conseguirmos prevêê-los.

Entre um mau e um bom economista existe uma diferença: o primeiro se detém no efeito que se vê; já o outro leva em conta tanto o efeito que se vê quanto aqueles que se devem prever. Todos saem perdendo. Menos os juízes trabalhistas.

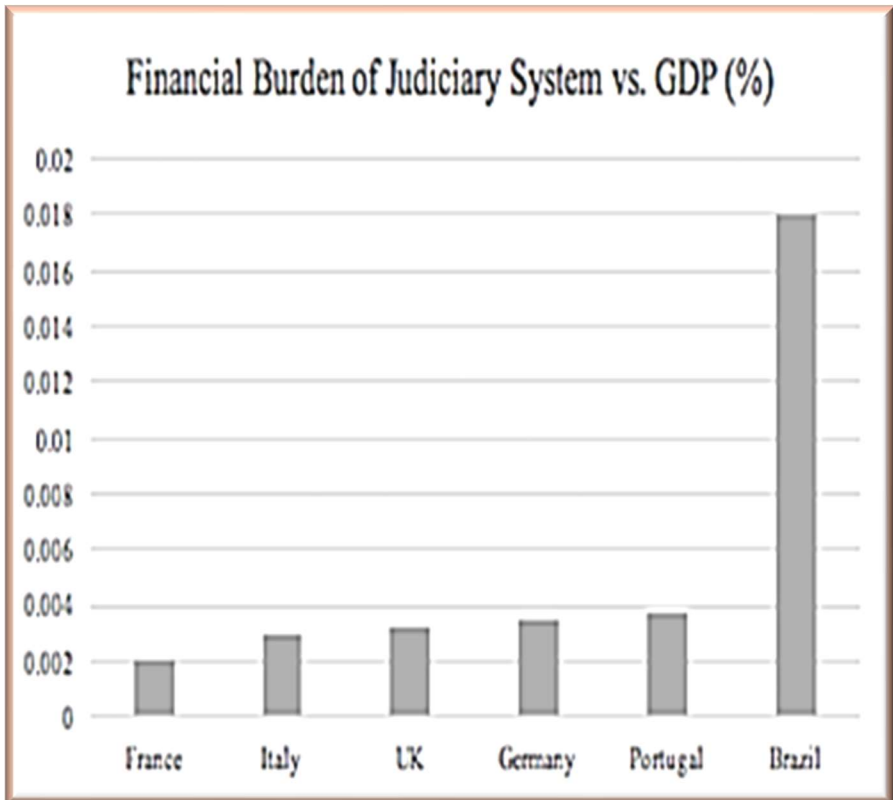
Premissa 5: a Nobreza Judiciária- "Um suntuoso estilo de

REFLEXÕES XXII

vida, donos de cargos públicos de mais alto poder, força e importância, e ameaça aos súditos que ousam não respeitar seus títulos": poderia ser a nobreza da idade medieval, mas em verdade se trata dos juízes brasileiros.



O Brasil tem um dos judiciários mais caros do mundo, principalmente pelos altos gastos com recursos humanos. Os custos com salários de juízes em relação ao PIB *per capita* brasileiro são maiores que os de qualquer outro país com tantos magistrados, superando inclusive países de alta renda, como Alemanha e Estados Unidos, conforme demonstram os gráficos a seguir com dados obtidos da European Commission on Efficiency of Justice, do Administrative Office of United States Courts, do Judiciário em Números (Brasil), e dados macroeconômicos de 2015.



Não é ótimo desviar sua função na sociedade, destruir a criação de empregos e de riqueza e receber polpidos salários pagos por esses mesmos trabalhadores "explorados" enquanto brada aos quatro ventos que você é o herói que vai fazer "justiça social" ao "redistribuir renda" com uma caneta em suas mãos?

Conclusão- Ainda que a concentração de renda não seja algo problemático, ao contrário do que o mantra estatista geral reproduz, a Justiça do Trabalho e seus magistrados mantêm um papel ativo quando se trata de diminuir a produtividade, aumentar o desemprego, destruir a criação de riquezas, criar um ambiente jurídico inóspito para a inovação e o crescimento profissional e –

REFLEXÕES XXII

como este artigo tentou demonstrar – concentrar renda na mão de poucos. Especialmente se esses poucos são eles mesmos. ●

Geanluca Lorenzon: Chief Operating Officer (C.O.O.) do Instituto Mises Brasil. Advogado, administrador e consultor. Pós-graduado em Competitividade Global pela Georgetown University. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Organizações Políticas pela Theodor Heuss Akademie. Premiado internacionalmente em Direito Internacional. Ganhador em termos nacionais do prêmio de melhor orador e melhores memoriais na maior competição de Direito do mundo, durante o ano de 2014.

Artigo publicado no dia 17 de agosto de 2016

Deixem o mercado cuidar disso! – você sabe o que essa frase realmente significa?

Donald Boudreaux



"Deixem o mercado cuidar disso! Deixem o mercado cuidar daquilo!" Você não se cansa de ficar repetindo essa fórmula simplista?"

Assim terminava um e-mail que recebi de um leitor.

O professor de Harvard, Dani Rodrik, muito querido nos círculos protecionistas, vai na mesma linha. Em seu livro *Economics Rules*, ele escreve: *"A abordagem do hamster para um problema é previsível: a solução está sempre no livre mercado. [...] Já as raposas, em algumas ocasiões, recomendam mais mercados e, em outras, mais governo."* De acordo com Rodrik, é melhor ser uma raposa do que um hamster.

Esse argumento, à primeira vista, parece ser o ápice da sensatez. Reformulado, ele está dizendo que:

É dogmático e perigoso supor que uma solução ou uma abordagem é a resposta para absolutamente todos os problemas. Há problemas que só podem ser solucionados com chaves de fenda; outros, só com martelos. Somente um tolo insistiria em usar uma chave de fenda em vez de um martelo para pregar um prego; ou usar um martelo para atarraxar um parafuso. Já o indivíduo sábio, não ideológico, iluminado, sensato, de cabeça aberta, e cientificamente atento sabe que, em algumas situações deve usar uma chave de fenda e, em outras, um martelo. O que poderia ser mais sensato do que isso?

O erro dessa formulação é fácil de ser apontado: o mercado não é apenas uma ferramenta; o mercado são várias



REFLEXÕES XXII

ferramentas. O mercado é um *kit* de ferramentas que contém muito mais ferramentas do que as que os burocratas do governo possuem.

Ao passo que o governo possui apenas algumas poucas ferramentas – majoritariamente martelos (algumas marretas), serrotes e braçadeiras –, o mercado está repleto de várias e incontáveis ferramentas. E suas ferramentas são muito mais diversas, variadas, especializadas e criativas do que aquelas contidas naquele simples e limitado conjunto do governo.

Dizer "*deixem o mercado cuidar disso*" é apenas uma maneira sucinta de dizer "*deixem que qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que se mostre mais disposto, mais capacitado, mais experiente, mais sagaz, mais versado e mais bem equipado tenha a liberdade para tentar lidar com cada problema específico*".

E dizer "*deixem que o mercado sempre cuide disso*" não significa – contrariamente ao que Rodrik sugere – propor uma solução única e simplista para todos os problemas. Significa, ao contrário, propor que o campo seja mantido aberto para que todas as soluções exequíveis possam ser tentadas.

Dizer "*deixem que o mercado sempre cuide disso*" é alertar para o fato de que utilizar o governo para tentar corrigir um problema é uma atitude que sempre irá impedir que outras várias soluções criativas e experimentações inovadoras sejam tentadas.

Em suma, a escolha não é entre apenas duas soluções possíveis: o mercado ou o governo. Ao contrário, a escolha é entre um conjunto gigantescamente amplo e variado de soluções possíveis (o mercado, com seus vários mestres de obras e carpinteiros altamente especializados e detalhistas) ou entre um ínfimo conjunto que apresenta apenas uma solução (o governo, com seus burocratas que manejam martelos, serrotes e braçadeiras).

E, ao contrário dos empreendedores do mercado, não seria muito sensato presumir que esses burocratas com martelos, serrotes e braçadeiras possuam conhecimentos profundos sobre qualquer um dos problemas que eles sejam convocados a "consertar".

Consistência não é simplicidade

REFLEXÕES XXII

Sim, devo admitir que minha solução proposta para vários problemas relacionados a políticas públicas é dizer "*deixem o mercado cuidar disso*". Mas essa resposta aparentemente simplista não é nem ingênua e nem preguiçosa. Ela é realista.

Ela reflete meu entendimento de que qualquer problema que você imaginar – reconstruir uma terra arrasada por um terremoto, fornecer educação e saúde de excelente qualidade para crianças e adultos, reduzir congestionamentos em ruas e estradas, fornecer uma moeda de qualidade, construir pontes e estradas, fornecer água tratada e encanada – será mais bem resolvido, com muito mais eficiência, presteza e baixo custo, por indivíduos atuando livremente na arena das trocas voluntárias e pacíficas (mercado) do que por burocratas do governo.

Dizer "*deixem o mercado cuidar disso*" é o oposto de dar uma resposta simplista: essa frase sintetiza a mais completa rejeição a uma solução única para tudo fornecida por burocratas com um poder centralizado. Significa endossar um arranjo incomensuravelmente complexo para lidar com o problema em mãos.

Recomendar o mercado (a livre interação entre pessoas) em lugar do governo (a intervenção de burocratas) significa a humildade de reconhecer que ninguém possui informação e conhecimento suficientes para determinar, ou mesmo para prever, quais métodos específicos são os melhores para lidar com o problema.

Recomendar o mercado, com efeito, significa recomendar que se permita que milhões de pessoas criativas, cada uma com perspectivas distintas e com seus próprios conhecimentos e percepções, voluntariamente contribuam com suas próprias ideias e esforços para lidar com o problema.

Recomendar o mercado é recomendar não uma solução única e simplista, mas sim um processo descentralizado que gera vários experimentos concorrenciais, os quais então levam à descoberta das soluções que funcionam melhor sob aquelas circunstâncias.

Recomendar o mercado é entender a genialidade daquela

REFLEXÕES XXII

importante constatação de James Buchanan, que disse que *"a ordem é definida durante o processo de seu surgimento"*.

Esse processo é flexível e estimula a criatividade. Ele também nega a qualquer um o poder de impor unilateralmente sua própria visão sobre todos.

Em suma, aconselhar que *"deixem o mercado cuidar disso"* é uma maneira abreviada de dizer que *"eu não tenho um plano simplista para lidar com esse problema; com efeito, rejeito todos os planos simplistas. Somente uma instituição competitiva e descentralizada, e que recebe contínuas informações de todos os indivíduos que dela participam (ou seja, o mercado), pode ser confiável o bastante para descobrir e implantar uma solução suficientemente detalhada para lidar com o problema em questão"*.

Dito tudo isso, vale ressaltar que os mercados só funcionam otimamente sob um arranjo em que a propriedade privada esteja protegida, os contratos firmados sejam respeitados, a cultura empreendedora seja forte, e o meio de troca utilizado (o dinheiro) não seja achincalhado. Se tais instituições estiverem ausentes, dificilmente haverá um mercado para lidar com qualquer problema.

Mas se essas instituições estiverem presentes, então os mercados revelar-se-ão espantosamente criativos e confiáveis. Recorrer ao mercado para lidar com problemas representa, portanto, o caminho mais sábio.

Conclusão- Infelizmente, no entanto, a tolice frequentemente triunfa sobre a sabedoria. As pessoas frequentemente pressupõem que grandes problemas sociais só podem ser resolvidos por um grupo específico e predeterminado de pessoas, as quais magicamente possuiriam a chave para a solução.

Embora declarar que *"deixem o governo cuidar disso"* possa parecer uma solução, tal atitude é meramente um sinal de uma fé simplista e sem qualquer fundamento: uma fé de que as pessoas investidas de poder não irão abusar deste poder; de que burocratas nomeados por políticos possuem respostas melhores do que milhões de indivíduos interagindo voluntariamente em busca de soluções

REFLEXÕES XXII

próprias, colocando seus próprios recursos e sua própria reputação em jogo; de que apenas aquelas "soluções" escritas em estatutos e regulamentações, e implantadas por burocratas assalariados, representam soluções verdadeiras e factíveis.

Portanto, sim, mostrem-me um problema e eu provavelmente responderei que "*deixem o mercado cuidar disso*". E irei responder dessa maneira porque não apenas sei que meus poucos conhecimentos e esforços jamais estarão à altura do desafio de solucionar problemas complexos, como também sei que nenhum político ou burocrata entre nós tem o poder de saber a melhor solução para todo e qualquer problema social.

Soluções para problemas sociais complexos requerem o maior número possível de mentes criativas interagindo voluntariamente entre si – e isso é exatamente o que o mercado entrega. ●

Donald Boudreaux: foi presidente da Foudation for Economic Education, leciona economia na George Mason University e é o autor do livro *Hypocrites and Half-Wits*.

Artigo publicado no dia 18 de agosto de 2016

Como bem ilustra a Venezuela, os defensores do socialismo desconhecem uma lei básica da economia

Jeffrey Tucker



Como todo o universo já sabe, o governo venezuelano arruinou completamente a economia com a adoção de medidas socialistas.

A mistura de hiperinflação (gerada pela impressão desmedida de dinheiro), controle de preços e estatizações de fábricas e lojas não apenas não conseguiu gerar oferta abundante de nenhum bem, como, ao contrário, gerou desabastecimento generalizado – as prateleiras das lojas e dos supermercados estão vazias e as pessoas de classe média que antes tinham emprego estão hoje esfomeadas, tendo de literalmente revirar latas de lixo e matar gatos e pombos nas ruas para ter o que comer.

E então, para tentar "reverter" a fome e a escassez de comida, o governo venezuelano decretou que os cidadãos venezuelanos serão compulsoriamente convocados a trabalhar em fazendas agrícolas estatizadas por pelo menos 60 dias para reverter a fome que vem castigando o país.

A Anistia Internacional declarou que o decreto "equivale a trabalho forçado". A diretora da AI para as Américas, Erika Guevara-Rosas, afirmou que *"tentar abordar a severa falta de alimentos na Venezuela forçando o povo a trabalhar no campo é como tentar curar uma perna quebrada com um curativo"*.

Na verdade, seria mais correto dizer que é como tentar curar uma perna quebrada



REFLEXÕES XXII

com um tiro na cabeça.

Campos de trabalho forçado são uma das consequências inevitáveis do socialismo. E são um abuso ao direito mais básico do ser humano, que é o de não ter sua vida, sua liberdade e sua propriedade sobre o próprio corpo violada.

Talvez você já tenha observado esse padrão: onde quer que o socialismo seja tentado, as pessoas sofrem. Cada caso de socialismo apresenta suas peculiaridades porque nenhum regime tirânico se comporta exatamente como os outros. Mas a raiz do problema é a mesma: o governo proíbe o povo de ter determinadas propriedades, de acumular riqueza, de comercializar e de fazer associações voluntárias.

Esse é o cerne do problema da Venezuela. Mas há outra encrenca.

E lá vêm eles, de novo

Obviamente, nenhum socialista tem a hombridade de reconhecer que defendem um sistema que só gera caos e miséria. Segundo eles (é sério), *"os problemas que hoje atormentam a economia venezuelana não decorrem de nenhuma falha inerente ao socialismo"*.

Você já esperava esse comportamento negacionista, certo? O socialismo parece ser a mais persistente ideologia não falsificável do planeta. Socialistas são aquelas pessoas que juram que a gravidade não existe e que, por isso, vivem pulando com a esperança de que ascenderão às nuvens a qualquer momento. Embora a ascensão às nuvens nunca aconteça, a fé de que não existe gravidade permanece inabalável.

O que, afinal, é o socialismo? Não importa como ele seja definido ou descrito, não importa quantos casos fracassados você aponte, não importa quão frequentemente suas ideias centrais sejam refutadas, o socialista se recusa a aceitar responsabilidade.

Sendo assim, peguemos ao menos a definição de socialismo dada por alguém que defende a ideologia. O Partido Socialista da Grã-Bretanha fornece esta descrição sucinta para o que é o socialismo:

"livre acesso a todos os bens e serviços".

Que ideia interessante. Então eu quero um Bentley, férias na Europa, um terno feito sob medida, e cortes de cabelo vitalícios. De graça. Muito obrigado.

A incompreensão fundamental – e fatal

A afirmação acima parece confirmar tudo aquilo que sempre suspeitei a respeito do socialismo. A ideologia é toda ela baseada em um erro extremamente simples, um erro tão fundamental a ponto de negar uma característica básica do mundo: o socialismo nega a existência e a persistência da escassez.

E o fato é que vivemos em um mundo de escassez. Nada é infinito. Nenhum bem ou serviço é encontrado pronto do nada, em plena abundância. Todos eles precisam ser criados e trabalhados. Um carro não surge do nada. É preciso trabalhar o aço, o alumínio, a borracha e o plástico que vão formá-lo. E esses quatro componentes também não surgem do nada. Eles precisam ser extraídos da natureza ou fabricados sinteticamente. E, ao serem direcionados para a produção do carro, outros bens que necessitam desses mesmos componentes deixam de ser fabricados. Isso é a escassez.

O mesmo é válido para todos os outros bens de consumo que você possa imaginar, de *laptops* a aviões, de parafusos a sanduíches, pizzas, palitos de dente e fio dental. Todos precisam ser produzidos e trabalhados. E todos utilizam recursos escassos, os quais então deixam de ser utilizados em outros processos de produção.

Socialistas rejeitam este fato de que vivemos em um mundo de escassez, em que nada é infinito. Isso significa que os socialistas negam que a questão da produção e da alocação de recursos sequer seja um problema.

Se você nega esse básico, então não é nada surpreendente que você não tenha nenhuma consideração pela ciência econômica e desconsidere que ela seja uma disciplina das ciências sociais.

Só para esclarecer, economistas utilizam o termo "escassez" de uma

REFLEXÕES XXII

maneira peculiar. Escassez não significa desabastecimento, embora a possibilidade de desabastecimento – como o que ocorre hoje na Venezuela – seja uma característica da escassez. E um bem ou serviço pode ser escasso ainda que exista em abundância.

Por exemplo, só porque os supermercados estão repletos de alimentos, ou só porque *startups* de internet estão implorando para que você baixe aplicativos, isso não significa que vivemos em uma era pós-escassez. Não existe pós-escassez nesta vida. Enquanto houver uma disputa para controlar algo, esse algo é um bem escasso.

Digamos que você está dividindo uma pizza com seus amigos. E sempre que você pega uma fatia, surge magicamente outra fatia no lugar daquela. A pizza magicamente se autorreproduz. Em algum momento, tão logo você percebe este fenômeno, seu comportamento começa a se alterar. Não mais existe rivalidade a respeito dos pedaços de pizza. Seu controle sobre um pedaço da pizza não afeta o controle de outra pessoa sobre aquele mesmo pedaço. Nesse caso, a pizza realmente se tornou um bem não escasso.

A escassez é inerente à natureza de um bem. Se você consegue imaginar pessoas tendo algum tipo de discussão para decidir quem controla ou consome esse bem, então ele é escasso. E lutar por "propriedade intelectual" não conta, pois o que isso realmente envolve é uma disputa para decidir se alguém pode utilizar seus recursos escassos (drive de computador, cordas do violão, papel e caneta, etc.) para reproduzir padrões (software, músicas, ideias, etc.).

Até mesmo bens abundantes podem ser escassos. Pense em uma caçada a ovos de Páscoa em que há 100.000 ovos espalhados por um quintal. As crianças ainda assim irão correr e batalhar para coletá-los. Os ovos, por mais abundantes que sejam, ainda possuem as características da escassez.

Não pode haver propriedade coletiva de bens escassos

Eis o ponto chave: enquanto um bem for escasso, não é possível

REFLEXÕES XXII

haver acesso coletivo livre e ilimitado a esse bem. Qualquer que seja este bem, ele será sobreutilizado, exaurido e, por fim, sumirá completamente após a última luta corporal pela última migalha restante – que é o que está acontecendo na Venezuela.

Ou seja, é impossível haver socialismo em um arranjo em que os bens e serviços são escassos. Sob a realidade da escassez, bens e serviços têm de ser alocados racionalmente. Em um arranjo de mercado, o sistema de preços livres coordena essa alocação, direcionando recursos escassos para aqueles setores mais demandados pelos consumidores. A alternativa a esse arranjo é quando bens e serviços são alocados de acordo com decisões arbitrárias, as quais são implantadas por meio da força e da ameaça de violência.

É nisso que sempre consistiu o socialismo. E tem de ser assim por um motivo simples: o socialismo não lida com a realidade. O socialismo é a negação da realidade. E o que é que não possui a característica de escassez? Pense em qualquer bem ou serviço sobre o qual não haja nenhuma disputa para controlá-lo ou consumi-lo. Você pode consumi-lo e outra pessoa também, até o infinito. Essa última palavra é essencial. Para que um bem possa ser considerado não escasso, não pode haver limites à sua reprodutibilidade.

O ar pode ser considerado um bem não escasso? Nem sempre, como você bem sabe caso já tenha ficado preso dentro de um elevador lotado. E a água? Também não. Por isso o mercado de água engarrafada é tão grande. Água e ar são como todas as outras coisas no mundo físico: sujeitos a limitações. Por isso, têm de ser alocados.

Por outro lado, digamos que você ouça uma canção pegajosa como "Happy". Você pega o ritmo, memoriza a letra, canta o dia inteiro e ainda a compartilha com seus amigos. Ao fazer isso, você não está subtraindo nada do original. Da mesma maneira, você pode observar um quadro, se lembrar dele e reproduzi-lo.

O quadro original continua existindo normalmente. Nada foi subtraído. O mesmo vale para as ideias deste artigo. Você pode

REFLEXÕES XXII

pegá-las e reproduzi-las. E eu não posso impedir você, a menos que eu agrida ou ameace agredir sua integridade física (que também é um bem escasso), ou peça para alguém fazer isso em meu lugar (o governo, por exemplo).

Em todos esses bens, a porção relativa às ideias é não escassa, de modo que elas, as ideias, não precisam ser precificadas e não precisam ter dono para ser alocadas.

Deixando essa questão da propriedade intelectual de lado, socialistas parecem não conseguir entender nem mesmo o primeiro ponto: não há um Jardim do Éden na terra, em que tudo está disponível na mais ilimitada abundância.

Tudo o que a humanidade pode fazer é batalhar para fazer com que mais bens e serviços sejam continuamente criados, trabalhados, produzidos e ofertados para o maior número possível de pessoas. E ela pode fazer isso por meio das transações comerciais que ocorrem sob um regime de divisão do trabalho, propriedade privada e livre formação de preços. E sempre lembrando que é impossível haver livre formação de preços sem propriedade privada. E, sem preços, não há alocação racional de recursos escassos.

Este arranjo é simplesmente o mercado. E ele é baseado na noção de que deve haver propriedade privada sobre todas as coisas escassas – exatamente a característica que os socialistas querem banir. E então eles olham para a Venezuela e pensam: minha nossa, parece que algo está dando errado! O que quer que seja, não pode ser o socialismo!

Mas quer saber? O socialismo é sim a causa. Ele é o problema. E qual o problema do socialismo? Ele não faz o mais mínimo sentido no mundo real. ●

Jeffrey Tucker: CEO do [Liberty.Me](#). É também autor dos livros *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* e *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo*.

Artigo publicado no dia 19 de agosto de 2016

De Kant à Favela do Cantão: madrugadas na Biblioteca Mário de Andrade, a única a abrir 24 horas no Brasil

Vitor Hugo Brandalise



A Biblioteca Mário de Andrade, a única do país a ficar aberta 24 horas, acolhe de entusiastas dos livros a imigrantes e vítimas de assalto nas madrugadas de São Paulo

Uma mulher de touca de lã rosa corre desesperada pela Avenida São Luís, no centro de São Paulo, à 1h10min de quarta-feira. Tudo tão silencioso a esta hora, sem passar ônibus nem carro, que ouve-se bem a moça arfando, os passos apressados na

calçada, e também a gritaria.

– Ele vai me furar! – berra a mulher, perseguida por um ladrão, canivete no bolso, exigindo carteira e celular.

Ela diminui o ritmo, está quase desistindo – queira Deus seja só um assalto... – mas recobra o ânimo quando vê um prédio iluminado na esquina. Aproxima-se, escuta o bandido soltar um xingo e ouve um rapaz ali por perto: “*Entra aqui, corre pra dentro!*”.

Quando vê ela já está metida no hall do edifício, guiada devagar ao bebedouro, para que se acalme. O ladrão quebrou à esquerda e sumiu. O rapaz oferece um cigarro. Que que é aqui mesmo?

– Bi-bli-o-te-ca? – a moça ri alto, meio incrédula, agora a salvo – não acredito que acabei minha noite numa biblioteca!

A Mário de Andrade, segunda maior do País e desde 1º de julho a única a funcionar 24 horas, se tornou refúgio de leitores notívagos. E de muita gente mais. Há vez aos que gostam dos livros – e também aos que não gostam, aos que gostam, mas já se esqueceram disso, aos muitos que ainda não sabem que gostam. Aos que fogem do assalto, do frio, a quem está ali pelo Wi-Fi. Para receber esse

REFLEXÕES XXII

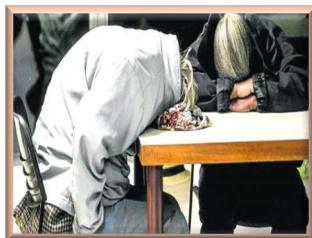
povo todo, faz um mês e meio que a biblioteca não fecha as duas portas, nem a da Rua da Consolação, nem a da São Luís.

A mulher da touca rosa é a Nádia Pinheiro, de 31 anos, vendedora de bijuterias nas ruas do centro, e que perdeu o último trem do metrô logo hoje, dia do seu aniversário. Fizeram bolo lá na casa dela, na Favela do Cantão, na zona sul, mas ficou pra amanhã. Ela agora pita um Derby com o Higor Coutinho, universitário (curso Matemática na FMU), de 20 anos, o rapaz que apontou a ela a biblioteca, e que usa o espaço para ler e estudar. Ele tinha dado um tempo no Grande Crônica da Segunda Guerra Mundial: de Stalingrado a Hiroshima (Reader's Digest Edições), quando foi para fora e deparou-se com a tentativa de assalto. Vai agora apresentar a biblioteca à moça.

As duas áreas chamadas “de convivência” da Mário estão abertas 24 horas desde outubro passado. Vêm dando abrigo a moradores de rua, a imigrantes que buscam um rumo, aos que se recuperam das baladas. Não se pode usar o lugar para dormir, mas, como aqui é agradável (bem mais do que a rua) e os vigias têm uma área grande a cobrir, as mesas ficam repletas de cabeças exaustas apoiadas em braços também fatigados – uma transgressão que resulta em interação constante entre os guardas e os que dormem. Vigias chacoalham (“ô!”, “não pode!”), adormecidos acordam, resmungam, alinham a coluna. Caem de volta à mesa logo depois. A dança dura a noite toda.

Mas o perfil do lugar se tornou mais complexo com a novidade do último mês, quando a biblioteca circulante (50 mil títulos) passou a abrir também 24 horas, todo dia. Adicionou substância – livros, autores, enredos – à cena noturna do centro.

É 1h40min, e seis pessoas ocupam



algumas das 16 mesas de madeira da circulante. Para emprestar livros nas três máquinas de autoatendimento, basta ter o número da matrícula no Sistema Municipal de Bibliotecas e uma senha que se faz na hora com os atendentes noturnos (misto de recepcionistas e livreiros, novidade no serviço público). Higor e Nádia caminham entre as estantes, ele ainda com o Grande Crônica... na mão, e ela agora também com um livro, A Princesa Vermelha (Record), de Sofka Zinovieff (foi ele quem escolheu, pois ela ainda estava tímida no local).

Um dos seis leitores acaba de se levantar, deixando na mesa, perto da seção de Ciências Ocultas, o Dicionário do Mundo Misterioso: Esoterismo e Paranormalidade (Nova Era), de Gilberto Schroeder. É José Aroldo dos Santos, um ex-torneiro mecânico de 67 anos, que caminha até a área de convívio e apoia-se em uma janela por onde entra o vento frio – ele tem uma obra nas mãos, Universo em Desencanto, que explica a Cultura Racional, crença popularizada na música de Tim Maia. Aroldo vai até a parede vermelha desta sala, feita para rabiscar a giz, e escreve: “Cultura Racional: o livro do momento”. Com letras redondas, prossegue: “Conhecimento para desenvolver o raciocínio”.

“Como todo bom estudante, estou pronto para passar adiante o que sei”, diz Aroldo, mineiro de Juiz de Fora e que vive aqui perto, num prédio da Praça Marechal Deodoro. “Descobri a biblioteca aberta à noite por acaso. Estava voltando para casa e me deparei com o prédio todo aceso. Agora venho sempre, porque aqui tem gente curiosa, bom para conversar.” Animado, ele confidencia: “Acho que é um sinal. Um prédio com toda essa energia elétrica fluindo, toda essa energia magnética do conhecimento... É como um chamado. Vai que encontrei o lugar ideal para divulgar minha crença?”, questiona, e entrega um folheto.

Aroldo frequenta as seções de História e das várias ciências. Vem todas as noites, e observa de sua mesa o desenrolar das madrugadas: “O que tem de gente que vem para ficar de olho em *laptop*...” São os “olheiros”, figuras conhecidas dos vigias. Entram na circulante, pegam um livro qualquer, mas nem chegam a virar as páginas. “Querem saber de outra coisa, mapeiam quem tem celular

bom, computador...”, conta um segurança. “Se bobear é que nem gavião: tchum! E lá se foi o *tablet*. Temos duas advertências: não deixar o equipamento sozinho nas mesas, e tomar cuidado nos arredores.” No projeto de abertura noturna, a direção bem que tentou incluir a segurança da praça vizinha, a D. José Gaspar. A Prefeitura não autorizou, e a Guarda Civil Metropolitana continua responsável pelos arredores. Como há sempre funcionários por perto, dentro da biblioteca a sensação é de segurança à noite, e ainda não foram registrados furtos nesse horário.

A essa altura, 2h30min da manhã, numa das bancadas do mezanino, uma mulher de *hijab* e um rapaz de coque no alto da cabeça dividem um fone de ouvido e sorriem olhando a tela de um *laptop*. Elham Selim, egípcia de 28 anos, e Makarem Tuiki, tunisiano de 26, que fazem um intercâmbio de trabalho numa ONG, encontraram aqui um bom lugar para atualizar a conversa com o povo de longe. Queixam-se da escassez de livros em inglês, mas dizem considerar a biblioteca “o melhor lugar para ver filmes em São Paulo”. Eles agora assistem à comédia francesa *Intocáveis*. “O Wi-Fi funciona bem de madrugada”, diz ela. “E é bom aos estrangeiros, porque temos poucos amigos, e aqui podemos ficar entre outras pessoas.”

Também no mezanino circulam Higor e Nádia (recuperada do susto), parados em frente à seção de Filosofia. Ele segura *O Filósofo e a Teologia* (Academia Cristã), de Étienne Gilson. Nádia agora está falando, e tem em mãos *Cartas Escritas na Montanha*, de Jean-Jacques Rousseau. “Conheci o Rousseau num vídeo do Leandro Karnal. Pelo que ele contou, o Rousseau sofreu muito, foi injustiçado. Se eu sofresse a metade, me matava”, ela diz. Passaram-se três horas desde a tentativa de assalto, e os dois ainda estão passeando entre as estantes, ainda falando de livros – vem de longe o hábito da leitura na vida deles? Higor atribui à escola, mas a Nádia, que estudou até a sexta série, adquiriu o costume de outra forma. “Deixava meus dois filhos na Livraria Saraiva, enquanto trabalhava. Quando ia buscar ficava lendo.” Nesses intervalos leu *Invencível*, de Laura Hillenbrand, que considera seu livro preferido. “Mas já faz muitos anos. Outras coisas roubaram minha

atenção, e não pude mais ler. Sentia um vazio... Agora que sei que uma biblioteca abre à noite, quero vir mais vezes depois do trabalho.”

A abertura 24 horas da Mário de Andrade é planejada desde 2013, mas começou a sair do papel só no fim do ano passado. Foi preciso novas licitações para os serviços – o número de funcionários subiu de 150 para 250, e as despesas subiram 38% (de R\$ 10,8 milhões para R\$ 15 milhões anuais). “A abertura faz parte da política de aproximar a Mário de Andrade do público. Biblioteca não é depósito de livros. Tem de ser vista como um centro de encontros”, diz o diretor da instituição, o filósofo e professor da USP Luiz Armando Bagolin. “Temos livros sobre teatro, então vamos montar peças aqui dentro. E isso vale para música, cinema, todas as áreas.” Uma das inspirações vem do sistema público de bibliotecas de Nova York e, por lá, funciona: o orçamento do setor aumentou 10% de 2015 para 2016 quando se notou o sucesso dos serviços oferecidos (de aconselhamento profissional a aulas de tricô, com filas de meses). Por aqui, por outro lado, houve congelamento.

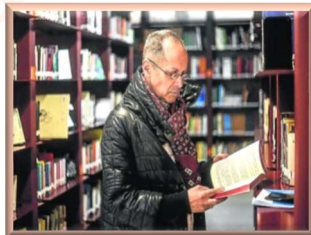
Em um mês e meio de funcionamento 24 horas, a biblioteca recebeu em média 60 pessoas por madrugada (0h às 7h). E teve média de 18 livros emprestados por noite – ou seja, 30% dos visitantes levaram alguma obra para casa. A relação é mais positiva do que a que se viu durante o dia no mesmo período (cerca de 20% levaram livros). Seria o público noturno mais voraz? Cedo para dizer, mas entre os bibliotecários a explicação é que, se saíram de casa nessa hora, a chance de levarem algo é mesmo maior.

Obras clássicas da literatura, de autores como José de Alencar e Machado de Assis, estão entre as mais emprestadas nas madrugadas. Não que a biblioteca tenha funcionado, à noite, como clubes de leitura, em que literatura aparece como tópico principal. Em duas noites inteiras, poucos pareceram imersos em histórias. Até a chegada do barbeiro José Lourenço – que, às 5 horas de quarta, procurava no catálogo *A vida do livreiro A.J. Friky*, de Gabrielle Zevin. Sentou-se numa mesa lateral, com vista para a Consolação, e começou a ler. “*É uma carta de amor para o mundo dos livros*”, disse. “*Tudo a ver com minha vida hoje.*”

REFLEXÕES XXII

Budista desde 1982 (“quando a Madonna veio ao Brasil”, assim ele gravou a data da conversão), este barbeiro de 60 anos acredita que a principal motivação de sua vida hoje é a leitura. *“Houve um momento em que era ganhar dinheiro, e me esfalfei durante 16 anos no Projac (da Globo). Depois houve o momento das viagens, da vida amorosa, e hoje, depois de muitos percalços, é o da sede de saber”*, diz. *“Aqui encontro a mim mesmo por meio da leitura. Me refugiei aqui dentro, e encontrei um mundo só meu.”*

Lourenço cita refúgio e fez lembrar da Nádia, que de quase vítima de assalto viu-se abrigada a noite inteira. Até pouco antes de amanhecer, ela ainda falava com o novo amigo, agora sentados em pufes na seção de História Geral. A vendedora tinha nas mãos *Conversas com um Jovem Professor (Contexto)*, de Karnal. E falava sobre planos de voltar a ler, “para ver se tiro o funk da cabeça”. “É uma praga! Coloque um funk e depois coloque Caetano, pra ver qual você decora antes...”, ela dizia – e Higor se preparava para complementar, quando a conversa foi interrompida por um atendente noturno. “Licença. Tá aqui o teu Kant”, ele disse, e entregou à moça uma biografia do filósofo alemão, que, depois de passar uma madrugada na biblioteca, ela agora levaria ao Cantão. ●



Vitor Hugo Brandalise: começou como repórter do Aliás, no Estadão. Em sua terceira passagem pelo jornal, ele foi repórter de Cidades de 2008 a 2011, quando saiu para fazer um mestrado em Comunicação na Universidade de La Coruña (Espanha), onde atuou no jornal La Voz de Galicia. Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 20 de agosto de 2016

Educar não é adestrar

Leandro Karnal



Sou professor há 34 anos. Muitos pais pedem este conselho: como educar em pleno século XXI? A resposta é complexa.

Somos dominados pela cultura da *performance*. O conteúdo está em alta, especialmente o de imediata aplicação. O vestibular tornou-se um vórtex² e o ingresso em centros de excelência virou meta familiar, pois todos ficam envolvidos

emocionalmente no esforço dos jovens.

É fundamental que a criança e o adolescente dominem coisas como linguagem escrita/oral e habilidades matemáticas. Serão úteis por toda vida. Porém, há dois campos que fogem à aplicação imediata. O primeiro é a educação das artes plásticas. Alfabetizamos para a leitura de textos e raramente educamos para a leitura de imagens. Vivemos imersos num mundo visual e não nos adaptamos a isto. O desafio do olhar é intenso e o jovem quase nunca tem habilidade e repertório para julgar este mundo de fotos e desenhos que flui pela rede. Somos quase todos analfabetos visuais.

Levar uma criança/adolescente a um museu é algo muito importante. Deve-se preparar a experiência mostrando algumas obras que serão vistas. Devemos dar informações lúdicas e práticas. Deixe seu filho perceber a cor ou a espacialidade. Ele deve ser livre para se expressar e não devemos julgar o parecer de imediato. Importante: fique um tempo reduzido no museu, proporcional à idade. Aumente este intervalo a cada novo passo da maturidade. Podemos evocar o tema do que foi visto em conversas familiares. Indique *sites* que aprofundem a experiência. Isso tudo faz parte de

² **Vórtex: Vórtice**- movimento forte e giratório; remoinho, turbilhão, voragem.

REFLEXÕES XXII

uma educação visual e artística. O olhar fica mais sensível e amplo. Use todas as oportunidades. Indique como o *selfie* que ele tanto faz apresenta uma composição espacial. Introduza, aos poucos, a gramática de cada escola artística. Aprendizado implica esforço.

Educar não é adestrar, mas ampliar e estimular o repertório para que cada ser faça parte da aventura humana. A educação pela arte é poderosa e pode mudar, para sempre, a vida de alguém.

O outro ponto é a música. Todos os seres humanos deveriam ser expostos à linguagem musical desde cedo. Crianças amam o ritmo de tambores (para desespero de pais) e podem entrar logo no campo da melodia. Caixinhas de música seduzem bebês. Alfabetizar em música é algo muito bom. Em primeiro lugar, poucas coisas exigem áreas tão variadas do cérebro. Tocar requer habilidade motora das mãos, matemática do compasso, sensibilidade e abstração interpretativa. Descobrir esse universo é algo que ilumina as sinapses e estabelece a comunicação entre os dois lados do cérebro. Acreditem: a música torna as pessoas mais inteligentes! Rousseau, Nietzsche, Adorno e Barthes foram muito interessados em música. Parte de sua agudeza mental derivou disto.

Há outra vantagem na educação musical. Ao estudar piano, violão ou outro instrumento, despertamos um verdadeiro método. A criança começa com 15 minutos diários, depois meia hora e vai aumentando. É um sistema crescente de concentração. Surge uma arquitetura gradativa que estimula a paciência. Foco é um diferencial enorme nas relações profissionais e afetivas.

O livro *O Grito de Guerra da Mãe Tigre* (Amy Chua) narra a experiência de uma sino-americana com suas filhas. Uma foi levada ao piano e outra ao violino. Dentro dos princípios defendidos pela mãe, as meninas foram estimuladas a um alto grau de excelência quase obsessivo. Proponho algo diferente, mas Amy Chua tem a vantagem de ter uma estratégia e de se envolver nela.

A música é para criar alma, não para tocar, obrigatoriamente, no Carnegie Hall ou na Sala São Paulo. Preciso estudar música para ser um bom ouvinte. O jovem deve ser incentivado até o ponto em que ele possa se divertir com a música. Todos ganham com esse

REFLEXÕES XXII

aprendizado. Possibilitamos, com as artes, que o indivíduo viva sua sensibilidade, crie foco e amplie seu leque de interesses. Pense bem: se você não quiser enfatizar isso porque seu filho não será músico ou pintor, deveria evitar que ele aprenda a ler, porque ele também não será escritor. Interrompa a Educação Física: ele não competirá nas próximas Olimpíadas. Educação é para formar o ser humano completo, não para tornar cada atividade um projeto de carreira. A carreira virá de forma natural, ela é efeito de uma causa anterior, a personalidade.

Livros, tabela periódica, fórmulas físicas, redação, processos históricos: tudo isso pode ser parte de um projeto. Desejei reforçar a arte e a música como linguagens específicas para um diferencial humano. Meu ex-professor, Pe. Milton Valente SJ, afirmava: *non scholae, sed vitae discimus* (não é para a escola, mas para a vida que aprendemos). Poucas coisas têm tanta vida no mundo como a criatividade artística e musical. Ouse, crie e acredite: seu filho será outro se tiver acesso a estes dois mundos. Focar somente no que vira lucro é bom para o projeto de hamsters amestrados, não para pessoas integrais. Não temos a menor ideia de qual carreira será brilhante em 2046, mas todas necessitarão de criatividade e inteligência. Aproveito e agradeço a todos os meus mestres que apostaram que haveria vida após o vestibular. Bom domingo para vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 21 agosto 2016

Porque era ele, porque era eu

Leandro Karnal



Entregar-se à relação com um amigo é observar-se num espelho pouco generoso

João deitou a cabeça no peito de Jesus. Era a confiança absoluta no Mestre durante a última ceia. Poucas horas depois, o gesto era retribuído e magnificado: Jesus entregou-lhe a guarda da pessoa mais importante. “Filho, eis aí tua mãe”. A cena sob a Cruz mostra algo sublime: a amizade tornara João parte da família.

Amizades surgem entre pessoas que se admiram. A estreita relação entre os filósofos Montaigne e Étienne de la Boétie resulta numa das mais belas frases já escritas sobre este tipo de afeto. Nos seus ensaios, o nobre tenta explicar por que amava La Boétie. Só consegue dizer que a causa central era “porque era ele, porque era eu”. O autor dos *Ensaaios* reconhece que, na especificidade absoluta do outro, está a chave da fusão elevada a que chamamos amizade.

A cabeça pendente de João e a afirmação de Montaigne mostram que a amizade encontra um campo além da razão: algo entre a fraternidade adotada e a entrega ao mistério da afinidade afetiva. Fraternidade adotada porque o amigo torna-se um irmão por desejo recíproco. O mistério da afinidade afetiva porque, diante do amigo, torno-me, de fato, quem sou. Não existe uma racionalidade que abarque isso. A amizade é uma epifania³ lenta.

Há pedras no caminho. Amigos também possuem egos e as circunstâncias, por vezes, sufocam tudo. Desde que se conheceram na Paris ocupada, Sartre e Camus perceberam uma atração afetiva imediata. Já admiravam a obra um do outro. Dois homens

³ **Epifania**: adoração.

REFLEXÕES XXII

diferentes: Sartre, burguês e bem formado; Camus de família pobre e nascido na Argélia. Também havia o fato de que o parisiense se esforçava muito para agradar às mulheres, mas era feio como uma cólica. Camus era bonito, mas sem a lábia retórica do autor de *A Náusea*. Havia uma admiração recíproca e uma concorrência entre ambos. Sartre apoiou a URSS mais do que Camus gostaria e as conversas foram ficando ácidas. Numa carta endereçada à revista que Sartre dirigia (*Les Temps Modernes*), ocorreu o afastamento definitivo. Sartre respondeu no mesmo número com um texto muito duro, duvidando até da capacidade de compreensão filosófica do ex-amigo. A trágica morte de Camus impediu uma reaproximação. Sartre escreveu um lindo obituário. A morte vencera o ego.

Vaidades e disputas afastam amigos. Alguns afirmam que ex-amigos, de fato, nunca foram amigos de verdade.

Ocorrerá algo similar no Brasil. Oswald de Andrade jogou sobre Mário de Andrade duas palavras que evisceravam os pontos mais dolorosos do autor de *Macunáima*: chamou-o de “boneca de pixe”. Atacando Mário como mulato e homossexual, Oswald causou uma ferida que nunca cicatrizou. Amigos se aproximam do coração e, quando isto resulta em estocada, ela quase sempre é fatal. Amigos baixam a guarda uns para os outros e este setor não defendido, ao ser flechado, magoa como poucas coisas.

Talvez a amizade seja sempre um desafio. Entregar-se à relação com um amigo é observar-se num espelho pouco generoso. Os amigos nos conhecem e, para eles, as cenografias sociais são inúteis. Sim, nossos amigos nos amam, e nos conhecem, e nunca saberemos se nos amam por nos conhecer ou apesar de nos conhecer. Mas a entrega à amizade intensa é uma entrega a uma jornada de intimidade e apoio.

O olhar do amigo não tem a doçura absoluta do materno e escapa do tom acre e ressentido do inimigo. Assim, longe do mel estrutural e do fel defensivo, é um olhar de sinceridade. Para ter um amigo, preciso de condições específicas. Eu identificaria três fundamentais.

A primeira é a capacidade de se observar e continuar em frente.

REFLEXÕES XXII

Uma conversa genuína com um amigo é uma dissecação anatômica da minha alma. Nem todos conseguem isso. Não é fácil atender ao preceito socrático: conhece a ti mesmo. Na minha experiência, conhecer aos outros é infinitamente mais fácil do que conhecer a si. Se os filósofos já garantiram que homens maus não possuem amigos, mas apenas cúmplices, eu acrescentaria que pessoas superficiais possuem apenas colegas e conhecidos, mesmo que os denominem amigos.

A segunda é o tempo. Não se criam amigos de um dia para o outro. Amigos demandam história, repertório de casos, vivências em conjunto. Amigos precisam viajar juntos. Assim, os afetos integram as vidas das respectivas famílias. Amigos acompanham nossos sucessos e fracassos amorosos, choram e riem com nossa biografia. Quem adicionei ontem na minha rede social é um fantasma, um fóton, jamais um amigo. Amigos precisam de cultivo constante. Todo amigo é, dialeticamente, um frágil bonsai e frondoso carvalho.

A terceira é o controle do próprio orgulho. A mais espaçosa dama da alma é a vaidade. Quando ela preenche o ambiente, sobram poucos assentos livres. Pessoas vaidosas são frágeis e temem a entrega da amizade. O amor é privilégio de maduros, dizia Carlos Drummond. Talvez a amizade também o seja. Talvez não seja apenas para maduros, mas, com certeza, é um privilégio. Encerro com o conselho sábio dado por um tolo. Polônio prescreve ao filho Laertes (peça Hamlet): *“Os amigos que tens por verdadeiros, agarra-os a tu’alma em fios de aço; mas não procures distração ou festa com qualquer camarada sem critério”*. O cortesão infeliz sintetiza tudo o que tentei escrever aqui. Já falou com seu amigo hoje? Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 28 de agosto 2016

As corujas invisíveis do crepúsculo

Leandro Karnal



Há maneiras bonitas de descrever o processo. A metáfora poética da geadas dos anos clareando cabelos, por exemplo. Shakespeare, no soneto 19, lembra que o tempo voraz cega as garras do leão e subtrai dentes ao tigre. Inconformado, pede o poeta que o rosto de seu amor seja poupado da devastação cronológica. Como todo conceito incômodo, o envelhecimento apresenta denominações diversas: do suave

“melhor idade” até o cruel “zona do desmanche”. Rubem Alves sugeria o lirismo de “pessoas com o crepúsculo no olhar”.

Cícero refletiu sobre o processo na obra *De Senectute*, mesmo título do italiano Norberto Bobbio. Ecléa Bosì no livro, *Memória e Sociedade*, criou parágrafos lapidários sobre a idade. Simone de Beauvoir trata do conceito no texto *Da Velhice*. No fim da sua vida e de Sartre, aumentou a secura analítica no livro *A Cerimônia do Adeus*. Lembrei-me dos textos ao ver o filme *Amor*, de Michael Haneke, um dos mais belos e duros que já assisti.

A cor da vida é a cor da morte, assegura sábio ditado. Jovens chatos serão velhos chatos. Um adolescente brilhante tem chance grande de gerar um ancião da mesma cepa. No fundo, gente velha é igual a gente jovem, só que velha... Qual seria, de fato, nosso medo? Provavelmente, o receio dialoga com a questão da perda de relevância e de controle, especialmente sobre o nosso corpo.

O físico tem uma lógica particular. Deus permitiu que Jó perdesse todos os bens e seus dez filhos. O paciente sofredor resistiu, epicamente. Só depois, o Criador autoriza uma doença grave sobre o protagonista. O que podemos deduzir? Perder bens e perder filhos constituem males menores do que a fraqueza corporal em si. Em parte, como queria Espinosa, sou o meu corpo. Não existem duas

REFLEXÕES XXII

instâncias separadas, mas uma só. Meu corpo não contém o meu ser, ele é o que sou. Velhice é a consciência do limite da matéria.

O outono não é um raio num céu azul. Há sintomas prévios. A primeira vez que nos chamam de tio é um alerta. Uma mulher de 30 anos olha com docilidade e insinua: você gosta de mulheres mais jovens? O Don Juan cinquentão estremece. Em breve surge o primeiro refluxo após um pouco mais de álcool à noite. As letras teimam em diminuir diante das retinas cansadas. Incorporamos palavras complexas ao vocabulário: presbiopia, estatinas, colonoscopia... Nossa casa fica cada vez mais confortável e a rua mais desafiadora. A *nécessaire* de remédios aumenta a cada ano.

A percepção se acelera quando alguém nos cede um lugar no metrô lotado, ainda com o sorriso generoso de um bom escoteiro que ampara Matusalém na reta final. Por fim, o elogio que mata o último botão da nossa fantasia de juventude finda, é disparado: você está bem para a idade... Pronto! Chegamos lá: a região obscura depois do cabo da Boa Esperança. Carimbamos o passaporte para a terra sem volta. O que está pela frente fica menor do que o que passou.

Há pessoas otimistas e pessimistas. As duas posturas envelhecerão. Lutar contra o tempo é como rebelar-se contra a lei da gravidade. Angustiar-se com a idade é temer a chegada do fim do dia ou das fases da lua. Não existe maneira indolor de viver o processo, mas há coisas objetivas a considerar.

Hegel notou que a coruja de Minerva levanta seu voo apenas com as sombras da noite. Esta era a análise tradicional para indicar que a ave símbolo da reflexão e ponderação (dedicada à deusa da sabedoria Minerva) consegue subir no instante do declínio da luz. Sabedoria nunca é alcançada cedo e nem sempre a tempo. Não existem garantias, mas a tradição ensina que podemos melhorar com o tempo. A diminuição dos movimentos rápidos dos anos de vigor máximo colabora para isto. O carro vai mais devagar e a paisagem é mais clara, ainda que com óculos.

É uma idade de sinceridade. Crianças, velhos e bêbados têm um compromisso maior com a verdade. Nem sempre ficamos pacientes, mas cresce a autenticidade. A idade madura abre os olhos para as

REFLEXÕES XXII

coisas essenciais.

Idade do fim? Há controvérsias. Para muitos é o momento de começar a fazer o que realmente gostam. Cora Coralina publicou seu primeiro livro de poesia com quase 76 anos. Konrad Adenauer reergueu a Alemanha Ocidental entre 73 e 87 anos, a mesma Alemanha que Hitler começara a destruir aos 43 anos.

Ulysses Guimarães, respondendo aos que o achavam velho demais para candidatar-se à presidência, gostava de lembrar que, em oposição ao experiente Adenauer, Nero tocou fogo em Roma aos 27 anos. Aliás, a obra máxima do doutor Ulysses, a promulgação da Constituição de 1988, foi feita na véspera de ele completar 72 anos.

Por fim, quando o mundo não precisa ser mais conquistado, ele pode ser fruído. Há mais tempo para isto. Os ritmos podem ser respeitados. Há vagas em estacionamento e preferência nas filas. De quando em vez, surgem netos, um estágio superior de paternidade e maternidade. Alguns possuem mais dinheiro na maturidade do que na juventude. Perdemos a obsessão com o julgamento alheio. Quase sempre saímos do jogo da sedução.

Há melancolia e libertação no processo. As cabeças não se voltam mais logo que entramos. Como muitos perceberam, aumenta nossa invisibilidade para o mundo. Na infância, eu achava que o homem invisível da televisão poderia fazer quase tudo. Os seres crepusculares podem! As corujas voam mais livres no fim. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 4 de setembro 2016

O historiador como juiz

Leandro Karnal



A história me absolverá, falou Fidel Castro ao final do seu julgamento pelo ataque ao quartel de Moncada, em Cuba. Trata-se de um argumento tradicional, empregado em momentos de derrota. Também serve para diminuir a culpa dos pais ao punirem seus filhos: “Um dia, quando você tiver filhos, irá me entender”. Atribuímos ao tempo um valor pedagógico, uma revelação gradual do justo e do correto.

A ideia do julgamento póstumo apareceu na fala do advogado José Eduardo Cardozo ao defender a ex-presidente Dilma, assim como no longo discurso dela no Senado. A história seria implacável com aqueles que votassem a favor do impeachment. Cardozo foi mais longe. Entre lágrimas, almejou que algum ministro da justiça teria de pedir desculpas à presidente que caía. Era o apelo ao Supremo Tribunal do Tempo (STT) revestido de profecia.

Pessoas de fora da área da história costumam repetir o que chamamos de “sentido ciceroniano” da memória. Cícero chamou à História “mestra da vida”. Haveria uma reserva moral perceptível no desenrolar dos fatos. O tempo garantiria a retirada das paixões. Só a tinta seca permitiria avaliar o quadro. A serenidade conferida pela distância dos fatos e a verificação cirúrgica das intenções, possibilitaria ao historiador assumir a toga isenta de juiz do mundo pretérito. Tal como um magistrado sério, quem escrevesse sobre o passado não se afogaria nos desequilíbrios partidários do torvelinho atual. Fleuma, a virtude exaltada pelos ingleses; fleuma como sinônimo de tranquilidade e equilíbrio, seria o traço dominante e desejável ao prolatar sentenças.

Objetividade e discernimento são, de fato, atributos de um bom texto histórico. Mas a história não é um tribunal, muito menos um juiz a indicar certo e errado em meio a opiniões. O grande Marc

REFLEXÕES XXII

Bloch já insistia, numa obra escrita num campo de concentração nazista (um lugar bom para se dizer o contrário), que a história não deveria julgar. História não tem sentido moral. Pior: nada garante que o estudo do passado evite erros do presente, até porque os fatos não se repetem, são sempre únicos.

Direi de forma direta: a ex-presidente Dilma pode, em 50 anos, ter uma avaliação oposta à atual (ainda que não exista uma unanimidade hoje). Isto não será fruto de uma maior justiça ou equilíbrio, mas do que estiver ocorrendo em 50 anos e quais fatos desejaremos esquecer, lembrar ou até criar. A justiça é dada também pelo futuro e por suas necessidades. A lógica do passado não é autônoma.

Quando calarem as personagens envolvidas, quando os polos exaltados tiverem submergido no silêncio, quando Janaína, Dilma, os netos de Dilma citados por ambas, Cardozo, Lula, Lewandowski, bem como você e eu, caro leitor; estivermos todos reintegrados ao ciclo do solo, não emergirá a justiça e a isenção, mas novas personagens com novas paixões e interesses.

São os fatos e posições do presente que dizem se Che Guevara foi um herói (o “maior homem da história” para Sartre) ou um canalha assassino (para outros). Cada tribunal da História terá sempre o juiz do seu tempo, o júri e os advogados da sua historicidade específica. Nunca existirá isenção. Sempre vicejará a subjetividade. Neutralidade é um desejo e uma meta, jamais uma realidade integral.

Não se trata de relativismo extremado, mas de reconhecer que o certo e o errado são determinados historicamente. A presença do STF no imbróglio, por exemplo, foi dada como garantia para a legalidade do processo. Isto é correto para muitos, mas não significa que o julgamento seja, em si justo, apenas que atingiu seus objetivos por intermédio do STF. A legalidade não é sinônimo de justiça. Todo tribunal é formado por homens e suas subjetividades. Coisas exclusivas do Direito? Não! Havia médicos assistindo a algumas sessões de tortura durante a ditadura. A presença de um médico não significou a defesa da vida e da saúde, as funções que o juramento

REFLEXÕES XXII

de Hipócrates obriga a todo esculápio⁴. Da mesma forma e para não parecer corporativista, a presença do professor não garante a educação. Por vezes, infelizmente, é um obstáculo ao aprendizado.

Nem tragédia e nem farsa, como pensou Marx: a história é apenas uma sucessão caótica de acontecimentos destituída de lógica ou moral. Somos naufragos no gigantesco oceano dos fatos, dando ao passado direções póstumas a partir de morais presentes. Talvez a história absolva Dilma. Talvez a condene com veemência maior. Talvez ela seja esquecida. Talvez vire nome de praças que, depois, serão renomeadas em outro regime. Nem ela e nem nós estaremos aqui para saber. Voltamos à primeira frase. A história absolveu Fidel? O assalto ao quartel de Moncada falhou em 1953, mas o advogado cubano acabou tomando o poder. Assumindo o controle do cabo do chicote que antes o fustigara, ele executou adversários, mudou o judiciário e impôs novas leis. Assim, a história revolucionária da ilha o promoveu a herói, pois foi reinventado por novos donos da memória. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 11 de setembro 2016

⁴ **Esculápio:** médico.

Gentileza gera gentileza

Leandro Karnal



Ann Dunham é a mãe de Barack Obama. Ela ficaria surpresa ao ver seu filho na Casa Branca. Talvez ficasse ainda mais espantada se soubesse que o presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, a insultou sem nunca tê-la conhecido. O boquirroto chefe do arquipélago chamou Obama de “filho da p....”. Impressionados, caros leitores?

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, fez a entrega de uma residência a uma mulher e, em vez da fala tradicional, bradou que ela usaria muito o quarto recém-entregue para atividades sexuais intensas. O verbo exato que ele usou não poderia ser usada num texto que entra pela soleira de casas de família num domingo pela manhã. Não foi apenas um palavrão que escapou ao edil, mas uma enxurrada de vulgaridades diante dos vizinhos atônitos e das câmeras.

Emília, do Sítio do Picapau Amarelo, tinha a famosa “torneirinha de asneiras” na boca. Seria a boneca uma profetisa de todos os Trumps da política?

Retrocedamos: Baldassare Castiglione fez sucesso no Renascimento com o livro *O Cortesão*. Na forma de diálogo, estabelece os parâmetros para uma pessoa ser considerada educada. A marca distintiva do cavaleiro seria conseguir, com gestos e falas, evidenciar uma superioridade pessoal sem muito esforço. A habilidade de ser elegante de forma natural foi sintetizada no vocábulo italiano *sprezzatura*. Ainda que possa ser lida como uma indiferença irônica e defensiva, a *sprezzatura* foi concebida como um código, uma maneira correta de ser nas cortes da idade moderna.

A jovem classe burguesa tentou imitar os hábitos da nobreza.

REFLEXÕES XXII

Compravam-se títulos e repetiam-se maneiras. Refinamento passou a ser cartão de acesso a um mundo considerado superior. Molière ironizou esse movimento no **Burguês Fidalgo**. Faltava *sprezzatura* ao senhor Jourdain, a ridícula personagem central da comédia. A personagem oscila entre o ridículo e o empolado. Era um fingidor. Portava uma máscara que não se adequava ao rosto. Hoje, seria chamado de emergente.

O século XX multiplicou o esforço das classes médias e altas na busca de um refinamento que garantisse sua posição. Livros de etiqueta proliferaram. Em São Paulo, a obra de Marcelino de Carvalho tornou-se leitura obrigatória. Também eram concorridos seus cursos de etiqueta na Escola Eva, na rua Augusta. A pauliceia ainda oferecia a chance de melhoria pessoal seguindo as aulas da suíça Louise Reynold, a famosa madame Poças Leitão, que ensinava bons modos e dança de salão a muitas gerações em São Paulo. Hoje é nome de simpática rua no Jardim Paulistano.

A etiqueta moderna era um canal para dizer “quem é quem”, um distintivo social, uma linguagem e um código, como a estudaram Norbert Elias (*A Sociedade de Corte*) e Renato Janine Ribeiro (*A Etiqueta no Antigo Regime*).

Gostaria de resgatar um sentido menos usual da palavra etiqueta: pequena ética. Etiqueta não seria o duvidoso valor de saber qual talher ou copo seriam adequados. A verdadeira etiqueta trata da convivência em grupo. A “pequena ética” seria uma consciência de que, mais do que atributo da antiga nobreza, a cortesia e a gentileza são fundamentais para a existência em sociedade.

Por favor, com licença, desculpe-me e obrigado são quatro fórmulas mágicas que devem ser multiplicadas. Todas implicam reconhecer que há algo ou alguém além de mim. Saber segurar a faca corretamente na mão direita e, ao mesmo tempo, maltratar o garçom, é prova de que só se captou a parte imbecil da etiqueta. Há muito mais. Ceder lugar em transportes públicos a quem mais necessite dele, como gestantes, por exemplo. Falar baixo para não

REFLEXÕES XXII

invadir ouvidos e intimidades alheias. Evitar transformar seu carro em trio elétrico nas cidades. Fugir de grosserias ofensivas como as descritas no início da coluna. Tornar o trânsito um espaço de cidadania. Respeitar o mundo ao redor não porque aspiramos à nobreza, todavia porque somos parte de uma humanidade maior, mutuamente dependente. Tudo isto assume um poder multiplicador, como garantia o profeta Gentileza no Rio: gentileza gera gentileza.

Toda a essência da nova etiqueta é a consciência da vida em grupo. Estamos em crise profunda sobre os valores sociais. A grosseria e a vulgaridade imperam, de Manila ao Rio, de São Paulo a Washington.

Educar é um esforço. Funciona pela indicação direta e pelo exemplo, este último o mais poderoso professor já inventado. A vulgaridade e o preconceito irmanam sofisticados salões burgueses e bares populares. Variam os atores, permanece o mesmo espírito tosco.

Atrás da grosseria esconde-se alguém com duplo defeito: tem medo do mundo e dele se defende com as patas erguidas. Acima de tudo, o ser grosseiro tem dificuldade em compartilhar a alegria do convívio, pois vive o isolamento e vive pleno de temores. Cortesia e etiqueta ajudam a dar alguns passos na arte da felicidade. Atrás de alguém sem noção social, existe um ser que padece e ataca para encontrar um paliativo a sua dor. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 18 de setembro 2016

Os mediócras fascistas e democratas

Leandro Karnal



Duas pessoas discutem sobre um tema espinhoso como o aborto ou a liberação de drogas. Quando a temperatura da conversa aumenta, um dos lados vai jogar, com grande certeza, o insulto de “nazista” ou “fascista” sobre o adversário. A sombra de Hitler alonga-se no horizonte. O professor não desmarcou a data da prova como pedido? – Nazistão – bradará o coro dos alunos indignados. Um governo lança a

ideia de controle da mídia? Tática fascista!

O nazismo funciona como um conceito *portemanteau*, expressão francesa que usamos para falar em alças nas quais dependuramos tudo, como os casacos em cabides. Citar sempre o nazismo como modelo de ditadura é um recurso retórico eficaz quando se insulta adversários, pois algumas linhas gerais do fascismo alemão são do conhecimento geral e Hitler encarna o mal em estado absoluto para quase todas as pessoas.

Tente difamar um inimigo nas suas redes sociais dizendo que o pensamento dele se parece com o de Rafael Trujillo, ditador por três décadas da República Dominicana. O efeito será nulo. Lembrar-se de infames, como Alfredo Stroessner, é só um sinal de idade. Hitler é um nome mais magnético e eficaz, o tipo ideal de ditador. A memória nazista atravessa gerações. Todo professor de história sabe que a análise da personalidade de Hitler provoca atenção até em alunos. Ivan é “o terrível” para nós e “o grande” para russos”. D. Maria I é a “louca no Brasil” e a “pia” em Portugal. Hitler é o malvado favorito de todos.

Para aqueles que idealizaram o ditador nazista como um gênio do mal, é preciso dizer que se o mal é bem empregado no caso, gênio é um equívoco. Já ouvi muito: “Ele era um assassino, mas era

brilhante”. As biografias tradicionais de Hitler, como a de Joachim Fest e John Toland, já tinham indicado que não se podia sustentar a tese da inteligência do cabo austríaco. De forma ainda mais contundente e recente, Ian Kershaw derruba, tijolo por tijolo, a imagem de estrategista poderoso ou brilhante. Era homem medíocre, limitado em todos os sentidos, com uma visão de mundo na qual sua tacanhice fazia par com seus ódios. Hitler é tão banal que fica o incômodo de como alguém assim chegou a ponto dos genocídios que perpetrou. Talvez o segredo seja este: Hitler entendia o alemão comum por ser um homem comum. Como alguém estúpido chega ao poder? Ó brasileiros, ó cidadãos da minha terra amada: vocês tem certeza de que desejam me fazer este questionamento? Por que a Alemanha seria diferente de nós?

A biografia de Goebbels, de Peter Longerich, também revela dados curiosos. Como Goebbels era um doutor em Filosofia pela renomada Universidade de Heidelberg, imaginávamos que o verdadeiro gênio do mal era ele e não o seu chefe idolatrado. O livro destrói isso. Homem frágil, cheio de dor e de limitações e devotado como um cão ao Führer. O ideólogo oficial do regime, Alfred Rosenberg, não fugia a essa regra. Ele era filiado ao partido nacional-socialista antes de Hitler. Ler a obra principal dele, *O Mito do Século 20*, é quase constrangedor, ainda que tenha sido um ovo de serpente. A força do tribunal de Nuremberg não matou nenhum gênio. A banalidade do mal, conceito de Hannah Arendt, serviria para mais gente além de Eichmann. Os nazistas não eram apenas comuns, também eram medíocres.

Talvez esteja nessa mediocridade a vitalidade e a eficácia do sistema fascista alemão. Explorar medos coletivos, dirigir violências contra grupos em meio a histerias sociais, aproveitar-se de crises para assustar a muitos com fantoches, usar propaganda sistemática e fazer da violência um método exaltado é uma estratégia que, infelizmente, não se encerra com o fim do regime nazista e nem precisa de brilhantismo. São recursos fáceis na maioria dos momentos históricos, em especial os de crise.

A mediocridade é uma das molas da história e um esteio da violência. Ao final da experiência totalitária nazista, seis milhões de

REFLEXÕES XXII

judeus tinham desaparecido. Ao lado do racismo antissemita, outras vítimas como ciganos, testemunhas de Jeová, militantes comunistas, homossexuais e deficientes físicos e mentais tinham encontrado a morte. A mediocridade não pode ser considerada inofensiva.

Sempre me assusta que a democracia de massas compartilhe com as ditaduras a necessidade do espetáculo. A produção de um acordo que possibilite ao ditador ou mesmo a um democrata o exercício do poder é algo estranhamente essencial a um sistema ou outro. Convenções partidárias e cenografia, guardados certos parâmetros, aproximam as apoteoses nazistas em Nürnberg e os encontros dos partidos democrata e republicano nos EUA atuais. Da mesma forma, a propaganda política que nos seduz/adestra/omite sobre os candidatos às prefeituras e ao cargo de vereador são, muitas vezes, seguidoras da ideia nazista de uma mentira repetida mil vezes.

Democracia é melhor do que ditadura. Na ditadura, o corpo da liberdade e dos direitos fundamentais é assassinado. Na democracia, ele é chicoteado e insultado, mas sobrevive. Na ditadura, a chama da liberdade é apagada; na democracia, ela bruxuleia. Gostaria que os dois continentes, o da liberdade e o do fascismo, fossem mais distantes. A sedução de um psicopata imbecil como Hitler talvez indique que, além de muitas pontes, os dois mundos têm fluxo migratório acima do desejado. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 25 de setembro 2016

Pães e livros

Leandro Karnal



É noite num cárcere úmido. Estamos em Sevilha, final do século XVI. A cena é estranha: o todo-poderoso cardeal inquisidor interroga Jesus. Tenta explicar ao Nazareno a necessidade imperiosa de queimá-lo num auto de fé. Suprema contradição: como um oficial da Igreja Católica, formalmente dependente de e fiel ao fundador, pode estar disposto a matar aquele a quem deveria adorar?

A história do inquisidor e de Jesus foi criada por Dostoiévski. É parte da obra *Os Irmãos Karamazov*. Trata-se de uma ficção dentro de outra ficção, signo de signo. O segundo irmão, Ivan, explica seu conto ao mais novo. O Benjamim é o mais religioso da família e ouve, entre horror e interesse, a fantasia do intelectual ímpio.

Sim, a segunda vinda de Jesus ocorria naquele lugar e naquele tempo. O Redentor decidira por aparecer no sul da Espanha, no apogeu inquisitorial. Ainda que não restassem dúvidas sobre a identidade real da personagem, o inquisidor mandara prendê-lo. No cárcere, agora, procurava explicar sua ação.

O foco da conversa (ou monólogo, já que só o cardeal fala) está no episódio das três tentações de Jesus pelo demônio. O diabo ofereceu ao filho de Maria a chance de matar a fome, desafiar a Divina Providência atirando-se ao solo de um ponto alto e possuir o mundo ao custo da idolatria ao príncipe do Inferno. Jesus recusou a tríplice oferta.

Dostoiévski ampliou o tema. O cardeal espanhol é um conhecedor da natureza humana. Alega que o Cristo ignora o homem comum. Se Ele tivesse transformado as pedras em pães, por exemplo, todos os degredados filhos de Eva teriam entendido, claramente, que havia um milagre e um prêmio. As massas viriam, famintas, até o

REFLEXÕES XXII

Messias. Ao dizer o transcendente “não só de pão vive o homem”, Jesus dá uma dimensão superior para a vida. Segundo o cardeal, o Messias formou uma religião para poucos. Ao criar pecados, recompensas, tribunais e privilégios, a Igreja Católica teria elaborado um projeto viável para milhões. O povo quer pão e não elevação mística. Jesus teria apostado alto demais na espécie humana. Os homens são materiais, egoístas, centrados no aqui e agora e pouco inclinados à compaixão ou à metafísica. Jesus seria um idealista. A Igreja real, com sua hierarquia e poder, seria o mundo possível. O Filho ofereceu a liberdade aos homens, mas somos apegados aos nossos grilhões.

Quando um partido político faz um comício, convida um cantor famoso. Durante a festa do primeiro de maio, apartamentos são sorteados por centrais sindicais. Quase todos os professores já fizeram provas difíceis para obter o controle de uma turma. Em todos esses casos, a lógica do cardeal é vitoriosa. O visível atrai mais do que o oculto. O bem imediato e material é mais desejável do que uma redenção futura. Jesus clama por essência e coragem. A Igreja assegura aparência e medo: sem pão e circo, não haverá público. Nossa filiação remete mais ao príncipe eclesiástico do que ao carpinteiro.

As obras *Crime e Castigo* e *Os Irmãos Karamazov* mudaram minha vida. Lamento minha ignorância absoluta da língua russa. Li mais de uma tradução. A leitura mais recente foi pela mão de Paulo Bezerra. Foi uma epifania⁵, uma revelação, uma luz que se acendeu e mudou minha maneira de estar no mundo.

Já vivi a experiência do livro transformador com outros textos. Apenas para dar alguns exemplos: *Jó*, na Bíblia; *A Paixão Segundo G.H.*, de Clarice Lispector, e, naturalmente, *o Hamlet*, de Shakespeare. Confesso-me pouco original nos exemplos: também senti o impacto com Dante e Cervantes, além de Machado de Assis. Li muitos livros. Porém, apenas duas dúzias deles trouxeram uma

⁵ **Epifania**: aparecimento ou manifestação reveladora de qualquer divindade.

REFLEXÕES XXII

luz ao final que, aportando o barco da consciência à página derradeira, percebia-me atônito, feliz, impactado e, algumas vezes, mudo entre lágrimas. As ideias haviam mudado de lugar. Fechado o livro, eu era outro. Tinha sentimentos variados como raiva, amor, emoção. Uma parte minha se rebelava porque o escritor genial me arrancara de um nicho e me jogara ao vazio, ironizando minha percepção rasa da existência. Outra parte pensava que a vida valia a pena por ter chegado consciente ao momento daquele livro nas minhas mãos.

Um livro forte provoca sentimentos fortes: vontade retórica de fazer uma genuflexão diante do mistério do universo e da inteligência. Quanto melhor o livro, maior o silêncio ao fim da obra. Em alguns casos, passei muitos dias sem poder ler outra coisa porque ainda não tinha a força intelectual de passar para outro degrau ao ter sido atingido pelo clarão de um autor brilhante. Tombei, a caminho de Damasco, muitas vezes: Leandro, Leandro, por que me lês?

Dentro de mim, habita um objetivo cardeal a lembrar que o pão é fundamental. O prelado é encarado por outra voz: um Jesus mudo que sorri diante da banalidade das coisas concretas e dos meus valores hipócritas. O universo é vasto. A vida é árdua e nem sempre alegre. Algumas pessoas emocionam e outras decepcionam. Um consolo poderoso e permanente: há livros pela jornada. Faça um *selfie* da sua alma: leia um clássico. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 2 de outubro 2016

Universidades e sociedade

Leandro Karnal



Cinco de outubro de 1966: há 50 anos foi lançada a pedra fundamental do *campus* da Universidade Estadual de Campinas. Foi concebida por dois médicos: o governador Ademar de Barros e, em especial, Zeferino Vaz. A Unicamp tornou-se a terceira filha universitária do Estado de São Paulo. Tendo galgado de forma rápida o posto de uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil, ela chega ao

cinquentenário com desafios enormes e conquistas impressionantes.

O conceito de universidade completou mil anos no Ocidente cristão. Bolonha (Itália), no século XI, foi a primeira instituição europeia de ensino superior. Havia similares mais antigas no mundo islâmico e oriental.

Universidades sempre foram parte (nunca o todo) da produção e transmissão do conhecimento. William Shakespeare nunca sentou no banco de uma. Espinosa viveu entre lentes no seu sótão batavo. Oswald de Andrade não conseguiu ser aprovado em concurso para o quadro docente universitário. O mercado, as empresas, os gênios isolados, os artistas autônomos, as instituições religiosas e obscuros bares acolhem, com generosidade, outras cotas da incansável inventividade humana.

Vou atenuar a iconoclastia do parágrafo anterior: nomes fundamentais do pensamento, como Tomás de Aquino e Einstein, engendraram parte das suas ideias dentro de grandes instituições de ensino superior. Se houve muitos gênios extramuros, também devemos ressaltar que o grosso da transmissão da técnica que possibilita a existência de engenheiros, médicos, químicos e historiadores é, hoje, quase exclusivamente universitária.

REFLEXÕES XXII

Sou filho da universidade e inserido num mundo específico, o das Humanas. Somos uma tribo exótica, que desperta certo interesse e alguma rejeição. Exemplifico: estive em determinado concurso para professores numa instituição federal de São Paulo. Por uma série de fatores, o presidente da banca era um médico. Os outros colegas julgadores eram historiadores. Diante da nossa prolongada discussão sobre um conceito na prova de uma candidata, o presidente exclamou, impaciente: – Se eu demorasse tanto tempo para decidir algo, meus pacientes já teriam morrido! Expliquei ao renomado doutor: – A nossa felicidade é que somos historiadores, todos os nossos pacientes já estão mortos. Ele riu. Éramos estranhos, mas bem-humorados...

Saiamos do meu igarapé de devaneio e voltemos ao rio principal. Existe, hoje, como parte de um momento muito específico, um anti-intelectualismo crescente. Ele sempre existiu em ditaduras como o nazismo ou na Revolução Cultural Chinesa: uma desconfiança do caráter perigoso e pouco prático do pensamento especulativo. O anti-intelectualismo é uma mistura de irracionalidade e autoritarismo. Não se trata apenas de reconhecer o que já afirmei (a universidade não é a única a produzir conhecimento), mas de uma negativa de que ela seja útil ou focada no conhecimento.

O símbolo do ódio à reflexão é a queima pública de livros. As fogueiras ocorreram tanto na China imperial como na socialista. A mais famosa cena foi a 10 de maio de 1933, quando os nazistas queimaram milhares de livros ditos “semitas” como os de Freud ou Thomas Mann. Começava, então, a cumprir-se a profecia de Heinrich Heine: onde se queimam livros, ainda se queimarão pessoas. Coisa de ditaduras? Nem sempre: no país das melhores universidades do mundo, os discursos de Donald Trump são a encarnação do anti-intelectualismo.

Por vezes, trata-se unicamente de ressentimento. Combate-se o que não se possui ou o que não se entende. Ataca-se por, no fundo, desejar ardentemente. Há muitas raposas a declarar as uvas distantes e inaptas ao consumo.

Identifico algo além de raposas ressentidas. Há uma onda de

REFLEXÕES XXII

repulsa em relação aos questionamentos de paradigmas tradicionais. Existe uma vontade de associar o debate a uma guerra a valores pretensamente imutáveis e sagrados.

O anti-intelectualismo não é uma nova razão ou um combate aos argumentos racionais. Ele é uma forma de estar no mundo e recusa à ciência como o “estado atual dos nossos erros”, na acepção do universitário Einstein. Opõe a opinião à pesquisa, o saber desencarnado e individual ao árduo processo de verificar hipóteses e aprofundar temas. Formar um médico ou um filósofo implica anos de leituras, reflexões, práticas, debates. O universo de cada saber é vasto e ainda demanda o conhecimento de línguas e um esforço titânico para captar, compreender, associar, relacionar e aplicar os conceitos essenciais.

Como eu disse desde o começo, há saberes igualmente sólidos que não dependem da universidade, mas esses e aqueles dependem de esforço sistemático e longo. Não estou opondo o saber universitário ao conhecimento autônomo ou um erudito a um popular; mas o saber ao não-saber; a reflexão crítica e sistemática a uma espécie de “achismo” nascido de egos densos no ressentimento e rasos na reflexão.

Um dia, numa formatura na Unicamp, dividi com o professor Octavio Ianni o posto de paraninfo. Lá ouvi o cientista social dizer que a liberdade era a condição fundamental para pensar e que a universidade pública era um espaço privilegiado para isso. Por sugestão minha, a biblioteca do IFCH tem o nome do professor Ianni. Que os próximos 50 anos da Unicamp encontrem muitos professores como ele. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 9 de outubro 2016

Presenteando gregos e troianos

Leandro Karnal



Temo os gregos, mesmo quando dão presentes. A advertência foi feita por um ilustre troiano ao final da guerra. Ele suspeitava que o estranho cavalo diante das muralhas da cidade poderia ser uma armadilha. Não foi ouvido. Troia caiu. A desconfiança originou a expressão “presente de grego”.

Presentes são altamente simbólicos. Quem me oferece algo diz muito sobre nossa relação. Um presente ruim é recebido com estranheza dupla. Primeiro, não gosto do que recebo. Segundo, desconfio que traduza um equívoco de compreensão da minha pessoa. Uma oferta é uma radiografia das almas.

O campo é vasto. Um presente pode ser uma forma de controle. Dar algo que alguém não possa retribuir é uma forma de afirmar meu poder. Parte da questão foi tratada por Marcel Mauss no seu estudo clássico sobre a dádiva. Presentes falam muito além de seu simples pacote.

A boa educação e os sentimentos piedosos ensinam a aceitar qualquer coisa em nome do afeto contido no gesto. É um conselho sábio. Quem me presenteou, gastou algum tempo e algum dinheiro com isso. Em nome dos bons modos, todo pacote deve ser bem recebido. O presente é secundário, a intenção é central. Também é adequado empanzinar-nos de capim sem sal para que nossa saúde floresça com o viço das ervas ruminadas. Raramente o correto é gostoso. O caminho da virtude, por vezes, contém renúncia abnegada.

Um presente é um gesto de sensibilidade. Implica na abdicação do meu gosto para perceber o alheio. Muita gente dá algo para si, em vez de dar ao outro. A primeira virtude do bom presenteador é evitar a universalização das afinidades estéticas e conceituais.

REFLEXÕES XXII

Do parágrafo anterior, emerge outro risco. Leandro ama vinho tinto? Que bom, eu estava numa cidade do interior e lá eles fazem um vinho maravilhoso... Trouxe para você! Voltamos ao sentimento piedoso: que bom que você se recordou do meu gosto. E ponto. Decisão silenciosa: a portaria do prédio será presenteada com a garrafa gestada nas vinhas da ira.

Não é uma arte fácil. Leandro gosta de ler? Vou dar um livro! Duas hipóteses: o livro é expressivo e bom e, nesse caso, há uma chance alta de eu possuir a obra. Hipótese alternativa: o livro é um horror, portanto, não o tenho e não desejaria tê-lo. E lá vamos à portaria de novo...

Presentes caros podem ser bem recebidos pelo valor em si ou porque demonstram que sou importante a ponto de a pessoa gastar mais comigo. Precisamos ressaltar: os presentes especiais são os que mostram o cuidado e não o valor.

Vejam um exemplo trivial. Vai presentear vovó? Uma toalha de rosto com o nome dela bordado é simples e barata. Será mais bem recebida do que um vaso com flores comprado a caminho da casa dela. O primeiro presente demandou certa antecedência e possui o toque especial do nome. O segundo sinaliza: tenho de levar algo, compro no caminho. Importante: nem toda pessoa mais velha gosta de receber sabonetes em todas as datas.

Faltou dinheiro? Conheci uma senhora que recortava gravuras bonitas de revistas, criando um cartão original. De novo: o cuidado torna o presente significativo. Meu tempo é, sempre, a entrega maior.

A boa oferta é definida no evangelho como o óbolo⁶ da viúva. Ao depositar as minúsculas moedas que lhe fariam falta, ela deu mais do que os ricos, que lançavam o que sobrava.

No filme *A Pele do Desejo* (*Salt on Our Skin*, 1992), a protagonista, sofisticada, ganha vários presentes ruins do namorado pescador. No

⁶ **Óbolo:** pequeno donativo feito aos pobres; esmola.

REFLEXÕES XXII

final, ele acerta: uma âncora, pequena e significativa, uma peça-símbolo do que ele fazia e do que eram um para o outro. Ela fica emocionada. Ele aprendera que menos é mais.

Algumas pessoas emitem sinais do que desejam. Outras pedem diretamente. Ao contrário de mim, há quem se deleite com surpresas.

Além da pessoa, existe o momento. Nada de peso deve ser dado a quem vai pegar avião ou está em viagem. Um colega palestrante segredou-me que recebeu, ao final de um trabalho, uma enorme faca de churrasco. O objeto era quase uma espada. Faria soar alarmes até a sede da Otan. Como eu, quase todo viajante profissional não despacha bagagem. Não existe fórmula, mas existe uma sensibilidade a ser desenvolvida.

Por fim, existem pessoas focadas. Sempre me lembro de uma tia-avó que, em todos os aniversários, trazia a mesma coisa: uma bola embrulhada. Eu e meus irmãos sabíamos: ano após ano, lá estava ela, constante como o relógio-cuco da nossa casa, segurando a indefectível bola. Diante do pacote esférico, ela perguntava: adivinha o que eu trouxe? Nós fingíamos dúvida e abríamos com falsa avidez. Uma bola! Que bom! Era um ritual simpático da nossa infância.

A Bíblia define que ninguém tem maior amor do que aquele que dá a própria vida pelo outro. O segredo está nessa ideia. O presente deve ter sua vida em diálogo com a vida do outro. Dar-se é uma grande dádiva. O bom presente é uma via dupla e alegre o que oferta e o que recebe. É um gesto de comunhão e de afeto.

Já pensou em dar algo imaterial e precioso como sua atenção total? Ofereça um jantar e não leve seu celular. Siga com genuíno afeto tudo que ela ou ele fala e esteja inteiro na conversa. É um presentão! O resto são pacotes... Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 16 de outubro 2016

Palavras da terra e do ar

Leandro Karnal



O texto diante dos seus olhos foi escrito a bordo de um avião. A agenda no solo me obriga a produzir no céu. Se alguém me acusar de ser um nefelibata, indivíduo com cabeça nas nuvens, terá razão.

Nefelibata pertence à categoria de palavras que indicam idade. Quem a usa, provavelmente, lia a seção “enriqueça seu vocabulário” da revista Seleções.

Monteiro Lobato, no livro *Emília no País da Gramática*, conferiu um imenso prazer à descoberta da língua. O autor de Taubaté tornou inesquecível o diálogo atrevido de Emília com os arcaísmos como a palavra bofé (sinônimo de francamente). As definições que o rinoceronte Quindim sofisticava a boneca aplainava.

Nefelibata e bofé poderiam andar ao lado de energúmeno no campo indicativo de antiguidade do usuário. Energúmeno tem sonoridade dupla: é polissílaba e proparoxítona. A professora Juraci assegurava-me que as proparoxítonas podiam ser chamadas de esdrúxulas. Eu era criança e fiquei assombrado! Há coisa mais saborosa do que apontar para algo e dizer que é esdrúxulo? A palavra sai sonora, ressuscitada como um Lázaro em mortalha, reencontrando, atônita, a luz do dia.

Visualizem a seguinte cena: numa rusga de tráfego, um motorista grita ? sacripanta! ? a um infrator que lhe atravesse a rota. Imaginem se o atingido pela pedrada vocal redarguisse que o insulto é estapafúrdio? Após um sagrado silêncio, talvez, poderiam se entreolhar com certo afeto parnasiano. Talvez abandonassem a animosidade e reconhecessem um elo. Convenhamos: palavrões que invocam a moralidade da genitora ou especulem sobre orientação sexual do condutor são de uma banalidade constrangedora. Mas sacripanta? Estapafúrdio? Raros, meus dominicais leitores, raros.

REFLEXÕES XXII

São insultos preciosos, quase elogios.

A inteligência atual não é menor do que aquela que brilhava nos discursos de Rui Barbosa. Antes, a riqueza vocabular era um indicativo de sólidas leituras e formação preciosa. Sinonímia era um termômetro de bacharéis respeitáveis e de boa família. Hoje, o tom direto é a virtude cardeal. O homem de letras esmerava-se para engastar uma rima. A frase era lapidada. A forma era tão fundamental quanto o conteúdo.

Suspeito que havia mais tempo livre. Num mundo de nomes curtos como o nosso, como explicar uma mulher chamada Capitolina, imortalizada por Machado como Capitu? Hoje, a esposa de Dom Casmurro atenderia pelo apelido Cá... De oblíqua e dissimulada, ela passaria a vesga e falsa. A modernidade asfaltou a estrada vocabular. Nada mais é engastado. Foram assassinadas as nuances. Os mosaicos receberam cal.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Um admirável mundo novo implica vocabulário distinto. Expressões tradicionais que indicavam a convivência peninsular com a tradição árabe, hoje, provocam equívocos. Já desejei “Oxalá consigas” e recebi como resposta: “e Iemanjá me ajude também!”

A língua é viva e dinâmica. A gramática normativa é antes necrotério do que berçário. O uso transforma e recria. Parte da beleza da última flor do Lácio é perceber o movimento histórico das palavras e dos sentidos.

Exemplo hipotético: Padre Vieira seria reprovado na redação do Enem. O “imperador da língua” (como o descreveu Pessoa) acharia insuficiente o espaço para expressar coesão e coerência de qualquer ideia. Usaria regências que ficaram ultrapassadas. Com suas orações subordinadas, seria considerado confuso pelo corretor. Isso não é trágico, é histórico.

Não reclamo das formas contemporâneas de comunicação. Um bom usuário da língua deve saber utilizar diversos códigos para distintos objetivos e públicos. Passar do sermão da Sexagésima para uma frase de WhatsApp é importante. Um haicai não é inferior a um

REFLEXÕES XXII

poema épico. Por vezes, um “pô” ou “nem” podem ser tão expressivos e comunicativos quanto as dezenas de páginas que Proust utilizava para descrever o som da colher na xícara.

A leitura de Alexandre Herculano ou Euclides da Cunha não me torna melhor como pessoa. Porém, se consigo entender um texto com expressões alicerçadas em outro código de comunicação, minha capacidade de transitar entre mundos aumenta. Ler apenas aquilo que já conheço com termos usuais é como levantar pesos de cem gramas na academia: o resultado é a monotonia.

Mário de Andrade ironizou, na carta às icamiabas (Macunaíma), que nosso país tinha tal opulência, que tínhamos duas línguas: “a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra”. Nossa opulência linguística aumentou. A língua da cidade de Portugália (segundo Lobato) tem novos loteamentos: o português das escolas, o da internet, o dos jornais, o oral, o dos rostinhos com emoções (um dos bairros com maior potencial de expansão).

Uma boa educação deveria trabalhar a beleza do pretérito mais-que-perfeito e a compreensão do quase fóssil modo subjuntivo. Ao mesmo tempo, nada impediria agradecer uma mensagem com o semítico (sem vogais) anglicismo: tks! Emília adoraria, Rui Barbosa não. Todo nefelibata deveria conhecer Taubaté. É preciso visitar os muitos bairros da nossa língua portuguesa. Um bom domingo a todos vocês! ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 23 de outubro 2016

Marias latinas

Leandro Karnal



Outubro tornou-se o mês do rosário na tradição católica. São Pio 5º criou a festa para celebrar o êxito cristão na batalha de Lepanto contra a esquadra turca, em 1571.

No Brasil colonial, a Virgem do Rosário foi associada a irmandades negras. As brancas buscavam a invocação de Nossa Senhora do Carmo.

No dia 12 de outubro abriram-se as reflexões e festas para os 300 anos do “achamento” da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em 2017, com o tricentenário da pesca no Rio Paraíba do Sul, que iniciou a devoção à virgem morena, viveremos uma nova etapa de romarias e festas.

O Brasil descobriu esse culto mariano no período em que a colonização entrava no apogeu do ouro. O México celebra a aparição de Guadalupe logo ao início da conquista espanhola. As duas virgens, Guadalupe e Aparecida, são morenas. Ambas se identificam com indígenas e negros e reforçam o apelo popular e nacional. O rio da devoção das Marias coloniais iniciou-se de forma singela: um oratório privado do bispo Juan de Zumárraga no México e a humilde capela de pescadores do Paraíba do Sul. Um dos primeiros milagres de Guadalupe foi transformar as rosas colhidas por São Juan Diego numa imagem “achiropita” (não feita pela mão humana) impressa no manto do indígena. Os poderes iniciais de Aparecida são belos na sua simplicidade: velas que se acendem sozinhas, correntes que se partem, pesca abundante e cavalos que emperram na porta da igreja.

Há outro aspecto em comum às tradições. As duas imagens foram alvo de atentado violento. Em 1921, uma bomba explodiu na basílica de Guadalupe. Os estilhaços maiores foram amparados por um crucifixo que hoje está na nova basílica. Retorcido numa urna, o

REFLEXÕES XXII

Cristo testemunha a metáfora do filho que defende a mãe.

Em 1978, a imagem de Aparecida sofreu um ataque devastador. Um indivíduo a espatifou no solo da basílica. A reportagem sobre a restauração e seus inusitados percalços pode ser lida no excelente livro *Aparecida*, de Rodrigo Alvarez.

Estive muitas vezes estudando a devoção mariana no México e no Brasil. Fiquei horas acompanhando as pessoas olharem para o manto na sua moldura dourada na cidade do México. O mesmo fiz na basílica de Aparecida. É uma experiência única. Naqueles espaços ocorrem fenômenos sociais de fé, de entrega, de alegria comovente, de gratidão e, também, de comércio.

As Virgens morenas da América sintetizam as sociedades latinas em quase todos os aspectos. É fácil ser crítico do que ocorre nos lugares de veneração. O olhar cético verá uma explosão supersticiosa orientada para o lucro e controle de almas ingênuas. As muitas lojinhas parecem clamar por um novo Jesus a virar as mesas dos vendilhões do Templo.

Há muito mais. Aparecida traz ao altar o diálogo com nossa raiz africana. Guadalupe é uma virgem ameríndia. Há que se recordar de outra raiz: em 2017, também lembraremos os cem anos da aparição de Fátima. Ao mundo afro-ameríndio, junta-se o lusitano.

Tenho a sensação de que os cultos de Guadalupe, Aparecida e Fátima contém, como obras abertas, muito daquilo que formou o mundo colonial ibérico. Sociedades complexas, marcadas por racismos e exclusões, chegam aos pés das suas virgens com a totalidade do seu ser. O fiel mariano é o homem na sua inteireza: aproveita um passeio, vive sua fé, traz a família, chora, compra uma lembrança, acende uma vela, reza e usufrui do *fast food* local. Por fim, ele volta, feliz, a sua casa.

As salas dos ex-votos traduzem uma percepção de mundo e de Maria como advogada dos desvalidos. Há quadros com pintura *naïf*, cabeças de cera, painéis de pressão retorcidas que explodiram e até diplomas de doutorado. Abundam violões e vestidos de noiva, maquetes de uma casa própria e muitas fotografias. É um museu do

REFLEXÕES XXII

desejo coletivo e simples, uma genética latina sobre guarda e amparo. Ali toma forma uma gramática do dom, da proteção e da realidade sobrenatural que paira sobre as pessoas.

Sempre imagino que uma parte expressiva de como funciona a sociedade brasileira está lá. Os políticos tupiniquins deveriam frequentar mais a basílica de Aparecida. Não como fazem tradicionalmente, para ostentar uma fé eleitoreira e seu verniz de tartufismo⁷, a falsa piedade. Deveriam estar lá para radiografar a alma do cidadão anônimo, entender suas demandas mais profundas e aspirar à compreensão daqueles a quem, a rigor, servem com seus cargos.

Já são quase 300 anos que o Brasil profundo faz sua anatomia em público diante da imagem. O volume de pessoas e a história precisariam mover mais estudiosos. O tricentenário brasileiro deveria propiciar maiores pesquisas sobre o fenômeno.

Euclides da Cunha afirmou que o movimento de Canudos era o encontro do Brasil do século XIX com o Brasil do século XVII. Talvez fosse. Eu gostaria de provocar imaginando que Aparecida é o encontro do Brasil do século XVIII com o Brasil do século XXI. Só que o XXI é aquela fé e o XVIII é o iluminismo cético. Quem tiver compreensão que entenda. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 30 de outubro 2016

⁷ **Tartufo:** beato enganador.

As rondas ostensivas da patrulha ideológica

Leandro Karnal



Dizem que o criador da expressão foi Cacá Diegues, em entrevista no Estadão. Patrulha ideológica referia-se à perseguição da esquerda a seus filmes. O pensamento patrulheiro ficou vasto e variado. Os militantes das rondas percorrem as ruas da internet e da imprensa. É uma forma de censura. Ela existe entre conservadores e esquerdistas, entre ateus e religiosos, entre apreciadores de *carménère* e de *cabernet*

sauvignon.

Quando eu era jovem, alguns patrulheiros diziam que não se podia ler Gilberto Freyre. Era, claro, uma patrulha ideológica. A questão não era dizer que Casa Grande e Senzala deveria ser vista com ressalvas históricas. A postura era do índice inquisitorial: você não pode ler!

Reafirmarei sempre, em todos os lugares: um texto pode ser conservador e genial, como o de Edmund Burke ou o de Alexis de Tocqueville. Um texto pode ser de esquerda e conter conclusões fundamentais, como Pierre Proudhon ou Karl Marx. Texto bom é o que faz pensar. Não se trata de isenção, mas de reconhecer que a inteligência não assenta morada exclusiva em um setor do espectro político. O pensar abomina gaiolas. Importante: Karl Marx leu Adam Smith e pensou a partir dele. Marx não pode ser visto a não ser em diálogo com a visão do escocês.

Um patrulheiro dogmático é alguém que, em geral, compreende pouco de um tema. A deficiência é compensada pela retórica e pelo ardor do debate. O ataque é uma forma de disfarçar medo.

Pensar é complexo. Necessita esforço constante e direcionamento com foco. A reflexão precisa de dados e de análise. É uma mistura

de esforço braçal e intelectual. Querem um exemplo? O simples conceito **capitalismo** traz uma imensa quantidade de leituras e pesquisas. O crescimento de uma economia urbana e monetária na Baixa Idade Média europeia em regiões como cidades do Norte da Itália e em Flandres já demanda uma biblioteca sólida. A ascensão da burguesia, a primeira globalização com as grandes navegações e o comércio mundial dos séculos XVI ao XVIII são temas longos. A consolidação do capitalismo com a **Revolução Industrial** é algo para um ano intenso de leituras, no mínimo. Então chegamos aos grandes teóricos: Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Por fim, se eu quiser avaliar as distinções entre teóricos como John Keynes e Ludwig von Mises, minha maturidade já encontrou ocupação.

O caminho é árduo. A alternativa mais fácil é lasciar à queima-roupa: o capitalismo nunca deu certo! Matou milhões! **Leia O Livro Negro do Capitalismo!** Slogans são cómodos.

Invertamos o vetor. Estudar os socialistas utópicos e suas experiências, como Saint-Simon e Robert Owen, já ocupa meses de leituras. A obra de Marx, mesmo que destaquemos somente **O Capital**, é uma tarefa imensa. Etapa seguinte: pensar as experiências históricas da Comuna de Paris (1871), da Revolução Russa (1917), da Revolução Chinesa (1949) e a Cubana (1959). Há que se enfrentar distinções entre socialismo libertário e autoritário, teóricos do século XX (como Rosa Luxemburgo e Gramsci), diferenças dos modelos iugoslavo, albanês, leninista, trotskista, chinês, anarquista... O genocídio provocado pelo Kmer Vermelho no Camboja tem uma biblioteca básica para vencer, quase nada em português. É muita coisa. Melhor disparar com ar douto: o socialismo nunca deu certo! Matou milhões! **Vejam O Livro Negro do Comunismo!** As frases substituem o debate, com a sutileza de uma divisão panzer e a profundidade de um pires.

Considerem um exemplo que irritará ao patrulheiro zeloso. Um aluno me pergunta: Che Guevara foi um assassino ou um herói? Respondo com calma: os dois. Matou pessoas, e participou de lutas armadas na América Latina e África para implantar o socialismo. Para alguns, a luta e a morte dele constituem heroísmo. Para outros,

REFLEXÕES XXII

é o oposto. Outros exemplos de heróis com sangue? Churchill, admirável para alguns ingleses e assassino para povos do Oriente. Alexandre é uma estrela imensa no Ocidente, mas um monstro no atual Afeganistão. Solano López, Napoleão Bonaparte, Moisés, Carlos Magno: a lista é quase infinita. Todo líder político e militar tem uma duplicidade óbvia. O presidente Andrew Jackson é considerado o pai da democracia norte-americana em muitos sentidos. Também, provavelmente, um dos maiores genocidas do mundo indígena daquele país. Ele é um herói? Vai depender da sua identidade étnica, caro estudioso, da sua orientação ideológica e do seu empenho na pesquisa.

Eu sei: ao dizer essas coisas retirei a certeza moral que dá à patrulha ideológica a tranquilidade rasa. Tornei o mundo um caleidoscópio instável e introduzi um incômodo relativismo.

Certezas são próprias de pessoas que, tendo lido (ou escrito) um único livro, podem afirmar com segurança que todos os estudos comprovam sua ideia. Nós precisamos de humildade e método. Insultar é fácil e imediato. Odiar é um ópio. Vamos esperar o trio elétrico da patrulha passar e continuemos nossa conversa calma. Pensar dá um trabalho imenso. Um bom domingo a todos vocês. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de novembro 2016

Trumpillary vai à luta

Leandro Karnal



Semelhanças profundas entre os dois candidatos são camufladas por um tom bélico de campanha que não reflète a realidade

O vice-presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, vivia à sombra do popular Eisenhower. Os republicanos tinham assumido em 1953, após 20 anos de domínio democrata. O fim da Guerra da Coreia (1950-1953) iniciava uma diminuição da Guerra Fria e havia um clima de otimismo econômico no ar. O californiano Nixon não era o carisma em pessoa, mas a prosperidade da década de 1950 não exigia pessoas carismáticas.

Nixon foi enviado para um *tour* diplomático pela América do Sul, em abril de 1958. A recepção no Uruguai foi morna. Em Lima, no Peru, os estudantes o hostilizaram de forma drástica, tanto na rua quanto no hotel. Em Caracas, na Venezuela, a agressão quase virou uma tragédia.

Partidários de Trump e Pence durante comício

Uma multidão raivosa tentou linchar o vice-presidente. A atitude de Nixon seria louvada como corajosa pela imprensa dos EUA. Na América Latina, o antiamericanismo parecia ter aumentado de forma exponencial.



O episódio ocorreu há quase 60 anos. A Aliança para o Progresso que Kennedy lançou em discurso aos embaixadores latinos, em 1961, apresentou efeitos limitados. A fratura representada pelas imagens do Vietnã seria duradoura. “*Yankees, go home*” virou mantra para parte dos pensadores latino-americanos.

REFLEXÕES XXII

Intelectuais mais conservadores diziam o contrário. Roberto Campos, no Brasil, era célebre pela ‘americanofilia’. O livro *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano* aprofundou essa linha afirmando que pior do que ser explorado pelos EUA era não ser explorado. Isso significava que, para os autores como Alvaro Vargas Llosa, países mais ligados à economia estadunidense prosperavam, e os menos ligados ao mundo do dólar, definham.

Parte da tradição simpática aos EUA reapareceu agora, nessa época de disputa presidencial. Um grupo decidiu, em plena Avenida Paulista, fazer uma manifestação pró-Trump. Num domingo de outubro de 2016, alguns brasileiros seguraram cartazes em inglês atacando Hillary e apoiando o candidato republicano.

Fica a pergunta: por que pessoas que não fazem nenhuma diferença no processo eleitoral dos EUA necessitam expressar sua opinião? Provavelmente a resposta poderia ser dada tanto pelos estudantes que agrediram Nixon como pelos que manifestaram apoio a Trump na Paulista.

Repercussão- A eleição no grande irmão do Norte abala mais consciências do que votações em outros lugares. Críticos e defensores, pensadores de direita e de esquerda: todos, de alguma forma, consideram os EUA símbolo do que amam ou odeiam. O capitalismo dos EUA ofende quem é inimigo desse sistema e entusiasma aqueles que o defendem. Os EUA sempre constituem o chamado tipo ideal, o protótipo do que deve ser evitado ou seguido.

Por um lado, se os EUA apoiam a candidata democrata, todas as posições que, no Brasil são construídas em torno de Hillary (empoderamento feminino, por exemplo) passam a ser mais válidas. Por outro lado, se o apoio a Trump cresce, posições contra o aumento do Estado e críticas ao esquerdismo ganham reforço no Brasil. O modelo do Norte servirá de guia e cânon⁸. No fundo, tanto inimigos como aliados prestam essa homenagem: não importa o sucesso ou fracasso do capitalismo em Luxemburgo, mas, apenas,

⁸ **Cânon:** maneira de agir; modelo, padrão.

no seu epicentro nervoso, os EUA.

A retórica de Trump encarna o político independente que desafia chefões tradicionais do jogo de Washington. Políticos tradicionais são odiados nos EUA e no Brasil. Habilmente, Trump conseguiu parecer um homem de ação e de liberdade de expressão, num mundo em que cada um só fala aquilo que agrada a todos. O republicano usa sua habilidade teatral para reforçar como ele é o verdadeiro americano, aquele que acredita no esforço individual e é livre. Trump é o porto onde nacionalistas, machistas, racistas e homofóbicos podem ancorar seu navio com segurança.

A retórica de Hillary, da mesma forma, tentou convencer a todos de que ela seria a candidata crítica e alternativa, a primeira mulher a postular a chefia da nação com chances reais de vencer, a ponderada em detrimento do intempestivo adversário. Hillary parece o porto onde feministas, cosmopolitas e liberais podem ancorar seu navio com segurança.

Quando eu vejo essa polarização, não comum nas campanhas dos EUA, penso seriamente num hipotético polonês, em 1945, tendo de tomar partido entre os nazistas que arrasaram o país (e estavam sendo expulsos) e seus libertadores soviéticos. A pergunta sempre difícil: você prefere nazistas ou soviéticos?

Agressividade- Tanto nos EUA como aqui, as pessoas destemperadas, inclinadas aos palavrões, sem freios politicamente corretos, parecem estar em ascensão. A capacidade de insultar foi associada a uma veia de autenticidade. Ulisses Guimarães, criticando a campanha de Collor (um Trump *avant la lettre*⁹), teria dito que, em época de campanha, abraçaria até estuprador.

É exatamente essa prática do político comendo com felicidade o pastel engordurado na feira e abraçando a todos que irrita o eleitor médio. Jânio Quadros conseguiu vender, na sua Vila Maria e no país

9 ***Avant la lettre***: A expressão francesa «*avant la lettre*» significa «antes do estado definitivo; antes do seu inteiro desenvolvimento» ou «antes de o termo existir».

todo, o *marketing* da antipolítica.

A política representativa, no Brasil e nos EUA, está chegando a um paradoxo cada vez mais complexo. O aumento do narcisismo do indivíduo exige que o candidato tenha um perfil que seria a representação do próprio eleitor melhorado. Só assim ele “me representa”, usando a próclise que se consagrou no nosso mundo. Cada vez mais, o candidato deve encarnar meu eu melhorado e seu adversário passa a ser meu perfeito outro piorado.

Trump acusou Obama de não ter nascido nos EUA. Foi uma calúnia política e, diante de documentos claros, ele teve de retroceder. A mentira política faz parte do jogo, mas, no mundo da internet, ela é usada como ferramenta básica. Um dos manifestantes da paulista usava o cartaz “Obama e Hillary criaram o ISIS” (o Estado Islâmico). É uma calúnia política, mas, atualmente, a verdade não é mais fundamental. A chave é usar os recursos da detração para atingir o outro, o inimigo, aquele que representa o oposto do meu mundo e, por consequência, não me representa.

Assim, distantes no espaço, os manifestantes da Paulista e os eleitores dos EUA mostram o verdadeiro candidato de todos: o Narciso. Minha opinião deve ser manifestada, mesmo que ninguém a tenha pedido, mesmo que ninguém a respeite, mesmo que não faça a menor diferença porque isso, em última análise, é liberdade de expressão.

Semelhanças- As diferenças entre republicanos e democratas são mais de *slogans* do que de práticas concretas. Hillary e Trump são membros de uma elite branca e bem-sucedida, uma é rica, o outro, milionário. Ambos estão convictos de valores bem mais próximos do que gostariam de reconhecer. Mas, para fins de campanha, tornam-se polos de dois mundos incomunicáveis e mutuamente excludentes.

Você imagina um homem sem controle tendo o poder de acionar o maior arsenal atômico do planeta? Um pesadelo! Você imagina uma mulher que usa servidores não seguros para trocar e-mails portadores de segredos de Estado? Um desastre. Trump é o modelo do americano xenófobo e bem-sucedido. Hillary é a mulher política

REFLEXÕES XXII

que ignorou a traição do marido e agora recebe apoio do casal Obama, exatamente o mesmo Obama que ela atacou de forma visceral quando disputou com ele a candidatura democrata. Um que erra por falar demais; outra que muda o discurso de acordo com sua ambição do momento.

Democracia é o melhor dos sistemas, sempre. Mas há uma conclusão incômoda. Quem manda nos Estados Unidos e no Brasil não está concorrendo e nem precisa do seu voto. Quem tem o poder real, nunca se candidata e nós, como uma plateia de musical da Broadway, batemos palmas para **X** ou **Y**, porque isso nos transmite o conforto de que nossa aprovação é determinante para o espetáculo.

Orgulhoso, eu ligo para o SAC da grande empresa e sou atendido por alguém que não decide nada e me dá razão. Quem manda, de verdade, está inacessível. Desligo o telefone com sensação de poder.

Seria a consulta popular a maneira mais sofisticada de perguntar minha opinião sobre quem não vai, de fato, mandar? Assim, aqueles sobre os quais eu nunca fui consultado podem continuar, democraticamente, fazendo o que querem? Marionete com ilusão de liberdade seria mais feliz? Nosso/a candidato/a é Trumpillary! Só com Trumpillary seremos felizes. ●

Leandro Karnal: professor da Universidade Estadual de Campinas na área de História da América.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 8 de novembro 2016

O fim de uma era olímpica: "Do ponto de vista financeiro, nunca vale a pena", diz economista francês

Jean-Pascal Gayant



Estudioso dos impactos econômicos de grandes eventos esportivos, Jean-Pascal Gayant, economista do Esporte da Universidade de Mans, na França, faz um diagnóstico duro: do ponto de vista financeiro, Olimpíada não vale a pena

Em dezembro de 2014, após muita discussão interna e experiências “desafiadoras” com a organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Comitê Olímpico Internacional (COI) lançou a Agenda 21, uma estratégia que deveria marcar o fim de um tipo de organização baseada em projetos faraônicos, com estruturas novas e cuja utilidade após duas semanas de competições fica longe do ideal. Em seu lugar, entram planos de jogos com estruturas mais modestas, baseadas, sobretudo, no que já existe na cidade-sede e em outras sub-sedes. Nesse sentido, Rio 2016 deveria ser um divisor e águas, o fim de uma era na organização do maior evento esportivo do planeta.

Mas para economistas que se especializaram na projeção de impactos econômicos, custos e benefícios dos Jogos Olímpicos, essa estratégia tem poucas chances de acabar com os “jogos bilionários”.

Economista do Esporte da Universidade de Mans, na França, Jean-Pascal Gayant é um dos cétricos estudiosos das práticas do COI. Doutor em Economia pela Universidade Panthéon Sorbonne, Gayant é autor de “*Economie du Sport*” (“Economia do Esporte”, na tradução livre), lançado em abril pela editora Dunod. Na obra, o professor e pesquisador analisa o “*competitive balance*” e os impactos econômicos de grandes eventos esportivos. Sua constatação é inapelável: do ponto de vista financeiro, organizar os

Jogos Olímpicos ou uma Copa do Mundo não vale a pena.

Essa é a razão pela qual, ao longo do século XXI, sediar essas competições têm sido um projeto recusado por cidades como Oslo, Estocolmo, Boston e Hamburgo, mas abraçado com entusiasmo por emergentes como África do Sul, China, Rússia, Brasil e Catar. Crítico do COI, Gayant entende que o Rio faz parte de um ciclo em que os grandes países emergentes usaram o esporte para se projetar como potências, uma tentativa que na maior parte das vezes fracassou em razão dos custos exorbitantes, das denúncias de corrupção e do legado negativo em termos de infraestruturas ociosas e custosas. Na entrevista ao Aliás, Gayant, um apaixonado pelo futebol, analisa as repercussões dos jogos do Rio 2016.

Na história dos jogos modernos, há casos de sucessos e outros nem tanto. Barcelona, por exemplo, mudou sua imagem para sempre. Atlanta, não. Atenas endividou o país. Como o senhor vê os jogos do Rio de Janeiro?

Peguemos o exemplo de Atenas, que 12 anos depois enfrenta uma situação muito degradada. A economia grega entrou pouco tempo depois dos jogos em uma fase de recessão terrível e hoje o que vemos na capital são estruturas que estão se degradando, sem uso. Temo que o Rio enfrente os mesmos problemas, e que os equipamentos que foram construídos para os Jogos Olímpicos de 2016 sejam muito pouco utilizados. A questão que teremos de analisar mais tarde é se a situação econômica difícil que o Brasil atravessa hoje vai permanecer, e sobre se teremos de atribuir uma parte aos Jogos Olímpicos ou, ao contrário, o país retomará o crescimento e os jogos serão vistos como uma Olimpíada que foi apropriada.

Mas qual será o sentimento que ficará nos espíritos dos brasileiros sobre a “herança”?

Se a economia for bem, talvez tenhamos uma sensação de boa “herança”. Se ela continuar por dois, três ou quatro anos em condições de dificuldade maior, talvez os jogos fiquem na memória como uma forma de sucesso esportivo, mas fracasso econômico.

O orçamento final dos jogos do Rio deve se aproximar de € 10 bilhões (R\$ 38 bilhões). Isso é muito ou os brasileiros subestimaram os custos previstos de sediar os Jogos Olímpicos? É tão caro assim receber Jogos Olímpicos?

Quaisquer que sejam as estimativas prévias de orçamento ficam difíceis realizar jogos abaixo do total de € 10 ou € 12 bilhões. Foi esse o caso em Londres, foi muito mais em Pequim, onde as estimativas prévias eram de US\$ 45 bilhões. Mas estamos diante de um evento cujos custos são muito difíceis de estimar. Eu estudei muito a candidatura dos jogos de 2024 em Paris, onde se estimou um orçamento de € 6 bilhões. Eu não creio nem por um instante que seja possível. Nos € 6 bilhões há € 3 bilhões de despesas de organização, e outros € 3 bilhões para a Vila Olímpica e para novas estruturas esportivas que ainda não existem. Simplesmente não é possível. Será preciso no mínimo 12 infraestruturas, 12 estádios de 10 mil a 15 mil lugares, que terão de ser construídos em Paris. Por € 3 bilhões não é possível construí-los. Há uma subestimativa prévia das despesas, porque pessoas que têm interesses de verem os jogos acontecer têm interesse nessa subestimativa.

Cidades como Oslo, Estocolmo, Boston e Hamburgo optaram por não se candidatar aos Jogos em razão dos altos custos. A opinião pública de muitos países também é contrária. Os Jogos perderam sua magia e atratividade?

Houve uma tomada de consciência de que os custos são sempre muito importantes para resultados econômicos que no final das contas são relativamente modestos, ou nulos. É sintomático de que os Jogos Olímpicos sejam sempre defendidos por alguns atores sociais, como empreiteiras que realizam obras públicas, empresas de eventos e de comunicação e pelo movimento esportivo. Mas o custo é absorvido por todos, e quando todos são consultados há uma ponderação de custo-benefício que é mais desfavorável do que favorável.

Para enfrentar essa situação, o COI lançou a Agenda 21 com o objetivo de conter o gigantismo dos Jogos. Qual sua avaliação?

A Agenda 21 é uma boa iniciativa, ao abrir as portas para a candidatura de várias cidades ao mesmo tempo. É interessante também porque insiste sobre pontos como o controle de despesas, o impacto ambiental, sobre questões como respeito à livre opção sexual, por exemplo. Mas é preciso ler o documento como uma reação do COI à percepção muito negativa que ficou dos jogos de inverno realizados em Sochi, na Rússia. Esses jogos foram um derrame de despesas, € 50 bilhões, com casos de corrupção múltiplos. O COI agora tenta fazer evoluir as bases de uma candidatura, mas o comitê poderia ter ido mais longe.

Como?

Alguns economistas que estudam a questão consideram que os jogos deveriam ser realizados sempre nas mesmas cidades, fazendo um circuito em três ou quatro cidades do mundo, para enfim rentabilizar as construções feitas para os Jogos Olímpicos. Outra hipótese seria imaginar candidaturas conjuntas de várias cidades.

O senhor acredita que os jogos de Tóquio 2020 e, eventualmente, em Paris 2024, já serão diferentes em termos de organização?

Em termos de custos, sabemos que não há muita margem de manobra. Ficaremos naquela fatura superior a € 6 bilhões, e isso sem contabilizar infraestruturas de transporte, por exemplo, que precisam ser construídas. O COI diz que essas despesas não devem mais ser contabilizadas, porque servirão em longo termo para a população das cidades. Bom, mesmo que não contabilizemos esses valores, não creio em € 6 bilhões, como disse. Acho que teremos jogos de no mínimo € 8 bilhões, provavelmente de € 10 bilhões. Então sejamos claros: € 10 bilhões é muito dinheiro para uma cidade como Atenas. E é caro mesmo para uma cidade como Paris, capital de um país que vive em déficit público. E, para o Rio, esses € 10 bilhões são uma carga muito pesada.

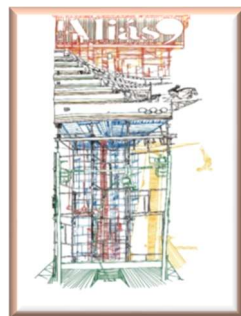
O Rio que já enfrenta essa crise...

Os melhores estudos sobre o tema mostram que os Jogos Olímpicos não são fator de crescimento econômico. Talvez os jogos sirvam

para melhorar a autoestima de uma população ou de um país, ou sirvam como um grande projeto federativo. Mas não são um bom negócio. Não desejo que os jogos agravem a situação econômica do Rio, mas, se observarmos o que se passou em Atenas, devemos ficar preocupados. No passado, talvez tenhamos visto como algo muito positivo que o Brasil realizasse a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Hoje talvez devamos ver os eventos como uma dupla pena do ponto de vista econômico.

Que legado o senhor vê para os Jogos do Rio?

O legado do Rio... É verdade que Barcelona valeu-se muito dos jogos para uma verdadeira renovação urbana. Barcelona passou da 11^a cidade turística da Europa à 5^a cidade, e de fato se tornou muito apreciada em todo o mundo. Essa foi uma herança positiva. Mas há poucas circunstâncias equivalentes até aqui. Los Angeles, Seul, Atlanta, Sidney, Pequim e até Londres não tiveram os mesmos resultados. Em Londres foi possível revitalizar uma região que estava degradada, mas o preço disso foi o aumento do custo do metro quadrado, que expulsou uma parte da população de baixa renda para lugares ainda mais distantes. Pelo que sei aconteceu o mesmo no Rio, onde para construir a infraestrutura dos jogos se destruiu um número x de habitações precárias. Talvez haja uma renovação urbana, mas nem todos saíram ganhando. Pode ser que a renovação urbana do Rio tenha sido acelerada, que a cidade tenha passado por melhorias, mas nada que tenha beneficiado a todos. Não estou convencido de que em termos de coexistência urbana os jogos causem um impacto muito melhor do que os de Londres 2012. Em Barcelona foi muito positivo. No Rio, não é certo. ●



Jean-Pascal Gayant: Full Professor in Economics at the University of Le Mans (France).

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21 de agosto de 2016

A fé de nossos pais

The Economist



Temendo o extremismo e a falta de integração de muçulmanos, vários governos europeus querem que os imãs das mesquitas do continente sejam formados nas universidades de seus países

Para se ter uma ideia de como os europeus – muçulmanos e não muçulmanos – fazem para aprender sobre o Islã, uma opção é visitar a Mesquita Centrum, perto da estação ferroviária de Hamburgo. O prédio, antes ocupado por um balneário público, é um dos

60 locais de oração frequentados pelos 200 mil muçulmanos da cidade.

As origens dessa comunidade remontam a um movimento islamista chamado Milli Gorus (Visão Nacional), que floresceu entre os turcos alemães antes de ajudar a eleger na Turquia, em 1996, um governo de forte inspiração religiosa – que se manteve no poder por apenas 12 conturbados meses. Durante a semana, a mesquita ferve com pessoas que buscam consolo espiritual ou material de leitura em alemão, árabe ou turco. Aos sábados, são oferecidas aulas corânicas para crianças.

Com o rosto coberto de sangue e pó, a criança aparece sentada em uma ambulância após ser resgatada de uma casa bombardeada

Centenas de alemães adultos não muçulmanos também frequentam o edifício, que já viu dias melhores: são professores que fazem cursos sobre o Islã.

Ozlem Nas, porta-voz da Schura, maior federação de mesquitas de Hamburgo, explica: *“Eles não sabem que atitude tomar quando, por exemplo, um aluno sírio acusa um colega checheno de mau muçulmano”*.

Para se ter outra imagem de como se dá a aprendizagem islâmica



em solo europeu, pode-se circular pelas ruas de Nottingham, na região inglesa das East Midlands. O centro religioso e cultural Karimia reúne religiosidade e erudição. Diariamente, após o horário letivo normal, quase 1,5 mil crianças frequentam seus cursos corânicos. Essas madrassas são respeitadas, mas em outros pontos da Inglaterra há algumas em que o ambiente não é nada amistoso; e o governo britânico se comprometeu a reformar o setor, que até agora funcionava sem nenhuma regulamentação.

Além de três mesquitas, o Karimia tem uma escola de educação infantil e outra compreendendo as primeiras séries do ensino fundamental, onde, nas palavras do fundador do instituto, Musharraf Hussain, as crianças entram em contato com uma “cultura britânica islâmica”. O uniforme é tradicional (as meninas têm de usar um jilbab, que cobre o corpo inteiro), mas a ênfase recai na preservação de boas relações ecumênicas e na obediência às leis do país. Os eventos da realeza britânica são comemorados com entusiasmo, mas os vínculos humanos com o Paquistão se mantêm, graças à TV por satélite e a cursos on-line.

Os governos europeus veem com apreensão essa combinação de influências locais e importadas, que se expande em ritmo acelerado. Com tantos professores e clérigos islâmicos cujas raízes e atitudes pouco têm a ver com o *ethos* da Europa Ocidental, as autoridades temem pela coesão social – quando não enxergam aí terreno fértil para o terrorismo, mesmo que a internet provavelmente ajude a criar mais extremistas do que qualquer mesquita ou escola.

Por isso, querem criar um Islã de traços próprios, que seja menos dependente dos países de origem dos imigrantes e conviva bem com a democracia, além de ter em sua liderança professores e administradores formados em universidades europeias. Por trás desse desejo, há a preocupação com a Arábia Saudita, país de onde saem poucos migrantes e imãs, mas de onde vêm volume substancial de financiamento e obras doutrinárias que refletem o puritanismo da visão salafista do Islã. Às vezes, ainda que nem sempre, esse é um caminho para o extremismo.

Um dos problemas desse objetivo de “europeização” é que ele não

conduzirá, necessariamente, a um Islã mais moderado. Ao mesmo tempo em que lidam com a questão da educação islâmica, os países europeus se defrontam com suas histórias particulares e as soluções que cada um deles deu para a relação do Estado com o cristianismo e o judaísmo. A Bélgica, por exemplo, surgiu como um reino católico; o Estado belga subsidia o culto e o ensino dessas religiões. Agora o Islã também se beneficia disso: mais de metade dos imãs é remunerada pelo governo. Nas escolas públicas de Bruxelas, a maioria das crianças estuda a religião de suas famílias; metade opta por aulas de Islã.

Na Holanda, a educação religiosa é moldada por um antigo pacto entre protestantes e católicos, que permite a pequenos grupos criar escolas confessionais. Isso facilitou a criação de mais de 40 escolas muçulmanas de ensino fundamental do primeiro ciclo. A procura é grande, diz Haci Karacaer, veterano do movimento Milli Gorus que administra uma dessas instituições. O problema é a dificuldade em encontrar professores muçulmanos capazes de dar aulas em holandês. Também são poucos os imãs que pregam em holandês. A pressão do governo pelo uso da língua oficial tem sido contraprodutiva, lamenta Karacaer. Isso indica uma preocupante desarticulação entre governo, academia, clérigos e jovens cuja língua é o holandês.

No outro extremo está a França, onde o regime laico instituído em 1905 exclui a religião da educação pública. Mas, no mês passado, depois do assassinato de um padre católico, o premiê Manuel Valls propôs algumas mudanças. A França, escreveu ele, precisa se tornar um centro de excelência em teologia islâmica; e é fundamental achar maneiras de substituir o financiamento externo às mesquitas por fontes nacionais.

Em razão do regime laico, as universidades públicas não podem ter faculdades de teologia em sua estrutura, ainda que possam oferecer cursos sobre cultura árabe ou sociologia da religião, por exemplo. É o que fazem as universidades de Paris e Aix-en Provence. E, em Estrasburgo (em que não vigora o regime laico, pois a cidade não fazia parte da França em 1905), a teologia não foi banida da academia. Havendo vontade de conferir ao Islã um lugar prestigioso

REFLEXÕES XXII

no ensino superior francês, as coisas certamente poderão se ajustar.

Mas isso não solucionará os problemas enfrentados por muitas comunidades muçulmanas que vivem em condições financeiras precárias e não dispõem de recursos para remunerar seus imãs, quanto mais pagar o salário de um clérigo com diploma universitário. Suas mesquitas precisam de soluções práticas, que vêm sob a forma de financiamento externo ou de clérigos pouco sofisticados, provenientes de seus países de origem e se contentam com remunerações modestas.

Ao menos 70% dos mais de 2 mil imãs em atividade na França são estrangeiros. Cerca de dois terços deles não recebem salários regulares. Do restante, 150 são remunerados pelo governo turco, 120 pelo argelino e 30 pelo marroquino. A França ampliou a cooperação com esses países. Imãs formados na França agora vão para o Marrocos frequentar um novo seminário islâmico. Um acordo recente determina que os imãs argelinos que pretendem atuar na França realizarão estudos nos dois países.

Na Alemanha, a principal fonte de imãs é a Turquia, cujo governo remunera 1 mil clérigos muçulmanos que desenvolvem atividades em um terço das mesquitas do país. Graças a um acordo firmado entre o governo alemão e o Ditib, braço externo do departamento de assuntos religiosos do governo turco, seus vistos lhes garantem cinco anos de permanência. Mas parte dos muçulmanos alemães, alguns dos quais de origem turca, defendem o rompimento com o Ditib, acusando o órgão de ser um instrumento de Recep Tayyip Erdogan, o presidente da Turquia. Desde a tentativa fracassada de golpe do mês passado, o Ditib tem feito eco às acusações de Erdogan, que atribui o golpe a uma iniciativa de Fethullah Gulen, um clérigo que vive nos EUA. Uma série de escolas, centros culturais e jornais ligados a Gulen dizem se sentir ameaçados pelo Ditib.

Em nenhum momento a política alemã do pós-guerra imaginou que teria de acomodar o Islã em sua estrutura. Agora os Estados alemães, que são os responsáveis pela educação, tentam encaixar o Islã no sistema. As estratégias variam. Em Berlim, não há ensino

REFLEXÕES XXII

regular de religião nas escolas, mas, depois de entrar na Justiça, um grupo próximo ao Milli Gorus conquistou o direito de oferecer educação islâmica quando os pais assim quiserem.

Nas últimas semanas, vários outros Estados puseram o Ditib na geladeira. Três deles reduziram a colaboração com o órgão. A reação corre o risco de criar um vácuo, diz Jonathan Laurence, acadêmico americano especializado no Islã europeu. Em sua opinião, as autoridades deveriam pressionar o escritório alemão do Ditib a afrouxar seus laços com Ancara.

A partida do Ditib deixaria um vazio. O órgão apoia outro projeto alemão: fomentar a teologia islâmica no ensino superior. Será que a Alemanha conseguirá colher a desejada safra de acadêmicos islâmicos formados internamente? Mohamed Taha Sabri, um imã nascido na Tunísia que atua em Berlim, diz que as comunidades muçulmanas talvez não aceitem pessoas que estudaram o Islã em lugares liberais, sob a orientação de não muçulmanos.

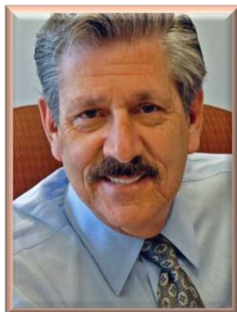
Imaginar as grandes universidades europeias, algumas delas surgidas como seminários cristãos, ajudando a destilar e a domesticar o Islã tem seu apelo. Mas será um processo lento, e no dia a dia as coisas andam rápido. Cursos intensivos de treinamento para qualquer indivíduo que lide com crianças, assim como o monitoramento de professores e clérigos estrangeiros, talvez constituíssem um enfoque mais apropriado. As autoridades europeias não têm como controlar a fé, mas podem regulamentá-la melhor. ●

The Economist

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21 Agosto 2016

Há exatos 25 anos presenciei o fim do regime soviético

Richard Ebeling



Vinte e cinco anos atrás, no dia 22 de agosto de 1991, eu estava no meio de uma eufórica multidão de dezenas de milhares de pessoas aglomeradas em frente ao parlamento russo em Moscou, a capital da União Soviética.

Elas celebravam o fracasso de uma tentativa de golpe de Estado político e militar perpetrada por líderes soviéticos pertencentes à linha dura do Partido, os quais ainda queriam manter a ditadura comunista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Quando os tanques foram enviados para capturar Boris Yeltsin, eles foram persuadidos pelo povo a apontar suas armas para o outro lado e a defender Yeltsin e o Parlamento russo.

O regime soviético havia governado a Rússia e as outras 14 repúblicas da URSS por quase 75 anos, desde a Revolução Bolchevique em novembro de 1917 liderada por Vladimir Lênin e por seu grupo comunista de seguidores marxistas. Durante esses quase três quartos de século, primeiro sob Lênin e especialmente sob Josef Stalin e seus sucessores, historiadores estimam que mais de 64 milhões de pessoas – inocentes, homens desarmados, mulheres e crianças – morreram nas mãos do regime soviético, e tudo em nome da construção de um "belo e brilhante futuro" para o socialismo.

Milhões de mortos- Calcula-se que apenas a coletivização forçada da terra implantada por Stalin, no início dos anos 1930, tenha custado as vidas de algo entre 9 e 12 milhões de camponeses



REFLEXÕES XXII

russos e ucranianos, os quais morreram quando tentavam resistir ao confisco de suas propriedades agrícolas ou após terem sido enviados (com suas mulheres e filhos) a fazendas coletivas estatais para fazer trabalhos forçados.

Alguns foram simplesmente assassinados a tiros; outros foram torturados até a morte; já o restante foi enviado para campos de concentração e de trabalho forçado na Sibéria ou na Ásia central Soviética, os quais eram chamados de GULAG. Milhões foram lentamente esfaimados até a morte por causa de uma inanição criada pelo governo com o intuito de forçar as pessoas a se submeterem às ordens expedidas pelo comitê de planejamento central de Stalin e seus partidários.

Outros milhões foram capturados, arrebanhados e enviados para campos de trabalho forçado nas localidades mais isoladas da União Soviética como parte do plano central de tentar desenvolver à força os setores industrial e mineral dessas localidades.

Nas décadas de 1930 e 1940, o plano central de Stalin incluía cotas estipulando o número de "inimigos do povo" que deveria ser capturado e executado em cada cidade e vilarejo da União Soviética, para servir de exemplo e arrefecer eventuais impulsos de resistência. Adicionalmente, havia cotas também estipulando quantos deveriam ser capturados e enviados para os GULAGs como substitutos das pessoas que já haviam morrido de fome e frio enquanto trabalhavam forçadamente nas vastas terras desoladas da Sibéria, do norte da Rússia europeia, e da Ásia Central.

Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, o regime soviético foi sendo cada vez mais percebido como notoriamente corrupto, estagnado e, finalmente, decrépito, sob uma sucessão de caquéticos líderes do Partido Comunista que tinham como único propósito manter o poder e seus privilégios especiais.

Em 1986, um homem muito mais jovial, Mikhail Gorbachev, que havia ascendido por conta própria na hierarquia do Partido, foi nomeado ao cargo máximo de Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS.

A tentativa de Gorbachev de salvar o socialismo- Gorbachev acreditava que a União Soviética havia cometido vários erros no passado, mas ele não era um oponente do socialismo ou de seus fundamentos marxistas-leninistas. Ele queria apenas um novo "socialismo com uma face mais humana". Seu objetivo era uma ideologia comunista "mais bondosa e mais gentil", por assim dizer. Ele genuinamente acreditava que a União Soviética poderia ser salva e, com ela, uma alternativa coletivista mais humana ao capitalismo ocidental. Para alcançar esse objetivo, Gorbachev introduziu duas agendas reformistas.

Primeiro, a perestroika, uma série de mudanças econômica com o intuito de admitir os erros do pesado planejamento central até então em voga. Os administradores das empresas estatais deveriam ser mais cobrados e teriam de prestar contas; pequenos empreendimentos privados passaram a ser permitidos; empresas soviéticas poderiam participar de empreendimentos conjuntos com empresas ocidentais. Flexibilidade e adaptação criariam uma nova e melhor economia socialista.

Segundo, a glasnost, a "abertura" política, sob a qual as maluquices políticas do passado seriam reconhecidas e as até então "páginas em branco" da história soviética – especialmente "os crimes de Stalin" – seriam preenchidas. Uma maior honestidade histórica e política, diziam eles, restauraria a moribunda ideologia soviética e renovaria o apoio entusiástico do povo soviético pelo agora reformado e redesenhado brilhante futuro socialista.

No entanto, com o tempo, os membros mais linha-dura e "conservadores" da liderança soviética passaram a considerar tais reformas como sendo a abertura de uma Caixa de Pandora, a qual permitiria que forças incontroláveis solapassem o sistema soviético. Eles já haviam visto isso acontecer nos satélites do Império Soviético no Leste Europeu.

O início do fim no Leste Europeu- Em 1989, Gorbachev permaneceu inerte enquanto o Muro Berlim, o símbolo do poder imperial soviético no coração da Europa, era derrubado pela população e as "nações cativas" do Leste Europeu – Alemanha

Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária –, as quais Stalin clamava serem suas e que foram conquistadas pela força militar ao final da Segunda Guerra Mundial, começaram a se libertar do controle comunista e da dominação soviética.

Os membros da linha-dura soviética estavam agora convencidos de que um novo tratado político que Gorbachev pretendia assinar com Boris Yeltsin – presidente da República Socialista Federativa Soviética da Rússia – e Nursultan Nazarbayev – presidente da República Socialista Soviética do Cazaquistão – significaria o fim da própria União Soviética.

As pequenas repúblicas bálticas da Estônia, Letônia e Lituânia já estavam reafirmando a independência nacional que haviam perdido em 1939-1940, como resultado da divisão do Leste Europeu acordada por Stalin e Hitler. Em janeiro de 1991, violentas e homicidas intervenções militares soviéticas na Lituânia e na Letônia não foram capazes de esmagar os crescentes protestos antissoviéticos naqueles países. Métodos militares também foram empregados, sem sucesso, para tentar manter sob controle as repúblicas soviéticas da Geórgia e do Azerbaijão.

Conspiradores comunistas pelo poderio soviético- No dia 18 de agosto de 1991, os conspiradores da linha-dura tentaram persuadir Gorbachev a cancelar seus planos de fazer acordos políticos com a Federação Russa e com o Cazaquistão Soviético. Ao se recusar, Gorbachev foi mantido à força em sua dacha (as casas de veraneio do alto escalão da burocracia soviética) na Criméia, ao norte do Mar Negro, na qual passava férias.

No início da manhã do dia 19 de agosto, os conspiradores emitiram uma declaração anunciando que estavam tomando o controle do governo soviético. Um plano para capturar, e possivelmente assassinar, Boris Yeltsin havia fracassado. Yeltsin conseguiu enganar os sequestradores ao sair de sua casa nos arredores de Moscou e chegar em segurança ao prédio do Parlamento Russo. Unidades militares leais aos conspiradores da linha-dura cercaram e sitiaram a cidade com tanques em todas as pontes que levavam a Moscou e em todas as grandes vias que davam acesso ao

centro de Moscou. Tanques também cercaram o Parlamento Russo.

Mas Yeltsin rapidamente conseguiu aglutinar o povo de Moscou a seu favor, fazendo também com que a população russa em geral defendesse a Rússia contra a tentativa de golpe de Estado dos comunistas linha-dura. Pessoas de todo o mundo testemunharam Yeltsin subindo em um tanque do exército em frente ao Parlamento e fazendo um discurso pedindo aos moscovitas que resistissem a qualquer tentativa de retorno aos dias negros do regime comunista.

À época, a mídia ocidental fez muito barulho em relação ao mau planejamento da tentativa de golpe que durou 72 horas, de 19 de agosto a 21 de agosto. A mídia mundial se concentrou no – e zombou o – nervosismo e confusão demonstrados por alguns dos líderes do golpe durante uma conferência de imprensa. Os conspiradores foram ridicularizados por seu comportamento cômico e trapalhão ao perderem a chance de sequestrar Yeltsin e de postergar sua tomada do prédio do Parlamento Russo; ou mesmo por deixar abertas as linhas telefônicas internacionais e por não terem nem sequer tentado obstruir as transmissões feitas *in loco* pelas televisões estrangeiras, as quais relatavam para todo o mundo, e ao vivo, os eventos que estavam ocorrendo em toda a União Soviética.

Os perigos de a linha-dura ter vencido- Independentemente do pobre planejamento dos líderes do golpe, o fato é que, se eles fossem bem-sucedidos, as consequências poderiam ser catastróficas. Tenho comigo até hoje uma fotocópia do mandado de prisão que havia sido preparado para ser impingido em toda a região de Moscou e que fora assinado pelo comandante militar, o marechal Kalinin.

O mandado concedia aos militares e à KGB a autoridade para prender absolutamente qualquer pessoa. O mandado tinha um "preencha a lacuna", no qual o nome da vítima, qualquer vítima, seria escrito na hora. Quase 500.000 desses mandados de prisão já haviam sido expedidos. Em outras palavras, em torno de meio milhão de pessoas poderia ter sido presa apenas em Moscou.

No dia anterior ao início do golpe, o KGB havia recebido um

REFLEXÕES XXII

carregamento de 250.000 pares de algemas. Posteriormente, a imprensa russa noticiou que alguns dos campos de concentração da Sibéria haviam sido reabertos. Se o golpe houvesse sido bem-sucedido, possivelmente de três a quatro milhões de pessoas em toda a União Soviética seriam enviadas novamente aos GULAGs.

Outro documento publicado pela imprensa russa após o fracasso da tentativa de golpe detalhava instruções para as autoridades militares em várias regiões do país. As ordens eram para começar a apertar ainda mais a vigilância sobre o povo nas áreas sob sua jurisdição, vigiando todas as palavras, movimentos e ações de cada indivíduo. Os estrangeiros deveriam ser seguidos e vigiados com ainda mais atenção. E relatórios deveriam ser enviados aos líderes do golpe em Moscou a cada quatro horas.

Com efeito, quando o golpe estava em progresso, o KGB começou uma série de batidas para fechar todos os empreendimentos comerciais moscovitas feitos em parceria com empresas ocidentais, acusando-as de ser um "ninho de espíões", e aprisionando alguns dos participantes russos desses empreendimentos.

Uma calma surreal escondia todo o medo- Durante a tentativa de golpe, Moscou apresentava uma qualidade surreal, a qual percebi enquanto caminhava pelas várias partes do centro da cidade. Nas ruas de toda a cidade, parecia que nada estava acontecendo – exceto pelo enxame de tanques soviéticos estrategicamente posicionados no centro das interseções de avenidas e nas pontes cruzando o rio Moscou. Os táxis passavam pelas avenidas à procura de passageiros; a população parecia manter a rotina, indo para e voltando do trabalho ou esperando nas longas e rotineiras filas pela ração diária distribuída pelo governo; e os motoristas, como de costume, faziam filas nos postos de gasolina controlados pelo governo. Mesmo estando em um carro alugado e com placas claramente estrangeiras, em momento algum fui parado enquanto dirigia pelo centro de Moscou.

Os únicos sinais perceptíveis naqueles dias extraordinários eram os olhares mais assustados e sombrios do que o habitual nos rostos das pessoas; e o fato de que nos centros de distribuição de comida as

REFLEXÕES XXII

pessoas se aglomeravam em volta dos rádios após já terem comprado seus alimentos.

No entanto, a aparência de quase normalidade não era capaz de esconder o fato de que o futuro do país estava por um fio.

Os russos se arriscaram pela liberdade-

Durante os três dias daquela semana decisiva, russos de todas as profissões tiveram de se perguntar qual preço eles estavam dispostos a pagar pela liberdade. E milhares concluíram que arriscar a própria vida para impedir um retorno do despotismo comunista era um preço que estavam dispostos a pagar.



Esses milhares apareceram em frente ao Parlamento Russo em resposta ao chamado de Boris Yeltsin. Eles formaram barricadas improvisadas, e se prepararam para oferecer a si próprios como escudos humanos desarmados contra tanques e tropas soviéticas. Minha futura esposa Anna e eu estávamos entre aqueles defensores da liberdade que permaneceram em vigília durante todos aqueles três dias praticamente de frente para os canhões dos tanques soviéticos.

Dentre aqueles milhares, três grupos se destacavam mais por terem escolhido lutar pela liberdade. Primeiro, os jovens em final de adolescência e início de seus vinte anos, os quais estavam vivendo em um ambiente um pouco mais livre durante os últimos seis anos desde que Gorbachev havia assumido o poder, e que não queriam viver sob o terror e a tirania que seus pais haviam vivenciado no passado. Segundo, os novos empreendedores russos, que temiam que aquela ainda nascente liberdade econômica que lhes havia permitido iniciar pequenos empreendimentos privados fosse esmagada pela volta da linha-dura comunista. E terceiro, os veteranos da guerra soviética no Afeganistão, que haviam sido recrutados à força para servir ao imperialismo soviético e que agora

REFLEXÕES XXII

estavam decididos a impedir seu retorno.

A falência do sistema soviético foi demonstrada não apenas pela coragem daqueles milhares de indivíduos defendendo o Parlamento Russo, mas também pela não disposição dos militares soviéticos de obedecer às ordens dos líderes do golpe.

É verdade que apenas um punhado de unidades militares de fato passou imediatamente para o lado de Yeltsin em Moscou. Mas centenas de babushkas – avós – russas foram para cima dos jovens soldados que manejavam os tanques soviéticos e os confrontaram perguntando: "Vocês vão atirar em suas mães, em seus pais, em sua avó? Nós somos cidadãos do seu próprio povo."

O ato final do golpe veio quando essas unidades militares se recusaram a obedecer às ordens da linha-dura comunista de sitiar e tomar o prédio do Parlamento Russo, o que possivelmente teria custado centenas de milhares de vidas.

Liberdade! Liberdade! Liberdade!

Naquela clara e quente tarde de quinta-feira, 22 de agosto de 1991, a enorme massa de seres humanos que havia se juntado em uma grande praça atrás do Parlamento Russo permaneceu ali ouvindo Boris Yeltsin lhes dizer que aquela área seria agora conhecida como a Praça da Liberdade Russa. A multidão então respondeu em uníssono: Svaboda! Svaboda! Svaboda! – "Liberdade! Liberdade! Liberdade!".

Uma enorme bandeira da Rússia pré-comunista, com suas cores branca, azul e vermelha, cobriu toda a frente do prédio do parlamento. A multidão olhou para cima e viu a bandeira vermelha soviética, com a foice e o martelo amarelos no canto superior esquerdo, sendo baixado no mastro em cima do Parlamento, com as cores da Rússia sendo elevadas pela primeira vez em seu lugar. E de novo as pessoas gritaram: "Liberdade! Liberdade! Liberdade!"



REFLEXÕES XXII

Não muito longe do prédio do Parlamento em Moscou, naquele mesmo dia, uma enorme multidão se aglomerou na Praça Lubyanka, no quartel-general do KGB. Com a ajuda de um grande guindaste, os moscovitas arrancaram e derrubaram a estátua de Felix Dzerzhinsky, o fundador da polícia secreta soviética, que ficava perto da entrada do prédio do KGB.

Em um pequeno parque em frente à sede do KGB, em um esquina em que hoje há um pequeno monumento em homenagem às vítimas dos campos de trabalho forçado soviéticos, uma manifestação anticomunista se formou. Um jovem vestindo um uniforme militar da velha Rússia czarista queimou uma bandeira soviética, sob aplausos e louvores da multidão.

O pesadelo de 75 anos de terror e tirania comunista estava chegando ao fim. O povo da Rússia ansiava por liberdade, e se deleitava com a alegria desse prospecto.

A esperança da liberdade e a realidade pós-comunista-

A morte do Partido Comunista e do sistema soviético foi, sem dúvida, um dos mais monumentais e grandiosos eventos da história. Que o regime tenha se esfacelado com uma relativamente pequena quantidade de sangue

derramado durante aquelas decisivas 72 horas da tentativa de golpe perpetrada pela linha-dura comunista é algo relativamente milagroso.

Os últimos vinte e cinco anos não foram do jeito que os vários defensores da liberdade na Rússia haviam esperado. Com efeito, a Rússia pós-comunista incorreu em várias trapalhadas econômicas, políticas e geopolíticas.

- Primeiro, não reformaram sua moeda, a qual vivenciou uma nociva hiperinflação entre 1992 e 1994, culminando em uma severa crise financeira em 1998, que abriu caminho para a volta de figuras políticas autoritárias em 1999, ano em que Vladimir Putin chegou ao poder.



REFLEXÕES XXII

- Segundo, em vez de desestatizar da maneira correta, embarcaram em um programa de "privatização" contraditório, mal organizado e inerentemente corrupto, o qual consistia apenas em transferir empresas estatais para as mãos de magnatas russos que haviam enriquecido durante o comunismo exatamente em decorrência de suas conexões com o governo e o KGB.
- Terceiro, o país se envolveu em duas sangrentas e destrutivas guerras ao tentar evitar a separação da Chechênia.
- Quarto, a corrupção em todos os níveis do governo é endêmica, difusa e mundialmente conhecida.
- Quinto, os mercados são controlados pelo Estado e manipulados por políticos, assim como as decisões de investimento, o comércio e a mídia.
- Sexto, assassinatos e aprisionamento de oponentes políticos do regime são corriqueiros;
- Sétimo, há uma significativa nostalgia entre várias pessoas pelo retorno do país ao *status* de "grande poder militar mundial" e pela volta da "mão firme" da era stalinista.
- Oitavo, as recentes aventuras militares de Putin na Crimeia, na Ucrânia e na Síria.

Não obstante, para aqueles – dentre os quais me incluo – que tiveram a sorte de estar em Moscou em agosto de 1991, permanece em nossas mentes como um momento histórico inesquecível o momento em que o primeiro e mais longo dentre os Estados totalitários do século XX caiu de joelhos.

A União Soviética desapareceria em definitivo do mapa político mundial no dia 24 de dezembro de 1991, com a fragmentação e a independência formal das 15 repúblicas soviéticas que formavam a União Das repúblicas Socialistas Soviéticas. O pesadelo soviético do "socialismo na prática" havia terminado. ●

Richard Ebeling: leciona economia na Northwood University de Midland, Michigan, é um scholar adjunto do Mises Institute e trabalha no departamento de pesquisa do American Institute for Economic Research.

Publicado no dia 22 de agosto de 2016

Bizarrice europeia: taxas de juros negativas restringem empréstimos e afetam bancos e empresas

Diversos Autores



Desde ontem, o Royal Bank of Scotland (RBS) – do qual o governo do Reino Unido é acionista majoritário – se tornou o primeiro banco do Reino Unido a impor uma taxa de juros negativa sobre alguns de seus correntistas. Na prática, isso significa que o banco irá cobrar para que esses correntistas lhe emprestem dinheiro.

Repetindo: em vez de pagar para obter um empréstimo, o banco cobra para obter um empréstimo.

Por enquanto, as taxas de juros negativas incidirão apenas sobre clientes corporativos, incluindo gerentes de fundos de investimento e fundos de pensão, que mantiverem depósitos em determinadas moedas estrangeiras, dentre elas o euro. Mas, algumas semanas atrás, o RBS já notificou mais de um milhão de pequenos empreendedores que têm conta no banco de que eles também poderão ser cobrados caso o Banco Central da Inglaterra reduza a taxa básica de juros – que hoje está em 0,25% – para território negativo.

Especialistas já estão alertando que essa inédita medida do RBS irá "disparar alarmes" entre os pequenos empreendedores e demais clientes comuns, podendo desencadear em uma clássica corrida bancária caso o Banco Central da Inglaterra jogue os juros para território negativo.

Na Alemanha, a situação está ainda pior: dois grandes bancos já estão



REFLEXÕES XXII

praticando taxas de juros negativas sobre depósitos acima de 100.000 euros. E não só de empresas, mas também de pessoas físicas.

Embora taxas de juros negativas tenham se tornado comuns na Europa e mesmo no Japão, elas ainda não foram expandidas, em grande escala, para as contas bancárias dos clientes. Por exemplo, o Banco Central Europeu, o Banco Central da Suíça, o Banco Central da Suécia, o Banco Central da Dinamarca e o Banco Central do Japão instituíram taxas de juros negativas sobre toda e qualquer quantidade de dinheiro que os bancos comerciais desses países depositam nos respectivos Bancos Centrais. Isso significa que os bancos comerciais desses países têm de pagar para depositar seu dinheiro em seus respectivos Bancos Centrais. Mas os correntistas, até então, estavam isentos disso. Aparentemente, não mais.

Na zona do euro, desde que o Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa básica de juros em março para menos 0,4% (- 0,4%), os bancos já pagaram um total de aproximadamente 2,64 bilhões de euros para manter seus fundos depositados no BCE. Não é de se estranhar que os bancos europeus estejam em dificuldades financeiras, com alguns correndo sérios riscos de quebra.

E com os banqueiros centrais da Europa ameaçando novos cortes de juros, instituições financeiras privadas estão explorando uma possibilidade de contornar essas cobranças: converter os dígitos eletrônicos depositados no BCE – sobre os quais incidem os juros negativos – em cédulas de dinheiro, e então guardar essas cédulas em instituições não bancárias, como cofres.

A ideia de manter pilhas de dinheiro vivo guardado dentro de cofres de alta segurança parece saída de uma trama de um filme antigo, mas já está acontecendo na Europa moderna. A companhia de seguros alemã Munich Re, por exemplo, já colocou dezenas de milhões de euros em um cofre de alta segurança a um "custo aceitável". O Commerzbank, o segundo maior banco da Alemanha, está considerando uma opção similar.

A coisa simplesmente não faz sentido- Em tese, o objetivo do BCE ao jogar a taxa básica de juros em território negativo – e, com

REFLEXÕES XXII

isso, cobrar dos bancos que deixam dinheiro depositado – é estimular que eles emprestem esse dinheiro para pessoas e empresas.

Só que há várias falhas neste raciocínio.

1) Começemos pelo óbvio: é impossível os bancos não terem dinheiro depositado no Banco Central. O dinheiro que os bancos mantêm depositado no BCE constitui sua reserva bancária, um item que faz parte da base monetária. Toda e qualquer transação eletrônica – em que os dígitos eletrônicos são movimentados de uma conta bancária do Banco **a** para outra conta bancária do Banco **b** – é compensada pelo Banco Central por meio das reservas bancárias. O Banco Central retira dígitos eletrônicos das reservas do Banco **a** e transfere esses dígitos para as reservas do Banco **b**. No total, a quantidade de reservas bancárias não se alterou.

Mesmo que as taxas negativas estimulassem os bancos a emprestar, esse dinheiro seria, na melhor das hipóteses, transferido de um banco (o banco da pessoa que pegou o empréstimo) para outro banco (o banco da pessoa que foi paga pelo tomador de empréstimo). No geral, a quantidade de dinheiro nas reservas bancárias continuaria a mesma.

Portanto, é impossível os bancos europeus saírem emprestando dinheiro a rodo de forma a reduzir suas reservas bancárias (que é a intenção do BCE). O dinheiro que sai de um banco termina em outro banco. A quantidade total de reservas bancárias permanece a mesma.

2) Empréstimos bancários dependem da capacidade e disposição do banco em emprestar dinheiro, e do histórico de crédito e da disposição do tomador de empréstimo em se endividar. Se o banco estiver descapitalizado, ou se as pessoas e empresas estiverem endividadas, ou mesmo se o banco acreditar que as pessoas e empresas não terão capacidade de quitar o empréstimo (porque as expectativas quanto ao futuro da economia não são animadoras), não haverá empréstimos.

3) Uma taxa de juros negativa imposta pelo Banco Central sobre as

REFLEXÕES XXII

reservas bancárias aumenta os custos operacionais dos bancos. (Como dito acima, desde março, os bancos europeus já gastaram 2,64 bilhões de euros apenas para manter seus fundos depositados no BCE). Custos operacionais mais altos reduzem os lucros dos bancos. Lucros menores afetam seu capital (patrimônio líquido). E bancos descapitalizados não concedem empréstimos. Isso não apenas é uma questão contábil como também é uma regra imposta pelo Comitê da Basileia.

Portanto, a imposição de juros negativos sobre os bancos é uma medida que afeta diretamente sua capacidade de emprestar dinheiro, e não uma medida que estimula mais empréstimos. Adicione a isso o fato de que as expectativas quanto ao futuro da economia europeia não são animadoras e também o fato de que as pessoas seguem endividadas, e ficará fácil entender por que taxas de juros negativas acabam desestimulando ainda mais novos empréstimos.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos empréstimos bancários na Europa. Ele resume tudo.



Por tudo isso, é realmente um mistério por que o Banco Central Europeu acredita que adotar uma política que afeta o capital dos bancos e torna sua atividade menos lucrativa irá estimular a

REFLEXÕES XXII

concessão de empréstimo. E quando se entende que não há como os bancos se livrarem de suas reservas bancárias, o raciocínio do BCE fica ainda mais bisonho.

Para coroar, vale ressaltar que qualquer movimento significativo dos bancos para converter as reservas bancárias depositadas no BCE em dinheiro vivo irá solapar o próprio objetivo do BCE, que é o de estimular novos empréstimos. Com os bancos operando com dinheiro vivo, todo o mecanismo das reservas fracionárias é interrompido. A menos, é claro, que os governos proíbam transações com dinheiro vivo. E, não coincidentemente, já está se formando um movimento orquestrado visando exatamente a este fim.

Não coincidentemente, o mundialmente famoso economista Kenneth Rogoff, professor de Harvard e ex-membro do FMI, acabou de publicar um livro pavorosamente intitulado *The Curse of Cash (A maldição do dinheiro vivo)*. O livro vem colhendo elogios efusivos de gente como Ben Bernanke, Alan Blinder e Michael Woodford. Em seu livro, Rogoff simplesmente defende a abolição de todo e qualquer dinheiro em espécie, e não apenas de cédulas de alto valor nominal. Embora admita que usar dinheiro vivo tenha algumas vantagens, Rogoff apresenta a fantástica alegação de que o grosso do dinheiro vivo é utilizado para facilitar a evasão de impostos e para financiar atividades ilegais, como tráfico de seres humanos e terrorismo.

Ah, sim, Rogoff também argumenta que uma economia sem dinheiro em espécie deixaria a política monetária mais eficiente, impedindo que as pessoas retirassem dinheiro dos bancos sempre que os banqueiros centrais – aconselhados por economistas sagazes como Rogoff – decidissem que a taxa de juros ótima para uma economia tem de ser profundamente negativa.

Conclusão- Ao passo que na Europa e no Japão os Bancos Centrais instituíram taxas de juros negativas sobre toda e qualquer quantidade de dinheiro que os bancos comerciais desses países depositam em seus respectivos Bancos Centrais, nos EUA, o Fed está pagando juros sobre toda e qualquer quantidade de dinheiro

REFLEXÕES XXII

que os bancos comerciais americanos depositem nele.

Os bancos americanos, por enquanto, não apresentam riscos de solvência. Mas nada garante que eles também não imponham taxas de juros negativas para seus clientes. O fato é que a guerra ao dinheiro em espécie está bem avançada na Europa e está chegando aos EUA. Alternativas como o Bitcoin se tornam bastante atraentes. ●

Joseph Salerno: vice-presidente acadêmico do Mises Institute, professor de economia da Pace University, e editor do periódico Quarterly Journal of Austrian Economics.

Mike Shedlock: orientador de investimentos da Sitka Pacific Capital Management.

Leandro Roque: editor e tradutor do site do Instituto Ludwig von Mises Brasil. Artigo publicado no dia 23 de agosto de 2016

Questão de lógica: aumento salarial imposto por governo e sindicatos não pode estimular a economia

Diversos Autores



No infindável debate sobre reajustes salariais, alguns argumentam que um salário mínimo mais alto fornece um estímulo à economia como um todo. Igualmente, sindicatos alegam que sua política de pressionar patrões a elevar continuamente os salários é benéfica para toda a economia.

Se trabalhadores receberem salários maiores, segue a lógica, haverá mais dinheiro para gastar, e o aumento do gasto irá turbinar todo o comércio e indústria do país, gerando mais empregos e mais renda para todos, como se fosse um moto-perpétuo.

(Ainda sobre isso, é bastante comum ouvir a imprensa hilariamente dizendo que um aumento do salário mínimo "irá injetar mais dinheiro" na economia – como se empresas e empregadores fossem um Banco Central com capacidade de criar dinheiro do nada e colocar esse dinheiro para circular na economia).

Quando não estão apelando à luta de classes, à teoria da exploração e à mais-valia, sindicalistas e sociólogos defensores de aumentos salariais forçados recorrem à simplória frase de que "Quando há mais dinheiro nas mãos do povo, isso estimula todos os setores da economia".

Já outros ao menos reconhecem que aumentos salariais forçados geram desemprego para os menos qualificados,



REFLEXÕES XXII

aqueles cuja produtividade e valor gerado para o empregador são menores que o valor do novo salário estipulado ou pelo governo ou pelos sindicatos. Ainda assim, tais pessoas afirmam que "o benefício para aqueles que receberam o aumento salarial e o benefício para a economia trazido pelo aumento no consumo superam as perdas marginais de empregos".

Mas o fato é que um salário mínimo maior ou aumentos salariais impostos por sindicatos não têm como ajudar a economia. Eles representam custos adicionais à produção. Pelo bem do debate, vamos aqui ignorar a perda de empregos gerada por aumentos salariais que superam a produtividade do empregado. Por mais óbvio que seja o fato de que você não irá pagar R\$ 1.760 (salário mínimo mais encargos sociais e trabalhistas) para quem produz menos que isso, deixemos de lado esse detalhe.

Deixemos de lado também o fato de que um eventual aumento no consumo por aqueles que mantêm os seus empregos e agora recebem salários maiores será, pelo menos parcialmente, contrabalançado pela diminuição do consumo daqueles que perderam seus empregos e daqueles que deixaram de ser contratados por causa desse maior custo trabalhista.

Vamos aqui nos concentrar apenas na afirmação de que há um aumento do consumo por aqueles que agora, por imposição do governo e de sindicatos, recebem salários maiores.

O eventual aumento do consumo dessas pessoas equivale um maior consumo geral? Não, não equivale. O dinheiro adicional que essas pessoas estão recebendo tem de estar vindo de algum lugar.

Para começar, os salários mais altos que agora os empregadores são obrigados a pagar representam um custo de produção maior. Elevar custos de produção é algo que, por definição, não pode ser benéfico para uma economia. Trata-se de um dinheiro que empreendedores poderiam utilizar de outra maneira, seja na ampliação de seus investimentos, seja na reposição de seus estoques, seja na manutenção de seus equipamentos e instalações, seja na aquisição de melhores equipamentos, seja na expansão de seus negócios, seja até mesmo no salário de um trabalhador adicional.

REFLEXÕES XXII

Mais gastos salariais impostos por governo ou sindicato significam mais custos operacionais. Mais custos operacionais significam menos lucros líquidos. Menos lucros líquidos significam menos investimentos e menos contratações. Menos investimentos significam redução da oferta de bens e serviços disponíveis. Menos bens e serviços disponíveis significam aumento de preços. Aumento de preços significa que eventuais aumentos salariais de nada adiantaram. Igualmente, menos contratações significam mais desemprego. E agora os desempregados estão em um ambiente com mais inflação de preços, pois a oferta de bens e serviços foi reduzida.

Normalmente, a réplica ao raciocínio acima é que o empregador que não concedesse aumentos salariais forçados iria apenas simplesmente embolsar os lucros, sendo ele o único privilegiado. Outro erro.

Mesmo que o empregador apenas mantivesse o dinheiro como lucro, ele não iria colocá-lo debaixo de um colchão; ele iria investir, de alguma forma, ou numa conta bancária ou em ações de uma empresa. Nesse caso, o banco normalmente iria emprestar o dinheiro a alguém que iria ou investi-lo ou gastá-lo. Igualmente, o vendedor de ações iria gastar esse dinheiro de alguma outra forma. Independentemente do que será feito, o fato é que o dinheiro seria gasto. E aumentar o gasto é exatamente o que querem os defensores de aumentos salariais forçados.

Por isso, aumentos salariais estipulados por governo e sindicatos não aumentam o consumo geral: apenas muda quem gasta o dinheiro e no que ele é gasto. Na melhor das hipóteses, o maior consumo se dá à custa da redução do lucro das empresas. Lucro esse que poderia ser reinvestido na compra de bens de capital modernos, que aumentariam a produtividade dos trabalhadores, e, conseqüentemente, seus salários.

A crença que aumentos forçados nos salários aumentam o consumo total é um claro exemplo do erro que Frédéric Bastiat aponta em seu ensaio "O que se vê e o que não se vê." O erro aqui é ver apenas o aumento no consumo pelos assalariados que recebem um salário maior, e ignorar a diminuição do consumo e do investimento dos

REFLEXÕES XXII

empregadores que têm de pagar salários maiores. O último fenômeno anula completamente o primeiro.

Conclusão- Mesmo que nenhum trabalhador seja demitido, aumentar forçosamente os salários ainda assim causa uma perda geral para a economia, pois se está aumentando os custos de produção. Custos de produção artificialmente maiores geram redução na produção.

Suponha, por exemplo, que um poderoso sindicato estipule uma elevação salarial. Suponha também que, quando o salário é elevado, um empregador não demita nenhum funcionário menos produtivo e capacitado. Seu agora maior custo com esses funcionários pouco produtivos ocorre em detrimento de novos investimentos que poderiam ter sido feitos. Um dinheiro que poderia ter sido gasto na troca de equipamentos e maquinários antigos agora é gasto com salários.

Embora o gasto total na economia tenha se mantido igual, a produção total irá diminuir, pois os empregados agora têm de trabalhar com equipamentos antigos em vez de novos, sendo, portanto, incapazes de produzir mais. O aumento do salário resultou em menos bens e serviços disponíveis para as pessoas. Salários artificialmente maiores em conjunto com uma menor oferta de bens e serviços significam preços mais altos e, conseqüentemente, juros maiores.

Não existe mágica em economia. O que permite aumentos salariais é uma maior produtividade. E maior produtividade só é possível quando há bens de capital que tornam o trabalho humano mais eficiente e produtivo. Salários maiores estipulados arbitrariamente por governos e sindicatos não têm como melhorar a economia. ●

Howard Baetjer Jr.: professor de economia da Towson University e seminarista do Institute for Humane Studies. Ele é o autor de *Free Our Markets: A Citizens' Guide to Essential Economics*.

Leandro Roque: editor e tradutor do site do Instituto Ludwig von Mises Brasil. Artigo publicado no dia 24 de agosto de 2016

REFLEXÕES XXII

governo deve interferir e reduzir o gasto privado por meio daquilo que os keynesianos reveladoramente chamam de "absorção do excessivo poder de compra" (o nosso poder de compra, convém frisar) por meio de um aumento de impostos.

O governo, portanto, é a entidade encarregada de fazer os "ajustes finos" na economia com a intenção de fazê-la funcionar a contento. Adicionalmente, os keynesianos diziam haver um conflito entre inflação e desemprego. Se o desemprego estivesse baixo, a inflação de preços tenderia a aumentar. E se o desemprego estivesse alto, a inflação de preços seria baixa. Inflação alta e desemprego alto seria uma impossibilidade prática.

Sendo assim, se o desemprego ficasse muito alto em decorrência de um crescimento econômico lento, a solução preconizada era simples: o governo deveria aumentar seus gastos, diminuir os juros e estimular o crédito e o endividamento.

Se o desemprego, por outro lado, ficasse muito baixo durante a recuperação econômica – levando a um "superaquecimento" da economia –, a solução seria o governo elevar os impostos (para absorver o "excesso de poder de compra da população"). E também restringir – só um pouco – o crédito (mas muito menos ênfase é dada a esse mecanismo).

Em termos teóricos, os keynesianos poderiam muito bem defender que é o governo quem deve cortar seus gastos durante um *boom* inflacionário, e não as pessoas. Mas a ideia de reduzir o orçamento do governo (fazer cortes mesmo, e não reduções no ritmo de crescimento do gasto) sempre foi anátema¹⁰ para eles. Originalmente, os keynesianos juravam que eles também eram tão a favor de um "orçamento equilibrado" quanto os antiquados reacionários que se opunham a eles. Mas a única e insignificante diferença, diziam eles, é que, ao contrário dos antiquados reacionários, eles não se prendiam a um período da contabilidade que durava apenas um ano. Sim, eles também iriam equilibrar o

¹⁰ **Anátema:** reprovação enérgica; condenação, repreensão, maldição, execração.

REFLEXÕES XXII

orçamento, mas isso aconteceria ao longo de um período de tempo maior, geralmente o tempo de um ciclo econômico.

Assim, se a um período de quatro anos de recessão se seguir um período de quatro anos de crescimento, os déficits do governo durante a recessão seriam compensados pelos superávits acumulados durante o crescimento; ao longo dos oito anos do ciclo, tudo estaria equilibrado.

Evidentemente, o "orçamento ciclicamente equilibrado" foi o primeiro conceito keynesiano a ir para o buraco da memória orwelliano, pois ficou claro que não iria jamais haver qualquer superávit – apenas déficits menores ou maiores. Daí, então, surgiu uma sutil, porém importante correção no modelo keynesiano: déficits maiores durante as recessões, e déficits menores durante as expansões.

A morte da teoria- A promessa dos keynesianos era a de que, enquanto eles estivessem no comando, as bênçãos da macroeconomia moderna iriam com certeza nos levar a uma permanente prosperidade – e, melhor ainda – sem inflação. Todo esse modelo funcionou razoavelmente bem – principalmente no quesito da baixa inflação – enquanto o mundo ainda usufruía os resquícios do padrão-ouro, que de fato restringia os governos e os obrigava a manter um orçamento relativamente equilibrado.

No entanto, em 1971, ocorreu a abolição completa e definitiva do que restava do padrão-ouro. As moedas foram finalmente desvincilhadas de qualquer relação com o ouro físico, podendo então flutuar como uma pipa presa a uma linha – ou talvez sem a linha. Esse supostamente era o ideal keynesiano. Nada de restrições à moeda. Nada de apegos à relíquia bárbara. Nada de limitações àquilo que os planejadores científicos do governo poderiam fazer. Agora eles poderiam fazer o que fosse necessário para promover a combinação socialmente ótima de inflação e desemprego. Nirvana!

E foi aí que o milagre keynesiano desandou. Surgiu algo no caminho que levava ao Éden: a poderosa recessão inflacionária de 1973-1974, algo que a teoria keynesiana dizia ser impossível de

REFLEXÕES XXII

acontecer. Pior ainda: essa recessão inflacionária foi seguida por outra ainda mais intensa, uma verdadeira depressão inflacionária, que durou de 1979 a 1982.

Esse curioso fenômeno de inflação em alta ocorrendo simultaneamente a uma aguda recessão simplesmente não poderia ocorrer, de acordo com a visão keynesiana do mundo. Tais eventos não constavam no manual deles. Os economistas keynesianos afirmavam que ou a economia deveria apresentar uma expansão, sendo que nesse caso os preços estariam subindo, ou a economia deveria apresentar uma recessão com grande desemprego, sendo que nesse caso os preços estariam caindo. Durante o período da expansão econômica, o governo keynesiano deveria "enxugar o excessivo poder de compra", elevando impostos – de acordo com a teoria keynesiana, isso reduziria os gastos da economia. Por outro lado, durante uma recessão, o governo deveria aumentar seus gastos e seu déficit orçamentário, com o intuito de estimular o nível de gastos da economia.

Mas e se a economia apresentasse ao mesmo tempo inflação e recessão com alto desemprego, o que o governo deveria fazer? Se o governo deve pisar o acelerador dos gastos durante as recessões e no freio durante as expansões, o que ele deve fazer se houver uma aguda recessão (com desemprego e falências) e uma vigorosa inflação ao mesmo tempo? Como poderia ele pisar o acelerador e o freio da economia ao mesmo tempo?

A resposta, obviamente, é que o governo e suas autoridades políticas e econômicas não poderiam fazer tal coisa. Ao constatarem isso, o pânico se alastrou entre os economistas keynesianos. A inegável ocorrência de recessões inflacionárias [como a que vivenciamos atualmente no Brasil] viola os pressupostos fundamentais da teoria keynesiana, acabando assim com seu crucial programa político. Desde 1973-74, o keynesianismo está intelectualmente acabado; tornou-se uma teoria obtusa.

O problema é que o cadáver se recusa a deitar, principalmente um que é composto por uma elite que teria de abrir mão de seus poderosos cargos no meio acadêmico e no governo. Uma regra

crucial da política ou da sociologia é: ninguém jamais deve renunciar aos seus postos. E assim, os keynesianos se agarraram aos seus poderosos cargos o mais firme possível, dali jamais saindo. Para sobreviver à *débâcle* da década de 1970, o keynesianismo foi desmembrado em novas correntes – os keynesianos clássicos, os neokeynesianos e os pós-keynesianos –, cada uma acusando a outra de ter deturpado Keynes.

(Os pós-keynesianos se autoproclamam os verdadeiros keynesianos. Consideram os keynesianos clássicos muito pueris e os neokeynesianos muito ignorantes e "chicaguistas" demais. Apenas eles, os pós-keynesianos, realmente leram e entenderam Keynes – ou é o que eles próprios dizem).

Contendas teóricas à parte, o fato é que o keynesianismo jamais foi abandonado. Ele apenas se reinventou. Na prática, desde a década de 1970, varia apenas a intensidade de sua aplicação. Há apenas aplicações mais brandas, há aplicações mais agressivas, e há aplicações mais extremas (como a que foi feita no Brasil por meio da Nova Matriz Econômica). Normalmente, um período de políticas mais moderadas é seguido por um período de políticas mais agressivas, o que gera crises e, conseqüentemente, a necessidade de um retorno às políticas mais moderadas, reiniciando o ciclo.

Assim, embora o paradigma keynesiano venha fracassando fragorosamente desde a década de 1970, quem no governo está disposto a assumir a responsabilidade por seus recorrentes fracassos? Ninguém. Autoridades econômicas, sempre e em todo lugar, são completamente avessas a admitir culpa por qualquer coisa. Certamente a culpa pelo descalabro do momento não é nem da política monetária, nem da política fiscal, e nem de nenhuma política do governo, mas sim de "fatores externos".

Por que o keynesianismo perdura- O keynesianismo é a teoria econômica favorita dos políticos simplesmente porque ela lhes concede um passe livre para fazer tudo aquilo que eles mais gostam de fazer: gastar dinheiro. O keynesianismo diz que os gastos do governo impulsionam a economia; que expandir o crédito (melhor ainda se for subsidiado) gera crescimento econômico; que os déficits

REFLEXÕES XXII

do governo são a cura para uma economia em recessão; que inchar a máquina estatal, dando emprego para burocratas, é uma medida válida contra o desemprego (quem irá pagar?); que regulamentações, se feitas por keynesianos, são propícias a estimular o espírito animal dos empreendedores. E, obviamente, que austeridade é péssimo.

Qual político resiste a isso?

Conhecendo-se a volúpia do ser humano por poder e controle sobre a vida alheia, seria genuinamente um milagre caso tais ideias não prevalecessem no mundo atual. E é por isso que os intelectuais acadêmicos, sempre ávidos por agradar o regime (e sempre de olho em cargos públicos), irão defender essa teoria. Ademais, se você investiu toda a sua vida e toda a sua carreira acadêmica ou profissional defendendo teorias keynesianas, ou se a sua fé no Estado é aquilo que dá sentido à sua vida, divorciar-se da economia keynesiana seria um choque e tanto.

Essencialmente, portanto, desprovido de seu fundamento intelectual, o keynesianismo tornou-se pura e simplesmente a economia do poder, comprometida apenas em manter o *establishment* funcionando, em fazer ajustes marginais e em mimar ternamente a máquina governamental até a próxima eleição, na esperança de que, ao ficar mexendo nos controles, alternando rapidamente entre o acelerador e o freio, alguma coisa vai funcionar – pelo menos o suficiente para preservar suas confortáveis posições por mais alguns anos.

Conclusão- Dentre os keynesianos atuais, pode-se perceber a prevalência de algumas características que da teoria original que simplesmente se recusam a morrer não obstante seus comprovados fracassos empíricos: (1) uma predileção por déficits governamentais contínuos, (2) uma devoção à ideia de que um pouco mais de inflação gera um pouco mais de crescimento econômico, (3) fidelidade a um aumento constante dos gastos do governo, e (4) uma afeição eterna pelo aumento de impostos como meio de diminuir timidamente os déficits e, sobretudo, como meio de infligir um saudável castigo na população gananciosa, egoísta e imediatista.

REFLEXÕES XXII

Como consequência, os déficits estão cada vez maiores e aparentam ser eternos.

Pior, formou-se um padrão de competição: os economistas de qualquer que seja o governo do momento estão sempre se esforçando para superar o keynesianismo dos seus antecessores, sendo que o maior desafio é arrumar desculpas cada vez mais engenhosas para os déficits exorbitantes. ●

Lew Rockwell: chairman e CEO do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, editor do website LewRockwell.com, e autor dos livros *Speaking of Liberty* e *The Left, the Right, and the State*.

Murray N. Rothbard: (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca e o fundador do moderno libertarianismo. Também foi o vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institut e do Center for Libertarian Studies.

Artigo publicado no dia 25 de agosto de 2016

Vivemos em uma economia planejada pelo governo e poucos se dão conta disso

Lew Rockwell



Embora os resultados trágicos sejam cada vez mais evidentes

N. do E: o artigo a seguir foi adaptado à realidade brasileira

A ideia de que a economia deve ser planejada chegou ao ápice ainda no longínquo ano de 1937, quando a editora Prentice-Hall publicou um tomo de 1.000 páginas intitulado *The Planned Society: Yesterday, Today, Tomorrow: A Symposium by Thirty-Five Economists, Sociologists, and Statesmen.* (A Sociedade Planejada: Ontem, Hoje, Amanhã: Um Simpósio com 35 Economistas, Sociólogos e Estadistas).

Yesterday, Today, Tomorrow: A Symposium by Thirty-Five Economists, Sociologists, and Statesmen. (A Sociedade Planejada: Ontem, Hoje, Amanhã: Um Simpósio com 35 Economistas, Sociólogos e Estadistas).

No prefácio, o famoso historiador e sociólogo americano Lewis Mumford escreveu que *"a questão que nos aflige hoje não é se devemos planejar ou não a economia, mas sim como devemos planejá-la"*.

Todos os colaboradores do livro – keynesianos, socialistas, comunistas e fascistas – concordavam neste ponto, incluindo notáveis como Benito Mussolini, Joseph Stalin e Sidney Hook.

Mas ao menos o livro era honesto e sincero. Ele colocava no mesmo balaio Stalin e Keynes, o fascismo e o New Deal, mostrando que todos tinham as mesmas ideias econômicas. Os planos de cada um não eram idênticos, obviamente, mas todos eles concordavam que o governo era "racional" e que o livre mercado era "caótico", sendo, portanto, preferível ter "racionalidade" do governo ao "caos" do livre mercado.



A maioria dos autores defendia a "economia mista", um arranjo econômico que mistura capitalismo e socialismo. Ludwig von Mises, ainda em 1921, já havia acabado com essa noção de que você pode combinar o "melhor" do socialismo e do capitalismo. Não existe isso de "o melhor" do socialismo, escreveu ele, pois mesmo uma pequena quantidade de socialismo distorce o funcionamento de uma sociedade livre. Qualquer tentativa de mistura é necessariamente instável, e inevitavelmente levará a economia na direção do estatismo.

Essa previsão de Mises não apenas se concretizou como, pior ainda, estamos hoje vivenciando e sentindo suas consequências.

Nossa realidade- Apenas veja a economia na qual você vive: não há uma única área dela que não seja afetada pelos gastos do governo, que passe incólume pelas consequências dos déficits orçamentários, que não seja sufocada pela burocracia e por impostos, e que não seja estritamente controlada e protegida por agências reguladoras. Defendido por quase todos os economistas, o Estado regulatório hoje domina e arruína a economia. O comunismo perdeu, mas a social-democracia triunfou e reina soberana.

Na economia mista na qual vivemos, é função do Estado planejador: garantir o "pleno emprego" (dado que as próprias políticas do governo federal geram desemprego); estimular a "inovação tecnológica" (não por meio do mercado, mas por meio de subsídios); garantir uma "justa" distribuição de renda (premiando os parasitas – principalmente os grandes empresários ligados ao governo – e punindo os produtivos); controlar o comércio estrangeiro (e também o doméstico); e manter várias empresas estatais para o bem do povo (ao mesmo tempo em que espolia o próprio povo em prol dos burocratas dessas estatais).

O Estado planejador também se autoimpõe algumas proibições. Ele jamais deve expressar alguma defesa da propriedade privada; jamais deve criticar grupos de interesse e minorias organizadas (exceto quando sejam antigoverno); jamais deve tecer elogios à função coordenadora exercida pelo sistema de preços; jamais deve

REFLEXÕES XXII

ter dúvidas quanto ao uso do seu poder (este só existe para o bem); jamais deve defender redução de impostos; e jamais deve identificar o livre mercado como a real fonte de prosperidade.

Para o Estado planejador, tudo o que há de bom é decorrência de suas ações; e tudo o que há de ruim é culpa de interferências de externas. Mais ultrajantes ainda são as mentiras patológicas. Os políticos, burocratas e todos os seus defensores insistem em querer nos fazer acreditar que:

- 1) o Banco Central é o guardião da moeda – sendo que a moeda, em apenas 22 anos, já perdeu 82% do seu poder de compra;
- 2) o governo pode impedir ou, no mínimo, amenizar os ciclos econômicos – sendo que suas políticas são a própria causa deles;
- 3) o governo pode criar um pleno emprego – sendo que suas políticas econômicas não apenas destroem empregos como ainda impedem a criação de novos ao artificialmente encarecer a mão de obra, ao criar burocracias que atazanam os pequenos empreendedores e ao criar um terrorismo tributário que coloca qualquer empreendedor na condição de criminoso;
- 4) o governo pode desenvolver novas tecnologias – sendo que suas próprias regulamentações proíbem o surgimento e o desenvolvimento de várias inovações que aniquilam as reservas de mercado de um cartel protegido pelo governo;
- 5) é o governo quem melhora nosso padrão de vida – sendo que, sempre que o governo decide criar políticas para melhorar nosso padrão de vida, este desaba;
- 6) o governo nos protege de monopólios e oligopólios capitalistas – sendo que quem cria cartéis, oligopólios, monopólios e reservas de mercado é e sempre foi exatamente o governo, seja por meio de regulamentações que impõem barreiras à entrada da concorrência no mercado (via agências reguladoras), seja por meio de subsídios a empresas favoritas, seja por meio do protecionismo via obstrução de importações, seja por meio de altos tributos que impedem que novas empresas surjam e cresçam;

REFLEXÕES XXII

7) o governo protege o consumidor e estimula a concorrência – sendo que, principalmente nos grandes setores, a concorrência foi abolida pelo governo, em prol das grandes empresas já estabelecidas e contra os interesses dos consumidores. Setor bancário, aéreo, telefônico, internet, elétrico, postos de gasolina, etc. – em todos eles a concorrência foi abolida pelas agências reguladoras para proteger as empresas já estabelecidas e prejudicar a liberdade de escolha dos consumidores;

8) o governo reduz a desigualdade – sendo que suas políticas de subsídios a grandes empresas, tarifas protecionistas e crédito farto e barato não apenas garantem renda para os mais ricos, como também destroem o poder de compra dos mais pobres.

Briga de gêmeos- Economistas heterodoxos e economistas convencionais se revezam na tarefa de fornecer conselhos econômicos ao presidente da vez. Ambos, no entanto, são meras ferramentas a serviço do Estado intervencionista. Ontem, a função deles era controlar preços, estatizar o crédito e estimular o consumismo; hoje, a função deles é equilibrar o orçamento e manter "oferta e demanda em equilíbrio". Isso, é claro, não significa que irão deixar o livre mercado funcionar, mas sim que irão mover as alavancas na máquina de planejamento com "mais eficiência".

Os heterodoxos acreditam que o que move a economia é o consumo; portanto, a demanda deve ser estimulada por mais gastos do governo, mais déficits orçamentários e mais crédito subsidiado. Isso, supostamente, compensará as deficiências do setor privado. Já os convencionais acreditam que a economia é guiada pela oferta, e que ela entra em recessão por inúmeros fatores, dentre eles um medo irracional de investir que acomete os empreendedores.

Embora os convencionais possuam melhores políticas econômicas que os heterodoxos, ambos estão errados. Para começar, ambos pressupõem que exista algo chamado "oferta agregada", "demanda agregada" e "demanda efetiva", a qual aglomeraria em uma única variável os valores e ações de consumidores e produtores. Isso obscurece a economia verdadeira.

E essas agregações obscurantistas não se resumem apenas à "oferta" e à "demanda". Os planejadores também discutem categorias como 'capital' e 'investimento' como se ambos fossem homogêneos, representando esses agrupamentos totalmente diversos por meio de letras em seus modelos macroeconômicos. Para eles, o estoque de capital é uma grande massa amorfa resumida pela letra **K**, a qual é jogada numa equação cuidadosamente montada para representar toda a economia, e a qual é esperada gerar informações úteis para se poder planejar melhor a economia.

Obviamente, ambas as visões pressupõem que os burocratas do governo são mais espertos e oniscientes do que todos os indivíduos livres da sociedade praticando trocas livres e voluntárias, poupando, investindo, produzindo, vendendo e comprando voluntariamente no livre mercado.

O verdadeiro papel do economista- Apenas imagine que você tivesse de planejar as finanças domésticas do seu vizinho, sobre o qual você nada sabe, e não tendo informação nenhuma precisa sobre a renda, as preferências, e as habilidades dele. Mais ainda: você sabe que todas essas variáveis se alteram continuamente. Você seria capaz de tal tarefa? Pois os planejadores econômicos do governo vêm tentando fazer exatamente isso há décadas. E para toda a economia.

Para se safarem dessa crítica, os planejadores separam a economia em duas esferas: a "micro" e a "macro". Em seguida, alegam que as decisões dos indivíduos na esfera micro em nada afetam o quadro geral. Embora seja verdade que, por exemplo, um indivíduo sozinho não pode alterar a taxa de poupança líquida de toda a economia, o fato é que não haveria taxa de poupança líquida sem decisões individuais.

É exatamente dos milhões de decisões tomadas diariamente por indivíduos que a economia é formada e criada; e a única função do economista é tentar entender e explicar como tudo isso acontece. Ele não tem de tentar controlar ou onerar esse processo. No livre mercado, não há a necessidade de planejadores tentarem "equilibrar" oferta e demanda. As próprias transações diárias e

voluntárias de milhões de consumidores, em conjunto com empreendedores que se arriscam em seus empreendimentos, já fazem isso. É a economia mista quem cria a demanda para que planejadores econômicos queiram gerenciá-la.

Contrariamente às suas pretensões, os economistas seriam de pouca serventia aos empreendedores em um livre mercado. O economista não pode prever as futuras demandas do consumidor e os custos futuros tão bem quanto os empreendedores; afinal, se ele pudesse, então ele seria o empreendedor. Sabemos que o empreendedor está onde está precisamente por causa de sua superior habilidade de previsão do mercado.

As pretensões dos economistas, econométristas e de outros "modeladores" de que eles podem prever com precisão e acurácia a economia irá sempre soçobrar perante a simples, porém devastadora, indagação: *"Se você pode prever tão bem, por que você não está no mercado de ações, em que previsões acuradas geram ricas recompensas?"*

Não adianta rejeitar tal pergunta – como muitos têm feito – alegando que ela é "anti-intelectual"; este é exatamente o teste rigoroso a ser enfrentado pelo pretendente a oráculo econômico.

Ludwig von Mises demonstrou a falácia do termo "modelagem", que é muito popular e que surgiu erroneamente (junto com muitas outras falácias científicas) de uma analogia com as ciências físicas – nesse caso, a engenharia. Os modelos de engenharia fornecem a exata dimensão quantitativa – em uma miniatura proporcional – do mundo real. Porém, nenhum "modelo" econômico pode fazer algo parecido. O papel do economista em uma sociedade livre, portanto, é puramente educacional.

Mas quando o governo intervém no mercado, a "utilidade" do economista se expande. A razão é que ninguém sabe, por exemplo, quais serão as demandas dos consumidores no futuro, em uma determinada área. Em um ambiente de livre mercado, o economista será naturalmente substituído pelo prognosticador empreendedor. Porém, quando o governo se intromete no mercado, criando várias intervenções e regulamentações, as coisas

ficam muito diferentes, pois o problema agora é saber precisamente quais serão as consequências dos atos do governo.

Conclusão- Quanto a economia mista nos custa? Impossível saber. Impossível calcular os efeitos das tecnologias que deixaram de ser criadas, das empresas que deixaram de ser abertas, dos empregos que deixaram de ser gerados, das recessões geradas pelas políticas do governo, da destruição da moeda efetuada pelo governo, e dos preços artificialmente mais altos por causa de impostos, burocracia, regulamentações e gastos do governo.

Sabemos apenas que o efeito é gigantesco e destruidor. E está só aumentando. Mas se a economia mista é todo esse desastre, por que ainda insistimos nela? Simples: porque ela permite que aqueles bem-conectados politicamente espoliem a todos nós em um arranjo social-democrata disfarçado de "capitalismo democrático". Porque ela permite que grandes empresas não concorram abertamente no livre mercado – no qual teriam de encarar desafios e sofrer prejuízos –, em vez disso sendo protegidas e socorridas pelo governo. Porque ela permite que grandes empresários ganhem dinheiro por meio de privilégios especiais concedidos pelo governo em vez de por meio da produção de bens e serviços de qualidade, e da satisfação dos consumidores. Porque ela permite que algumas pessoas alcancem seus objetivos por meio da violência, da fraude e do roubo. Porque os grandes empresários sempre preferem receber subsídios, privilégios, e ser protegidos por tarifas de importação e agências reguladoras. Porque a classe política prefere viver parasiticamente à custa do trabalho dos outros e adora exercer seu vasto poder sobre toda a população. Porque lobistas e grupos de interesse sempre conseguem (tanto de forma legal quanto ilegal, mas sempre imoral) ganhar benefícios especiais quando recorrem ao estado. Porque milhões de indivíduos preferem ganhar a vida trabalhando para o governo, em que os salários são gordos, há estabilidade e as cobranças são quase inexistentes, e não na iniciativa privada, em que há cobranças, exigência de resultados e nada é garantido. Porque outros milhões preferem viver de assistencialismo.

O único antídoto contra a economia mista é a adoção de um

REFLEXÕES XXII

mercado livre e irrestrito, sem protecionismos, privilégios e barreiras à entrada em qualquer mercado. Mas isso inevitavelmente passa pela redução brutal do tamanho do governo e pela conseqüente assunção de responsabilidade própria pelos indivíduos – do pobre ao megaempresário protegido –, que não mais poderá contar com o dinheiro alheio para viver. Mas tamanho nível de responsabilidade própria ninguém quer.

O livro *A Sociedade Planejada*, citado lá no início, não mencionou tudo isso, mas é fato que vivenciamos hoje o inevitável resultado de tudo aquilo que ali foi recomendado. ●

Llewellyn H. Rockwell, Jr.: amplamente conhecido como Lew Rockwell, é um norte-americano comentarista libertário de política, ativista, defensor da Escola Austríaca de economia e presidente do Instituto Ludwig von Mises.

Artigo publicado no dia 4 de outubro de 2016

O socialismo clássico já foi rechaçado; o inimigo agora é outro

Diversos Autores



Keynesianismo, social-democracia e o conluio entre políticos e empresários são o atual problema

O século XX testemunhou o surgimento, a expansão e o fim do mais trágico experimento da história humana: o socialismo. O experimento resultou em significativas perdas humanas, destruição de economias potencialmente ricas, e colossais desastres ecológicos. O experimento terminou, mas a

devastação irá afetar as vidas e a saúde das futuras gerações.

A real tragédia deste experimento é que Ludwig von Mises e seus seguidores – que estão entre as melhores mentes econômicas deste século – já haviam explicitado a verdade sobre o socialismo ainda em 1920, mas seus alertas foram ignorados. – Yuri Maltsev (1990).

O socialismo está morto tanto como ideologia quanto como movimento político. Trata-se de um exemplo de um deus que fracassou. O socialismo é uma forma muito específica de opinião econômica. Um socialista acredita que o governo deve ser o proprietário dos meios de produção. É isso que o socialismo sempre significou: controle estatal dos meios de produção. Quando Ludwig von Mises refutou o socialismo em 1920, ele tinha em mente exatamente esse enfoque econômico.

Eis o seu argumento comprovando que o socialismo é uma impossibilidade prática: se o governo detém todos os bens de capital (máquinas, ferramentas, instalações, etc.) de uma economia, então não há um mercado para esses bens. Não havendo mercado para esses bens, não há



uma correta formação de preços para eles. Sem preços, os planejadores não têm como estabelecer o valor dessas ferramentas. Consequentemente, não há como uma agência de planejamento central determinar quais são os custos de produção dos bens de consumo mais demandados. Com efeito, não há sequer como determinar quais os bens de consumo mais demandados. É necessário haver um livre mercado para que haja uma precificação dos bens de consumo e dos bens de capital. Em uma economia socialista, não há nenhum dos dois. Portanto, disse Mises, um planejamento econômico socialista é inerentemente irracional.

Esse argumento de Mises foi ignorado pela vasta maioria dos socialistas, e nunca foi levado a sério pelos keynesianos. No entanto, quando a economia da União Soviética entrou em colapso no final da década de 1980, ficou claro pelo menos para Robert Heilbroner, professor de economia multimilionário e de esquerda, que Mises estava certo. Ele próprio admitiu isso em um artigo na revista *The New Yorker* intitulado "Após o Comunismo" (10 de setembro de 1990). Ele literalmente disse a frase: "Mises estava certo".

Ato contínuo, Heilbroner disse que os socialistas teriam de mudar de tática, parando de acusar o capitalismo de ineficiência e desperdício, e passar a acusá-lo de destruição ambiental. Consequentemente, deveriam ser criadas inúmeras burocracias, regulamentações e leis com a explícita intenção de subverter totalmente as características do capitalismo a ponto de fazer com que, segundo os próprios socialistas, o novo arranjo social gerado não possa de modo algum ser considerado capitalismo. Adicionalmente, Heilbroner disse que o socialismo era simplesmente uma ideologia morta.

No momento, não há virtualmente ninguém fora da América Latina, da Coreia do Norte e do Zimbábue que abertamente argumente em favor do socialismo clássico. Coreia do Norte e Cuba oficialmente são economias comunistas. Como consequência, são assolados pela miséria. Suas economias não têm influência nenhuma no mundo. Ninguém mentalmente em sã consciência utiliza esses países como modelo econômico. O Zimbábue é gerido por uma tribo marxista, e também ninguém quer imitá-lo.

REFLEXÕES XXII

Theodore Dalrymple fez o seguinte, e preciso, comentário sobre o marxismo africano:

Embora os marxistas costumassem alegar que as deficiências da União Soviética nada tinham a ver com o marxismo, o fato é que a humilhante dissolução de um regime que sempre afirmou ser marxista representou um profundo e fatal golpe para a ideologia.

Conheci vários marxistas no norte da Nigéria. Eles eram jovens e confusos, mas acreditavam em uma explicação vagamente marxista para seu descontentamento. Eles não eram militantes, exceto mentalmente. Se houvesse uma manifestação, eles talvez se juntassem a ela, mas não matariam ninguém pela ideologia. Eles se contentavam meramente em proferir palavras.

Com o colapso da União Soviética, surgiu um vácuo ideológico para aquelas pessoas que buscavam uma explicação total para seu descontentamento — pessoas que, graças à difusão cultural, eram provavelmente mais numerosas e estavam mais desesperadas do que nunca. A única alternativa disponível, e uma muito mais profunda do que o marxismo, era o islamismo fundamentalista. O islã prospera naqueles locais onde o marxismo não mais possui grande influência.

O principal inimigo é outro- Com o colapso do socialismo clássico ocorreu o fortalecimento dos sociais-democratas. Estes aceitam a existência de uma economia de mercado e também aceitam a propriedade privada sobre a maior parte dos meios de produção. Aceitam também que o mercado precifique grande parte dos bens de consumo de uma economia. Mas, assim como os socialistas, eles defendem políticas redistributivistas. Assim como os socialistas, eles defendem o confisco de uma fatia da renda dos indivíduos produtivos da sociedade e sua subsequente distribuição para os não produtivos. Assim como os socialistas, eles acreditam que os burocratas do governo devem intervir no mercado e redistribuir riqueza. Eles não se importam se isso irá reduzir o crescimento econômico. Eles são motivados pela inveja. Eles estão dispostos a ver uma economia produzindo menos desde que isso satisfaça sua demanda por algo que seja semelhante a uma

igualdade econômica.

Mas há diferenças- Ao passo que, para os socialistas clássicos, o objetivo era a estatização dos meios de produção, a erradicação da classe capitalista, e a tomada de poder pelo proletariado, os sociais-democratas entenderam ser muito melhor um arranjo em que o Estado mantém os capitalistas e uma truncada economia de mercado sob total controle, regulando, tributando, restringindo e submetendo todos os empreendedores às ordens do Estado.

O objetivo social-democrata não é necessariamente a "guerra de classes", mas sim um tipo de "harmonia de classes", na qual os capitalistas e o mercado são forçados a trabalhar arduamente para o bem da "sociedade" e do parasítico aparato estatal. Os sociais-democratas, muito mais espertos que os socialistas, entenderam que têm muito mais a ganhar caso permitam que os capitalistas continuem produzindo e gerando riquezas, ficando os sociais-democratas com a tarefa de confiscar uma fatia dessa riqueza e redistribuí-la para suas bases.

Politicamente, os socialistas clássicos queriam uma ditadura do partido único, com todos os dissidentes sendo enviados para os *gulags*. Já os sociais-democratas preferem uma ditadura "branda" – aquilo que Herbert Marcuse, em outro contexto, rotulou de "tolerância repressiva" –, com um sistema bipartidário em que ambos os partidos concordam em relação a todas as questões fundamentais, discordando apenas polidamente acerca de detalhes triviais – "a carga tributária deve ser de 37% ou de 36,2%?".

E há características de atuação ainda mais nefastas. Ao mesmo tempo em que os sociais-democratas mantêm os pequenos empresários sob restritos controles e regulamentações, eles fornecem trânsito livre para os grandes empresários, os quais, em troca de propinas e doações de campanha, usufruem a liberdade de fazer conluio com políticos e burocratas e, com isso, auferirem grandes privilégios e favores. Políticos concedem a seus empresários favoritos uma ampla variedade de privilégios que seriam simplesmente inalcançáveis em um livre mercado. Os privilégios mais comuns são contratos privilegiados com o

REFLEXÕES XXII

governo, restrições de importação, subsídios diretos, tarifas protecionistas, empréstimos subsidiados feitos por bancos estatais, e agências reguladoras criadas com o intuito de cartelizar o mercado e impedir a entrada de concorrentes estrangeiros. (E estamos aqui desconsiderando os privilégios ilegais, como as fraudes em licitações e o superfaturamento em prol de empreiteiras, cujas obras são pagas com dinheiro público).

Em troca desses privilégios (legais e ilegais), os grandes empresários beneficiados lotam os cofres de políticos e burocratas com amplas doações de campanha e propinas. Ou seja, neste arranjo social-democrata, quem realmente arca com a fatura são os pequenos empresários e os assalariados que trabalham nessas pequenas empresas.

Economicamente, os sociais-democratas são keynesianos. Mas é um grande erro dizer que o keynesianismo é socialista. O keynesianismo claramente não é socialista. O keynesianismo defende as características básicas do capitalismo. Sempre defendeu. O próprio Keynes poderia ser considerado um defensor do capitalismo. Ele acreditava que, para impulsionar a economia, o Estado deveria intervir no mercado aumentando seus gastos. Para isso, ele defendia que o Estado criasse dinheiro do nada ou pegasse dinheiro emprestado dos capitalistas. Keynes queria que o Estado saísse comprando bens e serviços para estimular a economia. Ele queria ver uma expansão do capitalismo, mas ele acreditava que os déficits orçamentários do governo e a inflação monetária do banco central seria a melhor maneira de restabelecer a produtividade econômica do capitalismo durante uma recessão.

Na prática, o keynesianismo é uma política que beneficia grandes empresários. Sempre que o governo aumenta os gastos públicos e incorre em déficits orçamentários, ele aumenta os lucros de alguns empresários privilegiados (ou ineficientes) à custa dos pagadores de impostos. Se o governo disser que irá gastar mais com assistencialismo, os bancos irão financiar o déficit e os pagadores de impostos ficarão com os juros. Se o governo disser que irá gastar mais com saúde, além dos bancos, as empresas do ramo médico — desde as grandes fornecedoras de equipamentos caros aos mais

simples vendedores de luvas de borracha — também irão lucrar mais. Se o governo disser que irá gastar mais com obras e investimentos públicos, além dos bancos, todas as empreiteiras selecionadas serão beneficiadas.

Quando o governo decide "estimular" a economia por meio de mais gastos, ele pode fazer duas coisas: ou ele pode contratar uma empresa privada para fazer alguma obra de infraestrutura, ou ele pode executar seus dispêndios por meio de alguma estatal, o que inevitavelmente também gerará toda uma série de lucros privados, não apenas em prol de seus empregados, mas também e principalmente em prol de empreiteiras, fornecedores, clientes, etc.

Reconheça o inimigo- Sociais-democratas são keynesianos e são defensores do Estado assistencialista e do capitalismo de Estado. Eles defendem regulação da economia, impostos sobre todo o setor produtivo e privilégios para grandes empresas. Isso custa caro em termos de impostos e regulamentações para os pequenos empresários. Eles querem dirigir o sistema capitalista da mesma maneira que os fascistas da década de 1930.

Eles defendem que os meios de produção sejam propriedade privada, mas querem especificar aos proprietários o que eles podem e o que eles não podem fazer com seu capital. Eles querem dirigir a produtividade do capitalismo. Em troca disso, concedem favores e privilégios aos grandes empresários.

Eles, a princípio, não defendem estatização dos meios de produção (isso é um fetiche marxista). Eles apenas querem ter o porrete para dirigir o sistema produtivo, mas não querem a responsabilidade por ter feito isso. Eles estão satisfeitos em ter um sistema corporativo produtivo o suficiente para beneficiar o governo com grandes receitas. Eles gostam dessa galinha dos ovos de ouro. Parasitas não querem matar seus hospedeiros.

Já o socialismo é, por definição, uma filosofia econômica na qual o hospedeiro é morto. A esquerda atual é majoritariamente composta por parasitas, idealistas e *bon-vivants*, e não por comunistas linha dura. A esquerda atual quer manter os ovos de ouro fluindo para seus cofres.

REFLEXÕES XXII

O keynesianismo, a social-democracia e o conluio entre políticos keynesianos e grandes empresários são os inimigos atuais. ●

Murray N. Rothbard: (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca e o fundador do moderno libertarianismo. Também foi o vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institute e do Center for Libertarian Studies.

Gary North: ex-membro adjunto do Mises Institute, é o autor de vários livros sobre economia, ética e história.

Juan Ramón Rallo: diretor do Instituto Juan de Mariana e professor associado de economia aplicada na Universidad Rey Juan Carlos, em Madri. É o autor do livro *Los Errores de la Vieja Economía*.

Artigo publicado no dia 11 de outubro de 2016

É a política, estúpido! A ciência prova o que suspeitávamos: a política pode emburrecer as pessoas

Rodrigo Burgarelli



A ciência vem confirmando aquilo que já suspeitávamos: a política pode emburrecer as pessoas. Pior ainda: quanto mais escolarizadas elas forem, mais riscos têm de engolir dados falsos. É o que mostram estudos norte-americanos que unem ciência política e psicologia social. No Brasil, pesquisas nesse campo ainda são incipientes, mas podem indicar como se comporta o eleitor e como levá-lo a mudar de ideia

O professor Pablo Ortellado, que coordena o grupo de pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), arregalou os olhos quando viu os resultados finais da pesquisa de opinião organizada pela sua equipe durante um dos protestos a favor do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, em 2015. Os dados mostraram um fenômeno curioso: apesar da alta escolaridade dos manifestantes entrevistados (dois em cada três tinham curso superior completo), a maioria afirmou acreditar em boatos tão inverossímeis quanto “o PCC é o braço armado do PT” ou que “50 mil haitianos vieram ao Brasil para votar em Dilma” nas eleições do ano anterior.

Esse fenômeno voltou a aparecer em pesquisas posteriores, mas relativas ao outro extremo ideológico. Na manifestação contra o impeachment em março de 2016, 56% dos entrevistados disseram que os protestos contra a corrupção eram na verdade articulados pelos Estados Unidos para se apropriar do petróleo brasileiro – a mesma proporção dos que afirmaram que o juiz Sérgio Moro, que julga os casos da Lava Jato, é filiado ao PSDB. E, assim como na primeira manifestação, os participantes também tinham escolaridade bem acima da média nacional.

REFLEXÕES XXII

O resultado dessas pesquisas é revelador, mas cada vez menos surpreendente. Uma série de estudos recentes num campo que congrega ciência política, cognição e psicologia social está derrubando a ideia de que o acesso a mais informação significa, de fato, que as pessoas ficarão mais bem informadas. Na verdade, quando o assunto é política, parece acontecer o oposto: o ser humano tende a reforçar ainda mais suas convicções (mesmo que estejam erradas) quando são expostas a evidências que provem o contrário.

Essa conclusão é nova, mas está se tornando consenso na academia. Um estudo que se tornou referência foi conduzido em 2013 pelo cientista social Dan Kahan, do Centro de Cognição Cultural, da Escola de Direito da Universidade de Yale. Mil adultos daquele país foram recrutados para analisar dados fictícios de uma pesquisa cujo objetivo era identificar se um novo creme para pele causava ou não irritação. A conclusão foi a esperada: quem antes havia se saído melhor em um teste de matemática conseguiu interpretar os números de maneira mais correta e identificar os possíveis efeitos do creme.

Tudo mudou, no entanto, quando o problema deixou de ser sobre um produto dermatológico e passou a envolver um assunto bem mais polarizador nos Estados Unidos: o porte de armas. Dados fictícios similares foram apresentados às mesmas pessoas, mas desta vez relativos a supostos crimes em cidades que proibiam ou permitiam o porte de arma pelos cidadãos. Dois grupos de dados foram apresentados a grupos distintos: um deles levava à conclusão de que o porte de armas estaria relacionado a aumento nos crimes, enquanto o outro apontava o oposto. Desta vez, o que separou a *performance* dos indivíduos não foi mais a habilidade matemática, mas sim a ideologia: os liberais foram melhores para interpretar os dados quando eles relacionavam o porte de armas com um aumento de criminalidade, mas os conservadores ganharam quando a versão apresentada do



exercício apontava à direção contrária.

O mais notável, no entanto, é que a taxa de erro no cenário político acabou sendo quase duas vezes maior entre os indivíduos bons de matemática do que entre os outros – justamente o contrário do que ocorrera quando o assunto era um simples creme para pele. Em outras palavras, os pesquisadores concluíram que a política “emburrece” mais justamente os mais aptos para analisar as evidências de maneira técnica – o que torna a correlação entre alta escolaridade e crença em boatos nas manifestações brasileiras algo bem mais compreensível.

Emburrecimento- *“Esse processo existe, e isso está cada vez mais claro. Quando se discute algo relacionado com um valor importante para uma pessoa, a reação natural é que ela só saia mais convencida da sua certeza anterior”, diz Pablo Ortellado, que coordenou as pesquisas dos protestos no Brasil. A reação natural dos indivíduos em proteger seus valores foi batizada por Kahan como “cognição de proteção da identidade”. Esse conceito, segundo ele, vem da importância dada pelas pessoas às crenças compartilhadas pelos grupos com os quais se identificam. “Baseados em mecanismos psicológicos, os indivíduos aceitam ou rejeitam evidências empíricas, a partir de sua visão desejada de sociedade”, escreveu o pesquisador.*

Como o que importa para a identidade de cada grupo muda de sociedade para sociedade, é natural que consensos indiscutíveis em um determinado país sejam impossíveis de ser alcançados em outro. Um exemplo disso é o aquecimento global. Nos Estados Unidos, esse é um assunto polarizador, que divide o país em linhas similares aos dos dois grandes partidos (democratas e republicanos). Lá, apenas 64% da população acreditam que essa seja uma ameaça séria, segundo pesquisa publicada na *Nature* em 2015. Já no Brasil, onde todos os grandes partidos parecem compartilhar preocupação similar em relação ao tema, como mostra artigo publicado pela revista *Opinião Pública* também em 2015, esse porcentual salta para 99%.

Para Ortellado, dois fenômenos recentes são catalisadores desse processo cognitivo. O primeiro é o efeito bolha nas redes sociais.

“Vimos nas pesquisas que ambos os lados nas manifestações dizem se informar sobre política principalmente no Facebook. E estudos recentes mostram que o algoritmo usado para escolher o que aparece na página de um usuário prioriza o que confirma as opiniões dele.” O segundo seriam as chamadas “guerras culturais”. O professor da USP explica: “O debate político está deixando de ser sobre questões econômicas e está indo para temas relacionados a valores, como drogas e homossexualidade. E os grupos e partidos estão se realinhando em torno dessas novas disputas.”

Para ele, essa tendência fortalece os vieses dos grupos que se articulam ao redor de uma posição sobre esses temas. Isso teria ao menos um efeito macabro: o debate público ficaria menos produtivo, já que um extremo não consegue conversar com o outro, e quem está no meio – ou seja, quem não considera que esse tema importante para definir sua identidade social – se sente excluído da discussão. Novos estudos feitos no Brasil corroboram essa tese. Um trabalho recente de dois pesquisadores da Universidade de Brasília, Carlos Oliveira e Mathieu Turgeon, com base em bancos de dados de pesquisas de opinião, concluiu que a grande maioria dos eleitores não se alinha em torno dos polos de direita e esquerda, e que esses conceitos pouco importam ao decidir em quem votar.

A disputa dos extremos no debate público, portanto, seria dirigida justamente a essa grande maioria silenciosa. *“Os extremos polarizam o debate, e isso dá a falsa impressão de que é impossível conversar. Mas não é assim. Estimamos que esses extremos totalizam cerca de 10 milhões de pessoas no Brasil. Todo o resto, portanto, pode ir pra lá ou pra cá. São pessoas que nem se interessam tanto por política, e por isso não têm tanta dificuldade em mudar de opinião ou serem convencidas”,* afirma Ortellado.

Eleição- Para alguns pesquisadores desse campo, mais importante do que entender como funcionam os vieses cognitivos é descobrir como furá-los. A importância disso está no uso prático – uma ONG ambientalista, por exemplo, precisa convencer pessoas de que o aquecimento global ameaça a humanidade. Por isso mesmo, partidos políticos e *think-tanks* norte-americanos gastam milhões de dólares financiando pesquisas para descobrir a resposta a duas

REFLEXÕES XXII

perguntas: É possível resolver impasses entre os extremos? E, se sim, como?

Ainda não há respostas definitivas, mas aparecem hipóteses promissoras. Uma delas é quase uma consequência óbvia da cognição de proteção de identidade: se a tendência das pessoas é reagir à evidência sobre um assunto de maneira a não contradizer as crenças do grupo social com o qual ela se identifica, talvez ela fique mais aberta a mudar de ideia caso essas evidências sejam apresentadas de maneira que reforcem sua visão de mundo, em vez de contestá-la.

Essa saída foi testada por pesquisadores das universidades de Yale, Texas e de Stanford, que tentaram mudar a opinião de estudantes que se declararam contrários ou favoráveis à pena de morte. Eles concluíram que era mais simples convencer alguém do contrário quando os argumentos eram apresentados de maneira condizente com valores considerados importantes por essa mesma pessoa em um momento anterior da pesquisa – se alguém havia dito que se identificava como ligado à família, por exemplo, comentários que enfatizavam esse traço pessoal eram feitos antes da leitura do texto, o que, segundo os pesquisadores, aumentava as chances de o estudante mudar de ideia.

Mas um artigo que saiu na revista *Science* em abril deste ano causou furor especial nesse meio. Uma dupla de pesquisadores da Universidade da Califórnia e de Stanford comprovou que existe outra maneira eficaz de causar mudanças em opiniões fortes sobre um assunto polarizador: a homossexualidade. O estudo, financiado por uma ONG de combate à homofobia, consistia em enviar 56 entrevistadores – alguns transgêneros, outros não –, em mais de 500 residências na Flórida, para conversar sobre preconceito contra homossexuais e saber a opinião dos indivíduos em duas ocasiões diferentes, separadas por três meses. O resultado provou que, quando um transgênero realizava a entrevista, a chance de a pessoa reduzir sua pontuação em uma escala de homofobia tinha aumento significativo. O contato pessoal com os dramas pessoais, portanto, ajudaria a derrubar barreiras cognitivas que antes pareciam intransponíveis.

REFLEXÕES XXII

O que todos os estudos mostram é que, se nem evidências científicas são suficientes para mudar a opinião de um convencido, partir para o enfrentamento direto é a pior das estratégias. O melhor caminho para estimular o debate entre grupos opostos – ou transformar uma opinião cristalizada sobre um assunto politicamente sensível – pode estar em entender os valores considerados importantes para os grupos e usá-los na hora de apresentar novos argumentos. Parece simples, mas uma olhada rápida em qualquer *feed* de Facebook prova que encontrar esse meio-termo pode ser tarefa árdua – ainda mais em tempos de impeachment e eleições. ●

Rodrigo Burgarelli: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 agosto de 2016

Os economistas austríacos contra o *mainstream* econômico no Brasil de Temer

Fernando Ulrich



Os governos do PT, especialmente sob a batuta da presidente afastada, Dilma Rousseff, facilitaram bastante o trabalho dos economistas seguidores da Escola Austríaca. Tantas foram as trapalhadas e os excessos praticados pelo PT, que o diagnóstico e as previsões feitos pelos austríacos não apenas se confirmaram, como também se tornaram consenso

nacional.

A crise pela qual o país passa foi ampla e minuciosamente prognosticada pelos economistas austríacos. E, vale ressaltar, muito antes de aparecerem os primeiros sinais claros de que a pujança de 2009 e 2010 era absolutamente insustentável. O que muitos tachavam como mero pessimismo da Escola Austríaca hoje pode ser considerado até otimismo, dadas a dimensão e a profundidade das adversidades que assolam a nação. Simplesmente a pior crise da história brasileira.

O consenso sobre os equívocos da gestão petista uniu austríacos, chicaguenses, escolha pública, clássicos, e talvez até alguns keynesianos sensatos; enfim, colocou temporariamente dentro de um mesmo campo escolas de pensamento fundamentalmente distintas e, em diversos aspectos, irreconciliáveis.

Mas, em virtude do novo governo Temer e do "time dos sonhos" na Fazenda e no Banco Central, o contexto que aliou



o *mainstream* aos austríacos não mais vigora.

As causas do desajuste econômico e fiscal são aparentemente conhecidas por todos os economistas acima citados. As soluções propostas para sair da crise e retomar o crescimento, contudo, dividirão novamente austríacos e o *mainstream*, levando a Escola Austríaca de volta à sua posição singular na ciência econômica, epistemologicamente¹¹ falando. Tal constatação decorre do fato de que a EA detém posições firmes – quando não únicas – a respeito de diversos problemas a que a política econômica submete as sociedades modernas. Posições tidas como intransigentes por alguns – porém equivocadamente, como argumentaremos a seguir.

Algumas das noções da Escola Austríaca- Antes de prosseguirmos, revejamos algumas das principais pautas da conjuntura brasileira atual e o que a ciência econômica, de acordo com a Escola Austríaca, tem a dizer sobre cada uma delas.

Impostos: imposto significa expropriar riqueza do cidadão, independentemente da finalidade a que se destina. Tudo o que o Estado gasta é pago pelo cidadão por meio da tributação. Na melhor das hipóteses, impostos nada adicionam à atividade econômica: o que seria gasto pelos indivíduos agora será gasto pelo Estado. É tirar de **x** para dar a **y**. Porém, como o Estado não está sujeito ao teste de lucros e prejuízos, o gasto público é sempre ineficiente. O desperdício é inevitável – aprofundaremos esse ponto mais adiante.

Ademais, impostos desincentivam – quando não impossibilitam por completo – a atividade econômica e a acumulação de capital, ao embutir um custo adicional à produção. Impostos dilapidam a riqueza de uma nação duplamente: ao impedir uma maior produção e a formação de capital e ao desperdiçar os recursos que seriam usados pela iniciativa privada.

Tudo o mais constante, tributos significam uma subtração da

¹¹ **Epistemologia:** estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência.

REFLEXÕES XXII

atividade econômica; uma dilapidação da riqueza atual e futura potencial. Taxar a sociedade significa empobrecê-la. Logo, qualquer aumento de impostos implica a redução da riqueza de uma nação.

Na visão do *mainstream*, entretanto, impostos não significam necessariamente uma redução da riqueza em uma economia, e isso depende, segundo eles, da destinação e do uso "eficiente" dos impostos. O que nos leva ao próximo tópico.

Despesa e gestão pública: o Estado está sempre em uma posição de total cegueira quanto à demanda pelos seus serviços ou atribuições constitucionais. Não estando submetido ao teste do mercado, o ente público não tem como saber no que gastar, em que gastar, quanto gastar nem quando gastar. Somente empresas utilizando recursos escassos, sujeitas ao sistema de preços do mercado, e competindo pela clientela têm capacidade de tomar decisões racionais de modo a alocar o capital da forma mais eficiente possível.

A despesa pública, em total contraste, é uma decisão altamente arbitrária; o voto democrático pode, na melhor das hipóteses, apenas influenciar a destinação do gasto, mas as demais questões persistem sem solução. Aliás, na prática, o arranjo é ainda pior, pois os cidadãos pagam ao Estado na forma de impostos, os quais, no fim, formam uma espécie de saco sem fundo do qual o governo se utiliza para sacar todo o dinheiro coletado e "alocá-lo" de acordo com as demandas populares. Isso significa que os cidadãos não pagam exatamente pelo que querem, e, por consequência, o governo não gasta exatamente naquilo que estão demandando.

Os dois lados estão cegos. Um não sabe pelo que está pagando; o outro não tem como saber em que e quanto gastar. Por essas razões, a gestão pública é ineficiente por definição, e isso é igualmente válido para todo e qualquer serviço provido pelo governo, da administração da justiça à operação dos portos, da saúde à educação, da segurança à construção de estradas. "Gestão pública eficiente" é a quadratura do círculo.

Investimento público: se a gestão pública é ineficiente por definição e todo gasto é um desperdício, o mesmo vale para todo e

REFLEXÕES XXII

qualquer investimento público. Dessa forma, quando economistas do *mainstream* defendem mais investimentos do Estado visando a maior crescimento do PIB, eles estão, inadvertidamente, advogando o desperdício de recursos escassos em projetos sobre cujas reais demandas o ente público não tem nada além de um mero indicativo. Investimento público, seja ele qual for, não enriquece uma nação, independentemente do que o PIB registrar.

Déficits fiscais: despesa maior que receita resulta em déficits fiscais. Déficits podem ser financiados com dívida pública ou com emissão de moeda. Em ambos os casos, a economia empobrece. Ao emitir moeda, o governo dilui o poder de compra do dinheiro, expropriando riqueza do cidadão sorrateiramente. Inflação nada mais é que um imposto obscuro.

Ao contrair dívida pública, o governo suga a poupança da nação para gastos questionáveis, em que o desperdício é inevitável. Poupança é direcionada ao financiamento de atividades improdutivas, privando investimentos lucrativos de recursos escassos.

Dívida pública: como dito acima, o endividamento governamental suga poupança da economia para financiar atividades improdutivas que pouco ou nada agregam à economia. Quanto maior a dívida pública, menos poupança é investida em atividades privadas capazes de gerar riqueza.

Crédito público e subsídios: se a gestão pública é ineficiente por definição, empresas estatais sofrem do mesmo problema. Seja uma petroleira, seja um banco, uma empresa estatal não submetida ao teste de lucros e prejuízos de mercado padece dos mesmos males que qualquer burocracia governamental. Crédito de banco estatal é, em larga medida, concedido com base em critérios políticos, e não econômicos. Investimentos, que em condições normais nunca seriam financiados, acabam recebendo crédito amplo e barato, tornando viáveis operações que não se sustentariam em um mercado livre.

Crédito bancário subsidiado significa conceder financiamento àqueles que não precisam ou aos que jamais

deveriam se endividar. Financiam-se investimentos mais arriscados e com menores taxas de retorno.

Comércio internacional: qual a causa da riqueza das nações? Se pudéssemos resumir em apenas um princípio, afirmaríamos que a riqueza das nações tem origem nas trocas voluntárias entre indivíduos. Onde o comércio livre e desimpedido impera, a riqueza é abundante. Onde o comércio é obstruído ou impossibilitado, a estagnação ou redução do padrão de vida é inevitável.

Destarte, tarifas de importação e restrições alfandegárias constituem um fardo à nação, pois inibem todo o potencial de formação de riqueza oriundo do comércio internacional.

Câmbio: poucos temas em economia são tão mal compreendidos como a questão do câmbio e da moeda. A inflação monetária e a conseqüente perda do poder de compra do dinheiro influem diretamente na atividade econômica, especialmente sobre os investimentos em mais longo prazo. Quanto mais incertezas com relação ao poder de compra futuro da moeda, mais arriscados se tornam os investimentos, mais receosos são os empresários, pois têm mais dificuldade de prever os fluxos de caixa futuros de seus empreendimentos.

Quanto maior a inflação monetária, quanto mais desvalorizada é uma moeda, mais complexo e incerto acaba sendo o cálculo econômico. Quanto mais incerto o cálculo econômico, menos intensa é a atividade econômica, menor é a quantidade de trocas em uma sociedade, menos riqueza é gerada. Moeda fraca, economia fraca. Moeda forte, economia forte. E não, a desvalorização do câmbio não aumenta as exportações, muito menos eleva a competitividade de nenhum país. A teoria e a empiria comprovam.

Então qual a saída para o Brasil?

Henrique Meirelles deve propor aumentos de impostos para equilibrar as contas públicas? Mas um aumento de impostos não pode acabar aprofundando a crise econômica? O gasto público deve ser apenas controlado? Ou devemos "cortar na carne" a despesa governamental? Déficits fiscais são capazes de trazer benefícios à

REFLEXÕES XXII

economia? Depende? O foco deve ser a redução das atribuições do Estado ou o importante é tornar a gestão pública mais eficiente?

As respostas a essas importantes perguntas dependem diretamente da visão de mundo de cada escola de pensamento econômico. E, como elencado anteriormente, o entendimento da EA acerca dessas questões costuma divergir do *mainstream* e do senso comum. Então, como economistas da Escola Austríaca, como devemos nos posicionar diante dos dilemas enfrentados pela economia brasileira?

Se entendermos que impostos reduzem a atividade econômica e empobrecem uma nação, aumentos de tributos deveriam ser evitados a qualquer custo. Se entendermos que a despesa pública representa um desperdício, deveríamos reduzir ao mínimo o tamanho e as atribuições do governo. Se a gestão pública é inerentemente ineficiente, adotar práticas de gestão das empresas privadas é não apenas inócuo como também contraproducente, pois retarda a tomada de medidas efetivas na vã esperança de otimizar a administração da burocracia governamental. Se a infraestrutura brasileira se encontra em uma situação calamitosa, a última coisa de que necessitamos é de investimento público como solução para as estradas, portos, aeroportos. Que se conceda à livre iniciativa a possibilidade de realizar investimentos nesses setores – sem amarras artificiais, obviamente. Se compreendermos o quão nocivo podem ser déficits fiscais, é premente eliminá-los. Mas jamais recorrendo a aumento de impostos, porque estes, além de serem prejudiciais à economia, podem reduzir a arrecadação tributária – em virtude de um aprofundamento da recessão econômica –, amplificando ainda mais o rombo nas contas públicas.

Se concluirmos que a despesa pública pouco ou nada agrega, não há dúvidas quanto ao foco do ajuste fiscal: cortar o gasto orçamentário do governo é a única via capaz de sanar déficits fiscais sem jogar a economia para o buraco. Se a dívida pública consome a poupança da nação em atividades nocivas à geração de riqueza, conter e reduzir o endividamento do governo deve ser compromisso precípua da sociedade. Se as trocas voluntárias são a fonte da riqueza, toda e qualquer obstrução do livre comércio deve ser combatida.

REFLEXÕES XXII

Se câmbio desvalorizado é uma das principais causas do desarranjo econômico, a busca por uma moeda forte deve ser o pilar primeiro da política monetária.

Infelizmente, grande parte dos economistas do *mainstream* – como os membros da equipe econômica atual – não compartilha integralmente do posicionamento dos austríacos. Se a meta principal é levar a cabo o ajuste fiscal, não há maiores complicações em alcançar esse objetivo com uma mescla entre corte de gasto e aumento de impostos, defendem eles. O essencial é conter o déficit. Essa posição deriva de um errôneo entendimento de teoria econômica e de uma mentalidade um tanto estatista.

O que é pior, para o *mainstream*, basta manter o déficit em níveis constantes sobre o PIB que o apuro fiscal está resolvido. Basta as despesas do governo crescerem menos que o PIB e não haverá crise orçamentária. Basta manter a trajetória da dívida em relação ao PIB controlada, e a economia estará sanada. Refrear o aumento descontrolado do endividamento público e reduzir os déficits fiscais não são garantias de crescimento econômico e aumento sustentável do padrão de vida da sociedade. Podem, sim, impedir a falência do Estado e evitar uma crise de confiança temporariamente, mas não asseguram a retomada do crescimento, muito menos uma sociedade mais próspera e rica.

A relativização dos impostos leva economistas renomados – e normalmente sensatos – a defender posições alarmantes dignas de execração pública, como é o caso recente de Fábio Giambiagi. Em entrevista ao portal InfoMoney, Giambiagi disse:

Eu fui durante muitos anos contra a CPMF, por diversas razões, mas aqui me aproprio da resposta de Lord Keynes quando uma senhora o encarou dizendo que o que ele estava defendendo era contraditório com o que ele havia defendido anos antes, ao que ele respondeu, fleumaticamente: 'Minha senhora, quando as circunstâncias mudam, eu mudo. E a senhora?'. Ano passado tivemos um déficit público de 10% do PIB, mas penso que ser contra a CPMF hoje porque é um imposto ruim é como negar a entrada dos bombeiros numa casa que está pegando fogo porque vão estragar o sofá da sala. A situação é catastrófica e não vejo muito

REFLEXÕES XXII

sentido em abrir mão de uma receita de 1,5% do PIB que pode ser aprovada em pouco tempo, uma vez que a emenda já começou a tramitar.

O economista não apenas cunhou uma das analogias mais infelizes da história – na verdade, a casa deveria ser a economia, e a CPMF, a gasolina –, como também atestou sua incompreensão sobre o fenômeno tributário e revelou sua mente estatista. Em primeiro lugar, CPMF não é um imposto ruim por alguma outra característica além de ser o que é, um imposto. CPMF é ruim precisamente porque é um imposto, e ponto. Se imposto fosse bom, não seria imposto, seria contribuição voluntária – e seríamos então genuinamente "contribuintes". Segundo, a única circunstância que mudou foi a gravidade do déficit; mas um imposto é sempre destrutivo à economia, seja em um governo superavitário, seja em um deficitário. Sua natureza não se altera de acordo com a situação das contas públicas.

Por fim, Giambiagi evidencia como pensa um estatista: sendo a contenção do déficit fiscal o objetivo principal, o importante é arrecadar. Nada melhor que um imposto fácil de ser cobrado como a CPMF. Quaisquer considerações sobre o efeito nocivo à economia são secundárias.

Giambiagi não está sozinho. Preocupa-nos a quantidade de economistas liberais que, atualmente, defendem o aumento de impostos como medida absolutamente imprescindível ao ajuste fiscal. *"Sempre fui contra aumentar impostos, mas hoje a situação é dramática, não há outro jeito"*, justificam eles.

Intransigência ou moderação?

O correto entendimento das relações de causa e efeito conduz inevitavelmente à busca pelas soluções que levarão a uma sociedade mais próspera e livre. Implantar as medidas corretas, porém, passa, obviamente, pelo processo político legislativo. Não basta entendermos o que é bom para a economia; é preciso convencer os políticos e a sociedade – para que esta apoie tenazmente – da necessidade de se adotar as políticas certas. Mas quando partimos das premissas equivocadas e relativizamos o poder destrutivo da

REFLEXÕES XXII

taxação, do gasto público, do gigantismo estatal e da moeda fraca, a probabilidade de fraquejo e hesitação dos políticos torna-se uma certeza, e as medidas corretas seguirão sendo postergadas para um futuro incerto.

E nessa conjuntura, a diferença entre os economistas sensatos (ou mais liberais), os marxistas e os keynesianos extremados é, frequentemente, apenas uma questão de grau, e não de essência. Porque, segundo estes, o problema não é o subsídio *per se*, mas a magnitude dos programas. Não é a existência do BNDES a questão nevrálgica, apenas a dimensão dos seus empréstimos é que deve ser mais bem calibrada. Por divergirem frontalmente dessas posições, os economistas austríacos, sob a óptica do *mainstream*, não passam de seres intransigentes. Não levamos em consideração a realidade política e insistimos em propostas quiméricas. É preciso mais moderação, alegam eles. Será mesmo?

Vejamos.

Se partirmos do pressuposto de que impostos são ruins para a economia, seria intransigência advogar a redução da carga tributária ou rechaçar propostas de novos tributos? Se admitirmos a premissa de que moeda forte é uma condição para uma economia saudável, seria radicalismo condenar assertivamente toda investida de desvalorização da moeda?

Não há intransigência em afirmar que $1+1=2$. Tampouco é moderação afirmar que $1+1$, dependendo do lugar e instante no tempo, pode ser 3 ou 4. Não confundamos rigor científico com conveniências políticas. Ou entendemos cientificamente as relações de causa e efeito, ou rezemos para que, da próxima vez, por algum motivo inaudito, as consequências de políticas erradas não sejam desastrosas. Enquanto essas noções não forem absorvidas e devidamente internalizadas, o Brasil permanecerá condenado à armadilha da renda média, à desigualdade abismal, à concentração de riqueza nas mãos de políticos e burocratas, ao capitalismo de laços e à baixa produtividade.

As ideias defendidas pelos economistas austríacos deveriam balizar as políticas públicas para conduzir o País de volta ao crescimento

REFLEXÕES XXII

econômico e à prosperidade. Ceder às soluções politicamente mais factíveis é uma via expressa para a mediocridade econômica.

O fato inconteste é que hoje somente os austríacos estão preparados para condenar todo e qualquer aumento de impostos, independentemente da conjuntura ou do partido governante. Hoje somente os austríacos defendem com veemência a redução do Estado, da despesa pública, e não apenas o controle orçamentário. Hoje somente os austríacos defendem a adoção de uma política genuína de moeda forte. Precisamos de mais "intransigência" e menos "moderação". ●

Fernando Ulrich: mestre em Economia da Escola Austríaca, com experiência mundial na indústria de elevadores e nos mercados financeiro e imobiliário brasileiros. É conselheiro do Instituto Mises Brasil, estudioso de teoria monetária, entusiasta de moedas digitais, e mantém um blog no portal InfoMoney chamado "Moeda na era digital". Também é autor do livro "Bitcoin - a moeda na era digital". Artigo publicado no dia 31 de agosto de 2016

Risco de extinção

Philipp Schiemer



Em autocrítica incomum, o presidente da Mercedes-Benz do Brasil admite que o setor viveu com subsídios, mas reconhece que é um modelo falido e alerta: a indústria brasileira poderá sumir

O alemão Philipp Schiemer, 52 anos, retornou ao Brasil em 2013 para assumir a presidência da Mercedes-Benz. Naquele ano, o mercado brasileiro era o maior do mundo para a empresa alemã, com vendas anuais de 40.000 caminhões. Agora, a produção nacional encolheu mais de 60% e retrocedeu aos níveis de uma década atrás. Péssima notícia para o Brasil, uma vez que as vendas de caminhões funcionam como um termômetro da economia ao refletir a disposição das empresas de ampliar a capacidade de produção. Diante desse quadro, o executivo comandou a redução de tamanho na Mercedes brasileira, de 14.000 para 10.900 trabalhadores, e outros 1.400 serão desligados nos próximos dias.

“O setor automotivo – e eu não excluo a Mercedes – deveria ter percebido que o modelo de negócios com base em incentivos reflete o Brasil antigo, de mercado fechado, protecionista. Pode funcionar hoje, mas não vai garantir a sobrevivência nem o crescimento da indústria”, diz Schiemer. Para ele, é preciso repensar o modelo de indústria e, se nada for feito, as consequências serão “dramáticas”. A seguir a entrevista a Veja.

Como o setor de ônibus e caminhões chegou a uma crise tão grave?

O Brasil cresceu fortemente até 2010, 2011. Com o *boom* das *commodities* e as finanças públicas mais ou menos equilibradas, o governo tinha dinheiro para gastar. Quanto veio a crise mundial, o Brasil se saiu muito bem. Ali estava o início dos problemas.

Criou-se uma ilusão. Achava-se que o país poderia tudo. O governo

interferiu na economia para recuperar a confiança do setor privado, e deu certo no primeiro momento. Mas esqueceu a regra de que, quando a crise acaba, ele tem de sair e deixar que os negócios funcionem. Passou a acreditar que, quanto mais interferisse no setor privado, melhor seria. Adotou uma política econômica totalmente errada. Baixou os juros sem fundamentos, deu isenção tributária a vários setores. Era possível saber que, em algum momento, aquele modelo de estímulo ao consumo bateria no teto. As pessoas já tinham comprado geladeira e carro e estavam endividadas. O crescimento teria de vir do aumento de produtividade, de incentivos para projetos em infraestrutura, para criar um novo ciclo de investimento e de crescimento.

A indústria automobilística beneficiou-se dos incentivos e agora reclama deles?

Tínhamos a convicção, naquele momento, de que a ajuda do governo seria o certo. As pessoas podem dizer “a Mercedes também se beneficiou”, e é verdade. Deveríamos ter pressionado o governo por reformas no lugar de incentivos. O setor automotivo – e eu não excluo a Mercedes – precisava ter percebido que aquele modelo de negócios, que ainda é o atual, reflete o Brasil antigo, de mercado fechado, protecionista. Deveríamos ter entendido que não funcionaria mais. Pode funcionar hoje, mas não no futuro. E por quê? Porque hoje o mundo é global, não é mais local.

Quais são as perspectivas se o País insistir no modelo atual?

A indústria brasileira corre o risco de ser extinta. Do jeito como as coisas estão, nenhuma indústria – e não apenas o setor automotivo – vai ter futuro no Brasil. Não é possível ser competitivo com um mercado fechado. Com o novo governo, esperamos, será mais fácil conversar do que com o anterior, que era conservador e protecionista. A inflação voltou, os juros tiveram de subir também. Quem vai comprar caminhão ou ônibus com 14% de juros? Quem faz um investimento? A decisão de compra no nosso setor tem a ver com matemática. É investimento. Vai trazer retorno? Se tiver confiança no futuro, eu invisto. Se não tiver e o investimento é alto,

não compro. Com a economia em queda e a desconfiança em alta, como tomar decisões para os próximos três, quatro, cinco anos? É muito difícil. Em 2011 o mercado de caminhões chegou a ser de 170.000 unidades vendidas em um ano. Agora está em 50.000. Isso não reflete o potencial do mercado. A idade média da frota de caminhões é vinte anos, enquanto na Alemanha é sete. O mercado é promissor, mas será uma recuperação lenta.

O senhor vem de um país aberto e exportador. Não demorou a perceber que o modelo de indústria fechado e com base em incentivos pontuais não teria futuro?

Quando cheguei, em 2013, as medidas do governo já estavam em andamento. As dificuldades do mercado estavam começando. Só depois percebemos que a crise seria longa e duradoura. Desde então, tenho me pronunciado e discutido o assunto dentro e fora da fábrica. O objetivo não é só abordar os problemas do nosso setor, mas de toda a economia brasileira.

O empresário brasileiro compartilha da sua autocrítica segundo a qual os incentivos podem representar a morte em longo prazo?

Percebemos um início de mudança de pensamento. Sabemos que o modelo atual não tem futuro. O mercado brasileiro tem grande potencial e pode ser ampliado, mas não com a economia fechada. A indústria não consegue viver apenas com o mercado interno.

O que o Brasil deve fazer para acelerar a retomada do crescimento econômico?

Precisamos de reformas. O ajuste fiscal é primordial. É necessário que a reforma da Previdência seja aprovada rapidamente, para sinalizar que o Brasil é um país confiável para investimentos em longo prazo. Isso permitirá reduzir a inflação e as taxas de juros; dessa forma, a confiança do investidor será retomada, o que vai levar ao crescimento da economia e, conseqüentemente, do mercado de caminhões e ônibus. Os investimentos em infraestrutura também seriam um forte incentivo.

E para aumentar a produtividade industrial?

Temos de começar pela desburocratização. No Brasil gastamos quatro vezes mais do que na Alemanha para atender às obrigações tributárias, incluindo recursos, tempo e funcionários envolvidos. É ineficiência pura. É preciso atacar o custo Brasil que somos obrigados a carregar. O segundo ponto é discutir como facilitar o acesso das empresas brasileiras a componentes competitivos no mercado. Se conseguir importar peças a um preço acessível, meu custo diminui e eu exporto mais. Temos de discutir com o governo e as entidades qual é o futuro. Não é uma discussão fácil. Todas as empresas investiram porque acreditaram, talvez erradamente, no modelo antigo. É necessário abrir o mercado. Penso no exemplo da Embraer. Por que ela funciona? Ela não opera no Brasil? Ela também não tem concorrência internacional? E consegue ser competitiva justamente porque pode importar, não precisa se abastecer de fornecedores locais. Na minha visão, o conceito tem de ser *“importar mais para exportar mais”*. Mas com tempo de transição para as indústrias se adaptarem.

Não é uma estratégia arriscada?

As empresas se adaptam rapidamente. As grandes companhias, dentro da fábrica, são competitivas. Com as crises que o País já teve, somos competitivos. Os problemas começam fora da fábrica. Há uma burocracia muito forte, os custos logísticos representam um grande obstáculo, existem as regras de exigência de conteúdo local. Claro que dentro das fábricas é possível melhorar. Mas esse é nosso trabalho do dia a dia. As empresas brasileiras têm condições de competir, mas é preciso que tenham melhores condições para trabalhar.

Os representantes da indústria brasileira defendem o real desvalorizado para ajudar na competitividade. Qual a avaliação do senhor?

Hoje o maior problema do câmbio é a sua volatilidade. A falta de previsibilidade afeta os planos de qualquer empresa. O câmbio pode ajudar nas exportações, mas o Brasil precisa resolver questões estruturais. A Alemanha consegue exportar mesmo com o euro valorizado, porque os produtos têm tecnologia de ponta, e, ao

mesmo tempo, custos competitivos, pois os fabricantes podem comprar componentes de qualquer lugar do mundo.

O novo governo entende esses desafios?

Sou otimista. Quando a gente conversa com pessoas em termos técnicos, a conversa é mais fácil. Quando se põe a ideologia por trás, fica difícil. Temos de colocar os problemas em cima da mesa e discutir como resolvê-los. Minha sensação agora é que as pessoas que fazem parte do novo governo estão mais preocupadas com os problemas do que com a ideologia. O Brasil precisa decidir: queremos seguir o caminho da Venezuela ou da modernidade? O caminho para a modernidade não é fácil, mas as chances de que haja um crescimento sustentável depois são muito grandes, porque o potencial no País é enorme. A situação está tão ruim que, se não forem tomadas providências agora, as consequências serão fatais. Isso é muito claro. A indústria no Brasil está à beira da morte. Talvez nem todos tenham entendido a gravidade da situação, mas a discussão está começando.

A Mercedes ofereceu 100.000 reais a cada empregado que aceitar desligar-se da empresa voluntariamente. Por que esse valor elevado?

Entendemos que um acordo é feito entre duas partes e que ambas têm de ceder. Nós acertamos com o sindicato dois pontos que, para nós, são muito importantes. Vamos reduzir o quadro em cerca de 1.400 empregados com esse programa de demissão voluntária (PDV) e, no ano que vem não teremos de conceder reajuste salarial. (O programa teve 1.047 adesões, e a empresa avisou que pretende cortar 370 trabalhadores para atingir a meta, mas o sindicato tenta evitar as demissões). Em contrapartida, oferecemos um valor maior a quem entrar no PDV e estabilidade até 2017 a quem ficar. É o acordo dos sonhos? Não. Mas é um acordo possível para as duas partes. Sempre digo que o que pode ser acertado em um acordo é algo bom. E o que pode ser feito por dinheiro á barato. Porque se acabar em briga, sai mais caro. ●

Philipp Schiemer: presidente da Mercedes-Benz do Brasil

Artigo publicado na Revista Veja no dia 10 de setembro de 2016

O lado ruim de esquecer

Daniel Sarmiento



O “direito” de “não ser lembrado de fatos desabonadores” é uma ameaça à liberdade de expressão e pode impedir o conhecimento da história e a preservação da memória coletiva.

Quem não gostaria de apagar da memória coletiva os erros que cometeu e foram tornados públicos? Ou os episódios dolorosos ou constrangedores que viveu e podem voltar à tona a qualquer momento? Pois essa possibilidade está agora em discussão no

Supremo Tribunal Federal (STF). A Suprema Corte deve apreciar em breve um recurso em caso que envolve o debate sobre um suposto “direito ao esquecimento”. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu a existência do direito “de não ser lembrado, contra a sua vontade, especificamente no tocante a fatos desabonadores”. Para o STJ, o transcurso do tempo pode tonar ilícita a exposição de fatos passados que causem dor ou embaraço a quem neles está envolvido. O tema, discutido em todo o mundo, gera polêmica e decisões divergentes em tribunais nacionais e internacionais, desde que a internet tornou a lembrança permanente algo palpável. Agora, no Brasil, o assunto está nas mãos do STF.

Penso que, ao menos em relação a fatos que envolva interesse público – o que inclui aqueles ligados ao conhecimento do nosso passado e da nossa história –, o direito ao esquecimento não deve ser reconhecido. Isso porque, nessa hipótese, a imposição do esquecimento não se compatibiliza com a proteção constitucional conferida à liberdade de expressão e ao direito fundamental de acesso à informação.

A Constituição de 1988 foi muito enfática na proteção dessas liberdades públicas. Com isso procurou exorcizar o fantasma da

REFLEXÕES XXII

censura, que assombrou o País durante o regime de exceção – uma censura que não apenas reprimia as críticas políticas, mas também se fazia guardiã de um moralismo conservador e intolerante. A Constituinte reforçou a garantia das liberdades comunicativas também por saber que elas são indispensáveis para o florescimento da democracia, para o progresso social e para o livre desenvolvimento dos indivíduos.

É natural que as pessoas desejem o esquecimento dos seus erros. Mas erigir esse desejo à condição de direito é o mesmo que impedir o conhecimento da história e a preservação da memória coletiva. E essa é uma ameaça especialmente grave numa sociedade como a brasileira, que peca muito mais pela amnésia coletiva do que pelo excesso de memória.

O esquecimento é a antítese da história, e a história não serve apenas para a compreensão do passado, mas também do presente e do futuro. Ela nos permite entender melhor o mundo atual e nos ajuda – como indivíduos, coletividade ou nação – a evitar que continuemos a cometer, lá na frente, os mesmos erros. A ideia de um “direito ao esquecimento”, portanto, é francamente incompatível com a valorização da história e da memória coletiva.

Mais: diante de uma cultura censória que, a despeito da Constituição, ainda sobrevive no Poder Judiciário brasileiro, e da forte desigualdade e do acesso assimétrico à Justiça que caracterizam o País, o “direito ao esquecimento” tende a se converter em remédio jurídico para que políticos, autoridades públicas e poderosos de todo tipo possam “limpar a sua ficha”, apagando registros de episódios pouco edificantes de sua vida ou amordaçando seus críticos e veículos de comunicação.

Entendo até que exista um campo para o “direito ao esquecimento” que não envolva tensão com as liberdades de expressão e informação. Trata-se da proteção da autodeterminação informativa quanto a dados pessoais que não digam respeito ao interesse público – coletados, armazenados, tratados ou utilizados por instituições públicas ou privadas, especialmente no ambiente digital.

REFLEXÕES XXII

Na contemporaneidade, a internet e outras tecnologias permitem que se mantenham registros praticamente eternos sobre a vida privada das pessoas: o que cada um compra, os sites que visita, o que posta em redes sociais, incluindo mensagens de fotos, tais dados podem ser obtidos por autoridades públicas, com risco de vigilância total e permanente sobre os indivíduos, o que dá concretude ao fantasma distópico do *Big Brother* orwelliano. Esses dados também são do interesse do setor privado, já que têm grande valor econômico para finalidades diversas, como o direcionamento da publicidade.

Nesse caso, é importante garantir às pessoas o controle sobre o uso dessas informações, atribuindo-lhes o “direito ao apagamento”, como, aliás, estabelece o Marco Civil da Internet. Para a implantação desse direito, porém, há grandes desafios derivados de múltiplos fatores, como a inexistência de uma agência para a regulação e o controle dessas práticas – a exemplo da que existe em países europeus –, a velocidade das mudanças tecnológicas e o caráter transnacional do ciberespaço.

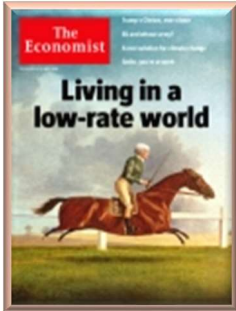
De todo modo, o “direito ao esquecimento” não pode servir de pretexto à imposição de restrições à liberdade de expressão e ao acesso à informação de interesse público. Não se pode legitimar a institucionalização da “censura no retrovisor” – para usar a feliz expressão de Gustavo Binenbojm. O Supremo Tribunal Federal tem sido, nos últimos anos, um fiel guardião das liberdades comunicativas. Entre outras importantes decisões, a Suprema Corte derrubou a lei de imprensa do regime militar, invalidou a proibição do uso do humor nas eleições, impediu a criminalização da Marcha da Maconha e liberou a publicação de biografias sem a autorização dos biografados. O país precisa que a corte decida mais uma vez em favor da liberdade. ●

Daniel Sarmiento: advogado e professor titular de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Artigo publicado na Revista Veja no dia 10 de setembro de 2016

Contra a felicidade

The Economist



As empresas que tentam transformar a felicidade em instrumento de gestão estão passando dos limites

Eustace Percy, ministro da Educação do Reino Unido entre 1924 e 1929, não aprovava a onda de educação “progressista”, baseada numa visão cor-de-rosa e sorridente do mundo, que se espalhou pelas escolas britânicas no período em que ele esteve no governo. Achava a coisa um despropósito: *“é preciso ensinar as crianças a se preparar para as tristezas da vida”*. Há quem experimente ceticismo semelhante diante do modelo “alegria pura” de gestão, atualmente em voga em muitas empresas e até governos.

A líder do movimento “só sorrisos” é a loja on-line de calçados Zappos, que espera ver seus funcionários entrando em delírio ao vender um par de sapatos. A rede de *fast food* britânica Pret A Manger dá a impressão de querer se destacar tanto por seus sanduíches, quanto por seu bom humor. Comissários e comissárias de bordo são tradicionalmente treinados para esbanjar simpatia, mas os da companhia aérea Virgin Atlantic parecem prestes a sair cantando e dançando pelo corredor da aeronave. Até pouco tempo atrás, havia no Google um engenheiro com o título de “bom camarada”: entre outras atribuições, o sujeito se encarregava de disseminar serenidade e bons sentimentos entre os colegas de trabalho.

Sob o comando de Tony Hsieh, Zappos ‘vende felicidade’

Não são poucos os gurus e consultorias que pregam o culto à felicidade. Shawn Achor, que já foi professor em Harvard, atualmente ganha a vida ensinando



grandes empresas do mundo inteiro a transformar a satisfação e o bem-estar em vantagem competitiva. Uma de suas regras é instaurar no ambiente de trabalho a “higiene da alegria”: assim como devem escovar os dentes todos os dias, as pessoas precisam cultivar pensamentos positivos e escrever e-mails otimistas.

A Zappos está tão satisfeita com os efeitos da felicidade que criou uma consultoria chamada Delivering Happiness (“Entregando Felicidade”). Na equipe há um diretor de felicidade, um guia global de felicidade, um atacadista de felicidade, um alquimista de felicidade e, para os clientes com inclinações filosóficas, uma coruja de felicidade. A empresa de tecnologia Plasticity Labs, que nasceu de uma *startup* chamada Smile Epidemic (“Epidemia do Sorriso”), diz ter a missão de ajudar um bilhão de pessoas a encontrar o caminho da felicidade em suas vidas pessoais e profissionais.

A tendência não se limita ao setor privado. Alguns governos, inclusive os dos EUA, Reino Unido, França e Austrália, agora divulgam relatórios regulares sobre o nível de bem-estar nacional. O Butão há bastante tempo calcula sua felicidade interna bruta e os Emirados Árabes Unidos se orgulham de ter criado o Ministério da Felicidade.

No universo empresarial, há muito se sabe que há dinheiro a ser ganho nessa seara. O guru da administração Dale Carnegie diz que a melhor maneira de cultivar amigos e influenciar os outros é passar uma imagem de otimismo. A Disneylândia continua a ser “o lugar mais feliz da Terra”. As empresas americanas fazem questão de desejar “bom-dia” a seus clientes. Um dos livros mais perspicazes sobre o fenômeno é *The Managed Heart* (“O Coração Administrado”), publicado em 1983, em que o sociólogo da Universidade da Califórnia Arlie Hochschild observa que muitas empresas exigem de seus funcionários um “trabalho emocional”, sob a forma de sorrisos e expressões de “sentimento positivo”.

Algumas empresas também tentam gerar bem-estar, oferecendo a seus empregados cursos de meditação, sessões de ioga e tudo o mais com que possam demonstrar seu interesse pelo “indivíduo como um todo”. Só os bobos alegres acreditam que isso é realmente para

valer. Os teóricos da administração observam que uma das maiores ameaças ao desempenho de uma empresa é a falta de compromisso e o alheamento emocional dos funcionários. As pessoas felizes são mais empenhadas e produtivas, dizem os psicólogos. Em 2013, o instituto Gallup informou que a “infelicidade” dos trabalhadores custava à economia americana US\$ 500 bilhões por ano em produtividade desperdiçada.

O problema é que a felicidade é algo vago. É difícil comprovar ou refutar os números do Gallup, pois não se sabe exatamente o que o instituto está medindo. Em vez de se preocupar em promover a sensação de bem-estar dos funcionários, as empresas fariam melhor se procurassem eliminar fatores específicos de aborrecimento, como as reuniões improdutivas e a elaboração de relatórios e documentos que não têm a menor razão de ser. O mais provável, porém, é que elas tentem desenvolver instrumentos cada vez mais sofisticados para avaliar o estado emocional dos funcionários. Já há pesquisadores trabalhando na criação de aplicativos para *smartphone* que ajudam as pessoas a registrar seus estados de humor, como o Track Your Happiness e o Moodscope. Talvez não esteja longe o dia em que, utilizando *apps*, câmeras e gravadores, os departamentos de recursos humanos passarão a medir os índices de euforia nas empresas.

Quem não esconde a tristeza se sente melhor. A ideia de criar cargos de “bom camarada” e “alquimista de felicidade” numa empresa é, sem dúvida, um tanto ridícula. Mas há algo errado nisso? Diversos estudos acadêmicos indicam que o “trabalho emocional” pode gerar custos nada desprezíveis. Quanto mais os funcionários se sentem obrigados a estampar um sorriso largo no rosto, maior sua tendência a sofrer com problemas de estresse. E está se tornando gritante a contradição entre empresas que exigem demonstrações de alegria dos mesmos funcionários que são obrigados a aceitar contratos temporários de trabalho ou a atuar como “colaboradores” autônomos.

De qualquer forma, o maior problema do culto à felicidade é que se trata de uma interferência inaceitável na liberdade individual de cada um. Muitas empresas estão passando dos limites. Os

REFLEXÕES XXII

funcionários da Ochsner Health System agora são obrigados a fazer contato visual e a sorrir sempre que se veem a três metros de distância de outra pessoa no interior de um dos hospitais da rede. A Pret A Manger envia falsos clientes para suas lanchonetes, a fim de determinar se são atendidos com a dose recomendada de alegria. Quando a lanchonete passa no teste, a equipe inteira recebe um bônus, o que incentiva os próprios funcionários a se transformarem em “policiais da felicidade”. Não há nada mal em que as empresas exijam que seus funcionários sejam educados ao atender os clientes, mas elas não têm o direito de regulamentar o estado psicológico deles e transformar a felicidade num instrumento de controle corporativo. ●

The Economist

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 23 de setembro de 2016

Voto inconsciente: o que o brasileiro leva em conta para decidir seu candidato a prefeito?

Rodrigo Burgarelli



Por que o eleitor brasileiro vota em quem vota? A uma semana das eleições municipais mais imprevisíveis das últimas décadas, a ciência política e a psicologia social explicam os mecanismos por trás da decisão, que podem ajudar, se não a escolher o melhor candidato, pelo menos a entender por que optou por ele

Neste exato momento, algo em torno de 140 milhões de brasileiros estão analisando argumentos, ponderando prós e contras e tentando dar algum sentido à decisão que terão de tomar no próximo domingo, quando a urna eletrônica perguntar seu candidato favorito para governar a cidade. Essa pode ser uma decisão fácil para alguns, mas boa parte do eleitorado muda de opinião ao longo da corrida eleitoral e só consegue chegar a uma conclusão nas últimas horas (quando não minutos) antes de enfrentar a urna. Cientistas em todo o mundo têm se debruçado sobre essas diferenças de comportamentos para tentar entender o que motiva o voto nas democracias modernas. Afinal, o que sabemos sobre como essa decisão é feita?

A psicologia social hoje entende o ato de votar como um dilema informacional, e uma maneira de entender esse dilema é criar categorias para certos tipos de comportamento. Imagine a seguinte situação: você precisa confiar em um determinado amigo para escolher o filme que vocês vão assistir no cinema. No seu rol de opções, há três tipos de amigos: um que tem o gosto parecido com o seu, mas talvez não esteja muito bem informado sobre quais filmes estão em cartaz; outro que sabe tudo sobre cinema e leu todas as resenhas, mas não parece ter o gosto igual ao seu; e ainda um terceiro sobre o qual você não sabe muito bem o gosto nem o quão

informado está, mas que já escolheu um filme ótimo em uma ocasião passada.

Essa analogia, criada pelo psicólogo social Jon Krosnick, da Universidade de Stanford, ajuda a entender o dilema que o eleitor enfrenta na hora de eleger um candidato. Segundo ele, os eleitores podem ser classificados com base nesses três tipos de escolha. Há quem prefira votar em quem partilha as mesmas opiniões políticas ou ideológicas – normalmente, são os que já decidem em quem votar no começo da corrida, com base, por exemplo, no partido. Outros eleitores preferem dar seu voto em quem acham que será mais capaz de administrar a cidade – uma pergunta cuja resposta não só varia de pessoa para pessoa, mas que pode mudar ao longo da campanha. E há os que decidem de acordo com o que sabem do passado dos candidatos – e que, por isso, também estão sujeitos a mudar de opinião no decorrer dos debates eleitorais.

Essas três categorias, no entanto, são apenas abstrações. Elas contribuem para a interpretação do fenômeno do voto, mas nem sempre as pessoas se encaixam perfeitamente dentro de uma – ou nem os candidatos têm o perfil exato para incentivar um determinado tipo de escolha. O primeiro estudo sobre a análise municipal do voto feito no Brasil, pelo professor da Universidade de São Paulo Aziz Simão em 1954, já percebeu a dificuldade em criar categorias para analisar o comportamento eleitoral.

O autor concebeu duas categorias de eleitores ao analisar o voto operário na capital paulista nas eleições de 1945 e 1947 – os que votam de acordo com o seu julgamento sobre quem seria o melhor candidato e os que votam por outras circunstâncias, como amizade ou interesse. Mas, algumas linhas depois, ele mesmo percebeu a inconsistência característica dos seres humanos, que resistiam em não se encaixar nas suas recém-criadas categorias. *“Têm sido geralmente observados – ainda – casos de duplicidade de comportamento em um mesmo indivíduo, que se comporta diferentemente conforme sejam os candidatos ou cargos em eleição”*, reclamou o professor.

Marketing- Se a divisão por categorias ajuda, mas não resolve,

outros estudos nos campos da psicologia e economia são mais conclusivos em demonstrar alguns comportamentos recorrentes em eleitores. O *marketing* eleitoral sabe disso, e usa esses conceitos ao vender o seu candidato como o melhor para os votantes – que, na maioria das vezes, não estão conscientes de por que exatamente estão pendendo mais para um lado do que para o outro.

Uma das descobertas mais relevantes nesse sentido é a de que as pessoas não tratam informações boas e más da mesma maneira. Assim como os animais selvagens procurando comida estão muito mais atentos aos sinais de perigo, o eleitor também reage de maneira mais intensa a sinais negativos vindos de um candidato do que positivos. É o chamado “viés de negatividade”. Um conceito cunhado ainda nos anos 1950 e que, hoje, é explorado incansavelmente pelos marqueteiros em propagandas negativas contra os seus rivais nas eleições ao redor do mundo.

Além disso, há a chamada “aversão à perda”. Essa teoria, desenvolvida por dois economistas americanos na década de 1990, revela que as pessoas sofrem mais ao perder algo que querem do que ao deixar de ganhar algo de valor considerado similar. Isso significa que o eleitor tende a ser mais conservador a respeito da manutenção de conquistas que ele considera estar em risco em uma determinada eleição. O *marketing* eleitoral tirou muito proveito desse fenômeno nas últimas eleições presidenciais em relação ao Bolsa Família, por exemplo: a campanha petista levantava a possibilidade de os programas acabarem no caso de vitória dos seus adversários, enquanto os tucanos se esforçaram para garantir que esse risco não existia.

Outra característica que os marqueteiros perceberam há tempos é que, na verdade, são bem poucos os eleitores que realmente sabem o que querem de um candidato. Um estudo que se tornou famoso em relação a esse tema foi conduzido pelo pesquisador americano Gregory Markus, da Universidade de Michigan, em 1982. Ao analisar um conjunto inédito de dados referentes às eleições americanas em 1980, ele descobriu que as pessoas, não raramente, trocavam de resposta diversas vezes no decorrer da campanha quando perguntadas sobre políticas públicas de maneira mais

específica.

“As análises de mais de um ano de dados indicam (...) um nível razoável de instabilidade da atitude em âmbito individual”, escreveu o cientista. Segundo ele, cerca de 30% dos participantes que deram sua opinião sobre uma determinada política pública – se, por exemplo, o próximo presidente deveria ser mais amigável ou agressivo em relação à União Soviética, por exemplo, mudaram sua posição no assunto ao longo de sucessivas entrevistas. Markus atribuiu parte das mudanças a um fenômeno simples: talvez os assuntos sejam complicados demais para o eleitor e longe demais do seu cotidiano para que ele saiba exatamente o que é melhor. Mas, como ele mesmo admite, o *marketing* eleitoral também pode ter tido papel relevante ao convencer os cidadãos a mudar de ideia sobre esse tema.

Nos trópicos- No Brasil, a maior parte dos estudos recentes sobre o comportamento eleitoral foca na análise dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de outras fontes oficiais para tentar entender as variáveis que melhor expliquem a decisão dos votos. Uma onda recente de estudos apoiados nessas bases, ao estudar as eleições municipais de 2004 a 2012, conseguiu identificar de maneira mais clara alguns padrões de votação que se repetem a cada ciclo eleitoral.

Talvez a conclusão mais importante desses estudos é a de que há peculiaridades importantes nessas eleições quando comparadas com as nacionais. A primeira diz respeito ao tamanho dos municípios: é impossível tentar colocar no mesmo balaio um eleitor que vai escolher um prefeito para uma cidade de, digamos, 10 mil habitantes com outro que votará em São Paulo. O eleitor em cada tamanho de cidade age de maneira diferente na hora de ponderar por outro candidato, e leva em consideração fatores diferentes para decidir o seu voto.

Isso fica claro em um estudo publicado pelos pesquisadores Bruno Speck (USP) e Emerson Urizzi Cervi (UFPR) em 2013. Ao analisar o peso do dinheiro e tempo de rádio e TV na disputa pelo voto nas eleições municipais do ano anterior, os pesquisadores descobriram

que, em municípios menores, a “memória eleitoral” – ou seja, os votos obtidos pelo partido do candidato na eleição anterior – e os recursos financeiros de campanha têm maior importância que em municípios maiores. Já nos grandes municípios, a memória eleitoral quase não importa – é o tempo de TV ou de rádio que conta mais, além da quantidade de recursos financeiros que a campanha mobilizou.

“Foi recentemente que nós, pesquisadores brasileiros, começamos a usar dados em larga escala para tentar comparar o comportamento nas eleições municipais”, conta a professora Mara Telles, da UFMG. Ela organizou, em parceria com o cientista político Antonio Lavareda, o livro *Como o Eleitor Escolhe Seu Prefeito: Campanha e Voto nas Eleições Municipais*, publicado pela editora FGV neste ano, e que traz mais de uma dezena de artigos recentes sobre como o eleitor vota nos pleitos locais. *“Vimos que a literatura brasileira sobre esse tema era ainda bastante restrita e quisemos incentivar esse debate”,* afirma.

Um dos artigos do livro, de autoria de Marcelo Simas, Mathieu Turgeon e Marcos Tavares Pedro, mostrou, por exemplo, que variáveis macroeconômicas como desemprego e inflação não influenciaram no voto para prefeito das capitais. A conclusão foi reforçada por artigo de Wladimir Gramacho, André Jácomo e Thiago Sampaio, que analisa o que as pessoas levam em consideração ao avaliar a *performance* dos prefeitos de São Paulo – opinião que está ligada à intenção de voto nas eleições seguintes. Segundo eles, condições econômicas, mesmo quando medidas apenas na cidade, não têm influência direta na avaliação, assim como a taxa de homicídios.

O aumento das passagens de ônibus, porém, tem efeito significativo na maneira com que a população enxerga o governante – eles custam, em média, 5 pontos de avaliação positiva para o prefeito que tem de tomar essa impopular decisão, segundo os autores. Além disso, os mesmos cientistas mostraram que parte da aprovação do prefeito de São Paulo está associada à avaliação que a população faz do governador do Estado. Segundo eles, *“coincidências de políticos do mesmo partido na prefeitura e no governo estadual ou federal parece*

REFLEXÕES XXII

transferir para o nível municipal parte maior dos êxitos e fracassos de políticas que não são formalmente da competência local”.

Considerando tudo o que já sabemos sobre o comportamento do eleitor em eleições municipais, isso significa que já não podemos esperar muitas surpresas na votação da semana que vem? Para os cientistas políticos brasileiros, é justamente o contrário. “*Essas eleições devem ser as mais imprevisíveis dos anos recentes*”, diz Mara Telles, da UFMG. Segundo ela, parte disso pode ser atribuída às mudanças na legislação eleitoral que começaram a valer neste ano, como a diminuição no tempo de campanha e a proibição de doações de empresas, que derrubou o total arrecadado pelos candidatos.

Mas, na visão dela, o aumento da fragmentação partidária e da descrença dos eleitores nos partidos influencia de maneira similar essa imprevisibilidade. “*Se você tem menos tempo de campanha e menos recursos para fazer propaganda, você está aumentando o custo para o eleitor se informar. E isso fortalece quem tem algum outro tipo de capital, como o religioso. É recorde a quantidade de candidatos que se declaram pastores, padres ou bispos. Ao mesmo tempo, a falta de referência partidária está fazendo com que partidos nanicos como o PRB em São Paulo (Celso Russomanno) e Rio (Marcelo Crivella), ou o PHS em Belo Horizonte (Alexandre Kalil), mudem a lógica da campanha em capitais importantes*”, explica. Assim, quase paradoxalmente, o eleitor brasileiro deverá ter o comportamento bem mais imprevisível justamente quando temos mais informações e pesquisas sobre como ele deveria, em tese, se comportar. ●

Rodrigo Burgarelli: repórter do jornal O Estado de S. Paulo.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 24 de setembro de 2016

Viva o voto, abaixo a urna

David van Reybrouck



O historiador belga afirma que a cacofonia¹² das redes sociais impede discussões políticas racionais e que as eleições diretas deixaram de ser o melhor mecanismo da democracia

Em 2013, o historiador belga David van Reybrouck escreveu o ensaio *Against Elections: The Case for Democracy* (Contra as Eleições: uma Defesa da Democracia, em tradução livre). Na ocasião, o livro passou quase despercebido. Mas, com a vitória do Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, decidida em junho, e a confirmação de Donald Trump como candidato nos Estados Unidos com mais de 13 milhões de votos nas primárias, sua tese, originalmente em holandês, foi traduzida para o inglês – e ganhou súbita popularidade. O principal argumento é que a cacofonia provocada pela profusão de notícias e pela disseminação das redes sociais produz muito barulho e pouco debate, o que impede discussões racionais e transforma as eleições em um problema para a democracia, e não um benefício. Nesta entrevista, concedida por Skype de sua casa em Bruxelas, Reybrouck explica as saídas que enxerga para o problema.

O senhor é contra a democracia?

Sou totalmente favorável à democracia. Considero-me um ativista da democracia, desejo contribuir para melhorá-la e buscar soluções para seus problemas. É o único sistema político que permite que as pessoas participem de alguma forma das decisões de um país. A questão é que não estamos usando os mecanismos corretos para aproveitar o melhor dos cidadãos e dos políticos.

¹² **Cacofonia**: som feio ou desagradável; união não harmônica de sons diversos.

O senhor se refere às eleições?

Com a ascensão da mídia de massa e, mais recentemente, das redes sociais, a campanha política se tornou permanente. Isso trouxe consequências para o bom funcionamento da democracia. Se no começo do século XXI as notícias eram acompanhadas minuto a minuto, nos últimos anos passaram a ser seguidas segundo a segundo. Essa cultura das reações instantâneas resultou em uma cacofonia que sufocou o verdadeiro debate. Nessa cacofonia, sobressaem as posições extremas, radicalizadas, e o *estress* que se cria no ambiente político é tão grande que não conseguimos mais encontrar espaço para ter discussões razoáveis, ponderadas, racionais, com base em informações verdadeiras. Nesse cenário, candidatos populistas e tecnocratas que menosprezam o Legislativo floresceram. O que é Donald Trump senão um resultado dessa conjuntura?

Neste ambiente tumultuado, as pessoas passaram a votar pior?

O que ocorre é que há uma desconexão generalizada entre políticos e cidadãos. A ONG Transparência Internacional mediu os índices de confiança nas democracias ocidentais e viu que as instituições mais desacreditadas são exatamente os partidos políticos. Há cada vez menos pessoas filiadas ou filiando-se a partidos e, em países onde o voto é voluntário, cada vez mais gente deixa de votar. Aqueles que votam, quando o fazem, demonstram muito pouco entusiasmo. E ainda se observa a ascensão de partidos populistas de extrema direita. Até a Alemanha, país que sempre se ressentiu do seu passado de guerra, viu um partido ultranacionalista, o Alternativa, ganhar força nestes últimos anos.

Por que os partidos perderam a conexão com as pessoas?

Antes, havia muito mais contato entre os partidos e a população. E a informação não circulava na velocidade de hoje. No período pós-II Guerra na Europa, o poder foi parar nas mãos de grandes partidos políticos, que conseguiam interagir melhor com a população por meio de organizações que mediavam a relação entre o poder e as massas: sindicatos, corporações, redes de educação. A fidelidade

partidária era mais sólida e os hábitos de votação, mais previsíveis. O bombardeio da mídia também não era tão intenso, o que fazia com que o equilíbrio entre massas, poder e esfera pública fosse maior.

Qual a solução?

Primeiro, é preciso entender que novas tecnologias dão voz às pessoas, mas fazem com que o sistema eleitoral, como nós o conhecemos, fique fragilizado. Precisamos encontrar formas, além do sistema eleitoral, para que as pessoas possam se expressar. Entre as soluções que vislumbro, acredito que podemos incentivar o uso de um mecanismo que data da Grécia antiga e perdeu força nos últimos 200 anos: a decisão a partir do sistema de sorteio.

Sorteio?

Você não pede às pessoas que votem em um assunto que poucas dominam. O objetivo do sistema de sorteio é garantir que um grupo se familiarize com uma questão e, ao fim desse processo, bem informado de seus prós e contras, tome uma decisão muito mais sensata. Vamos pegar o referendo que levou à saída do Reino Unido da União europeia. Não vejo nenhum problema com o Brexit em si. Se eu fosse um cidadão britânico, poderia aceitar muito bem o resultado, com a condição de que essa decisão tivesse sido tomada de forma inteligente, preparada. Mas sabemos que, nesse contexto de permanente cacofonia, é difícil que isso ocorra. É aí que entra o sorteio. Imaginemos que cerca de 1.000 britânicos comuns, em uma distribuição que seguisse a estrutura da sociedade britânica, fossem escolhidos para formar uma comissão destinada exclusivamente a estudar o Brexit. Seria então concedido a esse grupo um período de seis meses para que a comissão falasse com todos os *experts* que quisesse, com todos os políticos que desejasse e, depois de uma discussão aprofundada, tomasse a decisão final. Não tenho dúvida de que essa comissão, depois de todo o processo, permitiria que a sociedade britânica saísse com uma decisão muito mais qualificada, substancial e inteligente do que a tomada pelos milhões de cidadãos britânicos desinformados.

Qual é a garantia de que a decisão seria melhor?

Recentemente, a Irlanda mudou sua Constituição em uma ótima combinação de eleições com o sistema de sorteio. Em 2012, foi criada uma comissão dedicada a revisar alguns pontos da Carta Magna do país. Cem irlandeses participaram do grupo. Um era o presidente, 33 eram políticos eleitos e 66 eram cidadãos irlandeses escolhidos aleatoriamente para espelhar a população, de acordo com idade, sexo e origem. Durante um ano, eles se reuniram mensalmente para debater mudanças de artigos que versavam sobre a idade mínima para votar, direitos das mulheres e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A partir das reuniões, chegaram a algumas propostas. No caso da legalização do casamento *gay*, por exemplo, nada menos que dois terços da população votaram a favor das mudanças. Esses resultados jamais poderiam ter sido alcançados de forma convencional. Ao conversarem com uma parcela que representava um recorte da sociedade irlandesa, os políticos conseguiram interagir muito melhor com a população. E os 66 cidadãos que representaram essa população não apenas votaram, mas participaram efetivamente da discussão que levou à decisão.

O senhor acha que o sistema de sorteio está pronto para ser incorporado aos regimes democráticos?

O sistema é testado praticamente todos os dias em pesquisas de opinião, a diferença é que se dirigem perguntas aos cidadãos sem que eles estejam preparados para responder a elas – “Quem, em sua opinião, é o melhor candidato?”, por exemplo. Na opção pelo sorteio, eles teriam tempo para debater, pensar e refletir sobre a melhor resposta. No Texas, um experimento do cientista político James Fishkin mostra como podemos evoluir de uma coisa para outra. Primeiro, ele perguntou aos texanos se estariam dispostos a pagar mais na conta de luz se a eletricidade viesse de uma fonte renovável de energia. Cerca de metade disse que sim e outra metade disse que não. Em um segundo momento, ele pegou o mesmo grupo de pessoas e as reuniu algumas vezes, durante meses, para conversar com *experts* e políticos sobre fontes renováveis de energia. Depois disso, nada menos que 84% dos entrevistados responderam favoravelmente ao pagamento de uma conta mais alta.

Um ano depois, ele fez uma terceira pesquisa, com os mesmos participantes, e perguntou: vocês ainda estão dispostos a pagar mais? E eles responderam que ainda estavam. Esse experimento hoje serve de referência para a cidade de Utrecht, a quarta maior da Holanda, que debate uma forma de implantar seu sistema de energia renovável.

Mas recorrer a uma pequena fatia dos cidadãos, e não à totalidade da população, não afasta ainda mais as pessoas da política e da informação política?

Sou muito crítico em relação à democracia eleitoral, mas não pretendo substituí-la totalmente por algo novo. Minha sugestão é complementá-la, melhorá-la. Acredito que até seria possível que todo o processo eleitoral fosse substituído pelo sistema de sorteio. Mas admito que não tenho subsídios práticos para dizer isso. Assim, minha sugestão é pensar que a democracia é um processo em constante evolução. Antes de tudo, temos de deixar de pensar que o simples ato de votar nos torna democráticos.

O senhor defende a ideia de que todo regime político deve ser avaliado com base em dois critérios, a eficiência e a legitimidade. Conforme esses critérios, como fica a democracia?

A democracia sempre foi o melhor dos sistemas também porque estabelece um equilíbrio entre esses dois pontos. A eficiência se refere à capacidade de um regime de fazer valer a sua vontade. A legitimidade, por sua vez, tem a ver com o apoio a esse regime. Normalmente, quando um sobe, o outro desce. Uma ditadura, por exemplo, tem mais eficiência porque é capaz de impor sua vontade, mas não tem legitimidade. Infelizmente, o que ocorre agora é que estamos enfrentando uma situação muito pouco usual: há uma crise tanto na legitimidade quanto na eficiência do regime democrático. Acredito que, na Europa, 2016 poderá ser o ano mais perigoso desde 1933, quando o nazismo chegou ao poder na Alemanha, por meio de eleições.

Por quê?

Porque existe uma combinação paradoxal e explosiva. Por um lado, o cidadão nunca esteve tão engajado na política, até porque ele pode dar opiniões e ser ouvido como nunca, por meio de sua página no Facebook, por outro lado, ele tem uma enorme desconfiança dos instrumentos democráticos. Basicamente, as pessoas estão interessadas em política e poder, mas consideram idiotas aqueles eleitos para tomar conta do seu interesse. Também não nos damos conta de como é frágil a situação da democracia e como estamos próximos do perigo de 1933, ano da ascensão de Hitler. O que quero dizer é que estamos mais perto do que jamais estivemos de repetir um erro colossal como o de alçar ao poder, por meio das eleições, alguém que acabe por solapar a própria democracia. ●

David van Reybrouck: historiador

Artigo publicado na Revista Veja no dia 28 de setembro de 2016

A trilha sonora do universo: 'Sons que tocam desde o Big Bang, e hoje podemos gravar', diz física

Janna Levin



Mantida em segredo até este ano, uma inédita sinfonia foi captada nos céus: a colisão entre dois buracos negros, o mais poderoso evento desde o Big Bang, e que inaugura uma nova etapa na ciência. Agora podemos explorar o universo pelo som, e não só pela luz. A astrofísica norte-americana Janna Levin acompanhou os autores da descoberta – três cientistas que podem ganhar o prêmio Nobel de Física nesta terça-feira – e lançou um livro sobre o impacto da revelação. *“Começamos agora a gravar uma música complicada, que soa desde a origem dos tempos. É um momento tão decisivo quanto aquele em que Galileu apontou seu telescópio ao céu: ele não sabia o que podia encontrar”.*

Algumas descobertas da ciência separam um antes de um depois. Foi assim com a Teoria da Relatividade de Albert Einstein, há um século. Nesta terça-feira, o prêmio Nobel de Física será anunciado em Estocolmo. Se os ganhadores forem Rainer Weiss, do Instituto de Tecnologia Massachusetts (MIT), Kip Thorne e Ronald Drever, do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), um público maior vai despertar para o marco científico que acabamos de atravessar.

Em fevereiro deste ano, cientistas do projeto Ligo (Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferometria a Laser) revelaram ao mundo, que, pela primeira vez na história, foi registrada uma colisão cósmica de dois buracos negros, confirmando a existência das ondas gravitacionais primeiro mencionadas por Einstein em 1916. É difícil superestimar a importância da descoberta. Abriu-se a

porta para a exploração do universo pelo som. Tudo o que o homem observou até hoje foi através da luz e corresponde a menos de 5% do universo, o resto do cosmos é composto de matéria ou energia na escuridão.

A captura da colisão de buracos negros – eles são produto do colapso de estrelas – foi precedida por cinco décadas de imaginação científica, derrotas, destruição de reputações e perseverança. Sobreviveu à bitola de burocratas de Washington que tentaram matar o projeto, como mataram o Acelerador de Partículas, em 1993.

Uma placa discreta anuncia “Pioneer Works” (“Trabalhos Pioneiros”) numa antiga fundição do século XIX, na beira do East River, no Brooklyn. O local reúne artistas contemporâneos, cientistas, profissionais de mídia. No terceiro andar, encontro a elétrica Janna Levin, professora de Física e Astronomia do Barnard College da Universidade de Columbia. Levin é autora premiada de *A Música do Universo: Ondas Gravitacionais e a Maior Descoberta Científica dos Últimos Cem Anos* (Companhia das Letras), recém-lançado no Brasil. É também autora de um celebrado livro de ficção sobre ciência, *Um Louco Sonha a Máquina Universal*, e se tornou, sem prever, a narradora do marco que estaria por vir.

Depois de passar dois anos seguindo o projeto Ligo e conhecendo seus cientistas, Levin foi surpreendida pelo que previu no primeiro parágrafo do livro. A nova trilha sonora do universo foi captada no dia 14 de setembro de 2015 e mantida em segredo até fevereiro passado. Semanas depois da gravação, Levin recebeu um e-mail confidencial sobre a descoberta, assinado pelo trio de físicos do Ligo, a tempo de escrever o epílogo do livro.

Construído a partir dos anos 1990, o projeto Ligo, com dois locais, nos Estados de Lousiana e Washington, é o mais sofisticado laboratório de detecção de ondas gravitacionais. Curiosamente, o equipamento estava inativo para ser atualizado, em setembro de 2015, quando, lembra Weiss, “minha mulher me disse que eu tinha de ir para casa”. No intervalo de uma hora em que as máquinas não foram perturbadas, elas gravaram o evento cósmico. A seguir, a

entrevista exclusiva de Janna Levin ao Aliás.

O manuscrito do seu livro já estava completo quando recebeu a notícia, ainda confidencial, sobre a colisão dos buracos negros.

No começo, eu ia escrever um livro sobre buracos negros porque é o que estudo há anos, é o meu campo. Mas eu me distraí com as histórias que comecei a ouvir. Sou muito teórica, meu trabalho é fazer cálculos. Fiquei impressionada com a confiança dos experimentalistas, sua capacidade de construir aquele instrumento. A fisicalidade do instrumento me atraiu e fui seduzida pelo Ligo. Então mudei o livro e passei a escrever uma história mais parecida com escalar o Monte Everest. Neste sentido, não importa se o leitor é cientista ou não, todos compreendem a ambição de conquistar algo que nunca foi feito antes, mesmo quando tantos são contra ou quando não há certeza de chegar lá.

Alguns destacaram a precisão de certas previsões feitas no livro.

Sem saber de nada, imprimi as duas cópias do primeiro manuscrito – no dia em que descobriram a colisão! Uma cópia era para Rei Weiss, outra para Kip Thorn, dois dos arquitetos do projeto. Queria que eles apontassem qualquer possível erro. Abro o livro dizendo o seguinte: “Em algum lugar do universo, dois buracos negros colidem – pesados como estrelas, pequenos como cidades, literalmente buracos (espaços vazios) negros (com total ausência de luz)”. Um terceiro cientista da equipe do Ligo recebeu o manuscrito enquanto ainda guardavam o segredo e disse que ficou arrepiado. Não que eu tivesse feito a previsão sozinha, claro, mas talvez tenha sido um pouco mais otimista. Muitos pensavam que a colisão seria uma das últimas descobertas, a primeira seriam estrelas de nêutrons, os pulsares, estrelas que explodem. Já sabemos que elas existem, são vistas na nossa galáxia e acreditamos que estão em outras, a uma distância cosmológica.

Por que é tão importante explorar o universo por meio do som e não da luz?

Este evento detectado, a colisão dos dois buracos negros, foi o mais poderoso desde que detectaram o Big Bang, mais poderoso do que todas as estrelas do universo observado, combinadas. Mas nada é produzido como luz, o fenômeno é escuro. Então, temos toda a energia para cercar o espaço-tempo – imagine um percussionista sentado no escuro, batendo num tambor com toda força, mas você não pode ver seus gestos. Se você não conseguir ouvir o som que ele produz, ignora que o evento ocorreu. Pense também no corpo de uma guitarra elétrica. Só quando ela está ligada a um amplificador ouvimos o som de suas cordas, e o Ligo é o que nos permite registrar o som de um evento para saber que ele existiu, já que nossos ouvidos não podem detectá-lo.

Por que especula que Ligo é comparável, em importância, ao momento em que Galileu apontou seu telescópio primitivo para o “nosso quintal astronômico”, em 1610?

O tempo vai nos dizer se isto é verdade. Galileu começou procurando o que sabia existir – o sol, a lua, os planetas. Descobriu que a lua não era uma esfera platônica perfeita, portanto não era “celestial”, no conceito de seu tempo. Ele entendeu que não éramos o centro do sistema solar, fez descobertas extraordinárias. Acho que os primeiros anos do Ligo vão ser extraordinários, descobrimos o primeiro par de buracos negros e são muito maiores do que esperávamos, o que oferece toda uma área para questionamento. Começamos com algo que esperávamos, e as descobertas vão redirecionando nossas mentes. Se há toda uma trilha sonora muito complexa no universo, criada pelo big bang, pela colisão de estrelas de nêutrons, pela explosão de estrelas, e fenômenos sobre os quais ainda não refletimos, vamos gravar esta trilha sonora complicada lá em cima, e acho que alguns eventos não serão reconhecidos. Vou inventar um cenário para dar uma ideia das possibilidades: galáxias inteiras compostas de matéria escura. Acredito que estamos apenas no começo. Pense nisso: tudo o que observamos visualmente até hoje é menos de 5% do universo porque o resto está na escuridão. Do resto, cerca de 23% é matéria escura, não sabemos o que é, porque não emite luz. E os outros 72% são energia escura, uma forma de energia que nunca vimos antes, mas não se compõe como

matéria; pensamos que não é feita de partículas. Poderá ser energia em espaço vazio, presa em campos gravitacionais.

Há uma passagem em que narra a ligação recebida por Weiss do Instituto Max Planck, na Alemanha. Eles já estavam avançando a pesquisa de Weiss, que a Fundação Nacional de Ciência dos EUA tinha se recusado a financiar.

Em ciência é assim: você não pode deter os outros, eles tinham o financiamento, eram engenheiros brilhantes e merecem crédito pelo seu trabalho nos protótipos. Mas a ideia foi de Weiss, ele estava construindo seu protótipo mambembe no *campus* do MIT, seus colegas não acreditavam que os buracos negros existiam, ou que as ondas gravitacionais fossem reais e viviam dizendo a ele que não seria efetivado na cátedra. Ele preenchia propostas de bolsas que eram recusadas, os outros que leram as propostas já estavam trabalhando em suas ideias.

O próprio Einstein duvidou, mesmo anos depois de falar sobre ondas gravitacionais.

Sim, ele hesitou durante décadas. Em 1916, quando primeiro escreveu sobre a teoria das curvas no espaço-tempo, ele disse que o tópico mais importante, a seguir, era determinar se ondas gravitacionais existiam. No começo dos anos 1970, Kip Thorn se disse convencido de que as ondas gravitacionais existiam, mas não encontrou apoio na comunidade científica.

O seu livro trata da solidão da mente científica.

Sim, é um tema presente nos meus três livros. E, com questões políticas e rivalidades, seria totalmente plausível o projeto Ligo nunca ter existido. Ele foi em frente graças à intervenção firme de indivíduos. Barry Barish, físico de partículas, da Caltech (Instituto de Tecnologia da Califórnia) e segundo diretor do Ligo, é um exemplo. Ele é o maior líder de projetos científicos de larga escala que conheço.

Todos os grandes astrofísicos foram, de alguma forma, sonhadores. Como viu esta qualidade em Weiss, Thorn e

Drever?

Os três são sonhadores, mas com importantes diferenças individuais. Weiss é o mais prático, queria levar o projeto a cabo e colocou seu ego de lado, ainda que fosse doloroso. Já com mais de 80 anos, ela estava andando pelas bobinas de aço do Ligo, procurando vermes que prejudicavam o equipamento. Kip Thorn é um sonhador disciplinado. O que ele mais quer da vida é sentar sozinho ao ar livre e pensar. É uma mente matemática brilhante que evita especular, suas formulações são impecáveis. Talvez Ron Drever seja o mais sonhador, ele fazia composições experimentais, suas associações visuais eram fora deste mundo; as pessoas tinham dificuldade de acompanhar sua intuição. Ele pensava em imagens, não com símbolos matemáticos. Via o que os outros não viam.

Como se sente como cientista num ano em que Trump, candidato com chances de chegar à Casa Branca se refere ao aquecimento do planeta como uma invenção dos chineses?

Acho que me horroriza mais como cidadã. É difícil processar, queremos acreditar que sempre nos movemos em direção ao progresso e estamos agora ouvindo retórica dos anos 1930. É de arrepiar. Há um ano, achávamos engraçado, agora não tem graça nenhuma. Como cientista, é assustador, porque vemos o desrespeito pelo pensamento crítico ou pela verdade. Trump não tem a menor capacidade de reconhecer erros. A maior ferramenta de um cientista é a capacidade de dizer, errei. O dia em que um cientista prefere estar certo a reconhecer algo real que é externo é o dia em que ele morre como cientista.

Se eu fosse uma senadora evangélica do cinturão da Bíblia no Sul, com poder de vetar fundos para ciência e acreditasse que o planeta só tem cinco mil anos, como tentaria me convencer a continuar a financiar um projeto que já custa US \$1 bilhão?

Eu não acredito que é possível olhar para o céu sem se maravilhar. O universo é algo que nos une, estamos todos sob o mesmo céu, não importa se você está em Alepo, na Síria, ou aqui no Brooklyn, é a

REFLEXÕES XXII

origem da nossa espécie. Mas, se a pessoa quer ser prática, aqui vai: lutar para financiar esta pesquisa é criar empregos. Todo tipo de avanço tecnológico virá da obsessão dos cientistas. Não sou experimentalista, sou teórica, mas posso esperar avanços na área de óptica quântica e *design* de *laser* que têm tremendo impacto sobre indústrias. Desde a manutenção dos laboratórios, é preciso entender que os orçamentos aprovados não vão para o bolso de um punhado de cientistas. Eles criam empregos. A Índia já se ofereceu para ser o terceiro local do Ligo. Originalmente, seria a Austrália, mas o governo caiu fora e agora, depois dos resultados, devem estar arrependidos. ●

Janna Levin: astrofísica norte-americana.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 2 de outubro de 2016

Os dilemas éticos do novo livro de Gay Talese, sobre dono de hotel que espiona sexo dos hóspedes

Eugênio Bucci



Em obra sobre dono de hotel que espiona a vida sexual dos hóspedes, o célebre jornalista norte-americano Gay Talese se indaga: “*Eu me tornei cúmplice de um projeto repugnante?*” Ou a repulsa deve ser do personagem, mentiroso compulsivo que vê no voyeurismo “*um estado natural do homem?*”

Somos a primeira civilização que pode julgar-se autorizada por seus aparelhos a acreditar em seus olhos.

“*O voyeurismo é um estado natural de ser*”, declara Gerald Foos. “*Esse desejo está presente em todos os homens.*” Ele entende do assunto. Casado, pai de dois filhos; é um praticante do esporte, um fanático, um viciado, a ponto de ter comprado um hotel inteiro só para si – e, nesse hotel, realizou sem restrições o seu “desejo natural”. Seus fregueses eram suas presas. Foos abriu pequenas frestas de ventilação no teto dos quartos e, através delas, dedicou horas seguidas, dias seguidos, anos seguidos, a espiar as intimidades sexuais dos hóspedes. Deitado no forro, ouviu as conversas, respirou os cheiros e contemplou os corpos que se contorciam dois metros abaixo de seus olhos. Às vezes se masturbava durante o espetáculo. Outras vezes, não. Depois, ou mesmo durante, escrevia relatos caprichados. E não só. Com base nas notas que tomava, tabulava estatísticas, fazia classificações, registrava as mudanças que, de um ano para outro, verificava nos padrões das conjunções carnavais. Mais lesbianismo aqui. Mais relações “inter-raciais” lá. O sexo grupal se alastrou por isso e mais aquilo. O incesto mais comum é entre irmãos.

Sim, estamos falando de um tipo deveras esquisito, talvez repulsivo,

REFLEXÕES XXII

e nada crível. Tão improvável que, mesmo como personagem de ficção, seria pouco plausível.

Há *voyeurs* mais convincentes na literatura e no cinema. As plateias brasileiras viram, lá se vão mais de 20 anos, o *thriller* *Invasão de Privacidade* (filme de 1993, dirigido por Phillip Noyce, baseado no romance homônimo de Joe Eszterhas). William Baldwin interpreta o dono de um prédio residencial que mandou instalar câmeras ocultas em todos os apartamentos. Era um alucinado, por certo, mas conseguia despertar a cumplicidade do público, ao menos em parte. No pôster do filme, uma frase promocional – “You like to watch” (“Você gosta de olhar”) – interpelava o espectador como quem dizia “Eu sei o que você adora, pode confessar”. Também no pôster, o *voyeurismo* era anunciado como uma paixão “natural”, muito embora inconfessável.

Voltando a Gerald Foos, ele é menos provável, bem menos provável que o vilão carismático de *Invasão de Privacidade*. Ninguém embarcaria numa trama fictícia que trouxesse Gerald Foos como protagonista. Sua falta de charme desencoraja qualquer identificação. Ele usa bigode, óculos de aros metálicos e, na reta dos 30 para os 40 anos, carrega uma pança rechonchuda. Seu maior problema é o caráter, que tem um pé em cada canoa, e sua personalidade discrepante, suas pulsões meio estrábicas, divergentes, tão antagônicas ficam inverossímeis. Ao mesmo tempo em que viola as regras mais básicas da convivência em comunidade com seus olhos criminosos, escreve relatos politicamente corretos sobre homossexualidade feminina (“os únicos casais que parecem gostar de agradar um ao outro na cama e ter a paciência e o desejo de dar orgasmos uns aos outros são compostos por lésbicas”), enuncia conselhos conjugais sobre quem não investe nas preliminares (“é provável que o casal venha a ficar para sempre entrincheirado nessa confusão e ignorância”) e chega a ser moralista quando amaldiçoa a televisão (“nós nos tornamos um país de maníacos por TV e dependemos desse meio para suprir todas as nossas necessidades emocionais”).

Você pode argumentar que todo ser humano é contraditório ou mesmo “complexo”, para usar a palavra curinga, mas, em Gerald

REFLEXÕES XXII

Foos, pode apostar, as contradições e as complexidades só o tornam inconsistente e sem graça. Se ele fosse um personagem literário, não pararia de pé.

Acontece que ele não é. Gerald Foos existe, em carne e osso, com suas manias constrangedoras e suas filosofias sobre “o *voyeurismo* como um estado natural”. Existe e tem testemunhas. O jornalista americano Gay Talese, autor de reportagens e livros que se tornaram clássicos (Frank Sinatra está Resfriado e O Reino e o Poder, para ficarmos em apenas dois), um autor cuja credibilidade e cujo talento lhe rendem copiosos milhões de dólares, garante que conheceu Gerald Foos pessoalmente, que subiu com ele ao teto de seu motel em Aurora e que, agachado lá em cima, meio de joelhos, meio de quatro, viu um casal praticando aqueles contorcionismos a que as pessoas se entregam quando acreditam que estão a sós. Pior que isso: Gay Talese confessa que acreditou nas histórias de seu entrevistado, de quem leu todas as anotações, tanto que publicou um livro inteiro com a história dele.



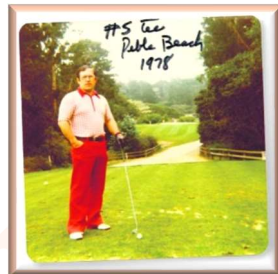
O *Voyeur*, lançado há três meses nos Estados Unidos, está chegando agora às livrarias brasileiras – e mais não conto porque, se você leu esta resenha até aqui, é candidatíssimo a ler o livro, e eu é que não vou estragar as (muitas) surpresas.

É bem verdade que o próprio Talese, do alto de sua tarimba consagrada, ficou em dúvida muitas vezes sobre as inconsistências de Foos. “Um homem desse tipo poderia ser uma fonte confiável?”, pensou Talese em janeiro de 1980, pouco depois de ler uma carta que recebera do sujeito, apresentando-se candidamente como um *voyeur*. Informado de que Talese preparava um livro sobre a sexualidade nos Estados Unidos, *A mulher do Próximo*, Gerald Foos achou que o famoso jornalista poderia se interessar por suas aventuras secretas. Isso mesmo, secretas – embora tivesse mandado uma carta revelando seu segredo ao repórter, o *voyeur* do Colorado não queria se expor publicamente. Tinha planos de tornar a sua

REFLEXÕES XXII

história conhecida, mas com uma condição: a sua própria identidade nunca poderia ser aberta. Como Talese se recusa a escrever reportagens com nomes falsos, os planos do dono do motel tiveram de esperar. O livro só começou a ser feito quando, muito tempo depois, Foos mudou de ideia e aceitou ser nomeado.

Entre 1980 e 2016, muitas cartas e entrevistas se sucederam entre os dois. Gay Talese sempre manteve um pé atrás. Não aprovava o vício do outro. E também não acreditava muito nele. Lá pelas tantas, o jornalista se pergunta: *“Eu me tornara cúmplice do seu estranho e repugnante projeto?”* Mais adiante, chama seu personagem de “um mestre da enganação”.



Em mais de uma passagem, o autor expõe suas hesitações. *“Ao longo das décadas decorridas desde que nos conhecemos, em 1980, eu notara várias inconsistências em sua história: por exemplo, as primeiras anotações no ‘Diário do Voyeur’ estão datadas de 1966, mas a escritura de venda do [HOTEL] Manor House, que obtive recentemente do secretário do Condado de Arapahoe e do Registro de Imóveis, mostra que ele comprou o motel em 1969. E há outras datas em suas notas e diários que não batem. Não tenho nenhuma dúvida de que Foos era um voyeur épico, mas às vezes podia ser um narrador impreciso e não confiável. Não posso garantir a autenticidade de todos os detalhes que ele narra em seu manuscrito.”*

Para complicar um pouco mais a aflição do repórter, veio um aborrecimento adicional. O *Voyeur* já era um dos lançamentos mais esperados do ano. Em abril, a revista *The New Yorker* publicou um excerto em primeira mão, preparando o lançamento agendado para o dia 12 de julho. Então, duas semanas antes de o livro chegar às livrarias, um artigo do *Washington Post* contou que Gerald Foos vendera seu hotel em 1980 – e uma das cenas de *voyeurismo* registrada no livro é posterior a essa data. A notícia abalou a já rarefeita confiabilidade do personagem. Gay Talese deixou escapar que não participaria dos eventos de promoção da obra e o clima pesou.

REFLEXÕES XXII

Depois, mais calmo, Talese encarou normalmente o seu *road show*, disse que, se necessário, corrigirá “alguns detalhes nas próximas edições”. A polêmica esfriou e tinha mesmo que esfriar. Obras de autores célebres como Richard Kapuscinski e Truman Capote sofrem até hoje contestações bem mais graves e nem por isso perdem a vitalidade. O detalhe da data da venda do motel, ainda que seja chato a não mais poder, não fere o nervo de O Voyeur.



O protagonista mente, sim, mas sua enganação maior não está na cronologia. As maiores mentiras estão em seus relatos escritos, fartamente reproduzidos no livro. Ele mente em seus juízos de valor moralistas, em suas justificativas opacas, e também mente no seu modo de escrever com alguma concatenação (Talese não conta como seu personagem aprendeu a escrever daquele modo) e sem nenhum pensamento que preste.

Sua grande mentira é ver no *voyeurismo* um “estado natural”, uma pulsão da natureza, e não uma afecção da civilização do olhar, em que as imagens respondem pelo estatuto mais alto da verdade. Ora, acreditar no que vemos é acreditar em mentiras, como Platão tentou ensinar com o seu mito da caverna. Se Gerald Foos mente para todos nós – e não há dúvida de que ele mente, e muito –, isso não o faz menos verdadeiro como o sintoma acabado de uma civilização inteira que se sente autorizada a acreditar em seus olhos, certa de que o nervo óptico seria o caminho da verdade.

Gerald Foos é improvável. Impossível. Se você não acredita, terá de ler para crer. Ele é tão fanático que escreve em seu diário: “*A única maneira de nossa sociedade alcançar a estabilidade sexual e a saúde mental adequadas, que são requisitos incontestáveis para a maturidade, é saber a verdade sobre o que as pessoas estão de fato fazendo na privacidade de seus quartos*”.

É claro que não conheceu Nelson Rodrigues, que ensinou o contrário: “*Se todos conhecessem a intimidade sexual uns dos outros,*

REFLEXÕES XXII

ninguém cumprimentava ninguém”. O voyeur de Aurora não entendeu que, sem uma folha de parreira para cobrir suas vergonhas, não haveria humanidade. Ele, como tantos outros, segue prisioneiro do poder de seus olhos, sem enxergar um palmo abaixo do teto em que se deita de bruços. ●

Eugênio Bucci: jornalista brasileiro. É professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, onde dá aulas de graduação e pós-graduação. É conselheiro do Instituto de Estudos Avançados, da mesma universidade.

Publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de outubro de 2016

Cidades em guerra: como o 'urbanismo militar' está mudando o desenho urbano das metrópoles

Stephen Graham



O medo de atentados e distúrbios civis mudou o desenho dos centros urbanos. Há menos árvores, traçados de ruas que ignoram a história, câmeras em todo lugar. *“O centro de Manhattan hoje não é tão diferente da fortificada Zona Verde de Bagdá”*, resume o geógrafo inglês Stephen Graham, autor do conceito de urbanismo militar. *“As cidades têm hoje aparatos de controle típicos de zonas de combate. Mas com uma questão fundamental: o inimigo já não vive a milhares de quilômetros de distância. Pode ser um*

de nós”

Pouco mais de 15 anos depois de dois aviões atingirem as torres do World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001, o professor de arquitetura e planejamento da Universidade de Newcastle, Stephen Graham, está convencido de que Nova York se parece mais com Bagdá hoje do que antes dos ataques terroristas que moldaram esse início de século.

Titular da cadeira Cidades e Sociedades, Graham defende a tese de que as doutrinas militares usadas para controlar cidades em guerra, como a capital iraquiana, se tornaram um modelo para as forças de segurança das metrópoles ocidentais. *“Os métodos de controle, os equipamentos, a tecnologia e mesmo a doutrina militar usada em áreas urbanas de combate têm sido implantados amplamente nas nossas cidades”*, diz. *“O centro de Manhattan não é tão diferente da Zona Verde de Bagdá.”*

Autor do livro *Cidades Sitiadas: o Novo Urbanismo Militar* (Boitempo), recém-lançado no Brasil, Graham expõe essa tendência com preocupação. O assassinato de Keith Lamont Scott, mais um

negro desarmado morto pela polícia, em Charlotte, no estado americano da Carolina do Norte, em meados de setembro, e o uso de agentes infiltrados pelo Exército no Brasil, como o ocorrido em São Paulo no final de agosto, são exemplos desse tipo de mentalidade militar nas cidades, na opinião de Graham. *“As polícias têm reforçado a ideia de que certos grupos sociais, raciais ou étnicos são os inimigos em uma guerra.”*

Em um livro repleto de exemplos, Graham demonstra como o uso de equipamentos de combate vem crescendo no patrulhamento das grandes cidades. *“Veículos que foram usados no Iraque e no Afeganistão estão sendo empregados pelas polícias americanas, assim como drones e sistemas de vigilância.”* Ele aponta a tendência de exagerar a ideia de proteção não só na estrutura física das cidades (menos árvores em espaços abertos, traçado de ruas que desconsideram aspectos históricos e até o formato de postes e lixeiras), mas também de forma simbólica, quando usamos o termo “guerra” para descrever problemas urbanos (“guerra às drogas, ao crime, ao terror”).

Nesta entrevista ao Aliás, Graham fala sobre os impactos de uma sociedade civil controlada por uma lógica cada vez mais militarizada.

O que o sr. chama de novo militarismo urbano?

Até a Guerra Fria, o campo de batalha estava distante, geralmente em vastos campos abertos. Com o mundo cada vez mais urbano, agora as guerras estão sendo travadas dentro das cidades e não só em países distantes. Nas últimas duas décadas, tanto as forças militares quanto as forças de segurança domésticas estão usando aparatos, que antes eram utilizados apenas nos campos de batalha, para controlar e dominar ambiente urbanos. É algo diferente. E novo. As tecnologias usadas na Guerra Fria, como mísseis de longo alcance, sistemas de interceptação por satélites, já não fazem mais sentido. E há uma questão fundamental nisso: o inimigo já não vive a milhares de quilômetros de distância.

O sr. poderia dar exemplos concretos disso?

Os exemplos estão muito presentes. Os grandes eventos esportivos

mundiais, como as Olimpíadas, se tornaram altamente militarizados, com equipamentos e tecnologia, e também com pessoal. Em Londres, foram mais de 13 mil militares. As polícias civis estão se militarizando também. Em Ferguson, a resposta da polícia aos protestos contra a morte de negros desarmados foi dada com veículos que haviam acabado de voltar do Iraque. Os *drones*, usados nas campanhas iraquianas e do Afeganistão, já estão presentes nas cidades. Por último, podemos notar como a França respondeu aos recentes ataques terroristas declarando estado de emergência, com soldados patrulhando as ruas.

O sr. esteve no Brasil. Viu exemplos disso aqui?

O exemplo mais claro desse fenômeno no Brasil para mim são as Unidades de Polícia Pacificadora, implantadas nas favelas do Rio de Janeiro. Trata-se de uma mobilização militar interna em larga escala com o objetivo de “pacificar” as favelas. Há uma questão essencial, e extremamente política, na definição de quem são os novos inimigos nesse ambiente. Refiro-me à política porque a história do policiamento das cidades sempre foi baseada em uma moral geográfica de que as pessoas teoricamente mais vulneráveis precisavam ser protegidas por segmentos da sociedade “mais civilizados”. É uma questão antiga. Nesta nova fase, estamos vendo isso de forma mais aguda e violenta. Nos Estados Unidos com os negros, na França com os imigrantes árabes, ou no Brasil, com os favelados. Quando o Estado e a polícia começam a ver como alvos determinadas áreas, raças ou classes é muito fácil que eles comecem a ver essa mesma população como um inimigo, no sentido militar da palavra.

Foi o que aconteceu em Charlotte e em outros casos de negros desarmados mortos pela polícia dos EUA?

Sim, claramente. Há outros exemplos. Os protestos, como em Charlotte, ou nos encontros do G20, ou no Brasil, têm sido enfrentados pela polícia com incrível violência, com soldados armados como Robocops e



atuando sem controle. Há uma retaliação política nessas ações policiais. Há uma corrente de pensamento antiurbano de extrema direita, quase fascista mesmo, de que pessoas de determinadas classes ou áreas da cidade não têm direitos constitucionais, onde as mesmas leis não se aplicam como aos outros cidadãos.

Essa maneira de tratar as populações mais pobres e periféricas não é nova. O que há de diferente agora?

O novo militarismo urbano se utiliza de forma muito direta de antigas tradições, como a de usar a geografia das cidades para deixar as populações mais pobres distantes das mais ricas. O que estamos percebendo agora, no entanto, é que as cidades ocidentais, longe das zonas de guerra, estão recebendo um imenso aparato de controle, vigilância e repressão típicos de zonas de combate. Veículos militares são usados pela polícia, sistemas de identificação biométricos são instalados em áreas civis, helicópteros de combate enfrentando crimes comuns, além de *drones*. As cidades ocidentais estão cada vez mais parecidas com cidades em guerra.

No livro, o sr. compara Nova York a zonas de combate.

A região em torno de Wall Street e do centro de Manhattan se tornou uma área de defesa militar. Há um *design* mais amigável, não há a brutalidade estética. Mas não há uma diferença tão grande da fortificada Zona Verde de Bagdá em termos de segurança. É uma cidade mais parecida com Bagdá do que há 20 anos. As pessoas podem não saber, mas todos que passam por ali são monitorados o tempo todo, há um sistema militar de controle e segurança em ação naquela região.

Os desafios de segurança mudaram também, o sr. não concorda?

Sim, e eu concordo que ataques terroristas precisam ser vistos como atos de guerra. E também acho que temos que ter respostas robustas e eficazes ao terrorismo islâmico, a outras formas de extremismo e ao crime de forma geral. Mas, quando começamos a fazer a segurança e o policiamento das cidades como se estivéssemos em guerra, os direitos mais básicos dos cidadãos são

duramente ameaçados. Há um processo de criminalizar os direitos mais básicos da democracia, como o de protestar, se reunir ou classificar alguns grupos como potenciais inimigos de forma generalizada. Isso é preocupante. Esse processo se intensificou após o 11 de Setembro. Mas ele já existia antes, e não é uma criação exclusiva da indústria bélica americana ou israelense, grandes beneficiários desse modelo.

No Brasil, o Exército infiltrou um capitão em um grupo de jovens, numa operação que ainda não foi explicada. Acredita que esse tipo de ação vai se tornar mais comum?

Na Inglaterra, a paranoia com o terrorismo permitiu que as forças de segurança criminalizassem de maneira inédita os movimentos sociais e muitos são considerados como “extremistas domésticos”. Grupos contra aquecimento global, grupos antibélicos, enfim, um grande leque de movimentos está sendo alvo de infiltrações de forças de segurança. Muitas vezes esses policiais disfarçados têm adotado estratégias de cunho sexual para se tornarem parceiros de seus investigados e assim ter mais acesso. Há casos de policiais infiltrados que tiveram filhos com integrantes de grupos sociais.

No Brasil e na América Latina, não há tensões coloniais ou migratórias, como na Europa ou nos EUA. O sr. acredita que sua tese também se aplica aqui?

O processo é o mesmo. A guerra às drogas como um todo é um processo de militarização importante dos centros urbanos da América Latina. Nos Estados Unidos, a guerra às drogas levou a um processo de militarização inédito. Os primeiros times da *Swat* e a primeira vez que helicópteros foram usados de forma militar nas ruas americanas aconteceram nesse contexto. (Os primeiros times da *Swat* foram criados em Los Angeles depois de uma série de distúrbios raciais na década de 1960 e se popularizaram a partir dos anos 1980 no governo de Ronald Reagan, com a implantação do programa de Guerra às Drogas.)

Quem se beneficia desse fenômeno?

É muito interessante visitar as feiras de segurança que acontecem

com regularidade em todos os países do mundo, organizadas pelas empresas bélicas. Elas crescem tanto porque realmente não há limites para o que você pode securitizar em uma cidade. Não há limite para sensores, câmeras, sistemas de vigilância. Com a ideia de inimigos tão diversos e tão próximos, sempre haverá necessidade de ampliar a segurança. As empresas vendem soluções militares milagrosas para problemas que são sociais, não militares. Atuam sobre os efeitos dos problemas, não sobre as causas. Enquanto isso, as cidades crescem com espaços abertos com menos árvores, traçados de ruas que desconsideram aspectos históricos, sempre com o objetivo de vigiar.

Como o sr. vê essa situação nos próximos anos?

Não acredito que isso vá mudar em curto prazo. O grande desafio será encontrar soluções não militares, que não imponham a ideia de que estamos em guerra o tempo todo, para problemas que sempre surgirão nas áreas cada vez mais urbanizadas. ●

Stephen Graham: professor de arquitetura e planejamento da Universidade de Newcastle.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de outubro de 2016

Trump e os limites da democracia

Andrew Sullivan



Por que os Estados Unidos se tornaram um terreno fértil para a tirania

Chamar isso de fascismo não faz justiça ao fascismo. O fascismo tinha uma ideologia e uma coerência que Trump não tem. Mas seu movimento é claramente fascista na demonização dos estrangeiros – muçulmanos e mexicanos são os novos judeus.

O modo como a presente – e distópica – campanha eleitoral pela Presidência dos

Estados Unidos tem se processado me faz recordar com frequência uma passagem de *A República*, de Platão. É um trecho que me perturbou e me surpreendeu desde a primeira vez em que o li, na pós-graduação. Faz parte do diálogo entre Sócrates e seus amigos sobre a natureza dos diferentes sistemas políticos – sobre o modo como esses sistemas mudam ao longo do tempo, e como alguns deles podem lentamente acabar se transformando em outros. Na conversa, Sócrates se mostra bastante assertivo acerca de um ponto preocupante. “*É provavelmente a partir da democracia, e de nenhum outro regime, que a tirania se estabelece*”, ele afirma. O que Platão quis dizer com isso?

Para o filósofo grego, a democracia, como vim a descobrir mais tarde, é o sistema político de máxima liberdade e igualdade, no qual todos os estilos de vida são permitidos, e os cargos públicos são preenchidos por sorteio. Quanto mais tempo durar uma democracia, afirma Platão, mais democrática ela se tornará. Suas liberdades, com o tempo, se multiplicariam; e a igualdade se difundiria cada vez mais. A deferência a qualquer tipo de autoridade ruiria; a tolerância a qualquer tipo de desigualdade ficaria sob intensa ameaça; o multiculturalismo e a liberdade sexual criariam uma cidade ou um país que seriam como “*um manto multicolorido, decorado com os mais variados matizes*”.

REFLEXÕES XXII

Esse Estado que é como uma bandeira do arco-íris, argumenta Platão, é, para muita gente, o mais justo dos regimes. É preciso ter tido a experiência dessa liberdade, própria à democracia, para acreditar que ela é realmente possível – um regime em que a ignomínia¹³ e o privilégio com o tempo se tornam anátema¹⁴. Mas esse é também um regime essencialmente instável. À medida que a autoridade das elites se esvai, que os valores tradicionais cedem aos valores das massas, as visões de mundo e as identidades das pessoas podem terminar por se tornar tão diversas que acabam se tornando incapazes de compartilhar qualquer tipo de pertencimento e identificação. Quando todas as barreiras à igualdade, formais e informais, foram retiradas; quando todos são iguais; quando as elites são desprezadas e se estabelece a plena licença de cada um fazer “o que quiser”, atinge-se então o que se poderia chamar de estágio final da democracia. A essa altura já não há subserviência à autoridade, e muito menos à experiência política ou à competência política.

Os muito ricos passam a ser atacados, uma vez que a desigualdade é cada vez mais intolerável. O patriarcado também é desmantelado: *“Quase nos esquecemos de mencionar a extensão da lei da igualdade e da liberdade nas relações das mulheres com os homens e dos homens com as mulheres”*, escreve Platão, descrevendo a democracia. As hierarquias familiares são invertidas: *“Um pai se habitua a ser como seu filho e a temer seus filhos, e um filho se habitua a ser como seu pai e a não ter vergonha nem medo dos pais.”* Nas salas de aula, *“enquanto o professor [...] tem medo dos alunos e trata de adúlá-los, os alunos fazem pouco dos professores”*. Os animais são considerados iguais aos seres humanos; os ricos andam à vontade nas ruas em meio aos pobres e tentam se misturar a eles. O estrangeiro é igual ao cidadão.

É quando uma democracia amadurece assim plenamente, diz Platão, que muitas vezes surge um aspirante a tirano e tira proveito do sistema político. Em geral ele provém da elite, mas tem uma

¹³ **Ignomínia:** grande desonra infligida por um julgamento público; degradação social; opróbrio.

¹⁴ **Anátema:** reprovação enérgica; condenação, repreensão, maldição, execração.

REFLEXÕES XXII

natureza em sintonia com a época – entregue a prazeres e caprichos, banqueteadando-se de comida e sexo, deleita-se com a ausência de crítica e julgamento que é a religião civil da democracia. Ele age tendo sob seu controle *“uma multidão particularmente obediente”* e acusa seus congêneres ricos de serem corruptos. Se não for detido a tempo, seu apetite por atacar os ricos em nome do povo crescerá mais e mais. Ele é um traidor da sua classe –, mas logo seus inimigos, membros da elite despojados da legitimidade popular, terão como única saída encontrar maneiras de satisfazer suas exigências, ou então se verão forçados a fugir.

Por fim resta apenas o aspirante a tirano, sozinho, prometendo acabar com a paralisia da incoerência democrática. É como se ele oferecesse aos cidadãos confusos, distraídos e autoindulgentes algum alívio contra as inesgotáveis opções e inseguranças da democracia. Ele tira proveito da revolta geral contra os excessos – *“parece que a liberdade excessiva se transforma em escravidão excessiva”* – e se oferece como resposta e solução personificada para os conflitos internos da confusão democrática. Ele promete, acima de tudo, bater de frente com as elites, cada vez mais desprezadas. O povo se entusiasma com esse líder, como uma espécie de solução – e enquanto isso a democracia, voluntária e até impetuosamente, pouco a pouco se autorrevoga.

Assim, em dezembro passado, não pude deixar de sentir certa náusea quando vi, pairando numa tela de tevê sobre as cabeças dos convidados, a imagem raivosa do rosto de Donald Trump transmitida pela Fox News, enquanto eu bebia e conversava numa festa de Natal em Washington. Meses depois, ao assistir aos frenéticos comícios de Trump, e ver como ele passou por cima de adversários políticos muito mais qualificados nos debates do Partido Republicano valendo-se de apelidos ofensivos, a náusea virou medo. E quando ele pareceu consentir na violência física como reação aceitável à discordância política, sirenes de alarme dispararam. Platão havia plantado uma preocupação torturante em minha mente, algumas décadas antes, sobre o perigo intrínseco da fase tardia da democracia. Parecia cada vez mais difícil não tomar aquela descrição como uma versão sombria do que está acontecendo

REFLEXÕES XXII

em nossa própria época, com sua hiperdemocracia – bem como reconhecer em Trump um personagem demagógico, tirânico, saído diretamente de um dos primeiros livros já escritos sobre a política.

Será, pergunto, que “o Donald” surgiu dos circos populistas da luta livre e dos tabloides nova-iorquinos, por meio do Twitter e dos *reality shows* da tevê, para provar que não apenas Platão tinha razão, mas também o quarto presidente norte-americano, James Madison, quando disse que as democracias *“sempre foram espetáculos de turbulência e discórdia [...], em geral tão breves em sua vida como violentas em sua morte”*?

Talvez Trump esteja testando a fraqueza específica da democracia – sua suscetibilidade aos demagogos – ao atravessar cada uma das barreiras que no passado tínhamos levantado justamente para impedir que uma pessoa como ele alcançasse o poder. Ou será que minha reação é exagerada?

Talvez. A náusea vai e vem, e já houve dias em que os algoritmos de notícias me asseguraram que havíamos chegado ao “pico Trump”. Mas o pico não cedeu, tampouco Trump. Após seus mais recentes triunfos nas primárias do Partido Republicano, num momento em que ele já conquistou o número suficiente de delegados para garantir a nomeação do partido, penso ser necessário superar nossos temores e enfrentar com clareza o que esta eleição já revelou sobre a fragilidade do nosso modo de vida – e a ameaça que a democracia avançada está começando a representar para si mesma.

Platão, é claro, não era vidente. Sua análise de como a democracia poderia se transformar em tirania é complexa, e mais apropriada às sociedades antigas do que à nossa (além de conter mais detalhes e reviravoltas do que posso resumir aqui). O desprezo de Platão pela vida democrática era motivado, em grande medida, pelo fato de que foi uma democracia que executou seu mestre, Sócrates. E Platão ficaria atônito, creio, ao ver como a democracia americana conseguiu prosperar nos dois últimos séculos, com uma estabilidade sem precedentes ao mesmo tempo em que acolhia um número cada vez maior de pessoas.

A democracia nos Estados Unidos continua a ser, na minha opinião,

REFLEXÕES XXII

um milagre resultante da combinação da resistência da cultura americana com a habilidade dos autores da Constituição. Não existe nenhum outro lugar onde eu preferisse viver. Mas a democracia não é imortal, nem devemos admitir que esteja imune às forças que tantas vezes a puseram em perigo ao longo da história.

A estabilidade da democracia americana se deve, em parte, ao fato de que os fundadores do país – os autores da Declaração de Independência e da Constituição – conheciam Platão bastante bem. Para proteger a democracia americana da tirania da maioria e das paixões das massas, eles levantaram grandes e pesadas barreiras entre a vontade popular e o exercício do poder. O direito ao voto foi estritamente circunscrito. Presidente e vice-presidente não deviam ser eleitos pelo voto direto popular, mas sim escolhidos por um Colégio Eleitoral, cujos representantes eram selecionados pelos estados, em geral por meio da legislatura estadual. A estrutura do Senado (com dois membros por estado) foi concebida para moderar o poder dos estados mais populosos na Câmara dos Representantes, e seu mandato de seis anos (em comparação aos dois anos no caso dos deputados) se destinava a esfriar e conter as paixões populistas temporárias. A Suprema Corte, com membros escolhidos pelo presidente e confirmados pelo Senado, era o baluarte final contra quaisquer fúrias democráticas que pudessem ascender por meio da Câmara e ameaçar a Constituição. Essa separação de poderes foi projetada precisamente para criar portas corta-fogo contra os incêndios democráticos.

Ao longo dos séculos, contudo, muitas dessas regras não democráticas acabaram enfraquecidas ou abolidas. O direito ao voto foi conferido a muito mais gente do que a uma minoria de homens brancos proprietários de terras. A Presidência é agora eleita, efetivamente, por voto direto, com o Colégio Eleitoral quase sempre refletindo a vontade democrática nacional. Esses avanços democráticos formais foram acompanhados por outros, informais, enquanto a cultura da democracia ia aos poucos criando raízes mais profundas.

Durante muito tempo, apenas as elites dos partidos políticos se encarregavam de selecionar os candidatos, o que era feito nas

convenções quadrienais das legendas, em geral com o voto restrito às autoridades partidárias dos estados. (E muitas vezes o resultado era de fato decidido – conforme uma imagem que se tornou clichê – numa sala enfumaçada de algum grande hotel.) No início do século XX, porém, os partidos começaram a fazer experiências com eleições primárias, e depois do caos da Convenção Democrata de 1968, o sistema atual, muito mais democrático, tornou-se a norma.

A democracia direta não apenas passou a eleger o Congresso e o presidente, mas ampliou a noção de quem poderia se qualificar para um cargo público. No passado, os candidatos construíam uma carreira com a experiência acumulada em cargos eletivos, ou em ministérios, ou como comandantes militares; ou seja, na prática, eram escolhidos – ou vetados – por seus próprios pares. Esse mecanismo de seleção elitista foi paulatinamente implodido.

Em 1940, Wendell Willkie, um homem de negócios que nunca havia ocupado um cargo político, venceu a nomeação republicana para presidente, prometendo manter os Estados Unidos fora da guerra e ufanando-se de que sua fortuna pessoal o inoculava contra a corrupção: *“Não terei obrigações para com ninguém, exceto com o povo.”* Willkie perdeu de lavada para Franklin D. Roosevelt. Mesmo assim, desde essa época os candidatos não políticos proliferaram, de Ross Perot e Jesse Jackson a Steve Forbes e Herman Cain, chegando à safra deste ano: Ben Carson, Carly Fiorina e, é claro, Donald J. Trump. Essa nova ampliação da nossa democracia – nossa abertura para sermos liderados por qualquer um; na verdade, nossa crescente preferência por pessoas de fora da política está agora quase concluída.

As barreiras contra a vontade popular, em especial quando se trata de escolher o presidente, são hoje quase inexistentes. Em 2000, George W. Bush perdeu o voto popular, mas ganhou a eleição graças à matemática do Colégio Eleitoral e, num golpe mais flagrante, graças a uma decisão da Suprema Corte guiada pela preferência partidária. No fim das contas, a admissão de derrota por parte de Al Gore poupou a nação de uma crise constitucional, mas o episódio gerou mal-estar generalizado, e não só entre os democratas. Em 2016, o sistema de delegados estabelecido pelos partidos políticos

REFLEXÕES XXII

também está sob ataque. Trump chegou a argumentar que o postulante que obtivesse a maioria dos votos nas primárias deveria ser nomeado candidato republicano à Presidência e pronto, independentemente das regras em vigor. A discussão se mostrou desnecessária, uma vez que ele acabou alcançando o número suficiente de delegados para ser nomeado sem contestação. Seja como for, ele venceu o debate. Metade dos americanos hoje acredita que o sistema tradicional de nomeação é manipulável.

Muitos afirmam, é claro, que na verdade a democracia americana está batendo em retirada, perto de ser destruída pela crescente desigualdade econômica do último quarto de século e pela capacidade dos muito ricos de comprar influência política. Essa é a principal crítica de Bernie Sanders, pré-candidato democrata. Mas as últimas eleições presidenciais demonstraram que, a rigor, o dinheiro dos milionários tem se mostrado anódino¹⁵. Barack Obama, cuja campanha de 2008 foi bancada por pequenos doadores e ganhou força pela internet, abriu o caminho para os atuais insurrecionistas ao conseguir derrotar a candidata que era a favorita absoluta nas primárias do Partido Democrata e, em seguida, o adversário republicano. (Sendo que ambos eram pilares do *establishment* de seus partidos, além de terem o apoio de elites endinheiradas.)

Em 2012, nem todo o poder de arrecadação de recursos de Mitt Romney – o representante do 1% – conseguiu desalojar Obama da Casa Branca. E no atual momento da corrida presidencial, os candidatos que romperam com a ordem em seus próprios partidos, em ambas as legendas, foram longe na disputa sem precisar contar com o apoio financeiro das elites. Sanders, que vem sustentando sua campanha à custa de pequenos doadores e grandes multidões, é, para falar sem rodeios, uma negação viva do seu próprio discurso. Trump, claro, é um bilionário que está em grande medida se autofinanciando – mas, tal como Willkie, ele argumenta que sua riqueza é na verdade o que lhe possibilita resistir à influência dos

¹⁵ **Anódino:** pouco eficaz; sem importância ou interesse; banal, insignificante, medíocre.

ricos e seus lobistas.

Os que se desesperam com a influência do *big money* na política americana precisam explicar a desistência tão rápida quanto humilhante de Jeb Bush da corrida presidencial, e a combalida campanha de Hillary Clinton, a candidata do *establishment*. As evidências sugerem que a democracia direta, longe de estar sendo estrangulada, está, na verdade, aprofundando seu controle sobre a política americana.

Nada disso constitui necessariamente motivo de alarme, embora seja bem provável que causasse um ataque apoplético¹⁶ nos autores da Constituição americana. O surgimento do primeiro presidente negro – inimaginável antes da nossa democracia mais inclusiva – é milagroso, só reforça o sistema, em vez de enfraquecê-lo. A época em que as máquinas partidárias simplesmente “arranjavam” as coisas ou fraudavam as eleições felizmente já passou. A maneira como candidatos de fora, de Obama até Trump e Sanders, trouxeram milhões de novos eleitores para o processo eleitoral é um avanço inegável. A inclusão de vozes antes excluídas ajuda e amplia o debate público. Mas é justamente devido às grandes realizações da nossa democracia que devemos ficar vigilantes quanto a sua vulnerabilidade particular, específica: a suscetibilidade, em tempos difíceis, ao apelo de um demagogo desavergonhado.

O que o século XXI acrescentou a essa história, como agora é mais do que óbvio, foi a democracia midiática – de maneira verdadeiramente revolucionária. Se o estágio final da democracia política levou dois séculos para amadurecer, o equivalente na mídia aconteceu no intervalo de duas décadas, apagando rapidamente, quase por completo, a moderação ou o controle das elites sobre nosso discurso democrático. O processo se originou nos programas de rádio partidários do final do século XX. A ascensão da internet – um acontecimento tão rápido e abrangente que seu efeito político só agora começa a ser compreendido – democratizou ainda mais todas as fontes de informação, expandiu drasticamente o

¹⁶ **Apoplexia**: derramamento de sangue ou de serosidade no interior de um órgão.

público leitor de cada veículo de mídia, e deu a cada pessoa uma plataforma própria de comunicação. Todas as velhas barreiras à entrada no setor – o custo do papel, da impressão e da distribuição – desmoronaram.

Muitas dessas novidades são bem-vindas. Eu mesmo me beneficiei dessas mudanças no início dos anos 2000, ao lançar um *blog* e em pouco tempo conseguir atingir um número de leitores igual ou superior ao de algumas pequenas revistas. As velhas e emboloradas instituições da mídia tradicional, que haviam ficado gordas e indolentes, bem que mereciam levar essa surra. A *blogosfera* independente, assim que surgiu, corrigia fatos publicados na imprensa, expunha as parcialidades de seus veículos, conseguia furos de reportagem. Quando a nova mídia amadureceu e o Facebook e o Twitter se firmaram, cada pessoa se tornou uma espécie de blogueiro. De um modo que nenhum jornalista do século XX teria acreditado ser possível, todos nós agora temos, em nosso *feed* de notícias do Facebook e nas *timelines* do Twitter, nossos próprios jornais virtuais, selecionando artigos a partir de incontáveis fontes e criando uma mídia entre iguais, quase totalmente livre de edição ou interferência das elites. Era evidente que isso terminaria por tornar também a política mais fluida. A organização política – convocar uma reunião, um comício para promover uma causa – sempre foi algo extremamente trabalhoso. Agora é possível convocar um movimento de massa com uma única página da *web*. Leva não mais do que alguns segundos.

A internet também demonstrou uma capacidade especial para absorver outras mídias, mesclando gêneros e categorias inimagináveis. A distinção entre política e entretenimento ficou mais vaga; a cobertura das eleições passou a se inspirar ainda mais nas transmissões esportivas; seu *site* de pornografia preferido aparece na tela do computador bem ao lado do Facebook da sua mãe. Os algoritmos da *web* praticamente eliminaram qualquer tipo de julgamento e decisão editorial, de tal modo que os programas de notícia na tevê a cabo, imersos na disputa pelos cobiçados pontos de audiência, abandonaram até mesmo a pretensão de perguntar “Será que isso é relevante?” ou “Será que precisamos mesmo transmitir

isso ao vivo?”. No final, todas estas categorias foram reduzidas ao tráfego *on-line*, medido com uma precisão muito maior do que qualquer meio de comunicação jamais havia feito.

E o que mais impulsiona tudo isso é justamente aquilo que os autores da Constituição americana mais temiam na cultura democrática: o sentimento, a emoção e o narcisismo, no lugar da razão, da atenção aos fatos e do espírito de serviço público. Os debates *on-line* se tornam pessoais, passionais e insolúveis praticamente no momento em que começam. A Lei de Godwin – “*É só uma questão de tempo até que uma seção de comentários mencione Hitler*” – é um reflexo do colapso do debate racional que os fundadores políticos do país consideravam indispensável para o bom funcionamento de uma república.

Sim, por vezes ainda acontece alguma troca de argumentos racionais, mas quase não há mais árbitros de elite para definir quais desses argumentos são realmente verdadeiros, ou válidos, ou relevantes. Perdemos as fontes de autoridade reconhecidas até mesmo para que pudéssemos nos basear, em nossas discussões, no mesmo conjunto de fatos. E sem essa base empírica comum, o componente emocional da política se torna inflamado e a razão recua ainda mais. Quanto mais emotivo o candidato, mais seguidores ele ou ela terão.

Politicamente, no início tivemos sorte. Obama nunca teria sido nomeado para a Presidência, e muito menos eleito, se não tivesse aproveitado o poder da *web* e seu carisma de celebridade midiática. Mas ele também era, paradoxalmente, uma figura da elite, ex-senador estadual e federal, um produto da Escola de Direito de Harvard e, como se viu, um sujeito abençoado com um temperamento extraordinariamente racional e calmo. Por tudo isso ele foi capaz de mascarar, por um tempo, os verdadeiros riscos ao sistema que sua campanha pioneira revelava. Vem daí a frustração de muitos democratas em relação a ele. Aqueles que vislumbraram em sua campanha as sementes de uma mudança revolucionária, os que foram atraídos por ilusões messiânicas, sofreram uma decepção amarga com sua moderação e pragmatismo ao governar.

Mas o ambiente em que Obama obteve sucesso também criava as condições para oportunistas muito menos comedidos. Em 2008, Sarah Palin surgiu como prova de que uma republicana fervorosa, distante do *establishment* político, feita sob medida para um *reality show*, orgulhosa de sua ignorância sobre o mundo – e que atingia o público de maneira direta, por meio da mídia *on-line* – também podia triunfar nesta nova era. Ela foi, como só depois saberíamos, uma espécie de João Batista para o verdadeiro messias do populismo conservador, esperando paciente e estrategicamente pela chegada do tempo messiânico.

Trump, como agora se sabe, vinha pensando em concorrer à Presidência havia décadas. Os que foram pegos de surpresa com sua aparição – ou continuaram a acreditar que ele era apenas uma piada – ainda não tinham compreendido bem os precedentes de Obama e de Palin, nem o poder desse novo sistema, totalmente aberto, para mudar as regras do jogo político. Trump foi tão subestimado durante todo o ano de 2015 quanto Obama havia sido em 2007 – e pelas mesmas razões. Ele intuitivamente compreendeu o enfraquecimento da autoridade das elites políticas e midiáticas no país, e já criara havia muito tempo uma persona pública perfeitamente calibrada para simplesmente passar por cima delas.

Apesar da imensa riqueza e dos privilégios que herdou, Trump sempre cultivou um ar de “gente comum”. Ele não escondia a própria riqueza – ele a ostentava de um modo que o fazia se conectar com as massas. Levava a vida de riqueza e conforto que é o sonho da maioria dos trabalhadores – muito luxo e incontáveis mulheres, por exemplo –, sem abrir mão de uma maneira de falar e ver o mundo que não soaria estranho nos canteiros de obras que costumava visitar.

Trump cultivou essa imagem e mais tarde se adaptou aos *reality shows* da tevê com um talento natural. A cada semana, durante as catorze temporadas de *O Aprendiz*, ele olhava alguém nos olhos e dizia: “Você está demitido!” Esse tipo de conversa com um funcionário, temida por chefes com alguma capacidade de empatia, era algo que deleitava Trump, sem dúvida; e a crueldade se tornou entretenimento. Olhando em retrospecto, parece evidente que ele

estava treinando – tanto a si mesmo como aos espectadores. Se você queria compreender como uma figura tão amplamente detestada conseguiu, mesmo assim, chegar à eleição presidencial como se estivesse se aproximando dos episódios finais de um *reality show*, eis aqui a resposta. As táticas televisivas de Trump, aplicadas aos debates das primárias, acabaram por aniquilar rivais acostumados a outro tipo de jogo. E todo o nosso treinamento em *reality shows* nos condicionou a ter esperança de que ele seria o vencedor – ou, pelo menos, que ele permaneceria no jogo até a rodada final. Num ambiente de mídia assim, despedido de qualquer pudor, muitas vezes os cretinos vencem. E ao final você torce por eles justamente porque são cretinos.

O clássico ensaio de 1951 de Eric Hoffer, *Do Fanatismo: O Verdadeiro Crente e a Natureza dos Movimentos de Massa*, esboça a dinâmica de um genuíno movimento de massa. Hoffer tinha em mente as turbulências na Europa da primeira metade do século XX, mas o livro continua a dar o que pensar, sobretudo agora. O *insight* central de Hoffer foi localizar a origem de todos os verdadeiros movimentos de massa numa sensação coletiva de frustração aguda. Não desespero, tampouco revolta, nem resignação – mas frustração, num crescendo.

Os movimentos de massa, ele observa (como também Tocqueville havia notado, séculos antes), raramente surgem quando a opressão ou a miséria estão no auge (digamos, em 2009); eles tendem a aparecer quando, ao que tudo indica, o pior já passou, mas o futuro não promete ser muito melhor (digamos, 2016). É quando a raiva começa a subir. Após o sofrimento da recessão ou do desemprego, e apesar do esforço e do trabalho duro, com os salários ainda estagnados ou em queda, o futuro se estende a nossa frente como uma espécie de alívio fora do alcance. Quando aqueles que ajudaram a criar a última recessão não precisam enfrentar suas consequências, mas ganham novas e fabulosas riquezas, a raiva vai aumentando.

As razões mais profundas, em longo prazo, para essa raiva que muitos sentem hoje nos Estados Unidos, não são difíceis de encontrar, embora muitos de nós, da elite, as tenhamos ignorado,

vergonhosamente. Os empregos disponíveis para a classe operária já não exigem habilidade, nem oferecem a satisfação e a promessa de sentido capazes de mitigar o ferrão dos salários baixos e estagnados. Os caminhos bem conhecidos para a socialização – igreja, sindicato, associações dos veteranos de guerra – perderam vitalidade e importância, e o isolamento social passou a ser cada vez mais comum. As forças econômicas globais vêm golpeando os operários mais implacavelmente do que os demais segmentos da sociedade, obrigando-os a competir contra centenas de milhões de trabalhadores igualmente qualificados de todo o planeta. Ninguém lhes perguntou, nos anos 1990, se era esse o futuro que eles queriam. E o impacto tem sido mais brutal do que muitos economistas previam. Não admira que o suicídio e os índices de mortalidade entre os trabalhadores brancos pobres estejam aumentando dramaticamente.

“Em geral são aqueles cuja pobreza é relativamente recente, os ‘novos pobres’, que se agitam com o fermento da frustração”, argumenta Hoffer. A religião fundamentalista há muito oferece algum consolo e apoio emocional para os que foram deixados para trás (entre outras razões, porque convida seus praticantes a desafiar as elites, censurando-as como imorais), mas sua influência diminuiu à medida que a modernidade foi penetrando em quase todas as áreas da vida.

Vivemos numa época em que uma mulher poderá suceder a um negro na Presidência, mas também uma época em que um homem branco da classe trabalhadora tem cada vez menos oportunidades para alcançar um nível de vida decente. Uma época em que os *gays* podem se casar nos cinquenta estados americanos e em que, ao mesmo tempo, as famílias da classe trabalhadora experimentam enormes dificuldades financeiras. Uma época em que nos tornamos muito mais conscientes das injustiças históricas que continuam afetando os afro-americanos, mas ainda assim quase nos esquecemos das enormes dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora branca. E assim o capitalismo avançado vai criando uma espécie de ira justa, uma revolta revolucionária que a democracia avançada tem pouquíssima capacidade para moderar ou

limitar – algo que, na verdade, a democracia ajudou a exacerbar.

Pois a classe trabalhadora branca, ao assistir a seus valores morais serem ridicularizados, sua religião ser considerada primitiva e suas perspectivas econômicas dizimadas, agora descobre que até mesmo o sexo e a raça a que pertencem – na verdade, a própria forma como falam sobre a realidade – são vistos como uma espécie de problema que o país deve tentar superar. Esse é apenas um dos aspectos daquilo que Trump chamou, magistralmente, de metástase do “politicamente correto”. Ou, na verdade, algo que poderia ser mais bem descrito como uma renovada e crescente paixão progressista por igualdade racial e sexual – uma igualdade de resultados, e não a aspiração liberal à mera igualdade de oportunidades.

Grande parte da esquerda passou a ver a classe trabalhadora branca não mais como uma aliada, mas basicamente como um grupo de pessoas preconceituosas, misóginas, racistas e homofóbicas, condenando os que estão muitas vezes nos degraus mais baixos da economia a ficar também no degrau mais baixo da cultura. Um homem branco que passa dificuldades no interior do país agora também tem que ouvir, dos estudantes de universidades de elite, que ele precisa “considerar seus privilégios”. Mesmo se você concordar que existe o privilégio, é difícil não simpatizar com uma pessoa que é objeto desse tipo de desdém.

Essa parte da classe trabalhadora, já alienada, ainda tem que ouvir – e como poderia não ouvir? – os sermões, tão fáceis e loquazes, de que “os homens brancos heterossexuais” são a origem fundamental de todos os nossos males. Os trabalhadores sentem o cheiro da condescendência e das generalizações a respeito deles – atitudes que seriam repugnantes se dirigidas contra minorias raciais – e se veem, nas palavras de Hoffer, “*deserdados e feridos por uma ordem injusta das coisas*”.

E assim eles esperam, e vão acumulando desgostos, até que partem para o ataque. Esse foi um elemento da grande força emocional do Tea Party: não só o avanço das minorias raciais, dos *gays* e das mulheres, mas a demonização simultânea do mundo da classe trabalhadora branca, de sua cultura e seu modo de vida. Obama

nunca pretendeu isso, mas ele se tornou um símbolo, para muitos, dessa marginalização cultural.

E quando o Tea Party tomou conta de Washington em 2010, quando por diversas vezes seus representantes chegaram a paralisar a execução do orçamento governamental, e ameaçaram a própria classificação de crédito dos Estados Unidos, e se recusaram a realizar as audiências necessárias para confirmar um juiz nomeado para a Suprema Corte, o *establishment* americano, da política e da mídia, interpretou esse tipo de comportamento como tudo, menos como o que realmente era: algo absolutamente novo e sem precedentes. Mas Trump enxergou o que os outros não viram, como observou Hoffer: *“Os indivíduos frustrados e os verdadeiros crentes estão mais aptos a fazer previsões sobre o futuro do que aqueles que têm motivos para desejar a manutenção do status quo.”*

Os movimentos de massa, argumenta Hoffer, se distinguem por sua *“disposição para o faz de conta, [...] sua credulidade e prontidão para tentar o impossível”*. Colocamos, então, a pergunta: o que poderia ser mais impossível do que examinar, de uma hora para outra, cada pessoa que chega aos Estados Unidos em busca de indícios de uma possível crença islâmica? O que poderia ser mais *faz de conta* do que um grande e belo muro, estendendo-se ao longo de toda a fronteira com o México, pago pelo governo mexicano? O que poderia ser mais ingênuo do que acreditar que poderíamos pagar nossa dívida pública por meio de uma guerra global de comércio exterior? Num partido político convencional, e num discurso político racional, tais ideias provocariam riso e seriam excluídas da disputa, pois sua evidente inviabilidade as excluem de qualquer tipo de consideração séria. No entanto, no fervor emocional de um movimento de massas democrático, essas impossibilidades se tornam símbolos da esperança, emblemas de uma nova forma de fazer política. Sua atração consiste justamente na sua inviabilidade.

Mas o motor mais poderoso para tal movimento – aquilo que o faz crescer e tomar forma, o que o solidifica e permite com que crie raízes – é sempre a evocação do ódio. O ódio, como definiu Hoffer, *“é o mais acessível e o mais abrangente de todos os elementos unificadores”*. Assim Trump lançou a sua campanha afirmando que

os imigrantes mexicanos ilegais são, de modo geral, uma população de estupradores e assassinos. Passou então para os muçulmanos, tanto no país como no exterior. E a certa altura acrescentou a esses dois inimigos – num golpe brilhante de astúcia – o próprio *establishment* republicano. O que torna Trump particularmente perigoso na história da política americana é a resposta que ele dá a esses três inimigos, ameaçando-os com coerção bruta e dominação.

E assim, depois de demonizar a maioria dos imigrantes mexicanos sem documentos, ele prometeu arrebanhar e deportar todos eles – 11 milhões de pessoas –, à força. “*Eles têm que ir embora*”, foi a frase usada por Trump, sem rodeios – e de algum modo as pessoas não reconheceram de imediato os monstruosos ecos históricos do que estava sendo dito.

Chamar isso de fascismo não faz justiça ao fascismo. O fascismo tinha, em certa medida, uma ideologia e uma coerência de ocasião que Trump não tem de modo algum. Mas seu movimento é claramente fascista na demonização dos estrangeiros, na promoção da ideia de que uma minoria nacional representa uma ameaça (muçulmanos e mexicanos são os novos judeus), em seu foco num único líder supremo, líder de algo que só pode ser chamado de culto, e sua profunda crença na violência e na coerção como instrumentos aceitáveis, no seio de uma democracia que até agora se baseou no debate e na persuasão. Esse é o aspecto República de Weimar de nosso momento atual. Nossa hiperdemocracia paralisada, emocional, leva eleitores abalados, frustrados, irados, em direção à panaceia quimérica que é Trump.

Sua reação ao terceiro de seus inimigos declarados, a Convenção Nacional Republicana, responsável por escolher formalmente, no mês que vem, o candidato do partido, também estava infundida de ameaças de violência. Haveria tumultos em Cleveland (onde acontecerá a convenção, em julho) se ele não conseguisse o que queria. A convenção vai ter “problemas” se não cooperar, ele chegou a ameaçar. Em abril, delegados escolhidos para ir à convenção de Cleveland receberam ameaças de morte; um dos capangas de Trump, Roger Stone, já ameaçou publicar o número do quarto de hotel de cada delegado que se recusar a votar no magnata do ramo

hoteleiro.

O que é notável nos apoiadores de Trump é precisamente o que se esperaria de membros de um movimento de massas: a lealdade a toda prova. Trump é seu líder, ainda que tenham dificuldades em explicar por quê. Ele é durão, ele é verdadeiro, dizem – e eles estão prontos a defendê-lo, sobretudo quando é atacado por todos aqueles que passaram a desprezar: democratas liberais e republicanos tradicionais. Nos comícios, sempre que um manifestante contra Trump é retirado do local, quase se pode sentir a raiva crescente da identidade coletiva canalizada contra um único dissidente solitário, encontrando uma forma de catarse na força bruta que uma multidão é capaz de infligir a um indivíduo. Trump já disse à multidão, em seus comícios, que teve vontade de dar um murro na cara de um manifestante, ou que gostaria de vê-lo ser posto para fora numa maca. Nenhum político moderno tão perto da Presidência chegou a defender a violência dessa maneira. Poderia ser um elemento suficiente para desqualificá-lo da disputa – se a nossa hiperdemocracia já não tivesse abolido as desqualificações.

E embora ainda esteja faltando um elemento crítico do fascismo do século XX – a violência de rua organizada –, podemos começar a vê-lo em forma embrionária. A falange de guarda-costas ao redor de Trump aumenta a cada dia; surgiram seguranças à paisana na multidão, como pseudopoliciais para conter a agitação incipiente que sua candidatura só vai continuar a provocar; partidários de Trump atacam manifestantes contrários com uma ferocidade por vezes impressionante. E a cada vez que Trump legitima a violência potencial de seus partidários dizendo que ela provém do amor ao país, ele planta as sementes da desordem.

Trump celebra a tortura – o único verdadeiro amor dos tiranos em toda parte. Em seus comícios, ele relatou a lendária reação de certo general John J. Pershing, quando confrontado com um suposto surto de terrorismo islâmico nas Filipinas. Pershing, segundo conta Trump, colocou em fila cinquenta prisioneiros muçulmanos, mergulhou os projéteis que usaria para executá-los na banha de porcos recém-abatidos, e ordenou aos seus homens que usassem essas balas, em seus rifles, para matar 49 dos 50 militantes

REFLEXÕES XXII

islâmicos capturados. A vida de um deles teria sido poupada, na narrativa do candidato republicano, para que pudesse voltar e contar o que aconteceu a seus amigos. Fim do problema do terrorismo.

De certa forma, essa história contém todos os elementos básicos da atração exercida por Trump. O intrincado problema de combater o terrorismo jihadista? Basta torturar e matar um número suficiente de terroristas e eles vão sumir do mapa. A intrincada questão dos trabalhadores ilegais, atraídos por empregos que muitos americanos não querem? Deportá-los todos, um por um, e construir um muro para conter os restantes. Foda-se o politicamente correto. Como disse um de seus partidários, quando um repórter lhe perguntou se apoiava Trump: *“Claro que sim! Com ele não tem conversa fiada. O que ele tem é colhão. Foda-se todo mundo – para mim, o negócio é ter colhão.”* É aí que reside o apelo dos tiranos, desde o início dos tempos. Irrracionalidade e músculos.

O aspecto racial disso tudo também é óbvio. Quando o inimigo interno é mexicano ou muçulmano, e a base dos partidários é extremamente branca, está armado um esquema para um possível conflito racial. E o que de fato aterroriza em Trump é que ele não parece se esquivar dessa possibilidade: ele se deleita com ela. Pois, como todos os tiranos, ele é totalmente carente de autocontrole. Dormindo só algumas horas por noite, tuitando impulsivamente na madrugada, improvisando loucamente sobre assuntos dos quais não sabe nada, Trump vai espalhando suas bravatas e seus delírios. Mais uma vez, Platão acertou em cheio: o tirano é um homem *“que, sem ter controle sobre si mesmo, tenta governar os outros”*; um homem inundado de medo, amor e paixão, mas com pouca ou nenhuma capacidade de refrear ou moderar esses sentimentos; *“um verdadeiro escravo da bajulação”*. Soa familiar? Trump é tão inconstante, tão imprevisível e tão emocional como um fluxo de comentários no Twitter. E eis que estamos contemplando a possibilidade de lhe entregar os códigos de acesso às armas nucleares.

Aqueles que acreditam que o populismo abjeto e brutal de Trump não tem nenhuma chance de chegar à Casa Branca não

REFLEXÕES XXII

compreendem essa dinâmica, parece-me. Os movimentos neofascistas não avançam de maneira gradual, valendo-se de sua capacidade de persuasão; eles primeiro transformam os termos do debate, criam um novo movimento baseado na emoção sem freios, assumem o comando das instituições existentes e então tiram proveito, sem comedimento, de tudo que acontece a seu redor. Assim, as atuais pesquisas de opinião só são tranquilizadoras se ignorarmos o potencial de impacto de algum evento repentino, externo – uma recessão econômica, ou um ataque terrorista a uma grande cidade americana antes da eleição. Não tenho dúvida, por exemplo, de que Trump é sincero em seu desejo de “cortar a cabeça” do Estado Islâmico, seja lá o que isso queira dizer. Mas permanece o fato de que os interesses do Estado Islâmico e da campanha de Trump estão agora em perfeita sintonia. O medo é sempre o maior aliado do aspirante a tirano.

E embora as opiniões desfavoráveis sobre Trump sejam extraordinariamente altas (por volta de 65% do eleitorado), ele já começa a dar sinais de mudança de tom, adotando (aos trancos) as maneiras mais solenes e respeitáveis que pretende apresentar na eleição geral. Suspeito que isso dê, para alguns idiotas em cima do muro, uma espécie de alívio. Os tiranos, tal como os chefões da máfia, conhecem o valor de um sorriso: justamente devido ao medo que ele já gerou, você quer, desesperadamente, acreditar no calor humano que ele agora transmite. Com o apelo a sua base já garantido, Trump pode muito bem se encaminhar para posições mais moderadas em questões sociais, como o aborto ou os direitos dos *gays* e até mesmo dos transexuais. Ele é coerente na sua incoerência, pois para ele a única coisa que conta é a vitória.

Trump, ademais, tem um argumento de uma força preocupante contra sua adversária democrata – ou “Hillary, a Trambiqueira”, como ele agora a chama. A proposta do republicano é simples. Lembrem-se da pergunta básica do marqueteiro James Carville na eleição de Bill Clinton, em 1992: mudança ou continuidade? No passado, esse desejo de mudança elegeu o marido de Hillary, e pode muito bem eleger o adversário dela neste ano. Se você gosta do país tal como ele é, vote em Clinton. Afinal, ela faz parte da elite política

americana há um quarto de século. Além disso, ela não vem mostrando capacidade de inspirar ou arregimentar ninguém exceto seus velhos e leais partidários.

As opiniões desfavoráveis a Hillary estão apenas onze pontos abaixo daquelas dirigidas a Trump (muito mais elevadas do que as que Obama, John Kerry ou Al Gore enfrentavam nessa mesma etapa da campanha). E quanto mais Hillary faz campanha, mais aumentam as opiniões desfavoráveis a ela (inclusive em seu próprio partido). Hillary tem um problema parecido com o do ex-vice-presidente e candidato democrata Al Gore: a ideia de recebê-la em nossa sala de estar durante os próximos quatro anos pode parecer, às vezes, francamente masoquista.

Pode acontecer que a evolução demográfica dos eleitores venha nos salvar. Os Estados Unidos já não são mais um país predominantemente branco, e a questão central para Trump – a imigração ilegal – é a origem da sua força, mas também da sua fraqueza. No entanto, é interessante notar como os modelos de pesquisa de opinião vêm se enganando repetidamente quanto à amplitude do apoio a Trump. Provavelmente ele fará de tudo para incluir as minorias em sua campanha no segundo semestre; e aqueles que acreditam que ele não conseguirá convencer um grande número de eleitores brancos a se engajar novamente no processo político – e votar – devem se lembrar de 2004, quando Karl Rove ajudou a elaborar emendas constitucionais estaduais contra o casamento *gay*, aumentando assim o número de conservadores que foram às urnas. Tudo que Trump precisa é de uma fração dos votos das minorias, inspirados pela nova energia de sua campanha – e o alegado domínio da “coalizão” de eleitores que elegeu Obama pode rachar (sobretudo sem Obama como candidato). Nos últimos anos tem se constatado, em todo o Ocidente, da França à Grã-Bretanha e à Alemanha, que as pesquisas de opinião não são capazes de captar o poder de insurgência da direita.

Caso Trump conquiste a Casa Branca, as defesas institucionais contra ele seriam fracas. Ele provavelmente traria uma maioria republicana para a Câmara. O atual impasse de 4 a 4 na Suprema Corte iria ser desfeito em seu favor. E se as medidas propostas por

Trump fossem barradas pelos outros braços do governo, como ele reagiria? Basta ver sua reação às regras do processo de nomeação do Partido Republicano. Ele não está interessado em regras. E mal compreende a Constituição.

Num momento revelador, no início deste ano, perguntaram a Trump o que ele faria se os militares se recusassem a obedecer alguma ordem ilegal sua, como a de torturar um prisioneiro. Trump simplesmente insistiu que o militar iria obedecer: *“Eles não vão recusar. Eles não vão recusar, acredite no que estou dizendo.”* Mais tarde ele voltou atrás, mas essa afirmação diz muito sobre sua maneira de ver o poder. O ex-vice-presidente Dick Cheney deu ordens ilegais para torturar prisioneiros e coagiu advogados da Casa Branca a elaborar defesas “legais” absurdas. Trump faria as atitudes de Cheney parecerem modestas e sem ambição.

Em seu romance *It Can’t Happen Here [Não Pode Acontecer Aqui]*, de 1935, Sinclair Lewis imaginou o que aconteceria se o fascismo, na época se alastrando pela Europa, triunfasse também nos Estados Unidos. Não é um bom romance, mas sua mensagem continua a ressoar. O líder fascista americano imaginado por Lewis, um senador chamado Buzz Windrip, é, segundo o autor, um “Homem Comum de Carteirinha”.

Windrip “era vulgar, quase analfabeto, um mentiroso público facilmente detectável e, em suas ‘ideias’, quase um idiota”. Por mais fantásticas e vazias que sejam suas promessas, ele consegue magnetizar os fiéis do partido na convenção de nomeação (realizada em Cleveland!): *“Ele estava lhes dizendo as verdades, os fatos imperiosos e perigosos que haviam sido ocultados deles todos.”*

E quanto às elites que lhe impediam o caminho? Aleijadas por seus próprios fracassos, desacreditadas e moralmente em ruínas, elas primeiro zombam, e depois cedem. Como lamenta um jornalista solitário, que acabará num campo de concentração: *“Tenho que me lembrar sempre [...] de que Windrip é apenas uma rolha de cortiça levada pelo redemoinho. Ele não tramou essa coisa toda. Com todo o descontentamento justificado que existe contra os políticos espertos e a ostentação da plutocracia – ah, se não fosse um Windrip, seria algum*

REFLEXÕES XXII

outro [...]. Nós merecemos isso, nós, os Respeitáveis.”

E agora, 81 anos depois, muitos de nós merecemos isso. Uma elite americana que vem gerindo uma dívida pública enorme e crescente, que não conseguiu impedir os ataques de 11 de setembro de 2001, que optou por entrar numa guerra desastrosa no Oriente Médio, que permitiu que os mercados financeiros quase destruíssem a economia mundial, e que está agora tão acerbamente dividida que o Congresso se tornou, numa democracia constitucional, irrelevante para todos os efeitos práticos: “Nós, os Respeitáveis” merecemos uma justa punição. A lição fundamental do fenômeno Trump é de que, se as elites não conseguem fazer um governo de conciliação, alguém de fora acabará tentando governar mediante a paixão popular e a força bruta.

Mas as elites ainda têm importância numa democracia. Elas importam não porque sejam inimigas da democracia, mas porque fornecem o ingrediente fundamental capaz de salvar a democracia de si mesma. O *establishment* político pode estar abatido e desmoralizado, curvando-se perante os monossílabos de um demagogo talentoso, mas este não é o momento de desistir dessa mistura estabilizadora, quase exclusivamente americana, entre democracia e responsabilidade das elites. O país já passou por períodos muito mais difíceis, sem sucumbir à pura demagogia; evitou o fascismo que destruiu a Europa; conseguiu canalizar impulsos extraordinários de energia democrática para formar uma ordem constitucional. Parece chocante argumentar que necessitamos das elites nesta era democrática – sobretudo quando vemos à nossa volta tanta desigualdade de riquezas e tantos fracassos das elites. Mas precisamos delas exatamente para proteger esta preciosa democracia contra seus próprios excessos desestabilizadores.

E, assim, os democratas que alegremente preveem uma vitória fácil para Hillary Clinton em novembro precisam conter seu entusiasmo, e também compreender que a candidatura de Donald Trump não pode mais ser tratada apenas como uma oportunidade de regozijo diante das dificuldades do campo republicano. A situação é muito mais perigosa. Aqueles que ainda apoiam o demagogo da esquerda,

REFLEXÕES XXII

Bernie Sanders, poderiam talvez perceber que a crítica que fazem à experiência e à competência de Hillary Clinton – e a maneira leviana com que associam experiência e competência à ideia de corrupção – serve apenas aos interesses de Trump. O fato de que vai recair sobre Clinton a tarefa de moderar as ambições de seu partido será algo difícil de assistir, já que sua disposição para negociar e tergiversar é precisamente o que faz muitos americanos não confiarem nela. E, no entanto, Hillary será tudo o que restará, tudo o que teremos, muito em breve, para combater a ameaça de Trump. Ela precisa compreender a capacidade mortal de seu inimigo; moderar o recurso ao tipo de política “identitária” que, involuntariamente, acaba por dar ainda mais força a ele; afirmar, com convicção, que a experiência e a moderação não são vícios; e também abordar muito mais diretamente as angústias da classe trabalhadora branca. Os demais integrantes e eleitores do Partido Democrata, por seu lado, deveriam escutá-la.

Por fim, o que talvez seja o mais relevante – aqueles republicanos ainda capazes de resistir à nomeação de Donald Trump, um candidato radicalmente distante dos valores conservadores, merecem nosso apoio ardoroso, não nosso desdém. Este não é o momento de lembrá-los de que eles próprios, em parte, foram os causadores disso. É o momento de lhes oferecer solidariedade, sobretudo agora que a batalha pela indicação está perdida. Uma candidatura independente, por um terceiro partido, de uma figura da direita tradicional, como Mitt Romney, ainda é tecnicamente viável; ainda é possível, também, que haja uma luta renhida na convenção de Cleveland contra as políticas neofascistas de deportação em massa, discriminação religiosa e crimes de guerra que Trump propõe; e, na falta disso, se houver no segundo semestre uma forte tomada de posição pública por parte de republicanos, em nome de seus valores, contra o candidato do partido, ainda seria possível influenciar os eleitores indecisos nos estados decisivos.

Acima de tudo, esses republicanos da velha guarda, agora sob intensa pressão, devem resistir a qualquer tentação de lealdade ao partido e apoio ao candidato, ou então se abster de votar na eleição presidencial. Devem lutar contra ele em todas as oportunidades,

REFLEXÕES XXII

unir-se aos democratas e aos independentes, e estar preparados para sacrificar uma eleição a fim de salvar o partido e o país. Outros republicanos precisam dizer o que alguns já declararam: que realmente prefeririam ver Hillary Clinton como presidente a ver o monstro que sua base partidária lançou contra o país e o mundo.

Pois Trump não é apenas um político meio maluco da extrema direita, ou um divertido espetáculo de televisão, ou um fenômeno do Twitter e um bizarro herói da classe trabalhadora. Não é apenas mais um candidato a ser analisado e destrinchado pelos comentaristas de tevê, como todos os outros. Em relação a nossa democracia liberal e a nossa ordem constitucional, Trump é um evento devastador. Já está mais do que na hora de começarmos a tratá-lo como tal. ●

Andrew Sullivan: escritor e jornalista britânico radicado nos Estados Unidos, é comentarista político.

Artigo publicado na Revista Piauí de junho de 2016

Ao vencedor, as fraturas: 'EUA vivem o pior momento político desde a Guerra Civil', diz historiador

Douglas Brinkley



Seja quem for o ganhador das eleições à presidência dos EUA, na terça-feira, ele receberá um país traumatizado e dividido como raramente se viu. *“É um território desconhecido. Chego a pensar que, desde a Guerra Civil, nos anos 1860, não havia perturbação política tão brutal”*, diz o historiador norte-americano Douglas Brinkley, professor da Rice University e autor de *best-sellers* sobre cinco presidentes dos EUA. Lições foram aprendidas nesta campanha – especialmente pelo Partido Republicano, que

deve criar vacinas contra demagogos. Mas, para o acadêmico, nem Hillary nem (muito menos) Trump será capaz de reunificar o país depois de meses de baixarias. *“O presidente não terá um minuto de lua de mel”*

A cobertura de Donald Trump na 5ª Avenida é um triplex revestido em mármore, com colunas gregas e detalhes folheados a ouro. Alguém descreveu o estilo do apartamento no 66º andar da Trump Tower como “Luis XV tomou ácido”. No entanto, os planos do suposto bilionário para a noite da eleição, na terça-feira, são relativamente modestos. Como é praxe na campanha presidencial, cada candidato reserva espaço para o que espera ser a festa da vitória. Trump reservou o nada impressionante salão de baile do hotel Hilton, na área central de Manhattan, para uma festa pequena. Por que a economia? “Superstição”, disse o habitualmente bombástico candidato republicano.

Já Hillary Clinton, que mora com Bill numa casa confortável, num enclave suburbano de classe média alta, 40 minutos ao norte de Manhattan, tem planos mais grandiosos. Reservou nada menos do que o imenso Centro de Convenções Javits, quatro quilômetros ao

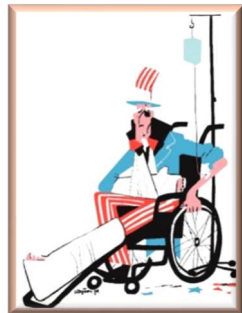
REFLEXÕES XXII

sul do hotel Hilton, e promete queima de fogos de artifício no Rio Hudson.

Mais de 80% dos norte-americanos não têm disposição de soltar nem um rojão ao final desta campanha, revela uma pesquisa de opinião publicada pelo New York Times, na sexta-feira. Não chega a surpreender, depois de uma eleição marcada por momentos de escatologia¹⁷ raramente vistos nos 225 anos da democracia nos EUA. A pesquisa do Times mostra também que os eleitores não acreditam ser possível, não importa o vencedor, reunificar o país depois de tanta baixaria.

A frase “não importa quem vencer” tem sido repetida com mais frequência, à medida que o dia da eleição se aproxima. Quem vencer vai receber um país ainda mais polarizado do que aquele que se voltou contra a aventura militar no Iraque e a crise econômica sob George W. Bush, em 2008, e elegeu o primeiro presidente negro dos EUA. Barack Obama está entregando as chaves da Casa Branca com 57% de popularidade. Hillary Clinton e Donald Trump são os dois candidatos a presidente mais impopulares da história eleitoral do país. Os Estados Unidos de 2016 são dois países divididos por classe e raça.

A motivação de 51% de eleitores que planejam votar em Trump, apurou o Pew Research Center, é simplesmente impedir Hillary Clinton de chegar à Casa Branca. Não importa o resultado, Donald Trump deixa o Partido Republicano em frangalhos e o *establishment* conservador norte-americano humilhado. Se derrotado, ele vai faturar vendendo seu biotônico extremista em novos empreendimentos, montando uma possível Trump TV. O partido de Lincoln e Reagan, agora irreconhecível, está mancando, sem ideias para enfrentar uma presidência Clinton



¹⁷ **Escatologia:** doutrina que trata do destino final do homem e do mundo; pode apresentar-se em discurso profético ou em contexto apocalíptico.

e atordado diante da chance de uma presidência Trump.

O historiador Douglas Brinkley tem vários *best-sellers* no currículo e é autor de livros sobre Richard Nixon, Ronald Reagan, Jimmy Carter, Gerald Ford e Franklin Roosevelt. Ele pertence à segunda geração de acadêmicos que se debruçam em detalhes sobre a história de presidentes, um bem-sucedido subgênero de não ficção nos Estados Unidos. Brinkley tem sido consultado com frequência por uma mídia que, depois de inflar a candidatura Trump e se beneficiar com o aumento da audiência trazida por ele, tenta demonstrar alguma contrição pelo Frankenstein que ajudou a criar.

“Trump é um profissional do ódio,” diz o historiador, que vê numa vitória do republicano *“uma revolução”* de consequências negativas imprevisíveis. Douglas Brinkley falou ao Aliás de Houston, Texas, onde é professor de História, na Rice University.

Há um precedente histórico para o nível de polarização em uma campanha presidencial como a que assistimos hoje nos Estados Unidos?

Havia grande polarização no período da guerra no Vietnã, com o país rachado entre pacifistas e os chamados falcões. Com isso, Nixon era certamente uma figura que dividia os norte-americanos. Uma diferença importante agora é esta guerra civil que assola o Partido Republicano, algo incomum. Chego a pensar que, desde a Guerra Civil de verdade, nos anos 1860, não havia perturbação política tão brutal. Estamos atravessando um território desconhecido.

Qual a gravidade no fato de um candidato de um dos dois grandes partidos dizer ao país que a eleição vai ser roubada?

É muito grave. Os norte-americanos gostam de pensar que exportaram para o mundo sua tradição de eleições livres e limpas. Isto é motivo de orgulho nacional. Trump está dizendo ao mundo o contrário. É péssimo para a reputação do país. Ele está abrindo espaço para revanchismo no dia 9, se perder, como parece que vai perder.

Mas as duas vitórias não contestadas de Obama alimentaram um movimento racista *birther*, que continua a representar o presidente como ilegítimo, nascido no Quênia.

O fato é que os Estados Unidos tiveram seu primeiro presidente afro-americano e o país, neste aspecto, mudou para melhor. E ele enfrentou os nativistas do movimento *birther* e está saindo do governo com alto índice de aprovação, sem qualquer mancha de escândalo. Perto de Trump e Hillary, Obama é um gigante.

Historicamente, as eleições gerais nos EUA deslocam o eleitorado para o centro, depois de primárias com maior grau de extremismo político. Isso não aconteceu este ano?

Se Hillary conseguir uma vantagem expressiva do voto popular, algo que está longe de ser garantido, é possível que o Partido Republicano queira fazer negócio com ela. Vejo algumas chances de aberturas nas área de reforma de imigração e investimentos em infraestrutura. Se houver uma vitória apertada de Hillary, vai ser dureza. A história dos e-mails com o FBI vai continuar pingando e colocando a Casa Branca na defensiva, e conduz a alguma forma de estagnação política. No passado, havia mais chance de união popular em torno de um presidente eleito, especialmente que o país passou por um trauma, como o 11 de Setembro. Mas estamos muito divididos. As feridas são reais e as cicatrizes, profundas. A direita pró-Trump, nesta campanha também conhecida como “*alt right*” (direita alternativa, frequentemente associada a movimentos racistas), que despreza o *establishment* republicano, vai com tudo em cima de Hillary. Vão espalhar todo tipo de rumor sobre ela nos *websites*, na rede social.

Os dois campos usam argumento semelhante: quem não gosta de Hillary deve votar nela porque o fator crucial da eleição é a escolha de juízes para a Suprema Corte. O mesmo se diz sobre Trump. Ele é indigesto, mas é preciso impedir Hillary de nomear juízes.

Isso se justifica pelo fato de que os juízes ficam décadas na Corte e a escolha tem grande repercussão política, econômica e social. Quanto

às ameaças que estamos ouvindo entre republicanos, de que não vão considerar qualquer nome que ela indique para ocupar a nova vaga aberta pela morte de Antonin Scalia, em fevereiro passado, acredito que seja uma forma de intimidação. É um recado para Hillary, nem pense em escolher um democrata progressista. Eu acredito, sim, que vão marcar audiências para considerar o indicado pelo presidente Obama, o juiz Merrick Garland, e que ele será o próximo juiz da Suprema Corte.

O jornalista e biógrafo de Donald Trump David Cay Johnston, em entrevista a este jornal, disse que os problemas legais do candidato são tantos que ele acha difícil um presidente Trump chegar ao fim do mandato.

Com certeza, se ele se eleger, vai viver atolado em questões legais. Ele mesmo ameaçou processar acusadores e é objeto de investigações por irregularidades na Trump Foundation e na Trump University. Acho que vamos descobrir que ele não pagou impostos como devia. Mas, para um processo real de impeachment, é preciso algo grave e bem definido.

No exterior, muitos se perguntam como o Partido Republicano, nadando em dinheiro de doadores bilionários, deixou Trump chegar até aqui. Qualquer pesquisa básica da oposição poderia ter garimpado ouro para ser usado contra ele pelos adversários nas primárias, tanto nos negócios como na vida privada.

Sim, o Partido Republicano, além de cochilar, deixou Trump correr solto durante muito tempo. Veja que as gravações de conteúdo sexual do programa Access Hollywood só saíram no mês passado. Uma sonora daquelas num debate poderia ter salvado uma candidatura como a de Jeb Bush. Os republicanos não fizeram seu dever de casa, não refletiram sobre como o currículo de Trump se tornaria um problema.

Diante da divisão que provocou no Partido Republicano, Trump terá feito um dano irreparável ao sistema bipartidário?

Não acredito. Esta semana, vimos o líder republicano na Câmara,

REFLEXÕES XXII

Paul Ryan, que não gosta de Trump nem fez campanha por ele, declarar que já votou nele, por voto antecipado. Então, acho que vão atravessar este período e, especialmente se Trump for derrotado e não perderem controle da Câmara, vão se reagrupar. Acima de tudo, acho que o partido vai tentar se vacinar para evitar a emergência de um demagogo perigoso como Trump na próxima eleição. Trump é, em parte, resultado da complacência nas primárias, foi encarado como o candidato que não precisava ser levado a sério e, assim, não foi denunciado como devia.

Há quanto tempo a ideia de vitória eleitoral não era associada a tanta apreensão?

O eleitorado está basicamente dividido pela metade. Não importa quem vencer na terça feira, o país não vai lhe dar um período de lua de mel. No quadro que temos agora, 2017 está se configurando com um ano desagradável. ●

Douglas Brinkley: professor da Rice University.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de novembro de 2016

Uma radiografia de Trump e Clinton: dois estatistas irresponsáveis; dois desastres deploráveis

Juan Ramón Rallo



Hillary tem promessas pavorosas e executáveis; já Trump tem promessas ruins e impraticáveis

Ganhe quem ganhar hoje, não há boas notícias para os americanos. Tanto Hillary quanto Trump – caso coloquem em prática suas respectivas plataformas – será um desastre para a principal economia mundial, ainda que por razões distintas:

Hillary sufocará os poupadores, investidores e trabalhadores qualificados com mais impostos; já Trump condenará todos os pagadores de impostos a um Himalaia de dívida pública.

Hillary Clinton: mais gastos e mais impostos- Começemos pela candidata democrata. Hillary é uma das aspirantes à presidência dos EUA que mais abertamente defende o estatismo e o intervencionismo governamental em toda a história do país: embora seja natural candidatos democratas defenderem mais Estado, o fato é que a incompetência de seu rival lhe permitiu assumir o risco eleitoral de manter um discurso muito mais liberticida do que o habitual em eleições. (Perante qualquer outro rival minimamente mais libertário, Clinton não teria a mínima chance de vencer com semelhante radicalismo).

Consequentemente, a democrata almeja incrementar (ainda mais) o tamanho do ineficiente, caro, esbanjador e distorcido Estado de bem-estar americano:

Na educação, promete gastar durante a próxima década US\$ 700 bilhões a mais

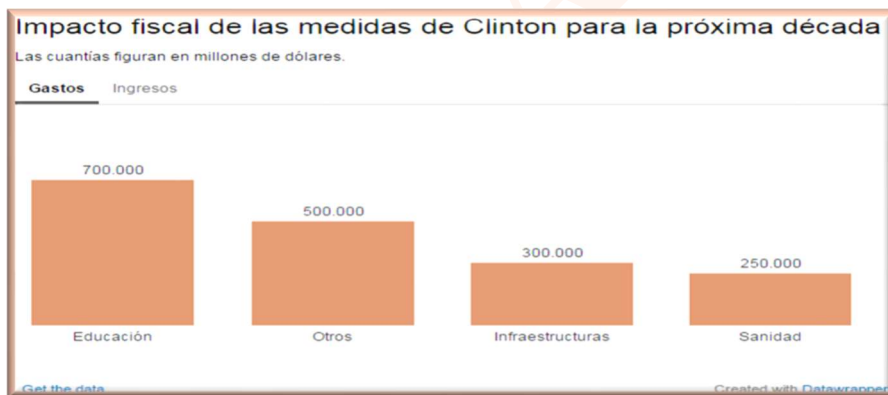


REFLEXÕES XXII

em bolsas universitárias e pré-universitárias (avancando progressivamente até a estatização de fato da educação nos EUA). Para a saúde, desembolsará US\$ 250 bilhões adicionais para aprofundar o já falido Obamacare (por meio da expansão da cobertura dos extremamente caros Medicaid e Medicare, o que, de novo, levará a um progressivo avanço da estatização da saúde dos EUA). Para a infraestrutura, seu plano é destinar US\$ 300 bilhões adicionais para a reforma de estradas, portos, aeroportos e ferrovias. Finalmente, mais US\$ 500 bilhões serão destinados às mais diversas rubricas, como licença-maternidade, subsídios às indústrias nacionais, programas de estímulo econômico, etc.

Um esbanjamento de dinheiro dos americanos estimado em US\$ 1,750 trilhão pelos próximos dez anos.

Gráfico 1: plano de aumento de gastos de Hillary Clinton



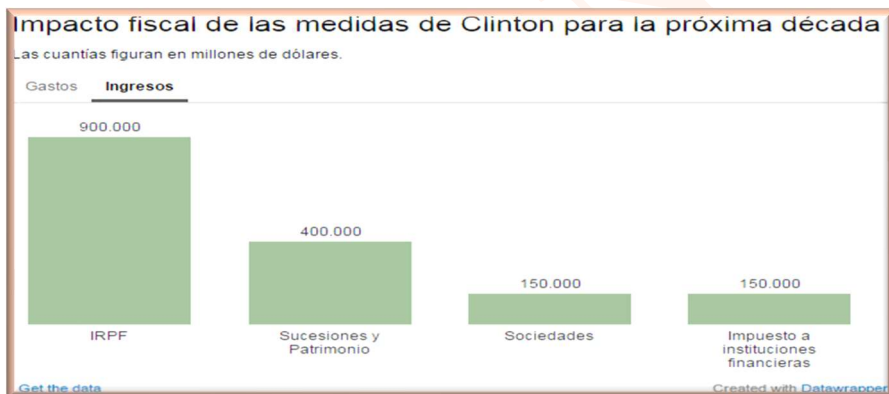
E como Hillary pretende pagar tamanha fatura? Evidentemente, com mais impostos. Mais de um trilhão de dólares virá do aumento do IRPF dos trabalhadores mais qualificados do país (aqueles que ganham mais de US\$ 190 mil dólares por ano). Outros US\$ 400 bilhões virão da abolição de deduções fiscais (o que, na prática, significa aumento de impostos). Um aumento dos impostos sobre os ganhos de capital dará mais US\$ 350 bilhões de dólares para o governo. E um imposto especialmente punitivo para as grandes

REFLEXÕES XXII

fortunas gerará mais US\$ 300 bilhões para o governo. Ou, ao menos, é isso o que a equipe de Hillary imagina.

Mas tem mais: a candidata democrata também pretende aumentar a arrecadação do IRPJ aumentando a base de contribuição, o que tende a afetar as pequenas empresas. Quer também punir com severas multas as empresas que não repatriarem lucros do exterior (gerando ao governo US\$ 150 bilhões). Elevará as alíquotas do imposto sobre herança (mais US\$ 250 bilhões) e, por fim, criará um novo tributo sobre as instituições financeiras (US\$ 150 bilhões). No total, US\$ 1,60 trilhão nos próximos 10 anos.

Gráfico 2: plano de aumento de receitas de Hillary Clinton



Em suma: embora o plano fiscal de Hillary não irá necessariamente explodir o endividamento do governo (US\$ 150 bilhões em 10 anos, muito embora é importante ressaltar que a dívida total aumentará mais US\$ 10 trilhões durante este período pelo efeito dos juros), ele resultará em um aumento acentuado do parasitismo estatal sobre a sociedade americana.

Rapinar a poupança e a criação de riqueza para incrementar a dependência dos subsídios estatais de uma parcela crescente da sociedade (seus atuais e futuros eleitores), e sufocar a economia privada em prol do aumento do Estado não é um plano condizente com a liberdade. É verdade que Hillary, sendo comprovadamente

uma mentirosa compulsiva – como são todos os políticos –, poderia muito bem estar enganando os eleitores sobre suas reais intenções. Porém, analisando sua trajetória e as intenções do *establishment* democrata, tudo indica que seu programa fiscal avançará pelo caminho da servidão.

Donald Trump: populismo fiscal com mais endividamento- Muito já foi dito sobre as propensões protecionistas e neomercantilistas de Trump. Ele já prometeu uma tarifa de importação de 45% sobre todos os produtos chineses, e ameaçou retaliar economicamente a Ford caso esta abra mais fábricas no México. Essa torrente de ideias políticas impressionou até mesmo o *site* esquerdista Vox, que publicou um artigo sobre "as ideias econômicas de esquerda que Trump está adotando". Sendo assim, aqui iremos nos concentrar em sua política fiscal, como feito acima com Hillary.

Trump vem baseando sua proposta fiscal em uma acentuada redução de impostos para famílias e empresas. Por esta razão, alguns liberais e libertários passaram nutrir simpatias pelo candidato no âmbito estritamente econômico: frente à voracidade tributária de Hillary, o magnata nova-iorquino parece ao menos trazer um sopro de alívio sobre os pagadores de impostos americanos.

No entanto, e aí jaz o principal problema de suas promessas eleitorais, todo o seu prometido corte de impostos não passa de um mero populismo fiscal, pois não haverá nenhum corte de gastos. Ao contrário: Trump promete redução de impostos e aumento de gastos, o que significa que uma eventual redução de impostos será inteiramente financiada por mais endividamento do Estado, o que, por sua vez, significa que quem realmente arcará com a fatura serão as gerações futuras. "Baixo seus impostos hoje e cobro a fatura amanhã, com juros". Eis aí a clássica definição do populista. Keynes estaria orgulhoso.

Começemos pela sua redução de impostos. Trump promete uma autêntica revolução nos impostos sobre a poupança e o investimento: a alíquota máxima do IRPJ será diminuída dos atuais

REFLEXÕES XXII

35% para 15%. Lucros repatriados do exterior serão tributados em 10%. As indústrias poderão colocar em seus balancetes uma depreciação mais acelerada de seus ativos (o que reduz a mordida do imposto de renda). Tudo isso gerará uma redução de US\$ 2,85 trilhões em 10 anos. Adicionalmente, o republicano também promete eliminar o imposto sobre heranças (US\$ 200 bilhões).

Mais: Trump também promete aliviar o IRPF reduzindo o número de alíquotas: as atuais 10%, 15%, 25%, 28%, 33%, 35% e 39,6% seriam reduzidas para apenas três: 12%, 25% e 33%.

Ao mesmo tempo em que pretende eliminar várias deduções fiscais, ele promete criar outras vinculadas à dependência e ao cuidado de crianças (a redução total seria de US\$ 1,45 trilhão). No total, portanto, estamos falando de uma redução de receitas da ordem de US\$ 4,5 trilhões em dez anos.

Gráfico 3: redução das receitas do governo segundo o plano de Donald Trump



Pessoalmente, sempre sou a favor de toda e qualquer redução de receitas do governo. Qualquer política que venha a implantar tamanha redução de impostos sobre famílias e empresas tem minha simpatia. No entanto, para que tal medida gere efeitos positivos e duradouros (e não meros voos de galinha que cobram um preço alto no futuro), tal corte de impostos tem necessariamente de ser

acompanhado de um igual corte de gastos.

É imprescindível que uma redução de impostos seja feita concomitantemente a um corte de gastos. Caso contrário, a diferença será obtida por meio do endividamento do Estado, o que significa que um dinheiro que poderia estar indo para o financiamento de atividades produtivas será integralmente direcionado para os títulos públicos do Tesouro, financiando os déficits do governo. E com o agravante de que essa conta terá de ser paga, com juros, no futuro.

O que realmente mensura o tamanho do parasitismo estatal não é a carga tributária, mas sim o quanto o Estado efetivamente gasta. Cada centavo gasto pelo Estado foi retirado da economia privada, seja via impostos seja via empréstimos tomados pelo governo junto ao setor privado. Se os gastos do governo não são atacados, o parasitismo estatal continua intacto.

E que Trump apresentou nessa área? Nada de positivo.

Embora ele de fato tenha apresentado uma ideia chamada de Penny Plan (na qual os gastos discricionários do governo seriam reduzidos em 1% ao ano), essa proposta, mesmo que fosse integralmente implantada, seria completamente inócua para equilibrar o orçamento após a forte redução de receitas.

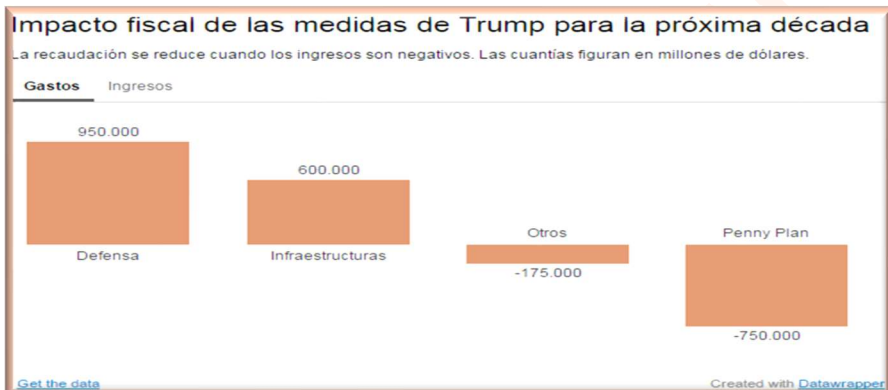
Mas tudo piora: se somarmos todas as promessas de aumentos de gastos feitas por Trump, o gasto público não apenas não cai como, ao contrário, aumenta (menos que sob Hillary, mas aumenta).

Mais especificamente, se Trump de um lado propõe cortes de 1% ao ano durante os próximos 10 anos (o que daria US\$ 750 bilhões ao ano) em conjunto com um maior rigor sobre os subsídios estatais (um corte adicional de US\$ 175 bilhões), ele também defende aumentos notáveis em outras rubricas: aumento dos gastos militares com mais tropas e mais equipamentos; modernização das forças armadas em questões de ciber-segurança e na guerra contra o Estado Islâmico (mais US\$ 450 bilhões); e maiores transferências sociais para os veteranos de guerra (entre US\$ 500 bilhões e 1 trilhão).

REFLEXÕES XXII

Mas agora vem o melhor: Trump simplesmente promete duplicar os gastos de Hillary em infraestrutura (US\$ 600 bilhões, podendo chegar a US\$ 1 trilhão). No total, tirando por baixo, estamos falando de um aumento do gasto público de US\$ 650 bilhões em 10 anos.

Gráfico 4: aumento dos gastos do governo segundo o plano de Donald Trump



Dito de outra forma, Trump pretende reduzir a arrecadação do governo em US\$ 4,5 trilhões e aumentar os gastos em US\$ 600 bilhões: um buraco fiscal de mais de US\$ 5 trilhões de dólares. Isso não é reduzir impostos e nem muito menos reduzir o Estado. Isso é simplesmente custear uma campanha eleitoral endividando furiosamente os pagadores de impostos americanos para que eles próprios arquem com a fatura no futuro.

Na melhor das hipóteses, levando em conta eventuais aumentos marginais na arrecadação gerados pela redução de impostos – como pressupõe a Curva de Laffer –, estamos trabalhando com um déficit de pelo menos US\$ 3,2 trilhões.

Considerando que dívida total aumentará mais US\$ 10 trilhões durante este período pelo efeito dos juros, o orçamento do governo federal sob Trump levaria a um déficit acumulado de pelo menos US\$ 13 trilhões em 10 anos, o que dá mais de US\$ 1 trilhão por ano.

Vale repetir: incluindo estimativas muito otimistas a respeito das promessas de Trump, seu programa fiscal implica aumentar acentuadamente o endividamento do governo (ou seja, dos pagadores de impostos americanos) em pelo menos US\$ 13 trilhões na próxima década. O "extravagante e pródigo" Obama aumentou em "apenas" US\$ 8,7 trilhões em seus dois mandatos – sendo que boa parte havia sido contratada ainda sob o governo de George W. Bush.

Conclusão- Tanto Hillary Clinton quanto Donald Trump apresentaram propostas fiscais incrivelmente irresponsáveis. Hillary pretende financiar suas promessas de mais gastos com novos e maiores impostos. Já Trump planeja o mesmo por meio de muito mais endividamento.

O plano de Clinton é lamentavelmente factível: a candidata democrata continuará percorrendo o caminho já iniciado por Obama de ir expandindo pouco a pouco o tamanho do Estado para evitar que o sapo (os pagadores de impostos) perceba que está sendo cozinhado na água quente (estima-se que a dívida pública aumentará 11 pontos percentuais em relação ao PIB sob Hillary).

As propostas de Trump são, por sua vez, puro populismo fiscal. E irrealizáveis: o próprio candidato republicano já teve de retificar várias vezes suas propostas fiscais (segundo as quais o IRPF teria apenas três alíquotas de 10%, 15% e 25%) porque a queda na arrecadação era demasiada grande e não financiável até mesmo para seus padrões. (Originalmente, estimava-se que sua administração aumentaria a dívida em mais de 50 pontos percentuais em relação ao PIB; agora, "apenas" 30 pontos). Hillary possui um programa pavoroso, porém, e infelizmente, realizável; Trump possui um programa igualmente pavoroso, porém não realizável. (Se bem que a alternativa que ele venha a apresentar caso vença pode ser ainda pior). Hoje, milhões de americanos irão às urnas. Melhor fariam se se rebelassem contra elas por terem de escolher entre dois desastres igualmente deploráveis. ●

Juan Ramón Rallo: economista e advogado
Artigo publicado no dia 8 de novembro de 2016

Potências em luta: a pior crise entre Rússia e Ocidente desde a Guerra Fria

Mark Galeotti



Vivemos o momento mais perigoso de tensão entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria. Enquanto os russos acusam Estados Unidos e União Europeia de enganar e marginalizar seu país, os norte-americanos os denunciam por tentar interferir em suas eleições presidenciais e por crimes de guerra na Síria. Autor de mais de 10 títulos sobre Rússia, segurança e crime transnacional, o acadêmico britânico Mark Galeotti afirma que Putin se sente traído por perder a influência na Ucrânia e aproveitará qualquer desculpa para usar seu poderio bélico. Mas, para ele, o paralelo não é a Guerra Fria: *“Temos de pensar na Rússia do século XIX, um país que demanda respeito e ignora pressões. Podemos esperar demonstrações de força”*

*Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem
Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final
Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial...*

(Fora da Ordem, de Caetano Veloso, 1991)

Dezembro marca o 25º aniversário da dissolução da União Soviética. Este ano, a data será comemorada num tom bem mais sombrio do que o que marcou o anúncio da renúncia de Mikhail Gorbachev, o último presidente do superpoder comunista, em 1991. Há duas semanas, Gorbachev, aos 85 anos, alertou: o mundo chegou ao momento mais perigoso de tensão entre a Rússia e os Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria.

A maior força militar russa de superfície deslocada desde a Guerra Fria ruma para o que pode ser o assalto final a Aleppo, a única grande

cidade síria ainda em poder de rebeldes, descrita pela ONU esta semana, como um matadouro de civis. O governo Obama denunciou a Rússia e a Síria por crimes de guerra em Aleppo e, no dia 11, Vladimir Putin cancelou, na última hora, uma visita à França, depois que François Hollande repetiu a acusação. Mas a União Europeia não conseguiu chegar a um acordo sobre a imposição de novas sanções contra Moscou.

Numa intriga sem precedentes na história dos EUA, múltiplos órgãos de inteligência apontam para a Rússia como fonte do *hacking* de e-mails da campanha democrata à presidência. Vladimir Putin odeia Hillary Clinton e o sentimento é mútuo. A expressão Guerra Fria voltou a circular entre políticos, na mídia e na imaginação de *kremlinólogos*.

Mark Galeotti é um dos mais consultados especialistas ocidentais sobre o labirinto do poder na Rússia contemporânea, onde passa temporadas regulares. Um britânico com carreira acadêmica na Inglaterra e nos EUA, hoje ele é *fellow* do Instituto de Relações Internacionais de Praga. Está para lançar dois livros, o primeiro sobre as forças armadas russas, o próximo sobre crime organizado na Rússia.

O Aliás aproveitou a rápida passagem do professor Galeotti por Nova York. A seguir, a entrevista exclusiva, gravada no barulhento terraço de um pub irlandês, no centro de Manhattan.

A tensão do Ocidente com a Rússia pode ser corretamente descrita como uma volta da Guerra Fria?

Não acho isso útil, “Guerra Fria” vem com tanta bagagem, evoca um vasto confronto ideológico em que um lado tenta converter o outro e ambos querem expansão. Apesar de haver clima de conflito entre o Ocidente e Rússia, Putin não procura a expansão além das suas cercanias e esfera de interesse, não quer suas tropas marchando no Champs Élysées. A motivação real é defensiva. A Rússia quer ver o que considera influência estrangeira fora de seu



território e também quer manter uma esfera de influência. Infelizmente, porque é “Moscou contra Washington”, por ser um conflito que não é uma guerra, as pessoas se voltam para a Guerra Fria como um paralelo. Mas o paralelo melhor seria pensar no século XIX. Foi um período em que os países estavam em competição permanente entre si. A certa altura, estavam em guerra, em seguida se tornavam aliados. Não havia a expectativa de uma base estável. Esta é a visão de Putin: um mundo do século XIX.

Mas esta visão não mudou desde que ele assumiu o primeiro mandato em 2000?

Sim. Putin chegou ao poder usando linguagem nacionalista dura, mas agiu com pragmatismo. Ele não esperava transformar a Rússia numa democracia ocidental, achava possível uma convivência de compreensão com o Ocidente. Acredito que isso se deve, em parte, ao fato de que Putin nunca entendeu as democracias ocidentais. Achou que sempre poderia fazer acordos em termos pragmáticos e não sofreria interferência alguma, enquanto ele fosse um aliado conveniente. Lembro-me do 11 de Setembro, Putin foi o primeiro a tomar iniciativa de oferecer cooperação. Era o tipo da crise em que, pensou, posso ajudar vocês e vocês não me incomodam com a minha guerra na Chechênia. Desde que retornou à presidência, em 2012, Putin acredita que o Ocidente é ativamente hostil ao sistema russo. Há também uma questão psicológica: à medida que Putin envelhece e fica mais cercado de puxa-sacos, como todos os líderes autoritários, está mais preocupado com o destino da Rússia, o dele e o legado que vai deixar. Por isso acho que tem uma visão menos pragmática e mais grandiosa.

Putin se sente traído? A queda do governo pró-Moscou da Ucrânia, em 2014, seria um exemplo deste sentimento?

Sim, ele claramente se sente traído. Ele acha que o Ocidente tinha um plano de enganar e marginalizar a Rússia. Desde a expansão da OTAN, a guerra de Kosovo, o ataque à Líbia até a Ucrânia. Ele acreditava que o Ocidente queria roubar a Ucrânia da Rússia. Não concordo, mas não nego que o Ocidente, especialmente os EUA, conduziram mal a relação com a Rússia, inclusive com a chamada

política de *reset*, de "zerar" a tensão após a guerra entre Rússia e Geórgia e recomençar relações diplomáticas em termos mais construtivos, implantada por Obama, em 2009. Podemos voltar também aos anos 1990. Lembro que o Ocidente não se opôs a Boris Yeltsin bombardear seu Parlamento quando sofreu impeachment, em 1993, e roubou uma eleição em 1996. E isso nos faz parecer hipócritas quando reclamamos de roubo eleitoral na Rússia hoje.

É justo descrever a política do reset, alardeada pela então Secretária de Estado Hillary Clinton, em 2009, como ingênua e pouco engajada?

Sim, as duas coisas. O *reset* foi anunciado logo depois da guerra na Geórgia. Os russos basicamente invadiram a Geórgia e tomaram dois pequenos pedaços do país, Abkázia e Ossétia do Sul. Nós esperneamos e exclamamos, que terrível! Alguns meses depois, Hillary Clinton oferece o *reset*. A lição em Moscou, e ouvi isto de militares e diplomatas, foi: o Ocidente é tão pragmático e cínico como nós. Quando falam em direitos humanos e soberania, é espetáculo, não precisamos levar a sério. O *timing* para o *reset* foi, para eles, um sinal de que tudo era negociável. Os EUA não ofereceram nada à Rússia para ter uma relação mais positiva com o Ocidente, era esperança piedosa.

Acredita em argumentos recentes de que o centro do poder em Moscou nunca teve planos de democratização, apenas pilhou o tesouro para se proteger, no período final da União Soviética?

Eu não aceito a ideia de uma conspiração em longo prazo. O Partido Comunista, nos últimos dias da União Soviética, não era composto por marxistas ou leninistas. Era gente que se juntava ao partido para ter conforto e poder. Esses oportunistas cruéis perceberam que o sistema ia desmoronar, começaram a transferir dinheiro e a criar suas rotas de fuga. Era uma coisa de pessoas ou pequenos grupos. Até o fato de que o tesoureiro do partido, Nikolay Kruchina, caiu misteriosamente de sua janela e morreu, dias depois do golpe contra Gorbachev, em 1991, e os arquivos financeiros desapareceram com ele, mostra que o dinheiro foi para mãos privadas. O regime Yeltsin

que assumiu o poder foi, desde o começo, uma aliança instável entre reformistas liberais genuínos e pragmáticos que abandonaram o partido. E estes venceram, Yeltsin passou a contar com eles. Os liberais, ou foram seduzidos pela oportunidade de se tornar obscenamente ricos, ou acabaram marginalizados. Foi um processo de oportunismo, acaso e ganância que levou à ascensão de Yeltsin.

Putin é visto, não como estrategista, mas como um oportunista tático?

Sim, Putin é um oportunista eficaz. Por ser um líder autoritário, pode se mover rápido e a invasão da Crimeia é bom exemplo. Dois meses antes, não havia suspeita de que estariam prontos para invadir. Quando o regime de Kiev caiu, em fevereiro de 2014, decidiram que era preciso agir para que a Ucrânia não “fosse roubada” pelo Ocidente, afinal, tinham suas bases navais lá, mas viram também uma boa oportunidade. Os habitantes da Crimeia eram insatisfeitos, preferiam ser russos do que ucranianos e, para Putin, a Ucrânia não era um país, era uma colcha de retalhos.

Como este oportunismo se revela no ataque na Síria que começou há um ano?

A operação começou com um objetivo e se tornou algo diferente. Quando Putin primeiro enviou sua força aérea, pegou todos de surpresa – de novo, tática impecável. Ele queria fortalecer Assad para impedir o colapso do regime. Mas, o mais importante, a meu ver, foi a motivação geopolítica dirigida aos Estados Unidos. Naquele momento, em setembro de 2015, os norte-americanos faziam um esforço consistente para isolar a Rússia diplomaticamente. Foi a maneira de Putin dizer a Obama, você não pode me excluir. E funcionou. Mas, depois de conseguir o objetivo diplomático, Putin anunciou uma retirada. Só que a retirada não aconteceu, foi um revezamento de forças e uma escalada do engajamento. Vejo dois motivos aí: Putin temeu correr o risco da queda do regime Assad, mas acho também que a missão mudou, passou a ser uma demonstração de que a Rússia tem um papel no Oriente Médio. De certa forma, a Rússia é um destes animais que estufa o peito para fazer os outros bichos recuarem. Veja, a Rússia é

um país fraco, sua economia é relativamente pobre, seu exército muito menos formidável do que imaginamos. Quanto mais ela impressiona, especialmente na Europa, mais os países ficam amedrontados.

Mas a Rússia não tem dinheiro para reconstruir a Síria, o que vai fazer se ocupar Aleppo, uma cidade devastada?

A Rússia pode demonstrar que consegue explodir coisas, o que, numa guerra, é um atributo útil. Se eles tomarem Aleppo, acho que Damasco poderá forçar alguns grupos rebeldes a negociar. Para os russos, a paz vem com poder de fogo superior. Não acho que vai dar certo, mas, de acordo com as fontes com quem converso, parece ser o plano. Os russos vão esperar que o Ocidente faça a faxina na Síria porque é o destino dos refugiados. Sem tornar a Síria habitável, não é possível deter a onda de refugiados. O cálculo dos russos é, nós ganhamos a guerra e deixamos a Europa se encarregar da paz.

O que acha da ideia de interferir na eleição norte-americana, por meio do *hacking*?

É interessante. O tema contínuo, para mim, é Putin fazendo movimentos táticos sagazes que em longo prazo prejudicam a Rússia, como ocupar a Crimeia e a região de Donbass, no leste da Ucrânia, que resultou nas sanções. Agora, Moscou tem que gastar muito para sustentar Donbass. Síria, a mesma coisa. Conseguiram deter os EUA. Agora, vão ser sugados por um conflito mais longo. Quanto à eleição, não acredito que os russos tivessem a menor expectativa de vitória de Trump. Acreditavam na vitória de Hillary Clinton e a consideram uma inimiga do regime. Lembre-se de que a primeira leva de e-mails *hackeados* foi para mostrar que o Partido Democrata favorecia Hillary. É um argumento favorito da propaganda russa: todos são maus como nós. Os russos não querem ser vistos como bonzinhos, querem provar que os outros países são tão ruins como eles. E a história de *hackear* as máquinas de votação, nem acredito ser possível, reforça a paranoia do eleitorado de Trump e enfraquece Hillary. Então, o cálculo parece ser o de um cenário de tensão interna que distraia Hillary de aventuras em política externa. Não que eu acredite que vá funcionar. De fato,

conseguiram fazer com que os norte-americanos vejam a Rússia como uma ameaça política e existencial mais séria do que antes.

Acredita na ideia de que Vladimir Putin é prisioneiro do grupo de poder que o apoia?

Putin certamente tem muito dinheiro, mas não os US\$ 40 bilhões que alegam aqui. Ele não está enchendo contas na Suíça – quem faz isso planeja para a vida depois do poder e não acredito que ele pense nestes termos. Toda a Rússia é o seu cofrinho. Quando ele quer uma coisa, o Estado compra ou um oligarca dá de presente para ele. De alguma forma, ele é um prisioneiro da gaiola dourada que criou, está cada vez mais cercado de gente que diz o que acha que ele gosta de ouvir, sem compromisso com a realidade. Um sinal disso foi a ocupação de Donbass; disseram a ele que seria fácil e rápido. Eu estava em Moscou, na época e todos diziam: em seis meses, Kiev vai capitular e tudo volta a ser como antes. Mas Putin continua com poder absoluto, como vimos, em agosto, com a demissão de seu chefe de gabinete, Serguei Ivanov, mais poderoso do que o Primeiro-Ministro Medvedev. O motivo? Podemos especular. Acho que ele está com suspeitas cada vez maiores da elite e quer se livrar dos que têm poder e ambição. Ivanov era detestado, mas visto como o principal adversário se Putin tivesse morte súbita. Putin está promovendo assessores mais fracos, cuja lealdade pessoal a ele, considera maior.

Matar líderes da oposição como Boris Nemtsov, em 2015, é uma tática?

Acredito que o assassinato de Nemtsov foi um trabalho independente de Ramzam Kadyrov, o presidente da Chechênia. O Kremlin não precisa matar opositores, é um mau negócio. Em primeiro lugar, a maioria deles não é herói. E O FSB, o serviço de segurança federal, ressuscitou uma técnica da era soviética muito eficaz, o de conversas “profiláticas.” Digamos que você tenta organizar um grupo de ativistas sindicais ou ambientalistas. O FSB lhe convida para um papo. Algum coronel de modos suaves lhe recebe e não faz qualquer ameaça explícita. Mas deixa claro que sabe tudo sobre você, especialmente sobre sua família. Para a

maioria das pessoas, isso basta.

Quem tira o sono de Putin? A classe média castigada pelas sanções? Trabalhadores?

Não a classe média, que é relativamente pequena. Não há oposição organizada. Ele vê duas ameaças, a primeira da classe trabalhadora; houve aumento de agitação sindical; as greves aumentaram 25% no último trimestre. Quando os protestos são em escala maior, como o dos caminhoneiros em dezembro passado, ele faz concessões, no caso, sobre os pedágios, mas sem alarde. Mas a ameaça real que Putin vê é um golpe da elite, não falo de tanques nas ruas. Putin teme que uma massa crítica na elite tente se livrar dele. Sabemos que há um número crescente de ricos e poderosos infelizes com o estado das coisas. A maioria é de cleptocratas pragmáticos. E já se ouve em Moscou conversas sobre o futuro pós-Putin. A questão é, quem dá a partida? Quem se arrisca?

A reeleição de Putin em 2018 é vista como certa?

Ele deve se reeleger. Mas não será impossível algo acontecer no próximo mandato.

Se pensar em termos de Guerra Fria é improdutivo, como o Ocidente deve enfrentar a agressividade de Putin?

A contenção, um instrumento desenvolvido na Guerra Fria, é útil. Mas precisamos cunhar outra expressão. O mundo hoje é completamente diferente. Na época da Guerra Fria, Rússia e Estados Unidos eram isolados entre si, havia pouco comércio e um lado disparava propaganda contra o outro. Hoje, o mundo está conectado. A juventude russa faz compras na GAP, usa iPhones e passa férias na Turquia, a Rússia importa 40% do que come. A Rússia não pode virar uma Coreia do Norte. Isso afeta a Rússia e nos afeta. Londres e outros centros financeiros se beneficiam de comércio com a Rússia, estamos inextricavelmente ligados. O que é preciso é um foco mais agudo. Historicamente, os ocidentais fizeram barulho e agiram pouco e os russos veem isso como falação. Para mostrar que tem dentes, o Ocidente precisa ser mais duro com sanções. As sanções sistêmicas, atingindo setores da economia,

REFLEXÕES XXII

depois da invasão da Ucrânia, surtem efeito em longo prazo. Elas seriam eficazes se a economia russa estivesse numa curva de recuperação e a recuperação fosse estancada. Pessoas evoluíram para sanções sistêmicas. Eles são cosmopolitas, só pensam em si mesmos e são os que tomam decisões. É mais fácil dar a essa elite razões para achar que Putin se tornou tóxico, um obstáculo. ●

Mark Galeotti: acadêmico britânico e escritor, especializado em Rússia.

Artigo publicado no jornal o Estado de S. Paulo no dia 23 de outubro de 2016

A teoria do valor-trabalho ainda assombra a humanidade e segue causando estragos

Steve Horwitz



Se essa falácia for compreendida, toda a ideia de “exploração capitalista” é derrubada

Por que muitos alunos acreditam merecer notas boas por um trabalho (escolar ou acadêmico) em que gastaram muito tempo fazendo? Para eles, o parâmetro não está na qualidade do trabalho, mas sim no total de horas empenhadas em sua consecução.

Essa confusão fundamental sobre o valor do trabalho é o cerne da crítica marxista ao capitalismo.

O centro de tudo- Por milhares de anos, os seres humanos acreditaram que a terra era o centro do universo, e que o sol girava em torno dela. Com o advento das pesquisas sistemáticas, os cientistas passaram a desenvolver explicações crescentemente complexas sobre o porquê de suas observações do universo não baterem com essa hipótese. Quando Copérnico e outros ofereceram uma explicação alternativa que realmente era capaz de explicar os fatos observados, e o fizeram de maneira clara e concisa, o modelo heliocêntrico triunfou. A revolução copernicana mudou a ciência para sempre.

Nas ciências econômicas, há uma história similar. Por centenas de anos, vários economistas acreditaram que o valor de um bem dependia do custo de se produzi-lo. Em particular, vários seguiam a 'teoria do valor-trabalho', segundo a qual o valor de um bem era determinado pela "quantidade de trabalho socialmente



necessário" para a sua fabricação.

Por exemplo, se a produção de um par de sapatos consumiu quatro horas de trabalho, e se são necessárias duas horas de trabalho para preparar e assar um bolo, então a "taxa de câmbio" justa entre essas duas mercadorias deveria ser a de um par de sapatos por dois bolos. Dessa maneira, esses dois bens seriam trocados a uma taxa que representa quantidades comparáveis do tempo de trabalho gasto para produzi-los.

Assim como a visão geocêntrica do universo, a teoria do valor-trabalho tinha, superficialmente, alguma plausibilidade — afinal, com alguma frequência, bens que demandam mais trabalho para ser produzidos possuem mais valor.

No entanto, assim como a história da astronomia, a teoria foi se tornando cada vez mais complicada à medida que tentava explicar algumas objeções óbvias. Por exemplo, um homem pode gastar centenas de horas fazendo sorvetes de lama ou cavando buracos, mas se ninguém atribuir qualquer serventia a estes sorvetes de lama ou a estes buracos – e, portanto, não os valorizar o suficiente para pagar alguma coisa por eles –, então tais produtos não têm nenhum valor, não obstante as centenas de horas gastas em sua fabricação.

Começando na década de 1870, a ciência econômica vivenciou a sua própria versão da revolução copernicana, uma vez que a teoria do valor subjetivo se tornou a explicação preferida para o valor dos bens e serviços.

Como será demonstrado mais abaixo, o valor de um bem não deriva da quantidade de trabalho despendida em sua fabricação. O valor de um bem é subjetivo: depende do uso e do grau de importância pessoal (subjetiva) que alguém confere a ele (seja uma mercadoria ou um serviço). Se o bem servir para algum fim ou propósito, então terá valor para ao menos uma pessoa.

Hoje, a teoria do valor-trabalho possui apenas um minúsculo número de seguidores entre os economistas profissionais, mas permanece extremamente popular em outras disciplinas acadêmicas, quando elas resolvem discutir assuntos econômicos.

Permanece também bastante popular entre o público em geral. (Entre os estudantes, a teoria do valor-trabalho, como observado acima, é extremamente popular para balizar notas de monografias acadêmicas e trabalhos escolares).

O fantasma de Karl Marx (e de Adam Smith)- Um dos motivos de a teoria do valor-trabalho ainda ser a explicação favorita de várias outras disciplinas se deve ao fato de elas recorrerem ao mais famoso defensor desta teoria para utilizá-lo como base de seus estudos econômicos: Karl Marx.

Mas Marx não foi o único economista a seguir esta teoria. Tampouco a teoria do valor-trabalho era adotada exclusivamente por socialistas. Adam Smith também acreditava em uma versão mais branda desta teoria. Para Marx, a teoria do valor-trabalho estava no centro de sua visão a respeito dos problemas do capitalismo. O argumento de que o capitalismo explorava os trabalhadores dependia crucialmente da ideia de que o trabalho era a fonte de todo o valor, e que, conseqüentemente, os lucros dos capitalistas eram "tomados" dos trabalhadores, que mereciam ficar com o valor daquilo que produziram.

Se o trabalho de um operário produziu três pares de sapatos durante uma jornada de doze horas, então, para Marx, o trabalhador tem o direito ao valor destes três pares de sapatos produzidos pelo seu trabalho. Contudo, o capitalista que contratou o trabalhador não lhe paga um salário igual ao valor dos três pares de sapatos que este produziu. Isso ocorre, segundo Marx, simplesmente porque o capitalista é o proprietário da fábrica e das máquinas (a fábrica e as máquinas são a propriedade privada que o trabalhador utilizou para produzir esses sapatos).

O empregador paga ao trabalhador um salário somente igual a, digamos, dois pares de sapatos, desta forma "roubando" uma parte do valor do seu trabalho. Todo esse conceito de 'alienação' desenvolvido por Max se baseava no fato de que é o trabalho o que nos torna humanos e de que foi o capitalismo quem destruiu nossa capacidade de ter alegria em nosso trabalho e de controlar as condições nas quais criamos valor. Sem a teoria do valor-trabalho,

não está claro como a crítica de Marx ao capitalismo continuaria válida. Parte do problema, para Marx e para todos os outros que aceitaram a teoria do valor-trabalho, é que havia tantos furos óbvios nesta teoria do valor-trabalho, que eles tiveram de construir explicações cada vez mais complexas para lidar com cada uma das objeções.

Por exemplo, como a teoria do valor-trabalho explica o valor dos recursos naturais? Como ela explica o valor de um lote de terra? Como ela explica o valor de grandes obras de arte que foram produzidas com uma pequena quantidade de trabalho, mas que alcançavam preços extremamente altos? E o que dizer das diferenças de habilidade entre os indivíduos, o que significa que cada um deles gastaria tempos distintos para produzir o mesmo bem, com a mesma qualidade?

Os economistas clássicos, inclusive Marx, tentaram oferecer explicações pontuais para cada uma destas exceções, mas, assim como as crescentemente complexas explicações dos geocêntricos, eles abriram mão do cientificismo e, com isso, cederam espaço para outros apresentarem explicações melhores.

A revolução austríaca- Na ciência econômica, essa explicação surgiu quando, como Copérnico, vários economistas perceberam que a explicação antiga estava completamente invertida. Esse ponto foi deixado cristalino na obra do economista austríaco Carl Menger (1840-1921), cujo livro, *Princípios de Economia Política*, de 1871, não apenas ofereceu uma nova explicação para a natureza do valor econômico, como também foi o responsável por estabelecer a Escola Austríaca de Economia.

O que Menger e outros argumentaram é que o valor é subjetivo. Ou seja, o valor de um bem não é determinado pela quantidade de trabalho consumida em sua produção. Tampouco é determinado pelos insumos físicos, inclusive mão de obra, que ajudaram a produzi-lo. Ao contrário, assim como a beleza, o valor – como diz o velho provérbio – está nos olhos de quem o vê. O valor de um bem advém da percepção humana quanto ao seu proveito e quanto à sua função para satisfazer determinados fins aos quais os indivíduos

almejam em um determinado momento. Se o bem servir para algum fim ou propósito, então terá valor para ao menos um indivíduo.

O valor não é algo objetivo e transcendente. O valor é subjetivo. O valor é uma função da utilidade que um objeto tem como um meio para se alcançar os objetivos que fazem parte dos planos e propósitos humanos. Conseqüentemente, de acordo com os subjetivistas, a terra possui valor não por causa de algum trabalho humano utilizado em seu cultivo, mas sim porque as pessoas acreditavam que ela poderia contribuir para a satisfação de algum desejo ou necessidade (como produzir alimentos para ser consumidos), ou que ela contribuiria indiretamente para outros fins, ao ser utilizada para produzir alimentos a serem vendidos no mercado.

Obras de arte tinham valor porque várias pessoas as consideravam belas, não importa a quantidade de trabalho utilizada em sua produção. Com o valor de um bem sendo determinado pelo julgamento subjetivo de cada ser humano quanto à sua utilidade e função, as variações na qualidade do trabalho utilizado em sua produção não mais representavam um desafio para explicar seu valor.

Com efeito, o valor econômico representa uma categoria completamente separada das outras formas de valor, como o valor científico. É por isso que várias pessoas estão dispostas a pagar alguém para ler seu horóscopo, mesmo que a astrologia não tenha valor científico nenhum. O que é importante para se compreender o valor econômico de um determinado bem ou serviço é a percepção de que esse bem ou serviço possui utilidade para indivíduos que estão tentando alcançar objetivos e propósitos. E não que esse bem ou serviço possui algum valor "objetivo".

Virando Marx de cabeça para baixo- Mas a verdadeira revolução copernicana na ciência econômica ocorreu quando se demonstrou como a teoria do valor subjetivo se relacionava com a teoria do valor do trabalho. Em vez de o valor de bens e serviços ser determinado pelo valor dos insumos (como mão de obra e matéria-prima) utilizados em sua produção, a teoria do valor subjetivo

REFLEXÕES XXII

mostrou que a realidade é inversa: o valor dos insumos (mão de obra e matéria) é que é determinado pelo valor dos bens e serviços que eles ajudam a produzir.

O alto valor de mercado de uma comida mais elaborada e requintada não decorre do valor do trabalho do *chef*. Tal comida não é cara porque o salário do *chef* é alto. Ao contrário: o trabalho do *chef* é bem remunerado (seu salário é alto) exatamente porque ele é capaz de produzir uma comida que o público consumidor considera especialmente saborosa, bonita e saudável. O *chef* é bem pago porque ele sabe criar valor para seu público consumidor. Por essa visão, o trabalho é remunerado de acordo com sua capacidade de produzir bens e serviços que os consumidores voluntariamente compram porque valorizam.

Quando você, então, considera as várias maneiras como a mão de obra combinada com bens de capital (ferramentas, máquinas e demais insumos) permite que o trabalho produza bens e serviços que indivíduos consumidores apreciam, que por sua vez eleva a remuneração da mão de obra, toda a visão de mundo de Marx é imediatamente virada de ponta-cabeça. O capital não explora o trabalhador. Ao contrário, ele aumenta o valor da mão de obra ao fornecer ao trabalhador as máquinas e ferramentas de que ele necessita para produzir bens e serviços que os indivíduos valorizam.

Não fosse o capital disponibilizado pelos capitalistas (maquinário, ferramentas, matéria-prima, insumos, instalações, etc.), a mão de obra não teria como produzir estes bens de qualidade altamente demandados pelos consumidores. Consequentemente, os trabalhadores nem sequer teriam renda. Quando corretamente compreendido por meio da teoria do valor subjetivo, o capitalismo passa a ser visto fundamentalmente como um processo de comunicação por meio do qual os seres humanos tentam decidir qual a melhor maneira de utilizar recursos escassos de modo a satisfazer os mais urgentes desejos e necessidades.

Transações comerciais e preços de mercado são a maneira como explicitamos – para os capitalistas, empreendedores e trabalhadores – as nossas percepções subjetivas de valor, de modo que eles

possam encontrar a melhor maneira de nos fornecer as coisas que mais valorizamos.

Há muito trabalho a ser feito- Para os economistas, a teoria do valor-trabalho tem a mesma validade da visão geocêntrica do universo. Por essa razão, todo o aparato teórico de Marx, e consequentemente suas críticas ao capitalismo, são igualmente questionáveis. Infelizmente, muitas pessoas – tanto acadêmicos quanto leigos – estão simplesmente alheias a esta revolução copernicana na economia. Derrubar a teoria do valor-trabalho continua sendo uma tarefa intensiva em mão de obra e muito valiosa. ●

Steven Horwitz: economista estadunidense da Escola Austríaca de Economia.
Artigo publicado no dia 24 de outubro de 2016

Deu errado

J.R Guzzo



Aconteceu numa sessão qualquer de uma dessas comissões da Câmara dos Deputados em que pouca gente fala, pouca gente escuta e quase ninguém presta atenção, mas nas quais, de vez em quando, é possível ficar sabendo das coisas mais prodigiosas. No caso, o deputado Nelson Marchezan Júnior, do Rio Grande do Sul, tomou a palavra a certa altura dos procedimentos e revelou o seguinte: a Justiça do Trabalho deu aos trabalhadores brasileiros que recorreram a ela no ano passado um total de oito bilhões de reais em benefícios; no decorrer desse mesmo ano, gastou 17 bilhões com suas próprias despesas de funcionamento. É isto mesmo que está escrito aí. A Justiça do Trabalho brasileira custa em um ano, entre salários, custeio e outros gastos, o dobro do que concede em ganhos de causa à classe trabalhadora deste País. Pela aritmética elementar, calculou então o deputado, o melhor seria a Justiça do Trabalho não existir mais, pura e simplesmente. Se o poder público tirasse a cada ano oito bilhões de reais do Orçamento e entregasse essa soma diretamente aos trabalhadores que apresentam queixas na Justiça trabalhista, todos eles ficariam tão satisfeitos quanto estão hoje, as empresas reduziriam a zero os seus custos nesse item e o Erário gastaria metade do que está gastando no momento. Que tal?

Não existe nada de parecido em país algum deste mundo, ou de qualquer outro mundo. Como seria possível, numa sociedade racional, consumir duas unidades para produzir uma – e achar que está tudo bem? O sistema ao qual se dá o nome de “Justiça do Trabalho” continua sendo uma das mais espetaculares extravagâncias do Brasil – e mais uma demonstração concreta, entre talvez uma centena de outras, da facilidade extrema de conviver com o absurdo que existe na sociedade brasileira. É o que nos faz aceitar resultados exatamente opostos ao que se deseja –

REFLEXÕES XXII

estamos nos tornando especialistas, ao que parece, em agir de forma a obter o contrário daquilo que pretendemos. Todos querem naturalmente, que a Justiça do Trabalho produza justiça para os trabalhadores. Mas fazem tudo, ou aceitam tudo, para gerar o máximo de injustiça, na vida real, para esses mesmíssimos trabalhadores. Que justiça existe em gastar 17 bilhões de reais de dinheiro público – que não é “do governo”, mas de todos os brasileiros que pagam impostos – para gerar oito bilhões? É óbvio que alguma coisa deu monstruosamente errado aí. A intenção era fazer o bem; está sendo feito o mal em estado puro.

A Justiça trabalhista é acessível a apenas 40% da população; os outros 60% não têm contrato de trabalho. Ela não cria um único emprego – ao contrário, encarece de tal forma o emprego que se tornou hoje a principal causa de desestímulo para contratar alguém. Não cria salários, nem aumentos, nem promoções. Apenas tira do público o dobro do que dá. Mas vá alguém querer mexer nisso, ou propor que se pense em alguma reforma modestíssima – será imediatamente acusado de querer suprimir “direitos dos trabalhadores”. Hoje a Justiça trabalhista gasta 90% do orçamento com os salários de seus 3.500 juizes, mais os desembargadores de suas 24 regiões, mais os ministros do seu “Tribunal Superior do Trabalho”, mais os carros com chofer. Em nome do progresso social, porém, fica tudo como está.

Tudo isso, claro, é apenas uma parte da desordem que transforma a Justiça brasileira numa imensa piada fiscal. Com a mesma indiferença, se aceita que o Supremo Tribunal Federal, com onze ministros, tenha 3.000 funcionários – cerca de 300, isso mesmo, para cada ministro. Mas não é suficiente: o brasileiro tem de pagar também um bilhão de reais por ano para ser assistido por um “Tribunal da Cidadania”, de utilidade desconhecida – o Superior Tribunal de Justiça, este já com 33 ministros, quase 5.000 funcionários, incluindo os terceirizados, estagiários, e capaz de consumir dois terços inteiros do seu orçamento com a folha de pessoal.

Tempos atrás, o historiador Marco Antonio Villa trouxe a público o deslize para a demência de um órgão público que foi capaz de

REFLEXÕES XXII

consumir 25 milhões de reais, num ano, em alimentação para funcionários, pagar de 400.000 a 600.000 reais de remuneração mensal a seus ministros aposentados e ter na folha de pagamento repórteres fotográficos, auxiliares de educação infantil e até “juazeiros”. O que seria um “juazeiro”? Vale realmente tudo, nesse STJ.

Você pode querer que nenhuma mudança seja feita nisso aí. Também pode achar que esse sistema, tal como está, é uma conquista social. Só não pode querer que um negócio desses funcione. ●

J.R. Guzzo: jornalista e escreve quinzenalmente na Revista Veja.

Artigo publicado na Revista Veja no dia 2 de novembro de 2016

A reforma das reformas

José Fucs



O Estado de bem-estar social, prometido pela Constituição Cidadã de 1988, mostrou-se uma miragem. Agora, é hora de definir o que virá em seu lugar

Às vésperas da votação do texto final da nova Constituição, em julho de 1988, o então presidente da República, José Sarney, fez um pronunciamento em tom apocalíptico em cadeia nacional de rádio e TV. Preocupado com o efeito que a nova Carta teria nas contas públicas, Sarney queria pressionar os Constituintes a alterar o documento antes de votá-lo. *“Os brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável”, disse. “Primeiro, há o receio de que alguns dos seus artigos desencorajem a produção, afastem capitais, sejam adversos à iniciativa privada e terminem por induzir ao ócio e à improdutividade. Segundo, (receia-se) que outros dispositivos possam transformar o Brasil, um país novo, que precisa de trabalho, em uma máquina emperrada e em retrocesso. E que o povo, em vez de enriquecer, venha a empobrecer e possa regredir, em vez de progredir.”*

A fala de Sarney – alçado à Presidência de forma inesperada com a doença e a morte do presidente eleito Tancredo Neves, em 1985, e sem apoio político na nova configuração de forças que se formou na época – teve o efeito contrário ao que ele esperava. Três dias depois, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, reagiu às acusações de Sarney e defendeu com veemência o Estado-tutor proposto na nova Carta. *“A fome, a miséria, a ignorância, a doença desassistida são ingovernáveis. A governabilidade está no social”, afirmou Ulysses, resumindo o espírito que permeou a elaboração da nova Carta, chamada por ele de “Constituição Cidadã”. “O Dr. Ulysses era um sonhador e prometeu a felicidade geral da Nação por decreto”, afirma o financista Nathan Blanche, sócio da Tendências, uma*

empresa de consultoria econômica. *“Ele achava que podia fabricar dinheiro, e fabricava – mas causava inflação.”*

Decorridos quase 28 anos desde que a Constituição entrou em vigor, o aviso de Sarney ganhou, quem diria, ares de profecia. Se a Constituição não deixou o País ingovernável, chegou bem perto disso. Com o Tesouro exaurido, um rombo monumental no orçamento e uma dívida pública que cresce em ritmo frenético, o governo foi a nocaute, levando junto a economia do País. *“O Sarney tinha razão”*, diz o jurista Nelson Jobim, ex-Constituinte, ex-ministro da Justiça e da Defesa e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). *“Na Constituinte, a maioria não tinha experiência no Executivo. Então, criaram-se enormes distorções sem fazer conta.”*

É preciso colocar na conta que boa parte da responsabilidade pela dilapidação das finanças públicas se deve à inépcia administrativa da ex-presidente Dilma Rousseff e a Lula, que, em seu segundo mandato, iniciou a gastança sem lastro, com a distribuição de benesses a granel, acentuada depois por sua sucessora. Mas é na Constituição de 1988 que se encontra a raiz da crise fiscal. Desde a sua promulgação, a carga tributária do País quase dobrou, de 20% para cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) – e ainda assim o governo quase foi à bancarrota. A mesma penúria atinge hoje quase todos os estados e milhares de municípios. *“Foram concedidos muitos direitos, dos quais ninguém discorda, mas é difícil financiar tudo”*, afirma o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente.

Em que pese a Constituição ter incorporado avanços significativos nos direitos e garantias individuais, como a liberdade de expressão e o direito de propriedade; no equilíbrio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e na participação dos cidadãos no processo decisório, com o direito de voto aos analfabetos e maiores de 16 anos; no capítulo dos direitos sociais, que englobam saúde, educação, habitação e Previdência, ela se revelou uma miragem. O Estado de bem-estar social forjado na Constituição de 1988, ao final, não cabe no Brasil. A ideia de que o Estado deve oferecer tudo para todos, sem ter os recursos necessários para fazê-lo, pode

levantar a arquibancada, mas não sobrevive no mundo real.

“Nem todos os direitos sociais garantidos pela Constituição são factíveis. A gente pode querer que sejam, mas sabe que não são”, diz o jurista Célio Borja, ex-presidente da Câmara dos Deputados no governo Geisel e também ex-ministro do STF e ex-ministro da Justiça. “A Constituição de 1988 foi idealista”, afirma o cientista político Luiz Felipe D’Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), uma entidade dirigida ao desenvolvimento de novos líderes na área governamental. “Depois de 20 anos de repressão, todo mundo queria colocar suas aspirações na Constituição e ela transformou o Brasil num país fiscalmente insolúvel.”

Embora a reforma política seja considerada pelo PT e outros partidos de esquerda como “a mãe de todas as reformas”, a ampla revisão da Constituição, por seu impacto na vida das empresas e dos cidadãos, deveria ser considerada prioritária. Com o Estado abalado em sua capacidade financeira, não faltam argumentos sólidos para justificar a realização das mudanças e conseguir apoio político no Congresso e no STF. Para o Brasil se tornar governável, porém, não adianta só colocar um band-aid na ferida. É preciso promover uma cirurgia radical. Jobim defende uma “lipoaspiração” no texto constitucional, mas são tantos os exageros e os privilégios incluídos na Constituição pelo corporativismo e pelos grupos de pressão que, para derrubá-los, talvez só um bisturi não baste. *“O País foi partilhado entre as corporações”, diz Jobim. “Na Constituinte, eu entendi que o que o pessoal chamava de sociedade civil eram grupos organizados que queriam defender seus interesses ou congelar seus interesses na apreensão do Estado.”*

Os maiores privilégios, que devem ser alvo de qualquer reforma constitucional, concentram-se no setor público, graças ao poder de mobilização do funcionalismo e à ação corporativista realizada na Constituinte. Segundo o professor Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro e ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há mais de trinta dispositivos sobre direitos dos funcionários públicos na Constituição. Ele diz que as Constituições que mais têm dispositivos do gênero, depois do Brasil, são a alemã, com nove, e a

REFLEXÕES XXII

portuguesa, com cinco. Com isso, de acordo com Falcão, os funcionários públicos ganharam uma “via expressa” para o Supremo, encarregado de julgar as matérias constitucionais, em caso de pendências judiciais em suas atividades profissionais, enquanto a massa de trabalhadores da iniciativa privada, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e julgada pela Justiça do Trabalho, tem menos chance de chegar ao STF. “É muito desigual”, diz Falcão.

Na Previdência, os privilégios do funcionalismo são uma afronta aos pagadores de impostos. Enquanto um trabalhador do setor privado se aposenta com um salário mínimo ou uma fração do que ganhava na ativa, os funcionários públicos recebem o salário integral. Uma série de carreiras do serviço público tem aposentadorias especiais com 25 anos de serviço: professores, policiais militares, bombeiros. Com apenas um milhão de aposentados, o setor público gera um déficit para a Previdência maior que o dos 25 milhões de aposentados da iniciativa privada. No Legislativo, é ainda pior: um deputado com dois mandatos e oito anos de contribuição já tem direito a aposentadoria.

No capítulo dos direitos sociais, fora da esfera do funcionalismo, há a questão das vinculações de receitas para a saúde e a educação, que engessam a gestão e geram acomodação no Executivo. “No regime autoritário tinha vinculação. O prefeito derrubava uma escola para construir outra simplesmente para gastar. Ou então construía uma fonte luminosa”, afirma o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura. “Por que a vinculação não funciona? Porque quem tem verba garantida se acomoda. O problema da saúde e educação no Brasil não é de recursos, mas de gestão.” Ele lembra uma conversa sobre o assunto que tinha com Mário Covas (1930-2001) na Constituinte: “Eu dizia, Covas, nós somos tão bons, nós dois, que, em 2016, só vai ter idiota no Congresso, porque nós temos de dizer para eles hoje o que eles têm de fazer. As prioridades mudam”.

A Constituição foi ainda mais generosa com a educação e a saúde, mas nem por isso garantiu a qualidade dos serviços. Na educação, a Constituição garante o ensino gratuito para todos os brasileiros,

independentemente de renda, não apenas no ensino básico e fundamental, mas também nos cursos universitários, de pós-graduação e de doutorado. *“Se você examinar a discussão toda sobre reforma educacional no Brasil, observa o seguinte: ao fim e ao cabo, depois de passar o véu dos adjetivos e advérbios de modo, você vai cair no aumento de salário de professor”*, diz Jobim. Na saúde, além de prever o acesso gratuito à saúde para todos os brasileiros, a Constituição traz o princípio da integralidade, pelo qual se garante cobertura para todos os procedimentos.

Para limpar tudo isso, será preciso não apenas conseguir os dois terços necessários à aprovação das mudanças constitucionais no Congresso Nacional, mas também passar pelo STF. *“A Constituição não é o que está escrito. Ela é, sobretudo, o que o Supremo interpreta sobre a Constituição. Então, o Supremo tem uma responsabilidade muito grande no que nos chegou de 1988 até hoje, para o bem e para mal”*, afirma Joaquim Falcão.

Antecipando o duro embate que vem por aí, mais dia, menos dia, as corporações e os grupos de pressão já começam a se articular para defender a manutenção de seus privilégios. Para se proteger, vale tudo. Independentemente do que vai acontecer, eles dizem que o governo vai cortar o dinheiro para a saúde e a educação, que vai tungar a aposentadoria. *“A Constituição não é eterna. Você não pode pretender que a geração que fez a Constituição em 1988 resolva definir o que deve ser o Brasil pelos próximos 200 anos”*, diz Jobim. *“Quem gosta de Constituição eterna são os professores de direito, porque eles escrevem um livro e depois não precisam revisar, e as editoras, que não têm o que fazer com os livros antigos quando a Constituição é alterada.”* Como dizia Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes. ●

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de setembro de 2016

O desafio de cortar na carne

José Fucs



Encarregados de promover mudanças em seu próprio quintal, os políticos têm o dever de pensar no interesse comum e transformar o modo de fazer política no País

O estudante paulistano Guilherme Romão se diz “desiludido” com a política e os políticos do País. Aluno do último ano do curso de Direito na PUC de São Paulo e estagiário de um escritório de advocacia, Romão, de 23 anos, conta que, nas três eleições em que cumpriu a obrigação cívica do voto, procurou escolher candidatos que realmente o representassem e pudessem contribuir para elevar o nível do debate e melhorar a gestão pública. O resultado, porém, não foi o que ele esperava. *“O que mais me desanima é a corrupção e a sensação de que os políticos estão sempre pensando em se favorecer ou em favorecer um partido, nunca a sociedade”, afirma. “Eu até acredito que existam políticos que levem a política a sério, mas o sistema acaba sendo mais forte que as boas intenções.”* Ainda assim, Romão não perdeu a esperança de que a forma de se fazer política no País possa mudar, ao contrário de alguns de seus colegas de faculdade, que dizem acreditar que o Brasil “não tem jeito”. *“Tem de existir um caminho”, afirma. “Só que eu não sei qual é.”*

O caso de Romão reflete com precisão uma percepção generalizada dos brasileiros em relação ao mundo da política e aos políticos que deveriam nos representar. A maioria absoluta da população, segundo as pesquisas de opinião, vê os políticos e os partidos com grande desconfiança – e não é de hoje. Agora, porém, com a descoberta do petrolião e de outros escândalos bilionários e com as sucessivas demonstrações de desprezo pela inteligência alheia, protagonizadas pelos políticos em Brasília, o termômetro de credibilidade atingiu um nível deplorável.

Numa pesquisa para medir a credibilidade das instituições no País,

REFLEXÕES XXII

realizada em abril e maio pelo Instituto Ipsos, uma das maiores empresas do ramo no mundo, os políticos ficaram em último lugar. Nada menos que 97% dos entrevistados afirmaram não confiar nos políticos (78%) ou confiar pouco (19%). Em outro levantamento, realizado pela GfK Verein, uma organização sem fins lucrativos da Alemanha, que se dedica à produção de estudos de mercado, o Brasil foi o país em que os políticos tiveram a pior avaliação, ao lado de França e Espanha. De acordo com o estudo, que ouviu cerca de 30 mil pessoas em 27 países, para avaliar o nível de credibilidade de mais de trinta profissões, apenas 6% dos entrevistados no Brasil disseram confiar nos políticos, o mesmo patamar da pesquisa anterior, de 2014, contra uma média de 30% nos países da amostra.

*“Há uma grande insatisfação com a classe política no Brasil”, diz o cientista político Christopher Garman, diretor de mercados emergentes da Eurasia, uma consultoria americana especializada em riscos políticos. “Os partidos estão na berlinda”, afirma o cientista político Fernando Abrucio, coordenador do curso de administração pública da **Fundação Getúlio Vargas** (FGV), em São Paulo. “Isso é muito ruim para a democracia.”*

Com o impeachment de dois presidentes em 25 anos, a confiança e a representatividade em xeque, o envolvimento de dezenas de políticos em escândalos de corrupção e uma prática política que funciona na base do toma lá, dá cá, parece evidente que a democracia brasileira está enferma. O atual sistema político, marcado pela pulverização dos partidos e pelo fisiologismo em larga escala, dificulta a governabilidade e a adoção de políticas públicas de qualidade – e quem acaba pagando a conta, como sempre, são os cidadãos. *“Nosso pior problema é o clientelismo, o corporativismo, o interesse de grupos em manter e ampliar seus privilégios”, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “Nunca se fala no interesse comum. Pelo menos alguns partidos têm de insistir mais no bem comum.”*

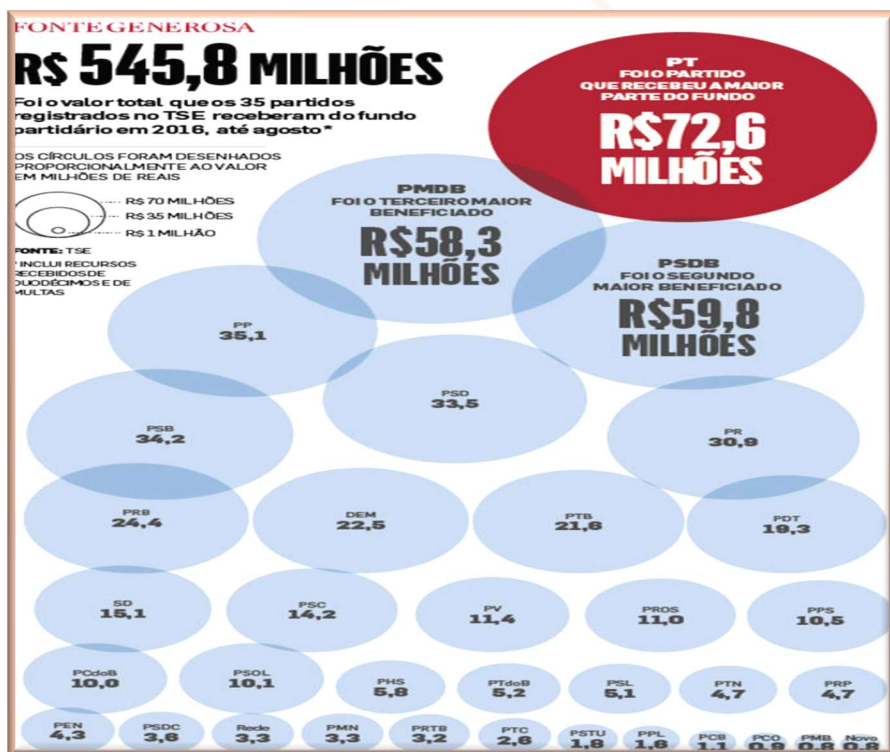
Diante das evidências de que modelo atual se esgotou, a reforma política, da qual tanto se



REFLEXÕES XXII

fala, mas pouco se faz para implantá-la para valer, ganhou um caráter de urgência semelhante ao que levou à implantação do Plano Real para debelar a hiperinflação, em meados dos anos 1990. Sem uma reforma política que torne o País governável, com um mínimo aceitável de espírito público, dificilmente será possível adotar as medidas necessárias para superar a atual crise econômica e reverter os seus perversos efeitos sociais. *“Os sinais de esgotamento são tão generalizados que o sistema só vai sobreviver se demonstrar que é capaz de fazer uma autorreforma”*, afirma o diplomata Rubens Ricupero, ex-embaixador nos Estados Unidos e ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente. *“Se não fizer essa reforma, cedo ou tarde, nós vamos caminhar para uma crise fatal.”*

Nesta reportagem, a segunda da série “A Reconstrução do Brasil”,



dedicada ao debate dos principais desafios do País depois do impeachment, o Estado analisa a atual crise política e discute as principais propostas que devem fazer parte da reforma e podem transformar a forma de se fazer política no País. Depois de muitas tentativas fracassadas, começa a se formar um consenso entre as principais lideranças políticas e alguns representantes da academia de que, para a reforma andar no Congresso Nacional, é preciso concentrar forças em algumas poucas medidas de impacto, em vez de querer fazer tudo de uma vez, para passar a limpo o sistema político e eleitoral. Ainda que a reforma política possível fique longe do ideal, ela poderá representar uma contribuição relevante para reduzir a instabilidade existente hoje e criar um novo cenário que permita, mais à frente, a implementação de novas mudanças. *“Eu tentei fazer muitas reformas e você sabe que, quando a gente tenta mudar tudo, não consegue mudar nada”*, diz Fernando Henrique. *“Tem de se concentrar nos pontos que têm consequências sobre outros ao longo do tempo. Esse tipo de reforma pode demorar a surtir efeito, mas dá resultado.”*

No momento, os esforços no Congresso concentram-se em torno da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pelos senadores Ricardo Ferraço e Aécio Neves, do PSDB. A PEC, aprovada há duas semanas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e com votação do plenário prevista para outubro, depois das eleições municipais, prevê a adoção de quatro medidas: a cláusula de desempenho, o fim das coligações nas eleições para deputado federal, estadual e vereador, o reforço da fidelidade partidária e a liberação das federações de partidos (leia o quadro). *“Estou certo de que essas mudanças vão proporcionar racionalidade ao sistema político”*, afirma Ferraço. *“Com essa fragmentação partidária, não dá para viabilizar uma agenda estratégica para o País. Precisamos estabilizar a crise política, para poder oferecer respostas à crise econômica, que é gravíssima.”*

Considerada fundamental para favorecer a governabilidade, a cláusula de desempenho deverá provocar uma redução significativa no número de agremiações existentes hoje, caso seja efetivamente

implantada. Com 35 partidos em funcionamento, 28 dos quais com representação no Congresso, e outros 45 em formação, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tornou-se uma batalha complexa para o Executivo construir uma maioria estável e negociar acordos para a aprovação de projetos relevantes, como as medidas de contenção de gastos e a reforma da Previdência. Nenhuma grande democracia no mundo funciona com esse número de partidos. *“O nosso sistema partidário está na UTI e padece de condições mínimas para produzir resultados para a sociedade. Hoje, ele só produz resultados para algumas pessoas e um grupo de políticos”*, diz Ferraço.

Embora a PEC não imponha restrições à criação de novas legendas, ela limita o acesso aos recursos do Fundo Partidário, alimentado com o dinheiro dos pagadores de impostos, ao tempo gratuito no rádio e na TV e à estrutura do Congresso aos partidos que conseguirem ao menos 2% dos votos em 14 unidades da Federação a partir de 2020 e 3% a partir de 2022. Como a maioria das siglas só existe para receber o dinheiro do Fundo Partidário, que lhes garante, no mínimo, quase R\$ 100 mil por mês, e para barganhar o tempo no rádio e na TV com os grandes partidos, a cláusula de desempenho acabará por desestimular, por tabela, a proliferação partidária. *“Não é possível o Brasil viver com esse multipartidarismo irresponsável”*, afirma o jurista Célio Borja, ex-ministro do STF, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro da Justiça. *“Muitos partidos não existiriam se não recebessem uma fatia do Fundo Partidário.”*

Em 1995, um dispositivo semelhante chegou a ser aprovado pelo Congresso, mas teve a sua constitucionalidade contestada pelos pequenos partidos, sob o argumento de que feria o direito das minorias. Depois de 11 anos, o STF acabou defenestrando a cláusula de barreira. Apesar de a medida ter sido aprovada na época como uma lei ordinária e não uma PEC, como agora, nada garante que, desta vez, se ela for aprovada pelo plenário do Senado e depois pela Câmara dos Deputados, não haverá novas contestações no STF. Se a Corte manterá o entendimento da questão ou não, só o tempo dirá. Por ora, o certo é que, com as eventuais contestações, a cláusula de desempenho poderá levar anos para ser implantada, se o STF

decidir, ao final, pela sua constitucionalidade. *“Foi um erro absurdo do Supremo derrubar a cláusula de barreira”, afirma o jurista Nelson Jobim, ex-presidente do STF e ex-ministro da Justiça e da Defesa. “Tenho a impressão de que, agora, o Supremo já percebeu a bobagem que fez. O argumento dos pequenos partidos de que ela feria o direito das minorias era uma visão romântica da realidade, que não dizia respeito à questão.”*

Tão importante quanto a cláusula de desempenho prevista na PEC que tramita no Senado, mas com menos probabilidade de render contestações no STF, são o fim das coligações proporcionais, para evitar os “casamentos” de ocasião, o reforço da fidelidade partidária, para evitar o troca-troca que simboliza a falta de identidade programática da maior parte das legendas, e a liberação das federações de partidos, que deverá beneficiar principalmente as pequenas legendas, ao permitir que elas se unam para atuar como se fossem uma única agremiação. Com o fim das coligações para vereadores e deputados federais e estaduais, a partir de 2020, a votação do candidato de um partido, não poderá mais ser somada às de legendas coligadas, para calcular a distribuição de cadeiras. Hoje, o eleitor vota num “puxador” de votos de um partido, como o humorista Tiririca (PR-SP), mas pode acabar elegendo, sem querer, candidatos de outras siglas, que receberam, muitas vezes, uma votação insignificante. No caso da fidelidade, a restrição à migração partidária evitará que os candidatos recorram a “legendas de aluguel” para se eleger e logo depois mudem de partido. Foi o que aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor, ao se eleger senador em 2006 pelo PRTB, o partido de Levy Fidelix. Logo depois da posse, ele migrou para o PTB – em março deste ano, Collor mudou novamente de legenda, desta vez para o PTC. *“Ele me usou, usou o partido, nossa boa-fé, nossa pequena estrutura para alçar o voo de águia. Faltou a ele, no mínimo, elegância”, disse Fidelix na época, que esperava multiplicar, com a eleição de Collor, a cota de seu partido no Fundo Partidário. À primeira vista, pode parecer que as questões incluídas na PEC em tramitação no Senado representam pouco, diante da magnitude da crise política, mas é um começo. ●*

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 24 de setembro de 2016

A saída é apertar o cinto

José Fucs



Com orçamento no vermelho, dívida pública em crescimento acelerado e sem espaço para aumentar impostos, o governo precisa controlar gastos e privatizar o que for possível, para estabilizar suas contas

Logo depois de Lula assumir a presidência da República, no início de 2003, os petistas criaram a expressão “herança maldita”, para se referir ao governo de Fernando Henrique, que o antecedeu no posto. Embora boa parte dos problemas existentes na época – a alta da inflação, a explosão do dólar, a sangria de divisas do País e a desaceleração da economia – fosse decorrente da insegurança gerada no mundo dos negócios pela ascensão de Lula, a expressão “pegou” como cola Super Bonder. Mas, como diz o velho dito popular, o feitiço acabou virando contra o feiticeiro. Com o legado perverso que Dilma deixou para o seu sucessor, Michel Temer, a expressão ganhou uma atualidade constrangedora.

Além do desemprego recorde, da recessão interminável e dos escândalos em série de corrupção, as contas públicas entraram no vermelho. O colapso das finanças públicas foi turbinado por desonerações bilionárias, para setores selecionados a dedo nos gabinetes oficiais, e pelo crédito farto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a juros subsidiados, para empresários com conexões em Brasília. Foi alavancado, também, por um esquema “industrial” de corrupção, que drenou dezenas de bilhões de reais dos cofres públicos, pela distribuição de benesses a granel para o funcionalismo e pela gestão temerária da



REFLEXÕES XXII

Previdência Social, com a concessão de benefícios que não cabem no orçamento do governo. “A situação fiscal é pavorosa”, diz o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura. “O Brasil quebrou”, afirma o economista Paulo Guedes, presidente do conselho de administração da Bozano Investimentos.

Diante dos graves problemas produzidos pela crise econômica na vida da população e das empresas, o rombo nas contas públicas pode parecer uma questão menor, de interesse restrito aos economistas, mas não é. O desequilíbrio no caixa do governo é, em boa medida, o principal responsável pela crise. É ele que impulsiona a inflação, provoca a alta dos juros, gera desconfiança nos empresários e leva à “paradeira” geral da economia. No campo social, seus efeitos são dramáticos, em especial nas faixas de menor renda. *“Se fosse verdade que dá para resolver a pobreza pelo gasto público, não haveria mais pobre no mundo”*, diz Fabio Barbosa, presidente da Fundação Itaú Social e ex-presidente do Banco Santander no Brasil e da Febraban, a entidade que reúne os banqueiros do País.

A responsabilidade fiscal jamais foi um valor cultivado pela maioria dos políticos e autoridades do País. Mas o que aconteceu com as finanças públicas nos últimos anos foi um fenômeno que rompeu todos os paradigmas. Em 2016, pelo terceiro ano seguido, o Tesouro deverá fechar suas contas com déficit – e, mesmo com o controle de gastos proposto pelo governo, o orçamento só deverá voltar ao azul em 2020, segundo as estimativas dos bancos e do próprio Ministério da Fazenda. Neste ano, as despesas deverão superar a receita líquida, após a dedução dos repasses obrigatórios para estados e municípios, em R\$ 170,5 bilhões, um recorde histórico, equivalente a 2,75% do Produto Interno Bruto (PIB) e a seis vezes o gasto anual com o Bolsa Família (ver gráficos).

Com a inclusão dos juros da dívida pública, hoje na casa dos R\$ 3 trilhões, o buraco deverá chegar a 9% do PIB no ano, de acordo com as previsões oficiais. Encorpada por déficits recorrentes, a dívida pública, que fechou 2013 em 51,7% do PIB, deverá alcançar 73,4% do PIB em dezembro e roçar os 80% do PIB, um patamar

considerado preocupante para um país em desenvolvimento, em 2019. “A União aumentou muito o déficit primário e a dívida pública entrou numa trajetória explosiva”, afirma o economista Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo Lula e diretor do Centro de Cidadania Fiscal, em São Paulo.

No caso dos estados e municípios o quadro é, em muitos casos, ainda pior. Embora tenham obtido um fôlego extra no fim de 2014, com a mudança do indexador de suas dívidas e o aumento dos limites de endividamento, muitos governadores e prefeitos acabaram usando o dinheiro para inchar a máquina administrativa, em vez de reservá-lo para investimentos, como deviam ter feito. Com isso, o comprometimento de recursos do orçamento para pagamento de pessoal superou o limite, de 60% das receitas líquidas correntes, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para contabilizar as despesas com o funcionalismo, é comum eles recorrerem a expedientes heterodoxos, com o aval de tribunais de contas estaduais e municipais. “A *Lei de Responsabilidade Fiscal não foi suficiente para impedir o aumento acelerado das despesas públicas*”, diz Appy.

De certa forma, o “estouro” das contas públicas acabou exercendo uma função didática para a sociedade, ainda que a um custo elevadíssimo, ao mostrar que os recursos são finitos e não existe almoço grátis. Ficou claro que, se o governo estourar o orçamento, a fatura vai chegar, mais dia, menos dia, como chegou. “A *crise fiscal deixou claro que o governo não tem dinheiro, nem fabrica benefícios*”, afirma o financista Nathan Blanche, sócio da Tendências, uma empresa de consultoria econômica. “O maior medo que eu tenho é a volta da inflação, com o governo imprimindo dinheiro para zerar as contas públicas.”

No passado, além da inflação, um remédio usado com frequência para reequilibrar as contas, com pesados efeitos colaterais no orçamento das famílias e no caixa das empresas, era o aumento de impostos. Desde a promulgação da Constituição de 1988, a carga tributária brasileira quase dobrou, de 20% do PIB para cerca de 35% do PIB, o maior nível entre os países emergentes, sem contar o

déficit nominal de quase 10% do PIB previsto em 2016. Hoje, porém, a sociedade não parece mais disposta a financiar um Estado perdulário.

Em meio à ruína fiscal, Temer e sua equipe econômica têm emitido sinais de que não pretendem seguir por esse caminho. As medidas anunciadas até agora e outras que serão enviadas ao Congresso em breve, como a reforma da Previdência Social, indicam que o governo, desta vez, promete cortar na própria carne. A proposta do teto dos gastos, que limita o crescimento das despesas, por vinte anos, em termos reais, ao valor de 2016, é considerada fundamental para colocar ordem na casa. Ao mesmo tempo, a desvinculação de receitas da União, hoje quase totalmente engessadas por imposições legais, dará mais flexibilidade para o corte de gastos. As duas medidas, aliadas à renegociação das dívidas dos estados, poderiam criar um ambiente de maior confiança entre os investidores, para impulsionar a retomada do crescimento. *“É a primeira vez que alguém fala em controle de gastos desde que Tancredo Neves (o presidente eleito que morreu antes da posse, em 1985) falou que seria ‘proibido’ gastar em seu governo”*, diz Paulo Guedes.

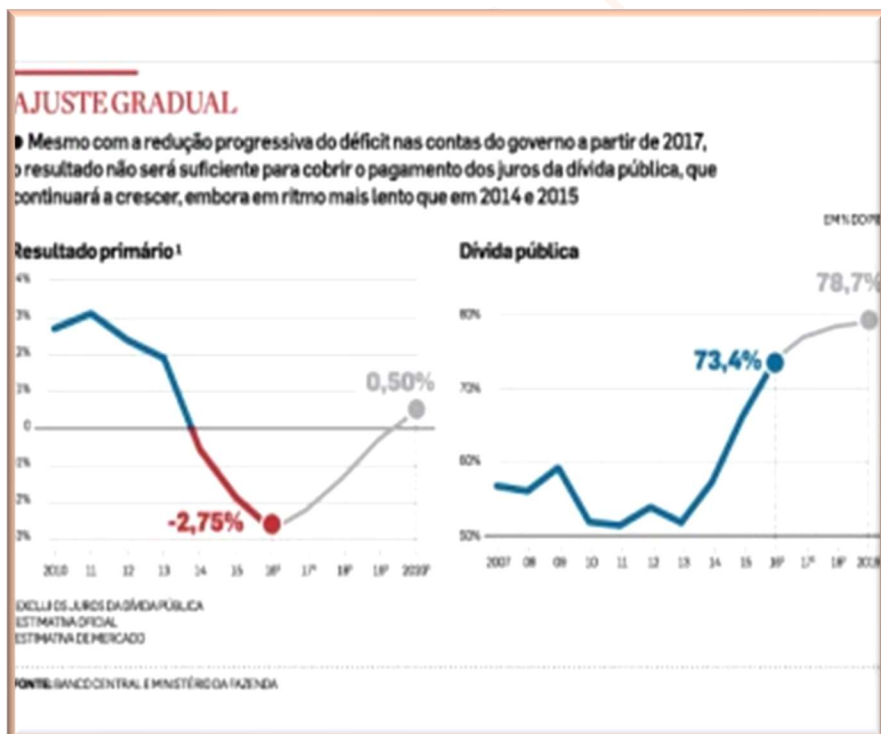
Para garantir a aprovação pelo Congresso do teto de gastos, que deve ser votado nos dias 10 e 11 de outubro, Temer articula uma ampla base de apoio. Mas, diante dos escorregões dados no passado recente pelo Legislativo, é difícil cravar que elas não serão desfiguradas. Temer já teve de fazer concessões relevantes, por pressão dos governadores, aliviando as contrapartidas impostas aos estados para eles conseguirem refinar suas dívidas. O dispositivo que previa o “congelamento” dos salários dos funcionários estaduais por dois anos foi para o espaço. A ideia de incluir os funcionários inativos nas despesas de pessoal dos estados também foi abandonada. *“Se o gasto com os inativos não entrar na conta, vamos continuar com o ralo aberto”*, afirma Luiz Felipe d’Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), dedicado à formação de novos líderes na área governamental.

Enquanto promete controlar os gastos, o governo lançou um ambicioso plano de venda de ativos, privatização de estatais e concessões de serviços públicos, para reforçar o caixa. O programa,

REFLEXÕES XXII

segundo as estimativas oficiais, poderá render até R\$ 30 bilhões em 2017. Além de ajudar as contas públicas, o programa permitirá uma redução significativa no tamanho do Estado, que engordou muito nos últimos anos. Tudo isso, porém, só levará ao reequilíbrio das contas públicas se vier acompanhado pela contenção dos reajustes dos servidores e principalmente pela reforma da Previdência, a principal fonte do déficit. “Sem a reforma da Previdência, o teto dos gastos terá um efeito limitado, porque quase metade das despesas vem de benefícios previdenciários e da assistência a idosos e deficientes”, diz Appy.

Para aprofundar o ajuste, ainda é preciso lidar com a questão dos juros, que incidem sobre a dívida pública e engordam o passivo do governo. Só neste ano, os juros da dívida devem consumir quase R\$



500 bilhões do Tesouro. De acordo com a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute e professora da Universidade Sais/Johns Hopkins, nos Estados Unidos, há um espaço considerável para a redução da taxa básica de juro (Selic), hoje de 14,25% ao ano, porque a recessão está aí, puxando a inflação para baixo, ainda que de forma lenta e gradual. Mesmo que a economia se estabilize, segundo ela, a taxa de desemprego deverá continuar a subir e a renda das pessoas continuará a cair por mais algum tempo, porque há uma defasagem até que a mudança do quadro se reflita no mercado de trabalho. *“Como o governo, as famílias e as empresas estão entupidos de dívidas. Por que não utilizar os juros para ajudar a ‘desalavancagem’ da economia?”*, pergunta Monica. Em sua visão, o cenário atual não tem nada a ver com o de 2011, quando o governo “deu um cavalo de pau” nos juros, promovendo uma redução forçada nas taxas, sem a contrapartida fiscal, num período em que a inflação estava em alta, a economia estava crescendo e havia uma enxurrada de crédito dos bancos públicos. *“Ainda que não haja nada de concreto para entregar na parte fiscal, as circunstâncias são completamente diferentes das que existiam no experimento de 2011.”*

É preciso também aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, para evitar que o atual problema nas finanças públicas se repita. Uma questão essencial é definir em detalhes como as despesas de pessoal devem ser contabilizadas, para evitar as manobras adotadas hoje por estados e municípios para contornar a lei. Finalmente, segundo Paulo Guedes, é importante também implantar medidas simbólicas, que transmitam para o cidadão comum a mensagem de que o governo está apertando o cinto. Ele sugere uma nova redução no número de ministérios e o corte de mordomias, como carros funcionais e aviões da FAB para parlamentares e ministros.

Apesar dos enormes desafios para recolocar as contas públicas nos eixos, a aparente disposição do governo de fazer o que tem de ser feito, com os limites próprios do regime democrático, já é um grande avanço. A questão é que boas intenções não bastam para equacionar o problema. Para o Brasil deixar a crise para trás e voltar a crescer de forma sustentável, elas têm de se transformar em ações

REFLEXÕES XXII

efetivas, mesmo que seus resultados só venham a ser sentidos mais adiante. ●

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 1 de outubro de 2016

LUIZ BIANCHI

A batalha contra os privilégios

José Fucs



Para baixar os custos de pessoal, profissionalizar a administração e conter as greves nos serviços públicos, o governo terá de enfrentar o corporativismo dos servidores e a resistência do Congresso e do Judiciário às mudanças

O mamute – um paquiderme pré-histórico com espécies que chegavam a alcançar cinco metros de altura e a pesar até dez toneladas – é considerado um dos maiores mamíferos de todos os tempos. Para efeito de comparação, o elefante, seu parente moderno e o maior animal terrestre existente hoje, pesa, no máximo, seis toneladas e sua altura não supera quatro metros. Talvez, por isso, o Estado brasileiro – gigante, pesado e lerdo – seja frequentemente comparado a um mamute. Mesmo com sua força e seu tamanho, o elefante parece acanhado para simbolizar as proporções extraordinárias adquiridas pelo Estado no País.

O fardo estatal se faz sentir sobre os cidadãos e as empresas de forma implacável. Ele se expressa nos impostos de Primeiro Mundo que os brasileiros têm de pagar, em troca de serviços de Terceiro Mundo, na burocracia que emperra o cotidiano das famílias e o desenvolvimento dos negócios e na corrupção endêmica, que cria dificuldades para vender facilidades. Mas, hoje, talvez, nada simbolize tanto o peso que a sociedade tem de carregar para manter o mamute em pé quanto o funcionalismo e seus privilégios.

Nos últimos anos, impulsionado pelo estatismo pregado nos governos Lula e Dilma, com impacto em todo o País, o número de funcionários públicos deu um salto. Segundo uma pesquisa realizada pela Diretoria de



Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP), o total de funcionários na ativa passou de 5,8 milhões, em 2001, para quase 9 milhões, em 2014, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), – um aumento de 54,4%. Isso sem contar os funcionários terceirizados, principalmente nas áreas de limpeza, segurança e manutenção predial, que somam cerca de 18 mil só no governo federal. O maior crescimento do efetivo, de 94%, aconteceu nos municípios, em parte pelas novas atribuições recebidas com a Constituição de 1988, para criar e manter serviços públicos de alcance local. No Executivo federal, embora o crescimento tenha sido um pouco menor – cerca de 30%, – foram contratados 120 mil novos servidores no período, mais que o dobro do total de trabalhadores do Bradesco, um dos maiores bancos do País.

Também contribuiu para o aumento do número de funcionários a criação de novos estados e municípios após a promulgação da Constituição de 1988. Desde então, o número de municípios cresceu cerca de 40%, de 3.900 para 5.570. Isso levou ao aumento das representações nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, ao aumento das bases do Judiciário e à criação de estruturas administrativas para dar suporte aos novos entes federativos. *“O povo, para sustentar as novas estruturas, continuou o mesmo”*, diz o jurista Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Mais com Menos- Com o tsunami de contratações, era inevitável que os gastos com pessoal crescessem em progressão geométrica. Mas eles aumentaram em ritmo ainda mais acelerado que ao das contratações, em decorrência da concessão de aumentos salariais bem acima da inflação para o funcionalismo. O “rombo” existente hoje nos orçamentos do governo federal e de vários estados e municípios é decorrente, em boa medida, do inchaço da folha de pagamento nesse período. Desde 2001, as despesas com pessoal tiveram um aumento de 127,3%. Passaram de R\$ 171,6 bilhões para R\$ 390,2 bilhões em 2014, em valores já corrigidos pela inflação. A diferença daria para o governo federal pagar o Bolsa Família,

REFLEXÕES XXII

concedido a 13 milhões de beneficiários, de acordo com dados oficiais, por sete anos. A conta das benesses, como sempre, sobrou para os pagadores de impostos. O gasto *per capita* dos brasileiros para pagar os salários do funcionalismo quase dobrou em 14 anos, de R\$ 976 para R\$ 1.925, em valores de 2014, também considerando os três níveis de governo e os três Poderes. “A despesa de pessoal do governo é muito grande e tem muita importância na composição de gastos do governo”, afirma o professor Nelson Marconi, coordenador executivo do Fórum de Economia na FGV de São Paulo e um dos responsáveis pela reforma administrativa realizada no

| MAIS COM MENOS | |
|--|---|
| ● As principais propostas feitas por economistas e juristas para acabar com os privilégios do funcionalismo, tornar o setor público mais eficiente e contribuir para o equilíbrio fiscal | |
| O tema | A proposta |
| Cargos em comissão | Cortar drasticamente os cargos de livre nomeação, muitas vezes ocupados por quem não tem conhecimento na área em que vai atuar, para reduzir a interferência política e estimular os funcionários de carreira |
| Salários | Congelar, em termos reais, os salários do funcionalismo, em especial nas funções melhor remuneradas, e reduzir os salários iniciais de forma geral, para conter o déficit da Previdência, já que os rendimentos dos aposentados seguem os dos servidores da ativa |
| Estabilidade | Limitar a estabilidade a órgãos como Procuradoria, Receita Federal e Polícia Federal, sujeitos a pressões políticas, para aumentar a produtividade e ampliar a chance de demissão de servidores |
| Aposentadorias | Extinguir a paridade salarial entre ativos e inativos, aumentar a alíquota de contribuição do funcionalismo para a Previdência e criar um sistema de transição, como o do setor privado, para estender o tempo de serviço de quem já estava no setor público antes da mudança das regras para novos servidores, em 2012 |
| Lei de Greve | Regulamentar a Lei de Greve do funcionalismo, prevista na Constituição, para evitar paralisações em setores essenciais, como segurança, saúde, previdência, transportes e educação |
| Sindicalização | Regulamentar a sindicalização dos servidores, prevista na Constituição, para definir se vai haver unicidade ou pluralidade sindical, a forma de eleição da diretoria e se vai haver imposto sindical ou não |
| Terceirização | Ampliar a terceirização de tarefas hoje realizadas por servidores para reduzir custos e cobrar resultados segundo métricas previamente definidas |
| Desconstitucionalização | Retirar da Constituição e transformar em lei ordinária os dispositivos que tratam dos direitos dos servidores públicos para que os questionamentos trabalhistas não precisem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) |
| Meritocracia | Criar sistemas de avaliação de desempenho e de bonificação variável, ligados à progressão na carreira, para premiar os funcionários de melhor atuação e punir os que não estão cumprindo de forma adequada suas funções |
| Plano de recursos humanos | Realizar uma ampla avaliação do funcionalismo, antes de contratar novos servidores, para identificar o perfil dos atuais funcionários de cada área, saber onde precisa de mais e de menos gente e identificar quem precisa se qualificar |
| Comissão de controle externo | Criar uma comissão de controle da política de recursos humanos e da política salarial do governo com representantes do setor privado e de organizações da sociedade civil sem ligação com o funcionalismo |
| Novos municípios | Limitar a criação de novos municípios, para evitar a multiplicação de cargos e estruturas administrativas, que engordam o Estado e oneram as contas públicas e os pagadores de impostos |

REFLEXÕES XXII

governo Fernando Henrique. *“O ajuste fiscal tem de passar pela questão de pessoal.”*

Enquanto no setor público os salários subiram, em média, cerca de 50% nos três níveis de governo desde 2001, na iniciativa privada o aumento médio ficou em 21,4%, já descontada a inflação do período. O aumento real do funcionalismo, na média, foi mais que o dobro do obtido no setor privado. Essa diferença só encontra paralelo em Portugal, onde alcança 58%, segundo um levantamento feito pelo economista Marcos Köhler, consultor legislativo do Senado. Na Alemanha, os salários do funcionalismo são, em média, 7% menores que no setor privado. Na França, 8%. Mesmo em países em que os salários do setor público são maiores, como Espanha, Grécia e Itália, a diferença fica em torno de 30%, bem aquém do que acontece no Brasil (e em Portugal). *“Havia uma grande influência sindical no governo”, diz Köhler. “Isso contribuiu para a obtenção de acordos salariais muito favoráveis pelo funcionalismo federal, que acabaram influenciando o setor público como um todo.”*

Obviamente, a média salarial do funcionalismo esconde os casos extremos, tanto na base como no topo da pirâmide. Mas, nos últimos anos, os salários iniciais das diferentes carreiras da administração, em especial na esfera federal, receberam aumentos reais generosos, distanciando-os também dos valores pagos no setor privado. Enquadram-se nessa categoria os motoristas da Câmara Federal, que ganham mais de R\$ 12 mil e os garçons do Senado, com salário superior a R\$ 17 mil, o menor para servidores efetivos, sem escolaridade, mas com comprovação de “capacidade técnica” para a função. É no andar de cima, porém, que se encontram os casos mais escandalosos, particularmente no Poder Judiciário, em que os valores dos benefícios recebidos “por fora” superam, muitas vezes, os valores dos salários ou chegam bem perto deles, engordando os vencimentos. São tantos os subterfúgios que, em muitos casos, o teto constitucional – que limita os salários do setor público federal aos vencimentos recebidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aos dos governadores nos estados e aos dos prefeitos nos municípios – tornou-se uma peça de ficção.

Mesmo com salários bem acima da média do mercado, custeados

pelos contribuintes, o apetite do funcionalismo parece não ter fim. No momento em que o Brasil real enfrenta a recessão interminável, o desemprego recorde e a queda na renda, os servidores federais, protegidos pela estabilidade no emprego e com a aposentadoria garantida com o mesmo salário da ativa, lotam as galerias do Congresso Nacional para reivindicar, sem constrangimento, a aprovação de aumentos reais de salário e a preservação de suas vantagens. *“Alguém teria de dizer para eles que nós estamos numa crise fiscal muito grande e que o que estão pedindo não tem nexos com o mundo real”*, afirma Marconi.

Ao mesmo tempo, as greves e ameaças de greves em serviços essenciais, como saúde e segurança, sem desconto dos dias parados e sem risco de represálias, tornaram-se uma realidade que afeta de forma dramática o dia a dia da população, em especial nas faixas de menor renda, que dependem quase exclusivamente dos serviços públicos. *“No Brasil, há uma classe que se aproveita de todo o setor privado e manda no País”*, diz o economista Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura. *“O Brasil é vítima do corporativismo estatal que se apropriou de Brasília.”* Segundo o advogado Almir Pazzianotto, o ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), é difícil enfrentar os interesses do funcionalismo, porque os servidores têm intimidade com os deputados, senadores e estão dentro do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, que deveriam ser os responsáveis pela aprovação de medidas para restringir os privilégios. *“A corporação não está pensando no bem comum, mas em seus próprios benefícios”*, diz Pazzianotto. *“Nós trouxemos a ideia do corporativismo do fascismo. É uma coisa um pouco medieval também, das velhas corporações de ofício, que se organizavam para proteger as atividades profissionais de seus integrantes”*.

Embora o espírito de corpo predomine no funcionalismo, nem todos rezam por essa cartilha, Muitos servidores públicos fazem jus ao título. Trabalham duro para servir à população e se preocupam em efetuar suas tarefas com dedicação e eficiência, muitas vezes sob os olhares enviesados dos colegas. As generalizações quase sempre acabam promovendo injustiças. Feita a ressalva, porém, não dá para

negar o que qualquer brasileiro que já entrou numa repartição pública pode observar. Em geral, há um contingente razoável de funcionários que, escudados pela estabilidade, fazem o que se costuma chamar em português claro de “enrolação”. Nos cargos de livre nomeação, que somam cerca de 21 mil, conforme os dados oficiais mais recentes, boa parte dos interessados, de acordo com Pazzianotto, já se aproxima dos políticos mal-intencionada, para obter um privilégio, e não para se tornar um servidor exemplar. “O princípio do privilégio é o não comparecimento ao trabalho, não ter a obrigação de cumprir horário”, diz. “Você sempre tem aquele funcionário faltoso, acumula falta, sempre tem atestado médico e você sabe que ele é apenas um ocioso, não quer trabalhar.”

Pazzianotto afirma que, ao assumir a presidência do TST, encontrou em seu gabinete mais de 200 funcionários comissionados, quando precisava de apenas 20. “Eu tinha até funcionário da presidência em Nova York. O marido foi para lá e a mulher foi atrás, devidamente autorizada.” Ele conta que, na ocasião, chamou um funcionário do TST, que já conhecia, para uma conversa. “Eu disse: ‘Escuta fulano, em todos esses anos que estou aqui, vejo você namorando pelos corredores o dia inteiro, está sempre encostado com uma funcionária, não necessariamente a mesma. Comigo você não vai fazer isso. Você vai ter de trabalhar.’”

Embora haja muitas áreas com excesso de pessoal, há outras em que falta gente. De acordo com Nelson Marconi, na área administrativa, é comum haver uma quantidade grande de servidores, com baixa produtividade, porque não há tanta cobrança como na iniciativa privada. “De forma geral, daria para cortar fácil, fácil, pelo menos 10% do pessoal”, diz Nelson Marconi. “Na esfera administrativa, poderia ter um corte até maior, de uns 20%.” Por ora, porém, parece pouco provável que, no atual cenário político e econômico, o presidente Michel Temer esteja disposto a abrir mais essa frente de batalha. ●

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 8 de outubro de 2016

A flexibilização do trabalho

José Fucs



Com uma legislação anacrônica, o País precisa modernizar as relações trabalhistas para estimular os investimentos, aumentar a produtividade e multiplicar os empregos

O empresário David Neeleman de 57 anos, fundador da Azul, sofreu um inesperado revés pouco antes de a empresa – hoje a terceira maior companhia aérea do País por número de passageiros – fazer o seu primeiro voo. Neeleman conta que, ao montar a Azul, em 2008, queria implantar um sistema inovador de atendimento aos clientes por telefone. Inspirado na experiência da Jet Blue, uma das principais companhias aéreas dos Estados Unidos, também fundada por ele, Neeleman pretendia criar um *call center* remoto, no qual os trabalhadores atenderiam as ligações da clientela em suas próprias casas. A proposta permitiria a mulheres com filhos pequenos, além de aposentados e estudantes, organizar a jornada de trabalho de acordo com a sua disponibilidade. Eles poderiam reforçar o orçamento familiar e Neeleman conseguiria reduzir os custos e, conseqüentemente, os preços das passagens. Seu plano, porém, não foi adiante. Não apenas porque o custo das ligações telefônicas e da internet no País inviabiliza o esquema, mas porque a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta as relações trabalhistas, não contempla o trabalho à distância. “É uma pena, mas não conseguimos implantar o sistema no Brasil”, diz Neeleman.

O caso de Neeleman é um exemplo emblemático de como a CLT trava o desenvolvimento dos negócios, os investimentos na produção, o aumento de produtividade e a geração de empregos. Dos



pequenos empreendimentos aos grandes grupos empresariais, como a Azul, ninguém consegue escapar ileso de sua ingerência na gestão do pessoal. Criada por Getúlio Vargas em 1943 – sob inspiração da Carta Del Lavoro, a obra corporativista produzida pelo ditador italiano Benito Mussolini –, a CLT tornou-se uma camisa de força para o relacionamento entre o capital e os trabalhadores.

Apesar das mudanças que sofreu ao longo do tempo, a CLT passou praticamente ao largo das profundas transformações ocorridas nas relações de trabalho, na tecnologia e nas comunicações nos últimos 70 anos. Como nos primórdios do capitalismo brasileiro, quando foi elaborada, a CLT parte, ainda hoje, do princípio de que os trabalhadores são vítimas indefesas do capital, e os empresários, exploradores em potencial de seus empregados. *“A legislação trabalhista foi importante na década de 1940, quando foi criada, porque havia muita coisa a ser protegida que não estava na lei”*, afirma o consultor José Pastore, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). *“Hoje, boa parte da lei perdeu o sentido, porque as condições de trabalho, de tecnologia e de produção mudaram completamente.”*

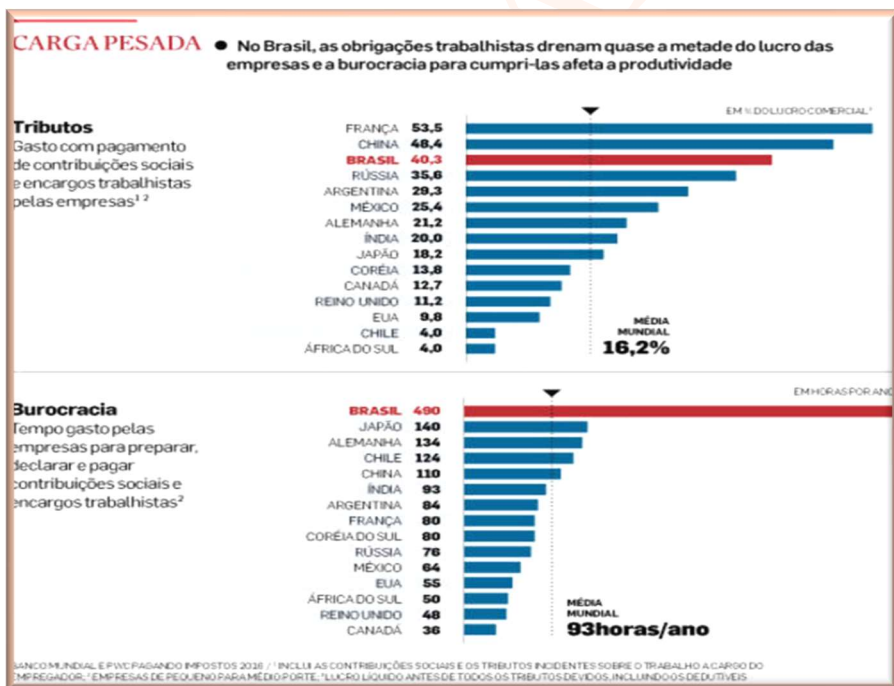
É provável que em nenhuma outra área da economia o intervencionismo do Estado se manifeste de forma tão vigorosa quanto no mundo do trabalho – e não faltam concorrentes para disputar a taça. Como nas velhas escrituras, cada detalhe está previsto na CLT: tempo de almoço e de descanso, jornada de trabalho, férias, trabalho aos domingos e até critérios de promoção. Há pouca, pouquíssima, margem de manobra para fazer algo diferente do que reza a CLT, mesmo por acordo entre as partes. *“Do jeito que a legislação está hoje, o empregador tem medo de empregar, porque a CLT é um cipoal de normas, que gera muita insegurança jurídica”*, diz Pastore. *“Então, se ele puder robotizar a produção, vai robotizá-la.”*

Carga Pesada- Como se não bastassem as diretrizes draconianas impostas pela legislação, a Justiça do Trabalho complica ainda mais as coisas. Embora a Constituição de 1988 tenha reservado espaço

REFLEXÕES XXII

para a negociação entre os empresários e os trabalhadores, a Justiça do Trabalho tem derrubado de forma recorrente os acordos coletivos firmados entre as partes que estão em desacordo com a CLT. Tudo o que não está alinhado com a letra fria da lei, mesmo que atenda aos interesses de empregadores e empregados, tende a ser visto como uma manobra espúria para livrar os patrões das obrigações trabalhistas. Não importa se a empresa está enfrentando uma queda dramática nas vendas e procurando fazer o possível para preservar os empregos de seus funcionários em meio à crise. “O empresário deve ter o direito de administrar o seu negócio sem sofrer intervenções do Ministério Público, da Justiça trabalhista e do Ministério do Trabalho”, afirma Almir Pazzianotto Pinto, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Nos últimos tempos, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado a sua contribuição para melhorar a situação, com decisões em favor



da prevalência dos acordos coletivos sobre a CLT. Ainda assim, a Justiça trabalhista parece desconsiderá-los e continua a proferir sentenças que mantêm a prevalência da CLT sobre tudo o mais. A determinação com que a Justiça do Trabalho cultua a CLT se deve, segundo Pazzianotto, a uma “certa politização” ocorrida a partir da Constituição de 1988 e agravada durante os governos do PT. *“No Brasil, ao contrário do que diz a Constituição, não há livre iniciativa”, diz. “A livre iniciativa está sob o controle rigoroso de pessoas que querem transformar o Brasil de capitalista em socialista, por meio de decisões judiciais.”*

Recentemente, o ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, fez uma avaliação na mesma direção. *“O Tribunal Superior do Trabalho é, em sua maioria, formado por pessoal que poderia integrar um tribunal da antiga União Soviética”, declarou. “A mim, parece (que tenha ocorrido) um certo aparelhamento da Justiça trabalhista e do próprio TST, por segmentos desse modelo sindical que se desenvolveu no País.”*

De acordo com Pazzianotto, o viés ideológico das decisões da Justiça do Trabalho se manifesta também na forma de encaminhamento dos processos pelos juízes. Ele diz que a Justiça do Trabalho tende a privilegiar os depoimentos de testemunhas. As provas documentais, como o contrato de trabalho e o recibo de quitação, assinados pelo trabalhador ao entrar e sair do emprego, costumam ficar em segundo plano.

Com isso, cresce em ritmo acelerado a “judicialização” das relações de trabalho no País. *“O empresário nunca sabe exatamente o que fazer para ficar livre dos riscos de sofrer um processo”, afirma Pazzianotto. “O empregado tem um custo enquanto trabalha e um custo depois que deixa o emprego – e não dá para fazer nenhuma previsão de quanto ele pode custar no final.”* Essa incerteza, na visão de José Marcio Camargo, economista da Opus, uma empresa de gestão de recursos, e professor da PUC do Rio de Janeiro, gera um enorme incentivo para o empresário não pagar os direitos trabalhistas durante a relação de trabalho. *“Se ele pode pagar depois, talvez até menos do que pagaria, acaba preferindo ganhar um ano ou dois de prazo”, afirma. “Além de ser um estímulo para o empresário não ter uma relação decente*

REFLEXÕES XXII

com o trabalhador, isso desincentiva o investimento, porque não dá para saber quanto custa investir, e gera poucos ganhos de produtividade, porque as empresas investem pouco em treinamento e capacitação profissional.”

É natural, por tudo isso, que a reforma trabalhista tenha se tornado, ao lado da reforma da Previdência e do ajuste nas contas públicas, uma prioridade no País. Com o impeachment e a oportunidade que se abriu para o Brasil mudar de rumo, o momento não poderia ser mais adequado para promover a modernização da legislação trabalhista. Embora o governo tenha adiado para o segundo semestre de 2017 a apresentação de suas propostas, marcada inicialmente para o fim deste ano, o assunto não deve sair da agenda. O melhor seria discuti-lo já, como defende José Pastore. O próprio presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho – uma exceção entre seus pares –, tem defendido a necessidade de realizar com urgência uma reforma trabalhista no País. *“O Brasil tem pressa”,* disse Martins Filho durante um debate sobre o tema realizado em setembro pelo Estado. *“O cerne da controvérsia está entre uma legislação mais rígida, com uma intervenção maior do Estado no domínio econômico, ou uma lei mais flexível, que permita aos agentes sociais estabelecer as condições de trabalho.”*

O problema é que, enquanto a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos e a reforma da Previdência Social, que o governo promete encaminhar em breve ao Congresso, ainda estiverem “trancando” a pauta, é difícil imaginar que a reforma trabalhista receba a atenção que merece. *“A gente está vivendo um período de incêndio e precisa resolver a questão fiscal”,* afirma o economista André Rebelo, assessor de assuntos estratégicos da presidência da Fiesp, a entidade dos industriais de São Paulo, que está preparando um conjunto de propostas na área trabalhista para apresentar ao governo. *“Só depois de combater o incêndio é que a gente verá qual parede vai reconstruir.”*

O Congresso, desde já, está fazendo a sua parte. Hoje, há dois projetos em tramitação na Casa que são essenciais para aperfeiçoar a legislação. O projeto 4.962/2016, apresentado pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ), reforça o papel dos acordos coletivos, já previstos na

REFLEXÕES XXII

Constituição, e está alinhado ao entendimento que o STF tem dado à questão. Sem grandes mudanças na CLT, o projeto abre a possibilidade de as partes negociarem quase todos os seus penduricalhos, desde que o acordo coletivo não contrarie a Constituição e as normas de medicina e segurança do trabalho. O outro projeto, já aprovado pela Câmara Federal e aguardando análise no Senado, libera a terceirização de mão de obra, inclusive nas chamadas atividades-fim, ligadas ao negócio principal das empresas (veja o quadro).

ABERTURA NO TRABALHO

● As principais propostas trabalhistas em análise no Congresso Nacional e as mudanças sugeridas por juristas, economistas e sociólogos que atuam na área

O tema

Propostas em análise no Congresso

Acordo coletivo

Prevalência dos acordos coletivos entre sindicatos patronais e de trabalhadores sobre a CLT, desde que não contrariem a Constituição e as normas de medicina e segurança do trabalho, conforme o projeto 4.962/2016, em tramitação na Câmara, e o entendimento sobre a questão já manifestado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

Terceirização

Liberação da terceirização de mão de obra em qualquer setor, inclusive nas chamadas "atividades-fins" das empresas, de acordo com o projeto 4.330/2004, já aprovado pela Câmara e aguardando análise no Senado

Outras propostas

Tributos

Corte de tributos incidentes sobre a folha salarial, pagos pelas empresas, para aumentar a competitividade, estimular investimentos e favorecer a formalização da mão de obra

Jornada de trabalho

Flexibilização da jornada de trabalho, para permitir às empresas contratar funcionários por períodos fracionados, inferiores às 44 horas semanais previstas na legislação, como em fins de semana. Permissão para aumentar o número de horas trabalhadas por dia, para até 12 horas, com a concentração da jornada em menos dias da semana

REFLEXÕES XXII

| | |
|---------------------------------------|---|
| Trabalho a distância | Regulamentação do trabalho a distância, para permitir que os trabalhadores possam prestar serviços às empresas em casa ou em outros locais de sua conveniência |
| Regimes especiais | Extinção das jornadas especiais de trabalho para jornalistas, fisioterapeutas, psicólogos, advogados, médicos e outras profissões, que passariam a ser objeto de negociação em acordos coletivos |
| Insalubridade e periculosidade | Fim do pagamento do adicional de periculosidade para quem trabalha com materiais explosivos ou inflamáveis e do adicional de insalubridade para quem está exposto a agentes químicos ou biológicos ou trabalha em ambientes com ruído ou vibração. Os benefícios passariam a ser negociados por categoria, nos acordos coletivos de trabalho |
| Férias | Permissão para negociar o fracionamento das férias por períodos menores que 10 dias, inclusive para os funcionários com mais de 50 anos de idade, hoje obrigados a tirar férias de uma só vez |
| Demissão | Adoção de medidas de estímulo à permanência no emprego, para diminuir a rotatividade da mão de obra e favorecer os investimentos em capacitação e treinamento pelas empresas. Outro objetivo seria evitar que os trabalhadores forcem a demissão para receber o FGTS, os 40% de multa sobre o FGTS, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e a antecipação proporcional de férias e do 13º salário |
| FGTS | Fim do pagamento da multa de 40% sobre o saldo do FGTS, para os trabalhadores demitidos sem justa causa, já que o próprio FGTS foi criado com o objetivo de servir de "colchão" em caso de imprevistos. Correção do saldo do FGTS pela taxa Selic, em vez dos atuais 3% de juros ao ano, mais a variação da TR, para quem optar por não realizar saques no fundo até a aposentadoria |
| Contrato de trabalho | Prevalência da prova documental, como o contrato de trabalho e os registros de ponto, sobre os depoimentos de testemunhas, como prevê o Código Civil, nas ações analisadas pela Justiça do Trabalho, para reduzir o contencioso trabalhista |
| Quitação | Reconhecimento da plena validade legal do recibo de quitação firmado pelo empregado no momento de sua saída do emprego, sob supervisão do órgão local do ministério do Trabalho ou do sindicato, para reduzir as incertezas sobre o real custo dos trabalhadores |
| Prazo de prescrição | Redução do prazo de prescrição para a realização de reivindicações trabalhistas na Justiça, hoje de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, para três meses nas demissões sem justa causa e seis meses nas demissões com justa causa |
| Assédio moral | Criação de mecanismos para diminuir a subjetividade predominante hoje nas decisões da Justiça do Trabalho em processos por assédio moral – fator de insegurança jurídica para empresas e investidores |
| Custas judiciais | Aprovação de dispositivos legais para inibir os litígios de má-fé na Justiça trabalhista, estimulados hoje pela gratuidade do processo para o trabalhador, independentemente da sua renda, mesmo em caso de perda da causa |
| Cartão eletrônico | Substituição da carteira de trabalho, lançada em 1943, por um cartão com chip que traria informações das atividades profissionais dos trabalhadores, com backup no Ministério do Trabalho. Traria também informações sobre o FGTS, a Previdência Social e o seguro-desemprego |

Abertura no Trabalho- Embora não faltem dispositivos anacrônicos na CLT, há praticamente um consenso entre os envolvidos na discussão das mudanças de que é melhor concentrar os esforços em poucos itens, para facilitar a aprovação no Congresso, em vez de tentar implantar uma reforma profunda, que dificilmente sairá do papel. A prioridade é trabalhar para aprovar o projeto que fortalece o acordo coletivo e o que libera a terceirização. Com o fortalecimento do acordo coletivo, será possível negociar uma série de questões ligadas à jornada de trabalho, como o fracionamento das férias, o tempo de almoço e o trabalho aos domingos, com a intermediação dos sindicatos patronais e dos trabalhadores. Com a terceirização, a insegurança jurídica das empresas deverá diminuir e a produtividade, aumentar. *“Com poucas mudanças, é possível promover uma revolução no mundo do trabalho no País”, diz José Marcio Camargo. “O que o governo tem de fazer é criar opções para o trabalhador e deixá-lo escolher as que ele prefere.”*

Como a reforma trabalhista tem impacto generalizado, há muita desinformação e contrainformação no ar. Uma declaração do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, sobre a regulamentação do regime de 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso, hoje amplamente adotada pelos profissionais de saúde, gerou muito ruído. Muita gente disse, provavelmente por má-fé, que o governo defendia a ampliação da jornada de 8 para 12 horas por dia. Mesmo com o governo garantindo que não vai mexer nos direitos dos trabalhadores – como 13.^o salário, FGTS, férias, adicional de férias, descanso semanal remunerado e jornada de 44 horas semanais –, a “guerra de narrativas” em torno do assunto corre solta nas redes sociais. Vale tudo. Em seu *site* na internet, a CUT publicou uma nota cujo título dizia que “A reforma trabalhista pode acabar com o 13.^o e as férias”. A tendência, à medida que a reforma trabalhista vá ganhando forma, é o conflito ideológico se acentuar.

Como os direitos dos trabalhadores não deverão ser afetados e o País enfrenta uma crise fiscal sem precedentes, é pouco provável que haja alívio para as empresas de obrigações trabalhistas e cunha fiscal incidente sobre o trabalho, que chegam a 102,43% do salário, segundo cálculos do professor Pastore. A reforma sindical também

deve ficar para depois. Como na PEC dos gastos, que depende da reforma da Previdência para funcionar, a reforma trabalhista dependerá da reforma sindical para alcançar seus objetivos (veja os gráficos). Sem a adoção do pluralismo sindical e o fim do imposto sindical, que financia entidades patronais e de trabalhadores com contribuições compulsórias, o novo desenho que se pretende dar para as relações de trabalho no País não passará de uma quimera. Mesmo que a reforma sindical seja implantada em seguida, para não tumultuar o debate sobre as mudanças trabalhistas, a vez da reforma sindical terá de chegar.

A batalha contra a ‘indústria’ de indenizações- Segundo estimativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o número de processos recebidos em 1.º instância na Justiça do Trabalho em todo o País deverá alcançar 3 milhões neste ano, 13% a mais do que em 2015

Com uma legislação confusa, extensa e complexa, que versa sobre cada detalhe das relações de trabalho e dá margem a múltiplas interpretações, não é de estranhar que o Brasil tenha produzido mais uma espécie de “jabuticaba” – a “indústria” das reclamações trabalhistas. Adubada pelo paternalismo da Justiça do Trabalho em relação aos trabalhadores e pela complacência com reivindicações controversas, baseadas mais em testemunhas do que em provas documentais, a indústria das indenizações cresceu com vigor e celeridade.

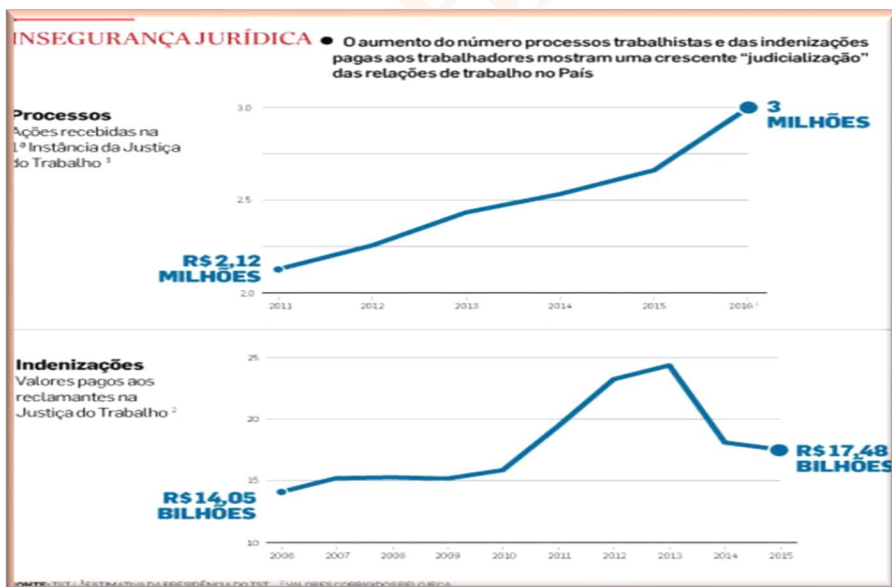
Segundo estimativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o número de processos recebidos em 1.º instância na Justiça do Trabalho em todo o País deverá alcançar 3 milhões neste ano, 13% a mais do que em 2015. Em relação a 2011, o salto será de cerca de 40%. Apesar da explosão dos processos trabalhistas, as indenizações pagas aos trabalhadores estão em queda desde 2014. No ano passado, último dado disponível, elas ficaram em R\$ 17,5 bilhões, uma redução de 3,3% frente a 2014 e de quase 30% em relação ao pico observado em 2013. Ainda assim, trata-se de um valor significativo, que dá a dimensão do que está em jogo nos tribunais trabalhistas. No total, desde 2011, os valores recebidos por reclamantes na Justiça do Trabalho roçaram os R\$ 180 bilhões, em

REFLEXÕES XXII

valores corrigidos pela inflação, de acordo com números do TST, quase R\$ 10 bilhões a mais do que o déficit recorde que o governo federal deve ter neste ano, estimado em R\$ 170,5 bilhões.

“A possibilidade de abrir um processo na Justiça do Trabalho é muito grande, porque, ao contrário do processo civil, o trabalhador não paga as custas, nem no início, nem no fim se for derrotado total ou parcialmente porque o benefício da chamada assistência judiciária é concedido com ampla liberalidade”, diz Almir Pazzianotto Pinto, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do TST. “Na Justiça comum, se for derrotado totalmente, ele tem de arcar com a totalidade das custas e com o ônus do advogado. Se for derrotado parcialmente, tem de pagar as custas proporcionais.”

Pazzianotto diz que, muitas vezes, os reclamantes não têm nenhum escrúpulo em suas reivindicações, nem tampouco os advogados que atuam na área, em especial os que exploram a clientela de menor poder aquisitivo. Ele exhibe o cartão de um advogado trabalhista que oferecia seus préstimos na porta de um dos postos do Poupa Tempo



REFLEXÕES XXII

em São Paulo, para dar materialidade ao que está falando. Afirma que vale tudo na hora de entrar com o processo na Justiça: cobrança de horas extras não pagas, alegação de trabalho em local insalubre, coação moral, e por aí vai. Conta que já viu processo com 50 reivindicações. *“A criatividade dos advogados trabalhistas é ilimitada”, diz. “Eles precisam receber alguma coisa na Justiça, porque não estão sendo pagos para abrir o processo. Recebem uma comissão pelo êxito, que pode ser de 20%, 30%, 40% ou até 100% do valor da causa, porque muitas vezes o sujeito abre um processo e depois esquece.”*

Para combater a indústria das reclamações trabalhistas, Pazzianotto afirma que o principal seria dar plena validade legal ao recibo de quitação assinado pelo empregado no momento de sua saída do emprego, sob supervisão do órgão local do Ministério do Trabalho ou do sindicato de sua categoria profissional. Hoje, em geral, para a Justiça do Trabalho, o recibo de quitação não tem valor. Outra medida essencial, na sua avaliação, seria a redução do prazo de prescrição das reivindicações trabalhistas após a saída do emprego, que hoje é de dois anos, para três meses em casos de demissão sem justa causa e seis meses nas demissões por justa causa. *“Não precisa mexer em toda a legislação trabalhista”, diz. “Mexendo na quitação, a insegurança jurídica vai sofrer um abalo tremendo, porque o empresário deixará de acumular passivos ocultos resultantes de ações que ex-funcionários podem mover contra ele.”* ●

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 30 de outubro de 2016

A luta contra a burocracia

José Fucs



Para ganhar agilidade e prestar serviços de melhor qualidade, o governo tem de promover um 'choque de gestão' e reinventar as relações de trabalho no setor público

Imagine um país em que o governo, apesar das inevitáveis restrições orçamentárias, exercesse o seu papel com agilidade e eficiência. O número de ministérios, que chegou a 39 e depois caiu para 24, seria de apenas 15. A corrupção, antes endêmica, estaria ao menos sob controle. A burocracia, que atravancava os negócios e a vida dos cidadãos, teria diminuído consideravelmente. Os exemplos viriam de cima. Privilégios de autoridades, bancados com o dinheiro dos pagadores de impostos, como viagens em aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), apartamentos funcionais em Brasília, gordas aposentadorias com apenas oito anos de trabalho e férias de 60 dias, seriam extintos.

Para melhorar a qualidade do atendimento à população, sem aumentar impostos, sem inflar a máquina administrativa e sem estourar as contas públicas, o governo desse país imaginário recorreria às parcerias com empresas privadas e organizações sociais. Dividiria com elas a tarefa de prestar serviços públicos, como educação e saúde, e de gerenciar empreendimentos de infraestrutura, como estradas, portos e aeroportos. Para fiscalizar os serviços prestados por terceiros, seriam estabelecidas metas qualitativas e quantitativas de desempenho e feitas avaliações rigorosas de resultados. Com poucos cargos disponíveis para nomeações políticas, os funcionários públicos seriam motivados a prestar um



bom serviço e poderiam alcançar os mais altos postos da carreira, por seus próprios méritos. Os servidores mais bem avaliados receberiam um bônus por seu desempenho e os que apresentassem resultados insatisfatórios com frequência seriam demitidos.

Provavelmente, para muitos brasileiros, desencantados com a política e os políticos, esse país poderia ser qualquer um, menos o Brasil. No Brasil dos *pixulecos*, das regalias oficiais, do patrimonialismo e do corporativismo, em que os políticos têm à disposição milhares de cargos de livre nomeação e aprovam leis em causa própria, é difícil imaginar que o Estado possa funcionar de maneira razoável, promovendo o bem comum. Boa parte do funcionalismo, instalada em trincheiras montadas no aparelho de Estado, está sempre pronta a defender os seus interesses, mesmo que nada tenham a ver com os da população a que deveria servir. Quer mais é preservar seus privilégios, como a estabilidade no emprego e a isonomia salarial – a bandeira erguida pelos sindicatos da categoria contra a bonificação por desempenho, que distingue os funcionários que se destacam dos que não fazem por merecer a premiação. *“O Estado brasileiro funciona com uma silenciosa aliança entre o sistema político e a burocracia do setor público. Os políticos nomeiam um sujeito de confiança e não incomodam a burocracia e a burocracia aceita, acomoda-se ao status quo e quem paga a conta é a sociedade”*, diz o cientista político Fernando Schüler, professor do Insper, uma escola de negócios de São Paulo.

Trincheira fisiológica- Agora, porém, uma conjunção de fatores parece conspirar a favor da mudança. Com o impeachment e a Lava Jato, que ameaça jogar no xilindró boa parte dos políticos de Brasília, abriu-se uma oportunidade única para o País dar uma guinada. Ampliada pelo fim da farra fiscal e pela provável aprovação da PEC 241 – a Proposta de Emenda Constitucional que estabelece o teto dos gastos públicos – ela revela uma nova perspectiva no horizonte. O momento é propício para enfrentar o corporativismo estatal e promover um “choque de gestão” no governo federal, que possa se irradiar por estados e municípios. *“O setor público no Brasil precisa ser chacoalhado”*, afirma o cientista político americano, Steven Kelman, da Escola Kennedy de Governo, da Universidade

REFLEXÕES XXII

Harvard.



Embora a expressão “choque de gestão” esteja meio desgastada hoje em dia, ela reflete com perfeição a profunda reforma pela qual o Estado brasileiro tem de passar, com a adoção de ferramentas de administração da iniciativa privada, para deixar de sugar recursos cada vez maiores da sociedade e entregar serviços cada vez melhores aos cidadãos e às empresas. A ideia cultivada desde sempre no País, de que, para melhorar a atuação do governo e os serviços públicos é só gastar mais, terá de ceder espaço, enfim, à busca por mais eficiência, à otimização das despesas e às parcerias com o setor privado e as organizações sociais. Ao final do processo, quem sabe, talvez possa emergir um Estado mais enxuto, mais ágil e com menos corrupção, como no país imaginário retratado acima. “*A PEC do teto vai provocar uma mudança cultural no meio político*”, afirma o consultor Vicente Falconi, fundador da empresa de consultoria que

leva seu sobrenome e um dos mais respeitados especialistas em gestão do País, com vários projetos desenvolvidos na área governamental. *“A gente vai ter de fazer mais com menos e estabelecer prioridades”*, diz Claudia Costin, professora visitante da Universidade Harvard e ex-ministra da Administração e da Reforma do Estado no governo Fernando Henrique. *“Não adianta gastar um pouquinho em tudo e fazer tudo mal feito.”*

Apesar de ser menos discutida que as reformas fiscal, da Previdência, política e trabalhista, a reforma do Estado, também chamada de reforma administrativa, é essencial para reduzir o peso da máquina pública, e para o País realizar as suas potencialidades. Em setembro, a reforma do Estado ganhou uma comissão especial na Câmara dos Deputados para estudar o assunto. Também vem recebendo apoio crescente de pesos pesados do mundo dos negócios, como Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau, e Rubens Ometto Silveira Mello, presidente do conselho de administração da Cosan, que atua nos setores de energia e infraestrutura.

Com o objetivo de contribuir para aperfeiçoar a gestão pública, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma organização fundada por Gerdau e dirigida ao aumento da competitividade do País, lançou o Pacto pela Reforma do Estado. Formado no final de 2015, o Pacto já conta com o apoio de 19 governadores, entre eles Geraldo Alckmin, de São Paulo, e Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro. O Pacto prevê a concentração de esforços para implantar uma série de medidas destinadas à melhoria da eficiência no setor público. Até agora, seu resultado mais expressivo foi a construção do modelo de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, já aprovado no Rio Grande do Sul e em tramitação nas Assembleias Legislativas do Rio e de Goiás. *“Não se trata de uma questão de Estado máximo ou mínimo, mas sim de um Estado que atenda à população com serviços de qualidade, com custos viáveis”*, afirmou Gerdau, ao lançar o movimento, em encontro realizado em São Paulo, que teve a presença de 15 governadores. *“Esse Pacto não é um documento. É uma chamada para ação, um compromisso de cidadania.”*

A pauta da reforma do Estado atinge praticamente todos os campos

da administração, da redução de ministérios e cargos de confiança ao aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e à reavaliação generalizada de processos; da reestruturação das carreiras públicas à implantação da bonificação e da meritocracia para o funcionalismo (leia o quadro). Na área de gestão propriamente dita, apesar de todos os esforços feitos nos anos 1990 para dar mais agilidade à máquina, o quadro é desalentador. Não há planejamento em longo prazo nas políticas públicas, nem um sistema de metas, para direcionar as ações governamentais. O governo toma decisões sem rumo definido, ao sabor dos acontecimentos. Segundo Falconi, o governo tem de criar uma organização de Estado para pensar alguns temas relevantes para o Brasil do futuro, que reúna pessoas de reconhecida competência em seus campos de atuação e representantes das Forças Armadas, das universidades e dos centros de pesquisa e tecnologia. *“Como vão ser os transportes, as matérias-primas e a energia daqui a 50 anos? Qual será o nosso modelo energético? De que forma a mudança climática poderá afetar o País? Como a gente vai se preparar para ela?”*, pergunta Falconi. *“Ninguém pensa nisso. Não tem direção futura de nada.”*

Falconi conta que, no governo Dilma, sua consultoria fez um trabalho para racionalizar a estrutura dos ministérios, que poderia ser implantada sem grandes complicações. A empresa comparou a estrutura do Brasil, que na época tinha 39 ministérios, com as de três ou quatro países avançados, além de México e Argentina. Identificou os ministérios que eram comuns a todos os países e agrupou os demais, por afinidade. No final, a empresa propôs ao governo uma redução para 15 ministérios, o mesmo número dos Estados Unidos, um a menos que na Argentina e dois a menos que no México. Só que o projeto não andou. *“A Dilma até queria, mas não levou o projeto adiante, porque, no Brasil, você não consegue governar se não negociar ministério. Ainda mais com esse monte de partido existente hoje no País”*, afirma Falconi. *“Cada um quer um ministério ou dois e você tem que dar. Depois, cada um faz uma coisa, sem qualquer articulação com os demais, e você não pode interferir.”* Posteriormente, com o impeachment, o presidente Michel Temer cortou o número de ministérios, dos 32 que sobreviveram com Dilma para 24, mas ainda há muito a fazer para chegar aos 15 ministérios propostos por

Falconi.

Um bom ponto de partida para ajustar a máquina, de acordo com Claudia Costin, seria realizar um “pente fino” nos gastos do governo, em cada área do Estado, em cada ministério, tanto de programas públicos quanto de pessoal, com o objetivo de identificar eventuais distorções e procurar corrigi-las. Eventualmente, um programa pode consumir um volume de recursos significativo, mas ter um impacto reduzido na sociedade. Também é fundamental rever os processos administrativos, para dar mais agilidade à gestão e acelerar a execução de projetos, que muitas vezes acabam não saindo do papel, apesar da liberação dos recursos necessários para a sua implantação. *“Para mim, essa é a verdadeira reforma administrativa”*, diz Claudia.

No campo das licitações e compras públicas, as travas para a atuação do governo prejudicam muito a gestão. Na ânsia de combater a corrupção e acabar com a impunidade, a Constituinte estabeleceu regras extremamente rígidas para as aquisições de produtos e serviços pelo Estado. Em 1993, com a Lei 8.666, que regula a questão, o governo tentou flexibilizar um pouco as normas, mas não conseguiu obter os resultados esperados. A legislação, paradoxalmente, acabou dificultando a boa gestão, mas não impediu o crescimento da corrupção. Existe também um excesso de órgãos de fiscalização – Procuradoria, Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Federal. *“Hoje, um dos maiores problemas que a gente tem é a boa intenção dos legisladores. Há uma compulsão nacional pelo aumento de legislação, regulação e fiscalização”*, afirma o cientista político Luiz Felipe d’Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), uma organização voltada para a formação de novos líderes políticos. *“No Brasil da Lava Jato e dos escândalos em série de corrupção, a tendência é ser ainda mais rigoroso e diminuir ainda mais a autonomia do gestor público. Mas, embora seja contraintuitivo, a gente tem de rever essas coisas, porque não funcionam e vão engessando o sistema cada vez mais.”*

Para tudo isso funcionar, a máquina administrativa tem de estar bem azeitada – e isso está longe, muito longe, de se tornar uma realidade. Com 20,3 mil cargos de livre nomeação no governo

federal, em todos os níveis, a interferência política tem um efeito perverso na administração (veja o gráfico). Além de muitos dos que ocupam os cargos em comissão não terem conhecimento da área em que atuam, prejudicando a profissionalização da gestão, a nomeação de apadrinhados políticos para as posições mais cobiçadas representa um importante fator de desmotivação dos servidores de carreira. Segundo o consultor Vicente Falconi, o ideal, com base nos parâmetros internacionais, seria que os cargos de livre nomeação não passassem de 1.000, apenas para abrigar as pessoas de confiança das autoridades do primeiro escalão e especialistas que sejam convidados a participar do governo. Todas as demais posições, de secretário-executivos de ministério, inclusive, para baixo, deveriam ser ocupadas por servidores de carreira. *“Hoje, a máquina pública é utilizada como meio de negociação política. Os partidos disputam cargos até o quinto, sexto escalão. Nas estatais, os cargos são disputados a bala”, afirma. “É uma coisa horrorosa.”*

Na visão de Falconi, o governo teria de fazer uma reestruturação completa nas carreiras do funcionalismo. Ele sugere que isso seja feito por meio de um sistema de pontos, que leve em conta os salários pagos pela iniciativa privada, o conhecimento necessário e o nível de responsabilidade de cada posição. Os valores das generosas aposentadorias garantidas pelo setor público também teriam de entrar na conta e ser abatidas, proporcionalmente, dos salários de cada função. A partir daí, os cargos seriam uniformizados em todos os ministérios e carreiras de Estado. Também teria de ser desenvolvido um sistema de avaliação que permita a implantação da meritocracia entre os servidores. Os funcionários mais bem avaliados ao longo do tempo estariam em melhores condições para disputar as promoções.

Além da reestruturação das carreiras e da implantação da meritocracia, o governo teria de realizar também uma espécie de censo do funcionalismo, para conhecer melhor o perfil de cada servidor e para saber onde tem gente demais, onde está faltando, quais posições são mais carentes e quais têm mais servidores do que o necessário. Nos governos de Lula e Dilma, não apenas o número de funcionários públicos se multiplicou, mas cresceu de maneira

REFLEXÕES XXII

errada. O número de servidores em funções administrativas, de apoio, aumentou muito mais que o de posições técnicas. O professor Nelson Marconi, coordenador do Centro de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, diz que, com a criação de novas universidades federais houve, naturalmente, a necessidade de contratação de pessoal. Só que, em vez de concentrar as contratações nos professores, como seria de se esperar, o governo inchou o quadro administrativo. Marconi afirma que a quantidade contratada de professores foi praticamente a mesma de servidores de apoio. *“É uma distorção. Não tem muita lógica uma universidade ter a mesma quantidade de servidores administrativos e de professores.”*

Como se pode observar, por tudo o que o governo precisa fazer para aumentar a eficiência da máquina administrativa e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, trata-se de uma tarefa não para uma, mas para várias gestões. Talvez, se realmente surgirem líderes que queiram enfrentar o desafio, só os nossos filhos ou netos, com cabelos brancos, possam testemunhar o final do processo. Ainda assim, apesar de todas as resistências às mudanças e da complexidade da tarefa, é possível começar, desde já, a criar as bases para o Brasil de amanhã. ●

José Fucs: jornalista e esteve na Revista Época por 13 anos.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de novembro de 2016

A língua das ruas: o impacto dos protestos de 2013 a 2016 nas eleições e na política brasileira

Eugênio Bucci



Em livro recém-lançado, o jornalista e professor da USP Eugênio Bucci analisa a evolução dos protestos de 2013 a 2016 a partir dos símbolos e da linguagem. O espetáculo, diz ele, acabou no centro do movimento. *“As manifestações se tornaram um happening¹⁸ cultural, em que a estética precede a política, e as pessoas saem de casa prontas para sair na TV.”* Um rumor que, enfim, chegou às urnas. *“Os protestos alteraram a rotina de cada indivíduo, em níveis sutis da vida pessoal. Criaram uma nova forma de convívio e identificação. Isso não poderia passar incólume nas eleições”*

“O que vimos em junho de 2013 foi um transbordamento de multidões e energias que não encontravam canais para se comunicar com o Estado”, diz o jornalista e professor da ECA-USP Eugênio Bucci, que acaba de lançar o livro *A Forma Bruta dos Protestos – Das Manifestações de Junho de 2013 à Queda de Dilma Rousseff em 2016* (Companhia das Letras). Neste ensaio, Bucci analisa esse transbordamento de demandas sociais a partir da linguagem das ruas, da estética dos manifestantes e da explosão de signos que as demonstrações públicas trouxeram ao cotidiano. *“As manifestações se transformaram em um grande happening cultural. Nesse sentido, as causas e bandeiras perderam a relevância e a centralidade.”*

Nesta entrevista, Bucci analisa a identidade própria adquirida pelos manifestantes nas ruas, que criaram signos de linguagem e um

¹⁸ **Happening:** espetáculo dramático inusitado, em geral artisticamente concebido como uma série de acontecimentos sem continuidade, em que o imprevisto e o espontâneo têm papel essencial, envolvendo a participação da plateia.

“espetáculo cultural” raro na história do País. *“A estética precedeu a política, num Big Bang que se deu após junho de 2013 e construiu uma narrativa estetizada, seja em verde e amarelo ou em vermelho.”* No livro, Bucci trata de elementos que se tornaram corriqueiros de 2013 para cá, como patos da Fiesp, bonecos de políticos e os próprios *black blocs*. Aos mascarados, é reservada uma comparação curiosa – com papais-noéis de *shopping*. *“Todos sabem qual será o gestual de um Papai Noel num centro de compras. Assim que veste a fantasia, todos sabem o que virá. O mesmo vale ao black bloc...”*

Autor de mais de 10 livros sobre comunicação e sociedade, Bucci falou também sobre o impacto das manifestações populares nas eleições. E é otimista em relação à participação popular. *“O pior que pode acontecer ao País é a inércia”*, disse, nesta entrevista ao Aliás.

Os protestos de junho de 2013 foram relevantes para o resultado das eleições municipais de 2016?

As manifestações de 2013 e seus prolongamentos determinaram um efeito devastador principalmente no discurso do PT. Nas proporções que aconteceram, elas são em si mesmas vetores de comunicação extremamente poderosos e capazes de ir ao ponto mais sutil e delicado da vida pessoal de cada indivíduo. Alteraram a rotina não só da cidade, mas de cada um. As causas defendidas foram incorporadas por milhões.

E aquilo que instaura uma prática nova, uma forma não corriqueira de convivência e encontro, é uma força de mobilização de mentalidades. Isso foi criando uma energia que pôs abaixo a fantasia e a impostura que encobria práticas nefastas. Não só de figuras do PT, mas também delas. Portanto, como as manifestações constituem uma poderosa forma de comunicação, elas causaram, sim, impactos nos resultados das eleições.

Candidatos que se disseram “não políticos” tiveram sucesso, como João Doria em São Paulo. Os protestos de 2013 para cá influenciaram nisso?

Essa ojeriza contra os políticos apareceu de muitas maneiras. Formou-se uma espécie de consenso em torno da rejeição à política.

REFLEXÕES XXII

A partir daí, uma das formas que o discurso político encontrou para galvanizar esse sentimento foi o “eu não sou político”. Na verdade, é o discurso político de quem diz que não é político. Isso é política pura, na veia. Também tem a ver com o que aflorou das ruas em 2013. Esse discurso é uma resposta, talvez até inconsciente, que busca atrair essas vertentes que protestavam contra todo o universo político.

Há quem culpe os protestos de 2013 por uma onda conservadora, também refletida nas eleições municipais. O que há de verdade nisso?

Esse discurso sempre procura alguém para chamar de eles, alguém sobre quem deve recair a culpa pelos nossos males. Do ponto de vista do pensamento isso é menos do que rudimentar. Muita gente quando viu 2013 disse que era coisa da *web* profunda, estratégia da CIA, todo tipo de fantasia... Mas minha leitura positiva é de que as pessoas estavam expressando o que sentiam, dando a cara para bater e debatendo o País.

O pior que pode acontecer ao País não é o surgimento de pessoas que abraçam o ideário conservador. O pior que pode acontecer ao País é a inércia, a não participação. Que tenha surgido algo conservador não é problema. Isso é parte de um processo democrático que deve ser visto como natural. Em algum momento vai ser produzido um ponto de equilíbrio. Culpar a rua pelos descaminhos da política brasileira é um absurdo.

Em seu ensaio, o sr. diz que os protestos de 2013 se originam de uma desconexão temporal entre Estado e sociedade. Como é esse descompasso?

Trata-se do predomínio das dinâmicas do espetáculo e da teatralização eletrônica da política *versus* a lentidão dos processos de decisão do Estado. Isso ganha visibilidade e propulsão a partir das tecnologias digitais. O Estado moderno foi constituído a partir da instância da palavra impressa. Foram os jornais de



circulação nacional que serviram de suporte aos debates e à elaboração coletiva de fórmulas que deram origem ao Estado moderno. A conformação das nações teve como mediação a presença dos jornais. É curioso como isso leva para dentro do Estado certos ritos. O retrato da temporalidade da palavra impressa é a figura do Diário Oficial – que é hoje editado eletronicamente, mas o ciclo temporal de 24 horas é uma marca. Os processos que tramitam para que uma decisão saia de uma instância a outra. Esse percurso se refere à pulsação da sociedade mediada por publicações de periodicidade diária. Hoje um grupo de estudantes convoca uma manifestação em questão de dias, via redes sociais. O Estado demora meses para responder.

Não quero dizer que devemos substituir os ritos da democracia pela dinâmica do Facebook. Isso seria uma ditadura. Mas o Estado precisa ser mais ágil e atualizar os paradigmas temporais. O que vimos em junho de 2013 foi um transbordamento de multidões e energias que não encontravam e ainda não encontram canais para se comunicar com o Estado. Elas então transbordam e explodem nas ruas. Junho de 2013 não acontece por falta de escolas, de hospitais, pelo preço da passagem de ônibus, pela corrupção. Acontece porque quando o cidadão tenta falar com o Estado, ele bate com a cara em uma parede de concreto.

Como a sociedade reage à ocupação do espaço público em uma passeata?

O sentido político de uma manifestação tem sempre a ver com a demonstração de um grupo capaz de alterar a rotina da cidade. Os protestos ganham sentido a partir da premissa da cidade e da multidão. A ditadura militar imprimiu um ambiente que dificultou que as passeatas fossem incorporadas em uma normalidade democrática. Em vários países, manifestações fazem parte da normalidade. No Brasil, ainda vemos quase como exceção. Elas sempre trazem um estranhamento. São vistas como transgressões ou rupturas do que seria uma ordem pacífica. Não deveria ser assim. O que agrava a situação é o emprego da violência, que não se justifica, tanto do lado dos manifestantes, como do lado da polícia, que é muito mais grave. Uma polícia violenta, preconceituosa,

contribui muito para agravar essa tensão colocada pelos protestos.

Como entender os *black blocs* no universo das manifestações?

No livro, faço uma analogia provocativa entre *black blocs* e a fantasia de Papai Noel. São dois figurinos próprios que mascaram o ator e seguem um rito gestual muito típico. O Papai Noel do *shopping* tem uma fantasia em que qualquer um pode entrar e viver. O mesmo vale para o *black bloc*. Qualquer um pode ser um *black bloc*, com o rosto coberto por uma camiseta. Existe uma certa justificativa retórica de que os *black blocs* são uma forma de autodefesa dos movimentos. Dizem até que enfrentar violência com violência é um jeito de proteger as manifestações. São justificativas rasas para esse tipo de prática que alguns chamam de tática. A tática não colou. Pelo menos até agora, os próprios manifestantes cuidam de escondê-los, de desestimulá-los.

Em que medida uma manifestação é um elemento estético?

Há um fator estético nas manifestações que é fecundo e determinante. Elas podem encerrar ou comportar um fator de identificação e gerar o sentimento de pertencimento, cujos fundamentos são propagados por vias estéticas. Temos uma resistência de setores da inteligência brasileira de levar isso em conta. O argumento é que é política, não é estética. Ok, não se deve estetizar a política. Claro que não. Quem estetizou a política e o Estado foi o nazismo. O que é irrefutável é que a política engloba a estética na forma de se irradiar e seduzir corações.

E qual o sentido da estética nesse contexto?

Manifestações se transformaram em um grande *happening* cultural. As causas e bandeiras perderam a relevância e a centralidade. Quando as manifestações se apresentam como a celebração da indignação generalizada, elas independem de ordem. Em 2013, e mesmo em 2015/2016, não havia preparação política. Os manifestantes se identificavam por uma linguagem própria, por um espetáculo cultural. A estética precedia a política. Foi uma espécie

de Big Bang desse ciclo inicial das manifestações. Dessa explosão surgiram duas vertentes, uma amarela e outra vermelha. Isso evoluiu e resultou em um muro erguido na Esplanada dos Ministérios no dia da votação do impeachment; um muro repartindo o Brasil, com cores, gestos e alegorias diferentes. A estética foi sempre predominante de um lado ou do outro.

Como nascem os signos dos protestos?

As manifestações supõem um adestramento das multidões para as câmeras, holofotes e objetivas da mídia e do grande sistema de circulação de informação. Como se as pessoas soubessem tacitamente que estão saindo de casa para ganhar a cena no noticiário e a lente dos fotógrafos. Há uma consciência difundida, e não problematizada, internalizada por parte das massas e das multidões que fazem desses atores políticos, atores preparados para falar a linguagem da TV e do entretenimento. O “pixuleco” já é bolado para as câmeras da TV. O uso da bandeira do Brasil, a camiseta amarela... Essas pessoas saem de casa conscientes de que aparecerão na TV. Quase como quem vai a um *show* de rock ou a um jogo de futebol.

As manifestações reacenderam um nacionalismo adormecido?

Foi como se tirassem a poeira do brasão da República. O recado era: o País somos nós na rua, e não vocês em Brasília. Isso elevou a autoestima, a autoconfiança. Agora, esse estímulo cívico leva a uma nostalgia hiper-reacionária. Há gente defendendo golpe militar, regime militar, fim dos políticos, fim dos partidos. Isso seria o fim da democracia. Por outro lado, não haveria como esse sentimento não surgir. Isso está aí, pulsa dentro de uma gente que estava calada. Agora, mesmo isso aparecendo, só reforça o amadurecimento da democracia. Porque quando isso aparece, aparecem os argumentos contrários. As ruas, na sua dinâmica viveram um amadurecimento político. Estamos no meio do caminho, o governo Temer não é o fim desse percurso. Isso vai continuar, não se sabe com que discurso ou estética, mas vai continuar. Esse amadurecimento político passa por uma

REFLEXÕES XXII

acomodação, que tem sido o governo Temer. Mas 2013 está longe de terminar. ●

Eugênio Bucci: jornalista brasileiro. É professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, onde dá aulas de graduação e pós-graduação. É conselheiro do Instituto de Estudos Avançados, da mesma universidade.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 30 de outubro de 2016

O concorrente de Santos-Dumont

Luciana Garbin



Livro resgata a história de Augusto Severo, deputado brasileiro que foi a Paris em 1901 participar do concurso que deu fama mundial ao 'pai da aviação' e morreu meses depois numa tragédia que abalou a capital francesa, ao explodir no céu com seu dirigível Pax

Uma tragédia chocou Paris em 1902. Às 5h40min, a cidade ouviu uma explosão a cerca de 400 metros de altura. Em poucos segundos, escombros do dirigível Pax se chocaram contra a Avenue du Maine. No meio deles estava o corpo do primeiro mártir nacional da aeronáutica.

Parlamentar, republicano, abolicionista e defensor do divórcio, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão foi o maior concorrente brasileiro de Alberto Santos-Dumont na busca pela dirigibilidade aérea. Jornais da época publicavam manchetes do tipo “Severo x Santos”. Segundo especialistas, ele chegou a fazer algumas coisas até mais avançadas do que o pai da aviação, mas seu nome hoje é mais conhecido como o do aeroporto de Natal. É justamente essa lacuna que *Os Balões de Augusto Severo*, de Rodrigo Moura Visoni (Editora Tamanduá Arte), tenta suprir.

Com publicação prevista para 2017, o livro conta que Severo foi o único inventor brasileiro a testar um dirigível no País – o Bartholomeu de Gusmão, em 1894, no Rio. Também criou novos tipos de motores e, na política, aprovou projetos de interesse em seus três mandatos como deputado. Entre eles, um de saneamento da capital federal. Foi ainda sócio de empresa de importação e exportação, orador, comerciante e professor.

Nascido em 11 de janeiro de 1864 em Macaíba, no interior da então Província do Rio Grande do Norte, ele começou a estudar Engenharia na Escola Politécnica do Rio aos 16 anos, mas desistiu

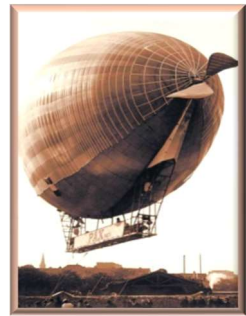
REFLEXÕES XXII

do curso após ficar doente. Num artigo para O Jornal, do Rio de Janeiro, o sociólogo Gilberto Freyre contou em 1942 que, ainda jovem, Severo apontava urubus voando sobre coqueiros e dizia ao primo José Antônio Gonçalves de Melo: *“Seu Juca, precisamos achar um jeito de fazer o mesmo”*. *“Parecia-lhe uma vergonha que, neste particular, o homem continuasse inferior ao urubu”*, escreveu Freyre.

Em 1892, Severo pediu três patentes: uma para “direção dos balões”, dada em 4 de agosto, outra para o dirigível Bartholomeu de Gusmão, expedida em 8 de outubro, e a terceira, em 30 de novembro, em Paris, para um *“aérostat dirigeable système Potyguarânia”*, concedida em 15 de fevereiro de 1893. Em 27 de julho de 1899, patenteou o Pax, dirigível que acabaria com sua fortuna e sua vida.

Empolgado com o Prêmio Deutsch, que prometia 100 mil francos a quem em até meia hora voasse 11 km sem escalas, partindo e voltando ao mesmo ponto e contornando a Torre Eiffel no meio do percurso, Severo embarcou rumo à França em 18 de setembro de 1901 com a mulher, Natália, os filhos Augusto e Otávio e dois amigos. Logo após desembarcar do paquete Clyde, ele encomendou o Pax à Casa Lachambre. Também construiu em dez dias um galpão de 17 metros de altura, 35 de comprimento e 15 de largura para abrigar o balão.

Quando a encomenda foi entregue, em 1902, no entanto, todas as glórias já eram para seu concorrente brasileiro. Em 19 de outubro de 1901, Santos-Dumont havia completado sua prova do Prêmio Deutsch em meio a uma grande polêmica, causada pela falta de definição prévia do momento em que começava e terminava a prova. Após um debate que mobilizou os franceses, em 4 de novembro de 1901, por 13 votos a favor, 9 contra e 2 em branco, o Aeroclube da França decidiu dar o prêmio a Santos-Dumont, que ganhou fama mundial e entrou para a história.



“Os dirigíveis de Augusto Severo sempre foram

REFLEXÕES XXII

mais avançados do que os de Santos-Dumont. Quando fez o Bartholomeu de Gusmão em 1894, por exemplo, Santos-Dumont ainda não havia feito uma única ascensão em balão. Mas, por ter ganhado o disputado Prêmio Deutsch e se dedicado ao avião, Santos-Dumont teve muito mais destaque na aeronáutica que Augusto Severo e acabou ofuscando o nome dele”, diz Visoni.

“Embora reconhecido internacionalmente pelos aperfeiçoamentos que introduziu nos dirigíveis, pouco se fala de Augusto Severo no Brasil. A figura de Santos-Dumont eclipsou-o...”, confirma o físico e especialista em aviação Henrique Lins de Barros, na apresentação do livro.

Severo chegou a mandar carta ao presidente do Aeroclube da França protestando contra o encerramento do concurso. Disse que o balão com que pretendia disputar o Prêmio Deutsch estava quase pronto e o aeroclube não deveria fechar a porta a alguém vindo de tão longe. Afirmou ainda que, em sua visão, Santos-Dumont não havia preenchido os requisitos do regulamento. Queixas em vão: em 8 de novembro de 1901, o prêmio foi entregue ao concorrente.

“Que fique claro que Severo não era um rival invejoso tentando prejudicar um compatriota, muito pelo contrário”, escreveu Visoni. “Prova disso é que, em 17 de julho de 1901, ele mesmo havia proposto e feito o Congresso brasileiro votar um prêmio de 100 contos de réis a Santos-Dumont, como incentivo às experiências aerostáticas que fazia na França.”

Com 30 metros de comprimento, 20 de altura e 13 de diâmetro, o Pax ficou pronto em abril de 1902. Custou 150 mil francos, o dinheiro todo de Severo. Tinha dois motores a petróleo, sete hélices e levou cinco dias para ser inflado. Logo virou atração. Até a polícia teve de ser chamada para dar conta do grande número de curiosos. Após dois testes no dirigível, Severo marcou um voo para as 5 horas do dia 12 de maio de 1902. Diante de cerca de 40 pessoas e com o balão já fora do hangar, ele assumiu a proa e o mecânico francês Georges Saché, a popa. Para carregar mais lastro, desistiu de levar o amigo Álvaro Pereira Reis.

Características- Visoni lembra que o Pax era a concretização de um modelo que distinguiu Severo de outros inventores: o do

REFLEXÕES XXII

dirigível semirrígido. “*Eram aeronaves dotadas de estrutura parcial interna, que lhes permitiria atingir velocidades e alturas superiores aos dirigíveis flexíveis de Santos-Dumont*”, explica. “*Santos-Dumont sofreu vários acidentes ao longo da carreira justamente em razão da fragilidade de seus balões e por não haver adotado a disposição simétrica de forças proposta por Severo.*”

Ironicamente, porém, enquanto Santos-Dumont escapou praticamente ileso de todos os acidentes, Severo teve um destino trágico. Como descreveu o repórter Georges Caye, que acompanhou a ascensão do dirigível no Parque de Vaugirard, em Paris, “*eram precisamente 5h25min quando o Pax largou o solo*”. Após assistentes experimentarem cordas e hélices e fazerem os últimos testes, o político-aviador despediu-se dos amigos, mandou um beijo para a mulher e o filho mais velho e decolou.



Na época, os dirigíveis voavam com uma grande corda usada para ajudar nos movimentos e no equilíbrio do balão. “*Quando o balão atingiu a extremidade da corda, o homem que a segurava reteve-a por um momento*”, escreveu Caye. “*Severo, sentindo-se detido, pensou que fosse insuficiente a força ascensional e lançou dois sacos de lastro, o que fez o balão elevar-se subitamente.*” Segundo o jornalista, logo se percebeu que algo não ia bem. “*A hélice traseira havia deixado de funcionar, o veículo não conseguia avançar contra o vento e os dois aeronautas começaram a fazer gestos largos um para o outro. A aeronave derivava, a cerca de 400 m de altitude, sobre a Avenue du Maine. Severo, que estava no motor da frente, deslocou-se para verificar o que se passava atrás. Isso fez o balão elevar a proa, sem, no entanto, tomar inclinação inquietante. Logo depois, espectadores viram um clarão. Quase no mesmo instante, uma explosão tremenda foi ouvida. O balão havia se incendiado e estourado!*”

A mulher de Severo, que seguia o voo de automóvel, deu um grito e desmaiou. A carcaça do dirigível tombou em poucos segundos. Severo caiu em pé, agarrado à quilha e sem queimaduras. O choque

REFLEXÕES XXII

fez suas pernas entrarem no abdome. Seu relógio parou às 5h40min. Já Saché foi completamente carbonizado.

Destroços do Pax foram cortados a machadadas para que a circulação na Avenue du Maine pudesse ser restabelecida. Onze anos depois, o número 79 da via ganhou uma placa em francês com os dizeres: “Aqui morreram, vítimas da ciência, SEVERO, aeronauta brasileiro, e seu mecânico, o francês SACHET, na queda do dirigível Pax, em 12 de maio de 1902. Placa inaugurada dia 10 de agosto de 1913”.



Após ser levado a uma delegacia, o corpo de Severo foi transferido à casa da família, na Rue Gallilée, 63. Já o de Saché, que era solteiro e sem filhos, foi para a casa dos pais e enterrado em 15 de maio. Dois dias depois, o corpo do brasileiro foi embalsamado, enrolado num pedaço da seda do Pax e sepultado provisoriamente no Cemitério de Passy, sob chuva intensa e diante de cerca de 500 pessoas. No dia 30 de maio, foi embarcado no pacote Brèsil. O enterro definitivo ocorreu em 18 de junho de 1902 no Cemitério São João Batista, no Rio, onde 30 anos depois também seria sepultado o corpo de Santos-Dumont. ●

Luciana Garbin: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 30 de outubro de 2016

Até quando durará a reserva de mercado usufruída pela OAB?

Diversos Autores



Impedir que pessoas de fora da guilda exerçam a advocacia é um atentado ao livre arbítrio

No século XIX, a advocacia era uma profissão aberta para o mercado. Não havia decretos estipulando o tipo ou mesmo a duração da formação que um indivíduo deveria possuir para exercer a advocacia. Nenhuma lei restringia nenhuma pessoa de ofertar seus serviços nesta área. Os únicos que reclamavam eram aqueles advogados que queriam forçar "padrões mais elevados" sobre o mercado.

Já no Brasil, o Instituto dos Advogados do Brasil foi criado em 1843. O IAB exigia a formação acadêmica, mas não tinha poderes para fiscalizar e não obrigava os formandos a se cartelizar para poder exercer sua profissão. Em 1930, Getúlio Vargas, por meio do Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930, instituiu a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidade que passaria a ser quem efetivamente daria o aval para que a pessoa pudesse ou não exercer a profissão advocatícia. Entretanto, até a década de 1970, ainda era possível exercer a advocacia sem se possuir formação acadêmica, sendo esse profissional pejorativamente chamado de Rábula.

Foi a partir dos anos 1970 que a OAB começou a endurecer, culminando com uma lei de 1994, decretada pelo governo federal, declarando que a advocacia seria prerrogativa exclusiva dos bacharéis em Direito aprovados no exame de ordem da OAB. Ou seja, o advogado é o único profissional que, ao terminar a sua graduação, deve obrigatoriamente se submeter a um teste para poder exercer sua profissão. Criou-se assim a mais poderosa guilda do Brasil: uma reserva de mercado extremamente eficiente em

restringir a oferta de serviços e, com isso, encarecer os preços ao mesmo tempo em que derruba a qualidade, pois a concorrência é extremamente restrita.

Tão poderosa é essa guilda, que ela se tornou a única entidade corporativista citada em um texto constitucional. Como bem disse Roberto Campos: *"A OAB conseguiu a façanha de ser mencionada três vezes na 'Constituição besteirol' de 1988. É talvez o único caso no mundo em que um clube de profissionais conseguiu sacralização no texto constitucional."*

Atualmente, a advocacia é uma área restrita exclusivamente àqueles que podem bancar as amplamente inúteis e altamente custosas etapas exigidas para se obter uma licença, tudo graças ao *lobby* dessa associação de advogados. Você não pode "advogar" – um conceito extremamente vago – a menos que possua uma licença concedida pela guilda que opera sob a proteção do Estado.

E você não consegue obter uma licença sem passar pela tortura extremamente dispendiosa das faculdades de direito e, principalmente, pelo próprio exame da Ordem. A "prática não autorizada da advocacia" (uma regra jurídica) protege esse cartel legitimado pelo Estado (todo cartel só funciona quando sancionado pelo Estado) contra toda eventual concorrência. Ao elevar artificialmente o custo de entrada no mercado, a Ordem reduz sobremaneira a quantidade de concorrentes. Aqueles que conseguem entrar nesse mercado altamente cartelizado estão livres para cobrar preços muito mais altos, sem temor de concorrência.

A manutenção legal da reserva de mercado- No dia 26 de outubro de 2011, recorrendo à tese da supremacia do "interesse coletivo", o STF decidiu que a reserva de mercado da OAB é um requisito perfeitamente legal: "Tem que separar o interesse individual do interesse coletivo. O advogado exerce função pública, e quando não tem capacitação, coloca em risco a paz social", disse o Ministro Marco Aurélio Mello ao deixar o plenário do STF.

Entenderam em uníssono os excelentíssimos que o bacharel incapaz há de botar em risco a "paz social". Além de não fazer sentido, não foi explicado exatamente como isso pode acontecer. Será por causa

REFLEXÕES XXII

de petições esdrúxulas? Será por causa de peças de defesa ineptas? Ora, uma petição mal feita pode ser simplesmente indeferida, e no caso de lides, para cada causa ganha haverá sempre outra oposta que resta perdida. Então, qual o grande risco para a paz social?

Agora, mais importante: em que haveremos de encontrar muito maior risco para a paz social, no trabalho de um advogado incompetente, cuja reputação há de afastá-lo naturalmente do mercado, ou no risco de o exame de ordem abusar de seu poder monopolista?

Veja bem: o que temos é uma entidade formada por advogados que detêm o poder de crivar quantos mais poderão entrar no mercado. Que interesse terão eles em aceitar a participação de novatos no mercado? Vamos refletir com base em paralelos: que tal um conselho formado por supermercadistas com o poder de admitir, a seu exclusivo juízo, novos concorrentes na praça? Não teríamos exatamente nesta reserva de mercado um perigoso precedente contra a paz social? Será isto menos importante do que o fulano perder o prazo para interpor o recurso?

Só para recordarmos, o ano de 2011 entrou para a história como sendo o ano em que foram aprovados no exame da ordem apenas 4% dos bacharéis. Assim sendo, ou temos um gravíssimo escândalo no sistema de ensino, posto que 96% dos formados são considerados incapazes, ou temos um flagrante desvio de finalidade no exame de ordem, levado ao extremo não para aprovar qualitativamente mediante critérios mínimos aceitáveis, mas sim para obstar o máximo possível a entrada de novos concorrentes.

Ludwig von Mises há muito advertia sobre aquilo que denominou de "socialismo das guildas". O trecho abaixo transcrito, extraído de sua mais famosa obra, *Ação Humana*, é esclarecedor:

Em um sistema de cooperação social com base na divisão do trabalho, nada há que se identifique com o interesse exclusivo dos membros de algum estabelecimento, companhia ou setor, e que não seja também de interesse dos demais membros da coletividade.

Não existem questões internas de qualquer guilda cujas soluções não

REFLEXÕES XXII

afetem a toda a nação. Um setor da atividade econômica não está a serviço apenas daqueles que nele trabalham; está a serviço de todos. Se, num setor da atividade econômica, houver ineficiência, desperdício ou relutância em se adotarem os métodos de produção mais adequados, todos saem prejudicados. Não se pode deixar que os membros da guilda decidam sobre o método tecnológico a ser adotado, sobre a quantidade e qualidade dos produtos, sobre a jornada de trabalho e mil coisas mais, porque essas decisões afetam a toda a comunidade.

Na economia de mercado, o empresário, ao tomar essas decisões, está incondicionalmente sujeito às leis do mercado; na realidade, são os consumidores que tomam as decisões. Se o empresário tentar desobedecê-los, sofrerá perdas e logo perderá sua posição empresarial. Por outro lado, as guildas monopolísticas não precisam temer a competição; gozam do direito inalienável de exclusividade no seu setor de produção. De servidores do consumidor transformam-se em senhores. Ficam livres para recorrer a práticas que favorecem seus membros às expensas do resto da população.

Pouco importa que a guilda seja comandada exclusivamente por trabalhadores ou que os capitalistas e antigos empresários, em alguma medida, ainda participem de sua direção. Carece também de importância o fato de os representantes dos consumidores disporem ou não de assentos no conselho diretor da guilda. O que importa é que a guilda, se autônoma, não estará sujeita à pressão que a forçaria a ajustar seu funcionamento de modo a atender os consumidores da melhor maneira possível; terá liberdade para dar precedência aos interesses de seus membros sobre os interesses dos consumidores.

O esquema do socialismo de guildas e do corporativismo não leva em consideração o fato de que o único propósito da produção é o consumo. Há uma inversão total de valores; a produção torna-se um fim em si mesmo.

Solução- Logo, a pergunta que naturalmente surge é: que solução poderia ser mais viável?

Allain Peyrefitte nos conta que na França monárquica as guildas e as corporações de ofício mantinham os códigos e manuais mais exigentes para a produção de tecidos e estampas. Em termos de

REFLEXÕES XXII

qualidade, não havia concorrentes à altura no mundo conhecido. Porém, ano após ano, a França perdia mercado para os países baixos e para as Hansas, pois lá eram fabricados produtos concorrentes de qualidade um pouco inferior por preços mais acessíveis, que eram muito bem apreciados para usos menos nobres. Portanto, a primeira resposta está em que nem todos os advogados precisam ser magníficos juristas. Na verdade, a maior parte se ocupará de procedimentos razoavelmente simples, do tipo "receita de bolo".

Deixemos o mercado livre e, em vez de mantermos uma entidade representativa de classe na forma de uma autarquia estatal, poderemos vislumbrar a ascensão natural de não somente uma OAB, mas de várias delas, isto é, na forma de associações puramente privadas, cada qual com sua filosofia e reputação. Com o tempo, será muito fácil a um cidadão identificar que tipo de advogado deseja: se aquele que pertence a uma conceituadíssima associação, para resolver um caso muito complexo, ou de uma associação mais simples, cujos integrantes sejam profissionais mais acessíveis, para resolver problemas mais cotidianos.

Estas associações poderão estipular todas as exigências que quiserem, desde que todo bacharel tenha o poder de escolha de optar pela qual mais se interessa, ou mesmo não se alinhar a nenhuma delas, preferindo construir seu nome por si próprio. Hoje, isso é proibido pelo governo.

O modelo que retrato acima não é utópico: funciona de forma excelente no meio da engenharia: são as chamadas "sociedades classificadoras", entidades totalmente privadas de certificação que começaram registrando e editando normas para a construção de embarcações mercantes e que hoje atuam também no segmento ferroviário, rodoviário, aeronáutico e de grandes obras. A mais antiga é o Lloyd's Register, fundado em 1760 na Inglaterra e que funciona até hoje.

Quando um empresário – digamos, um armador – adere a uma sociedade classificadora, ele se submete a ela voluntariamente, devendo construir seus navios conforme as especificações técnicas

REFLEXÕES XXII

por ela estabelecidas. Pode parecer estranho, mas a reputação que goza a sociedade classificadora garante segurança aos contratadores de fretes e fornecedores, bem como prêmios mais baratos nas seguradoras e acesso facilitado aos portos das economias mais pujantes. Todo o sistema funciona em bases voluntárias e contratuais, nos quais a reputação e a confiança são os maiores ativos.

Este modelo poderia ser reproduzido no Brasil tendo somente vantagens a auferirmos. É uma questão de mudança de cultura. Já estamos fartos deste amálgama de modelos socialistas falidos.

Conclusão- Um cartel protegido e legitimado pelo Estado ataca todo e qualquer tipo de liberdade de contrato e de ocupação, privando inúmeras pessoas dos benefícios do mercado. Licenciamentos fornecidos por cartéis não são nem necessários e nem suficientes para garantir competência. Vários advogados incompetentes se formam em faculdades de direito e são aprovados no exame da *Ordem*. O que estimula profissionais a fazer um bom trabalho, licenciados ou não, é o poderoso incentivo gerado pelo livre mercado, que necessariamente obriga a prestação de bons serviços e a satisfação de seus clientes. Não há substituto para isso.

Se os advogados realmente quiserem fazer algo que melhore sua imagem e reduza o número de piadas maldosas sobre sua profissão, eles deveriam começar por demolir todas as barreiras impeditivas e exclusivistas que eles construíram ao redor do mercado de serviços jurídicos.

Chega desta reserva de mercado. É legítimo que a OAB faça provas e crie um selo de qualidade voluntário. Mas impedir que outras pessoas de fora da guilda exerçam a advocacia não só é um absurdo, como também representa um atentado ao livre-arbítrio. ●

Klauber Cristofen Pires: bacharel em Ciências Náuticas no Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém. Dedicado ao estudo autodidata da doutrina do liberalismo, especialmente o liberalismo austríaco.

Leandro Roque: editor e tradutor do *site* do Instituto Ludwig von Mises Brasil. Artigo publicado no dia 3 de novembro de 2016

Jamais entraria para a política, diz Sérgio Moro

Sérgio Moro



Em sua primeira entrevista em dois anos e meio de Lava Jato, magistrado critica foro privilegiado e nova lei de abuso de autoridade

“O ideal seria, realmente, restringir o foro privilegiado, limitar a um número menor de autoridades. Quem sabe, os presidentes dos três Poderes.” A proposta é do juiz federal Sérgio Moro, titular da 13.^a Vara Federal Criminal de Curitiba, responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato em primeira instância.

Aos 44 anos, personificação da maior operação contra a corrupção, desvios e cartel na Petrobrás, ele decidiu dar sua primeira entrevista como juiz da Lava Jato, deflagrada em março de 2014.

Na manhã fria de quinta-feira, Moro recebeu o Estado às 10h10min em seu gabinete, no fim do corredor do segundo andar do edifício-sede da Justiça Federal no Bairro Ahú, na capital paranaense. A temperatura era de 12°C, e o céu estava carrancudo. O espaço onde o juiz trabalha é amplo, ornado por pilhas e pilhas de processos que lhe dão uma aparência caótica. A papelada se espalha sobre e sob a mesa. Ali, ele se mantém fiel a uma rotina que segue há 20 anos, desde que ingressou na magistratura e vestiu a toga pela primeira vez.

No gabinete, há um ambiente reservado para visitas, dois sofás e uma cadeira. A cadeira é Moro quem ocupa. Sobre uma mesinha, uma jarra de vidro com água fresca. É tudo o que ele oferece. Há algum tempo cortou o café. “Sinto pela precariedade”, disse.

Em uma hora de conversa, Moro apontou problemas na proposta da Lei de Abuso de Autoridade, defendida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), falou sobre o escândalo na Petrobrás,

alertou para o “risco à independência da magistratura” e defendeu o envolvimento do Congresso no combate à corrupção e a importância de se criminalizar o caixa 2.

Acusado pelo PT de ser um algoz do partido, o juiz afirmou que “*processo é questão de prova*” e acha “*errado tentar medir a Justiça por essa régua ideológica*”. Sobre atuação político-partidária avisa que não será candidato: “*Não existe jamais esse risco*”.

O que mais chocou o senhor na Operação Lava Jato?

A própria dimensão dos fatos. Considerando os casos já julgados aqui, o que nós vimos foi um caso de corrupção sistêmica, corrupção como uma espécie de regra do jogo. O que mais me chamou a atenção talvez tenha sido uma quase naturalização da prática da corrupção. Empresários pagavam como uma prática habitual e agentes públicos recebiam como se fosse algo também natural. Isso foi bastante perturbador. (Chamou a atenção) Também a constatação, e aí me refiro a casos que já foram julgados, de que algumas pessoas que haviam sido condenadas na ação penal 470 (*mensalão* no Supremo Tribunal Federal) persistiam recebendo propinas nesse outro esquema criminoso na Petrobrás. Foi uma coisa bastante perturbadora.

Mesmo depois de deflagrada a Lava Jato, o esquema continuou por alguns meses?

Houve situações constatadas de pessoas recebendo propina em fase adiantada (da Lava Jato). Um dos casos que chamaram muito a atenção, um caso já julgado, por isso posso afirmar mais livremente, de um pagamento de propina a um membro da CPMI da Petrobrás, instalada em 2014. Então, se instalou uma comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos e, depois, se constatou que o vice-presidente da comissão solicitou e recebeu propina dos investigados. Por isso tenho dito: precisa aplicar remédios amargos. A Justiça precisa ser efetiva para demonstrar que



essa prática não é tolerada.

O senhor defende a extinção do foro privilegiado?

O Supremo tem cumprido um papel muito importante na Operação Lava Jato. Longe de mim querer avaliar o trabalho do Supremo, mas acho que o ministro Teori Zavascki tem feito um trabalho intenso, muito importante e relevante. Mas existem alguns problemas estruturais: saber se o Supremo tem a capacidade, a estrutura suficiente, para atuar em tantos casos criminais. Tem o Supremo condições de enfrentar toda essa gama de casos? Não que o Supremo não seja eficiente, mas é um número limitado de juízes e é uma estrutura mais limitada. O Supremo não tem só esse trabalho à frente, tem todos os casos constitucionais relevantes e não pode se transformar simplesmente em uma Corte criminal. O ideal seria realmente restringir o foro privilegiado, limitar a um número menor de autoridades. Quem sabe, os presidentes dos três Poderes e retirar esse privilégio, essa prerrogativa, de um bom número de autoridades hoje contempladas. Acho que seria a melhor solução.

Com o início de um maior volume de processos em instrução no Supremo, que tem um ritmo mais lento, há um risco para a imagem da Lava Jato?

Importante destacar que o foro privilegiado não é sinônimo de impunidade. O trabalho que tem sido feito lá (no Supremo) merece todos os elogios. Acredito que vá haver um esforço para que isso seja julgado dentro de um prazo razoável. Isso não nos impede de discutir a questão, isso não tem nenhum demérito ao Supremo, discutir se é conveniente que essas ações remanesçam, essa quantidade de pessoas com foro privilegiado, na forma como estão. Isso gera impacto na pauta de julgamento do Supremo.

No início do ano o senhor foi à Câmara dos Deputados falar do projeto das 10 Medidas contra a Corrupção e disse que via com bons olhos aquele momento. Passados oito meses, o senhor vê a instituição em sintonia com a voz das ruas?

Um fato que é bem interessante é que a instituição que mais

respondeu a esses anseios foi, até o momento, o Poder Judiciário. Não estou dizendo aqui da 13.^a Vara (Federal, em Curitiba), mas o Poder Judiciário em geral. Não temos visto iniciativas tão significativas por parte dos outros Poderes. Nessa linha, a discussão atual, a constituição dessa comissão para discutir o projeto das dez medidas, é algo assim que nos dá esperança de que também o Congresso vai acompanhar essa percepção de que é necessário mudar.

Da forma como foi encaminhado, o projeto de Lei de Abuso de Autoridade preocupa?

Há dois problemas: uma questão do momento, que é um momento um pouco estranho para se discutir esse tema, e o problema da redação do projeto. Por exemplo, a previsão de algo como “promover a ação penal sem justa causa”. Bem, qualquer ação penal tem de ter justa causa. O problema é que direito não é propriamente matemática. Pessoas razoáveis podem divergir se está presente ou não a justa causa para oferecer uma ação penal. O que isso vai significar na prática? O Ministério Público, por exemplo, oferece uma denúncia afirmando que tem justa causa, isso vai a juízo, o juiz tem de receber ou não a denúncia, se entender que é justa causa, e eventualmente o juiz pode discordar – “ah... não tem justa causa” – e rejeitar a denúncia. Pela redação do projeto, em princípio, isso possibilitaria que o denunciado entrasse com uma ação penal por abuso de autoridade contra o procurador, ou o promotor. Vamos supor: o juiz decreta uma prisão e, eventualmente, essa prisão é revogada, não porque o juiz abusou, mas porque o juiz errou na interpretação da lei. Isso de sujeitar o juiz a um processo criminal é o que a gente chama de crime de hermenêutica. Vai colocar autoridades encarregadas da aplicação da lei, juízes, polícia e Ministério Público numa situação em que possivelmente podem sofrer acusações, não por terem agido abusivamente, mas, sim, porque adotaram uma interpretação que eventualmente não prevaleceu nas instâncias recursais ou superiores.

Querem intimidar?

No momento (da propositura) do projeto e com essa redação, se

pretenderem aprovar e não colocarem salvaguardas à possibilidade de crime de hermenêutica, vai ter esse efeito.

O senhor se sentiria inseguro de enfrentar uma nova Lava Jato caso seja aprovado o projeto com o texto atual?

Tem de se deixar claro na lei que a interpretação do juiz ou do Ministério Público ou do agente policial não significa prática de crime de abuso de autoridade. O projeto não garante isso.

O que tem de mudar no projeto?

A redação do projeto teria de ser muito melhorada para evitar esse tipo de risco. Porque esse risco vai afetar a independência da atuação, não só do juiz de primeira instância, mas dos juízes de todas as instâncias, e do Ministério Público e da polícia.

Como vê a criminalização do caixa 2? Se passar, o que muda nas investigações sobre empreiteiras?

Elas admitem repasses de propinas via caixa 2 disfarçadas de “doações eleitorais”. O assim chamado caixa 2, ou seja, o uso de recursos não declarados em campanhas eleitorais, já é criminalizado no artigo 350 do Código Eleitoral. No projeto 10 Medidas do Ministério Público Federal, há proposta para aprovação de uma redação melhor para esse crime. Seria um passo importante do Congresso. Se a lei exige que todos os recursos eleitorais devam ser declarados, e isso é uma regra básica de transparência, é isso que deve ser feito. No caso da Operação Lava Jato, o foco não tem sido propriamente no caixa 2 de campanhas eleitorais, mas no pagamento de propinas na forma de doações eleitorais registradas ou não registradas, ou seja, crime de corrupção. Então, embora a proposta represente aprimoramento da lei atual, não terá um impacto tão significativo nos processos. Sobre eventual proposta de anistia, creio que é prudente aguardar eventual formulação concreta antes de opinar. Seria impensável, porém, a anistia de crimes de corrupção ou de



lavagem.

O que fez a Lava Jato funcionar?

É difícil fazer uma avaliação do que foi diferente. Tem muito de circunstancial. Acho que os crimes, considerando os casos que já foram julgados, foram sendo descobertos, eles tinham uma grande dimensão. Isso gerou, na sociedade, uma expectativa de que as instituições funcionassem. Nós tivemos aí milhões de pessoas que saíram às ruas, protestando sobre várias coisas, mas protestando também contra a corrupção e dando apoio às investigações. A meu ver, isso é algo muito significativo. E situa de uma maneira muito clara esse enfrentamento da corrupção como uma conquista da democracia brasileira.

A Lava Jato vai acabar com a corrupção no Brasil?

Não, não existe uma salvação nacional, não existe um fato ou uma pessoa que vai salvar o País. Um caso, pela escala que ele tem, como esse da Lava Jato, pode auxiliar a melhorar a qualidade da nossa democracia.

Crítica recorrente das defesas é que há excesso de prisões. A Lava Jato prende para arrancar delações?

É uma questão interessante, até fiz um levantamento, temos hoje dez acusados presos preventivamente sem julgamento. Dez apenas. Não me parece que seja um número excessivo. Jamais se prende para obter confissões. Isso seria algo reprovável do ponto de vista jurídico. Sempre as prisões têm sido decretadas quando se entende que estão presentes os fundamentos das prisões. Quando se vai olhar mais de perto os motivos das prisões, se percebe que todas estão fundamentadas. Pode até se discordar da decisão do juiz, mas estão todas fundamentadas. Estamos seguindo estritamente o que a lei prevê.

O senhor teme pelo futuro do Brasil numa eventual delação do deputado cassado Eduardo Cunha?

Sobre esse caso do ex-presidente da Câmara, como é um caso pendente, eu não tenho condições de fazer nenhum tipo de

afirmação. Mas não se deve ter receio de qualquer problema dessa espécie em relação ao Brasil. O País já enfrentou desafios grandes no passado. O problema da corrupção é mais um problema a ser vencido pela democracia brasileira.

Alguma delação ou processo criminal tem o poder de parar o País?

Não, não acredito nisso. O que traz instabilidade é a corrupção e não o enfrentamento da corrupção. O problema não está na cura, mas, sim, na doença. O Brasil pode se orgulhar de estar, dentro da lei, enfrentando seriamente a corrupção. A vergonha está na corrupção, não na aplicação da lei.

A Odebrecht está em negociação para fechar delação de mais de 50 executivos. Isso mostra que ela estava completamente envolvida com esse esquema?

O que eu posso dizer é o caso que eu já julguei, que envolvia executivos dessa empreita que teriam pagado propinas milionárias em contas no exterior para executivos da Petrobrás. E, nessa linha, pelo menos naquele caso, aparentava ser uma prática sistêmica, não fato isolado dentro da vida da empresa. Mas o grande aspecto a ser ressaltado é como se sai disso. E as empresas brasileiras não tinham esse costume de reconhecer sua responsabilidade quando elas eram surpreendidas praticando crimes. Quem sabe algo tenha mudado com a Operação Lava Jato.

Deve haver um limite para o número de delações no processo?

A abordagem disso é muito pragmática. Primeiro, para qualquer colaboração precisa ter prova de corroboração, não se pode confiar somente na palavra do criminoso. Tem de ter prova independente, documentos, testemunhas, perícias, para poder dar valor probatório ao que diz um criminoso colaborador. Depois, existem outras regras, fazer um acordo com criminoso menor para chegar a um criminoso maior ou um grande criminoso para chegar a vários outros grandes criminosos. A abordagem desse problema é muito pragmática.

São mais de 30 partidos políticos no Brasil. Por que só ex-tesoureiros do PT estão presos?

Considerando os casos que já foram julgados, há uma afirmação de que a vantagem indevida, a propina que era paga nos contratos da Petrobrás, era dividida entre os agentes da estatal e os agentes políticos ou partidos políticos que davam suporte à permanência daqueles agentes da Petrobrás em seus cargos. Nessa perspectiva, quando isso foi de fato comprovado, é natural que apareçam nos processos exatamente aqueles agentes políticos que pertenciam à base de sustentação do governo. Se havia uma divisão de propinas entre executivos da Petrobrás e agentes políticos que lhes davam sustentação, vão aparecer esses agentes que estavam nessa base aliada, como se dizia. Ainda assim, falando de ex-parlamentares que foram processados, casos que já foram julgados, têm ex-parlamentares do Partido Progressista, têm do Partido dos Trabalhadores, tem do PTB e tem do Solidariedade.

A Operação Lava Jato vai poupar PMDB e PSDB?

Processo é uma questão de prova. A atuação da Justiça, do Ministério Público e da polícia não tem esse viés político-partidário. O fato é que, contra quem tenham aparecido provas, tem sido tomadas as providências pertinentes.

Quais são as motivações do juiz Sérgio Moro? Muitos enxergam interesses político-partidários.

No fundo, o juiz está cumprindo o seu dever. Minhas reflexões têm por base os casos já julgados, considerando os casos já julgados. Este caso que em seu início parecia um caso criminal, não vou dizer trivial, mas se transformou em um caso que diz respeito à qualidade da nossa democracia. Porque esse nível de corrupção sistêmica compromete a própria qualidade da democracia. É um trabalho que se faz, eu acredito que leve, no futuro, talvez no presente, não sei, se já tenha levado em termos, mas também para o futuro, que melhore a qualidade da nossa democracia. Existem bons administradores públicos, existem bons agentes políticos, mas é importante que, constatado o comportamento criminoso, isso tenha resposta na Justiça com afastamento desses administradores públicos e agentes

políticos desonestos. Acho que é um ganho para a democracia brasileira.

Uma pergunta que o País inteiro está fazendo: o senhor vai mandar prender o ex-presidente Lula?

Esse tipo de pergunta não é apropriado, porque a gente nunca fala de casos pendentes.

O senhor já votou no Lula?

É o tipo da resposta que eu não posso dar, porque acho que o mundo da Justiça e o mundo da política não devem se misturar.

O senhor se considera uma pessoa com ideologia mais de direita ou mais de esquerda?

Esses processos (da Lava Jato), a meu ver, não têm nada a ver com questão nem político-partidário nem político-ideológica. Então, se a pessoa é culpada ou não, não importa se ela é de esquerda, se é de direita, se ela é de centro, tampouco importa se o juiz é de direita, se é de esquerda ou se é de centro. O juiz vai julgar com base na lei e nas provas. Acho errado tentar medir a Justiça por essa régua ideológica. Por isso acho desimportante a minha posição política. São muito discutíveis essas fronteiras entre esquerda e direita.

Sairia candidato a um cargo eletivo? Ou entraria para a política?

Não, jamais. Jamais. Sou um homem de Justiça e, sem qualquer demérito, não sou um homem da política. Acho que a política é uma atividade importante, não tem nenhum demérito, muito pelo contrário, existe muito mérito em quem atua na política, mas eu sou um juiz, eu estou em outra realidade, outro tipo de trabalho, outro perfil. Então, não existe jamais esse risco.

Como o senhor lida com o culto a sua figura pública?

Vejo que existe essa operação, que é muito grande e tem diversos agentes públicos envolvidos, Ministério Público, Polícia Federal, Receita, Justiça das várias instâncias. E, como pelo menos na Justiça, há um único juiz na primeira instância – agora tem mais,

REFLEXÕES XXII

mas no começo era um único juiz –, isso me deixou mais em evidência e as pessoas, às vezes, fazem uma identificação da operação com a figura do juiz, o que não é totalmente correta. Isso tem gerado grande atenção, e as pessoas, em geral, são generosas e bondosas. O apoio da opinião pública, realmente, tem sido essencial nesse caso. Mas tudo é passageiro, não é? Tem um velho ditado do latim que diz *sic transit gloria mundi*, basicamente “a glória mundana é passageira”.

O senhor foi ameaçado alguma vez?

Essa é uma pergunta um pouco desconfortável. Eu prefiro não falar. Envolve questão de segurança, envolve questões relativas à minha família.

Lá na frente, quando se aposentar, pretende advogar?

Eu gostaria de que fosse uma data mais próxima (a aposentadoria). Mas é uma data tão distante, que não tenho como...

O senhor tem 20 anos de carreira?

Sim, 20 anos de carreira no Judiciário, mas ainda muito chão pela frente para poder me aposentar e pensar nessa perspectiva.

Pensa em subir para o Tribunal Regional Federal 4 (TRF-4) ou Supremo Tribunal Federal?

Olha, sou um juiz de primeira instância fazendo meu trabalho no momento. Então, claro que se pensa na carreira, como algo natural, pelo menos na carreira ordinária, o tribunal um dia, mas isso é algo que não está no meu horizonte próximo. Não fico meditando sobre isso.

Há algo que o senhor se arrepende na condução da Lava Jato ou na sua carreira?

É cedo para esse tipo de reflexão. Evidentemente, como todos, também estou sujeito a praticar erros, praticar equívocos. Existe um sistema dentro do



REFLEXÕES XXII

Judiciário, de erros e acertos, que propicia que minhas decisões sejam eventualmente revistas por instâncias recursais ou superiores.

Os tribunais estão mantendo suas decisões em grande maioria...

É natural se um juiz tem uma decisão reformada, isso faz parte do processo. Ninguém precisa ficar magoado por isso, mas, nesses casos, os tribunais têm mantido a grande maioria das decisões, sinal de que está havendo uma aplicação correta da lei.

Dois anos e meio depois de deflagrada a Lava Jato, por que o senhor decidiu dar a primeira entrevista? Está acabando a operação?

Tem tido muitos convites para entrevistas, eu tenho sido, em geral, refratário aos convites. Mas dada a dimensão desse caso, e há uma natural curiosidade do público em relação a algumas posições do juiz, acabei concordando em dar essa entrevista para prestar alguns esclarecimentos. Quanto ao término da operação, é um pouco imprevisível. Porque, embora haja muitas vezes expectativa de que os trabalhos se aproximem do fim, muitas vezes se encontram novos fatos, novas provas, e as instituições não podem simplesmente fechar os olhos, têm de trabalhar com o que aparece. Então, é imprevisível. ●

Sérgio Moro: juiz federal, conduz, em primeira instância a denominada Operação Lava Jato.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 6 de novembro de 2016